



CAAFAAG

MENINOS E MENINAS ASSOCIADOS ÀS FORÇAS ARMADAS E GRUPOS ARMADOS

**KIT DE FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO
DE PROGRAMAS DIRECTRIZES**

Tabla de contenido

Siglas	4
Glossário	5
Agradecimentos s	6
Introdução	7
1. Informação de base	9
A. Crianças afectadas pelo recrutamento	11
Recrutamento	11
Factores de risco	12
Papéis	15
B. Quadro legal	17
Quadro jurídico internacional	18
Quadro do Conselho de Segurança	21
Normas internacionais	22
2. Análise do contexto	35
Fase 1 - Planeamento	39
A. Questões de investigação e âmbito	40
As questões de investigação	40
O alcance	41
B. Seleccção da metodologia	41
Revisão documental	41
Avaliação de risco	41
Avaliação das necessidades	43
Consulta do antigo CAAFAG	44
Análisis de género	45
Stakehanálise mais antiga	46
C. Linha do tempo	50
D. Recursos humanos	50
E. Orçamento	51
Fase 2 - Preparação	39
A. Plano de recolha de dados	54
Localização geográfica	54
Amostragem	54
B. Plano de trabalho	57
C. Contextualizando as ferramentas	58
D. Estabelecimento de um caminho de encaminhamento	59
E. Formação de colectores de dados	59
Formação em recolha de dados	59
Protecção da criança	59
Sensibilização para as questões de género	59
Fase 3 - Implementação	62
A. Recolha de dados	63
B. Codificação de dados	63
C. Análise de dados	64

3. Concepção do programa e planeamento estratégico	68
A. Concepção do programa	70
Principais considerações e enquadramento	70
Concepção do programa de prevenção	73
Desenho de programas de lançamento e identificação	83
Concepção do programa de reintegração	90
B. Monitorização	114
Desenvolvimento de indicadores culturalmente sensíveis	114
Medição de indicadores de saída e de resultados	115
Desenvolvimento de um quadro de medição de desempenho	116
C. Recursos Humanos	121
Escala e pessoal	121
Quadro de competências e aptidões	123
D. Orçamento	134
4. Implementação e monitorização	138
A. Protecção da criança	140
Política de protecção da criança	140
Caminho de encaminhamento	140
Formação de todo o pessoal	141
Sensibilização das crianças e da comunidade	141
B. Protecção de dados	141
C. Monitorização	142
Desagregação de dados	142
Monitorização do programa	143
Feedback amigo das criançasmecanismos	143
D. Recursos humanos	144
Aprendizagem e desenvolvimento	148
Cuidados e segurança do pessoal	150
E. Coordenação	152
Coordenação entre os actores da Protecção da Criança	152
Coordenação com a ONU, governo e outras organizações	152
Coordenação com outros sectores	153
5. Aprendizagem e Avaliação	155
A. Gerar e Documentar a Aprendizagem	157
B. Avaliação	158
Bibliografia	163

Siglas

AFAG: Forças Armadas e Grupos Armados

AP: Protocolos adicionais

CAAFAG: Crianças Associadas às Forças Armadas e Grupos Armados

CAR: República Centro-Africana

CFSI: Serviço Comunitário e Familiar Internacional

CJTF: Força Tarefa Conjunta Civil

CPRA: Avaliação Rápida de Protecção da Criança

CRC: Convenção sobre os Direitos da Criança

RDC: República Democrática do Congo

DDR: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

FARC: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FGD: Discussão do Grupo de Discussão

GAAFAG: Raparigas Associadas às Forças Armadas e Grupos Armados

GBV: Violência com base no género

GC: Convenção de Genebra

Grupo URD: Urgência, Reabilitação e Desenvolvimento

ICC: Tribunal Penal Internacional

ICCPR: Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos

ICJ: Tribunal Internacional de Justiça

ICL: Direito Penal Internacional

CICV: Comité Internacional da Cruz Vermelha

PDI: Pessoas deslocadas internamente

IE: Estado Islâmico

DIH: Direito Internacional Humanitário

IHRL: Direito Internacional dos Direitos Humanos

OIT: Organização Internacional do Trabalho

IRC: Comité Internacional de Salvamento

KII: Entrevistas de Informadores Chave

LRA: Exército de Resistência do Senhor

LTTE: Tigres de Libertação de Ealam Tamil

MHPSS: Saúde Mental e Apoio Psicossocial

MILF: Frente Morro de Libertação Islâmica

MRM: Mecanismo de Monitorização e Relatórios

NPA: Norwegian People's Aid (Ajuda Popular da Noruega)

OPAC: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados

POW: Prisioneiros de Guerra

SEL: Aprendizagem Social e Emocional

SOP: Procedimentos Operacionais Padrão

ONU: Nações Unidas

UNODC: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

YPJ: Unidade de Protecção da Mulher Curda

1 [O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional \(1998\)](#)

2 CICV. Direito consuetudinário. <https://www.icrc.org/en/war-and-law/treaties-customary-law/customary-law> (Consultado em Fevereiro de 2021)

3 [O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional \(1998\)](#)

4 Estatuto do Tribunal Penal Internacional (1998)

5 Diakonia International humanitarian law center. Direito Penal Internacional. <https://www.diakonia.se/en/IHL/The-Law/International-Criminal-Law1/> (Consultado em Fevereiro de 2021)

Glossário

Crimes contra a humanidade

Os crimes contra a humanidade significam qualquer dos seguintes actos quando cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático dirigido contra qualquer população civil, com conhecimento do ataque:

- (a) Homicídio;
- (b) Exterminação;
- (c) Escravatura;
- (d) Deportação ou transferência forçada de população;
- (e) Prisão ou outra privação grave de liberdade física, em violação das regras fundamentais do direito internacional;
- (f) Tortura;
- (g) Violação, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada, ou qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável;
- (h) Perseguição contra qualquer grupo ou colectividade identificável por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos, de género, tal como definidos no parágrafo 3, ou outros motivos universalmente reconhecidos como não admissíveis ao abrigo do direito internacional, em relação a qualquer acto referido neste parágrafo ou qualquer crime dentro da jurisdição do Tribunal;
- (i) Desaparecimento forçado de pessoas;
- (j) O crime de apartheid;
- (k) Outros actos desumanos de carácter semelhante que causem intencionalmente grande sofrimento, ou lesões graves ao corpo ou à saúde mental ou física.¹

Direito consuetudinário: O direito consuetudinário deriva da prática geral aceite como lei. Tal prática pode ser encontrada nas contas oficiais de operações militares, mas reflecte-se também numa variedade de outros documentos, incluindo manuais militares, legislação nacional, e jurisprudência. Os Estados reconhecem que os tratados e o direito consuetudinário internacional são fontes de direito internacional e, como tal, são vinculativos.²

Genocídio: Genocídio significa qualquer dos seguintes actos cometidos com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como por exemplo:

- (a) Matar membros do grupo;
- (b) Causar sérios danos corporais ou mentais aos membros do grupo;

- (c) Infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a sua destruição física, total ou parcial;
- (d) Imposição de medidas destinadas a evitar nascimentos dentro do grupo;
- (e) Transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.³

Conflito armado internacional: isto refere-se a situações em que dois ou mais Estados estão envolvidos em conflito armado.

Conflito armado não internacional: refere-se a situações em que há violência armada prolongada entre forças governamentais e grupos armados organizados não estatais, ou entre tais grupos. Continua a existir até ser alcançada uma solução pacífica.

Participação em hostilidades: Abrange tanto a participação directa em combate como a participação activa em actividades militares ligadas ao combate, tais como o espionagem, a sabotagem, a utilização de crianças como chamarizes, mensageiros ou em postos de controlo militar. Não cobre actividades claramente não relacionadas com as hostilidades, tais como a entrega de alimentos a uma base aérea ou a utilização de pessoal doméstico nas instalações de um oficial casado. No entanto, a utilização de crianças numa função de apoio directo, tal como actuar como portadores para levar mantimentos para a linha da frente, ou actividades na própria linha da frente, seria incluída na terminologia.⁴

Crimes de guerra Os crimes de guerra são graves violações de um tratado ou das regras consuetudinárias do DIH, e são considerados como constituindo as violações mais graves do DIH.

Incluem mas não se limitam à morte voluntária, destruição irresponsável de propriedade privada, tortura ou tratamento desumano, causando deliberadamente grande sofrimento ou ferimentos graves no corpo ou na saúde, deportação ou transferência ilegal, tomada de reféns, recrutamento e utilização de crianças soldados, e privando deliberadamente uma pessoa dos direitos de um julgamento justo e regular, tudo isto ocorrendo no contexto de um conflito armado.

Ao contrário dos crimes contra a humanidade, não há necessidade de estabelecer uma prática generalizada ou sistemática de massacres, pois um único incidente, como o recrutamento de uma criança-soldado ou um incidente de tortura durante um conflito armado, equivaleria a um crime de guerra.⁵

Agradecimentos

Numerosos indivíduos contribuíram com o seu tempo e perícia no desenvolvimento deste Kit de Ferramentas de Desenvolvimento de Programas. Sandra Maignant (Plan International) com o apoio de Brigid Kennedy Pfister (UNICEF) liderou o desenvolvimento deste pacote de recursos em consulta com um grupo de referência.

O grupo de referência incluído:

Mike Wessells (Child Resilience Alliance, Columbia University)
Yvonne Agengo (Comité Internacional de Salvamento)
Christine McCormick (Save the Children)
Simon Kangeta (AJEDI-Ka)
Nicola Griffiths e Sandra Olsson (War Child UK)
Lyndsay Hockin (Visão Mundial)
Siobhan O’Neil e Kato Van Broeckhoven (Universidade das Nações Unidas)
Katie Robertson (Plan International)

Gostaríamos também de agradecer a revisão do Toolkit de Desenvolvimento do Programa de Anne-Laure Baulieu, Miriam Musa, Sugirtha Vasavithasan, Elizabeth Lory, Stu Solomon, Aaliya Bibi, Sandra Olson, Maria Bray, Vanessa Murphy, Cat Byrne, Stephani Battain, Celina Jensen, Laurent Chapuis, Anita Queirazza, Katie Robertson, Mark Chapple, Siobhan O’Neil, Yvonne Agengo e Mike Wessells.

Agradecemos sinceramente aos investigadores das Universidades das Nações Unidas, Boston University e Inland Norway University pelas suas contribuições.

O nosso profundo apreço vai para as seguintes organizações em 13 países⁶ que partilharam as suas lições aprendidas e boas práticas: UNICEF, Community and Family Service International, International Rescue Committee, International Alert, Search for Common Ground, Save the Children, War Child, National Disarmament, Demobilization and Reintegration Commissions, Plan International, INTERSOS, Association Malienne pour la Survie dans le Sahel, Dallaire Institute/Child Soldiers International, e Norwegian People’s Aid. Note-se que, por razões de segurança, os nomes de indivíduos não serão incluídos na secção de reconhecimento, bem como nas referências nas notas de rodapé.

Esta publicação foi possível graças ao apoio prestado pelo Bureau for Humanitarian Assistance, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, nos termos do Award No. AID-OFDA-IO-16-00103. As opiniões expressas nesta publicação são as do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente a opinião da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional. Este Kit de Ferramentas de Desenvolvimento de Programas também foi possível graças ao generoso financiamento da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Editora:

A Aliança para a Protecção das Crianças para a Acção Humanitária
(A Aliança)
c/o Praça da ONU
Nova Iorque, NY 10017
Estados Unidos da América
A Aliança © 2022

Sugestão de citação:

A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2022) CAAFAG Programme Development Toolkit Guidelines. Nova Iorque

Licença:

Este documento está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0. É atribuída à Rede interagências da Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (A Aliança).
Imagem da capa: UNICEF/UN0441458/Tremeau

6 Afeganistão, República Centro Africana, Colômbia, República Democrática do Congo, Iraque, Mali, Myanmar, Nigéria, Mali, Filipinas, Somália, Sul do Sudão e Síria

Introdução

O CAAFAG (Children Associated with Armed Forces and Armed Groups) Programme Development Toolkit foi produzido pela CAAFAG Task Force da Aliança para a Protecção da Criança em Acção Humanitária, co-liderada pelo Plan International e pela UNICEF.

O processo de desenvolvimento do Conjunto de Ferramentas de Desenvolvimento de Programas baseia-se nos resultados de uma análise documental e 16 entrevistas de informadores chave com investigadores, representantes de governos, agências das Nações Unidas e ONG nacionais e internacionais.

Além disso, foi realizado um inquérito sobre Necessidades de Capacidade e Lacunas com 196 profissionais de campo implementando programas CAAFAG através de um inquérito online. Os resultados do inquérito informaram o conteúdo do kit de ferramentas. O [relatório](#) está disponível na página web da Task Force da Aliança CAAFAG. O kit de ferramentas foi testado no terreno em 4 países, República Centro Africana, Afeganistão, Iraque e Burkina Faso, com o envolvimento de 37 parceiros. O kit de ferramentas foi finalizado após o feedback de 22 participantes, 4 meses depois de terem recebido formação sobre como utilizar o kit de ferramentas.

O objectivo das Directrizes de Desenvolvimento do Programa CAAFAG é fornecer aos profissionais de campo os conhecimentos e as competências para conceberem programas de qualidade sensíveis ao género para o CAAFAG, com o envolvimento de crianças, incluindo o antigo CAAFAG.

O conteúdo do Kit de Ferramentas de Desenvolvimento de Programas inclui:

- Directrizes sobre como conceber um projecto CAAFAG com orientação prática utilizando uma abordagem passo a passo
- Recursos de formação para formar gestores e outros cargos encarregados do desenvolvimento de projectos
- Ferramentas para recolher e analisar dados para contextualizar

O Toolkit destina-se a profissionais de campo que trabalham com CAAFAG, que estão interessados em conceber e implementar uma programação de qualidade, sensível ao género e participativa.

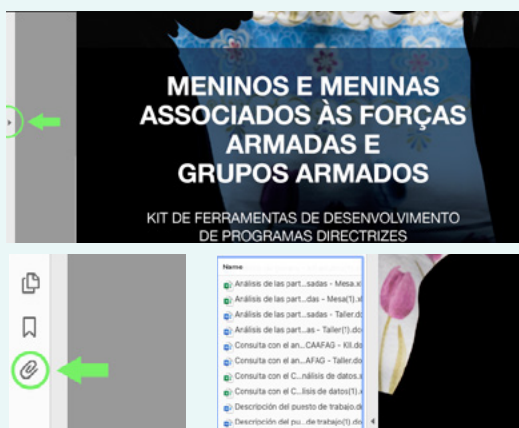
Os profissionais de campo incluem organizações não governamentais nacionais e internacionais, Comissões Nacionais de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, actores governamentais e agências das Nações Unidas.

Este Kit de Ferramentas é especificamente adequado para gestores e outros responsáveis pelo desenvolvimento de propostas de projectos e implementação de projectos. O pacote de formação é particularmente útil para consultores técnicos de Protecção da Criança, gestores de qualidade de programas e coordenadores de Cluster de Protecção da Criança para promover o desenvolvimento e implementação de projectos de qualidade.

Note que as ferramentas identificadas com o ícone de clipe de papel (adicionar ícone de clipe de papel) podem ser encontradas nos anexos deste PDF. Clique na pequena seta (à esquerda deste documento e depois no ícone do clipe de papel para abrir a lista de ferramentas.

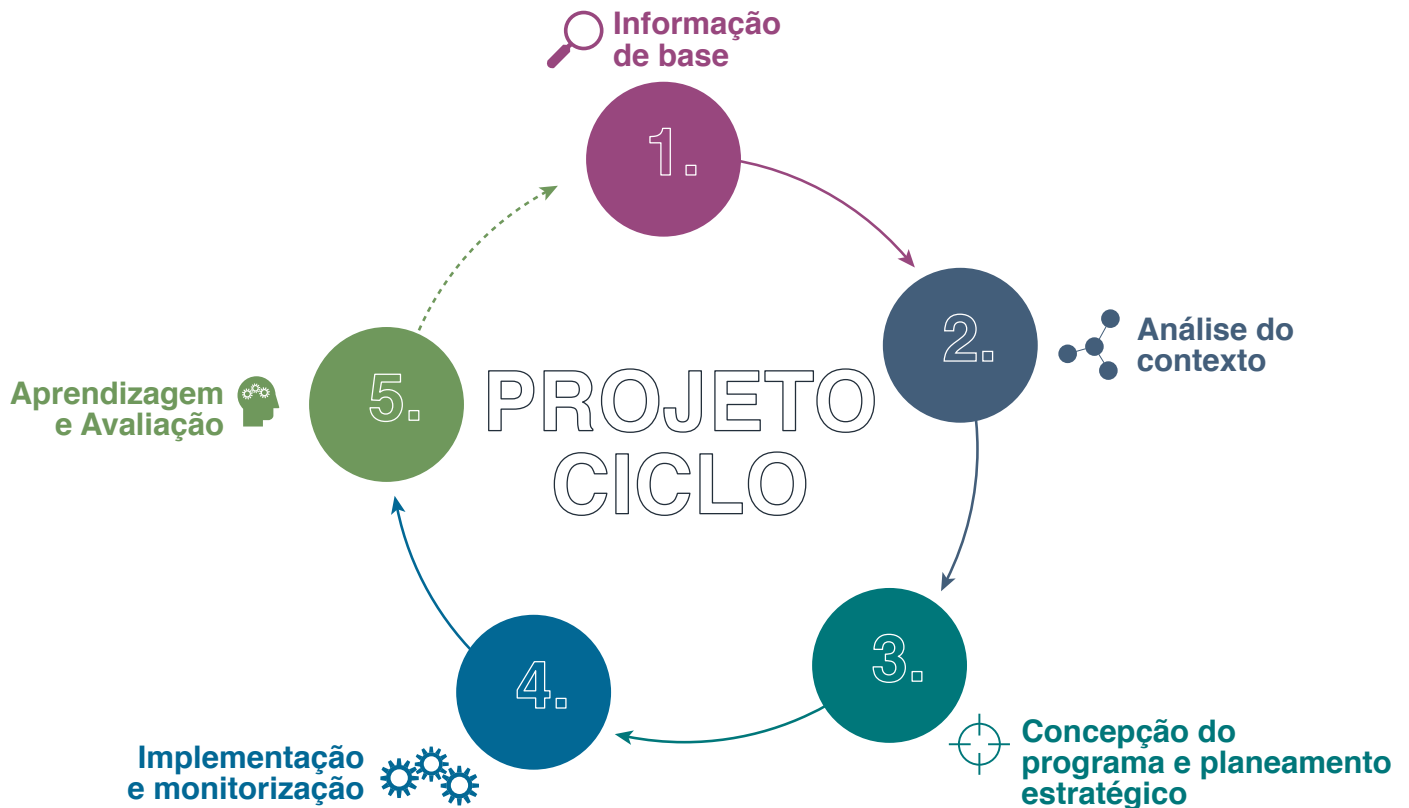
As seguintes Orientações começam com Informação de Base sobre CAAFAG e depois centram-se nos Passos para Conceber um Projecto, seguindo o ciclo do projecto, nomeadamente 1) Informação de Base, 2) Análise do contexto, 3) Concepção do Programa, 4) Implementação e Monitorização, e 5) Aprendizagem e Avaliação.

Observe que as ferramentas identificadas com o ícone de clipe de papel podem ser encontradas nos arquivos anexados a este PDF. Clique na pequena seta à esquerda deste documento e depois no ícone de clipe de papel para abrir a lista de ferramentas.



CAAFAG

Kit de ferramentas de desenvolvimento de programas Directrizes



1.	2.	3.	4.	5.
<ul style="list-style-type: none"> A. Quadro legal B. Crianças afectadas pelo recrutamento 	<ul style="list-style-type: none"> A. Questões de investigação e âmbito B. Selecção da metodologia C. Linha do tempo D. Recursos humanos E. Orçamento 	<ul style="list-style-type: none"> A. Concepção do programa B. Monitorização C. Recursos Humanos D. Orçamento 	<ul style="list-style-type: none"> A. Protecção da criança B. Protecção de dados C. Monitorização D. Recursos humanos E. Coordenação 	<ul style="list-style-type: none"> A. Gerar e Documentar a Aprendizagem B. Avaliação
	<ul style="list-style-type: none"> A. Plano de recolha de dados B. Plano de trabalho C. Contextualizando as ferramentas D. Estabelecimento de um caminho de encaminhamento E. Formação de colectores de dados 			
	<ul style="list-style-type: none"> A. Recolha de dados B. Codificação de dados C. Análise de dados 			

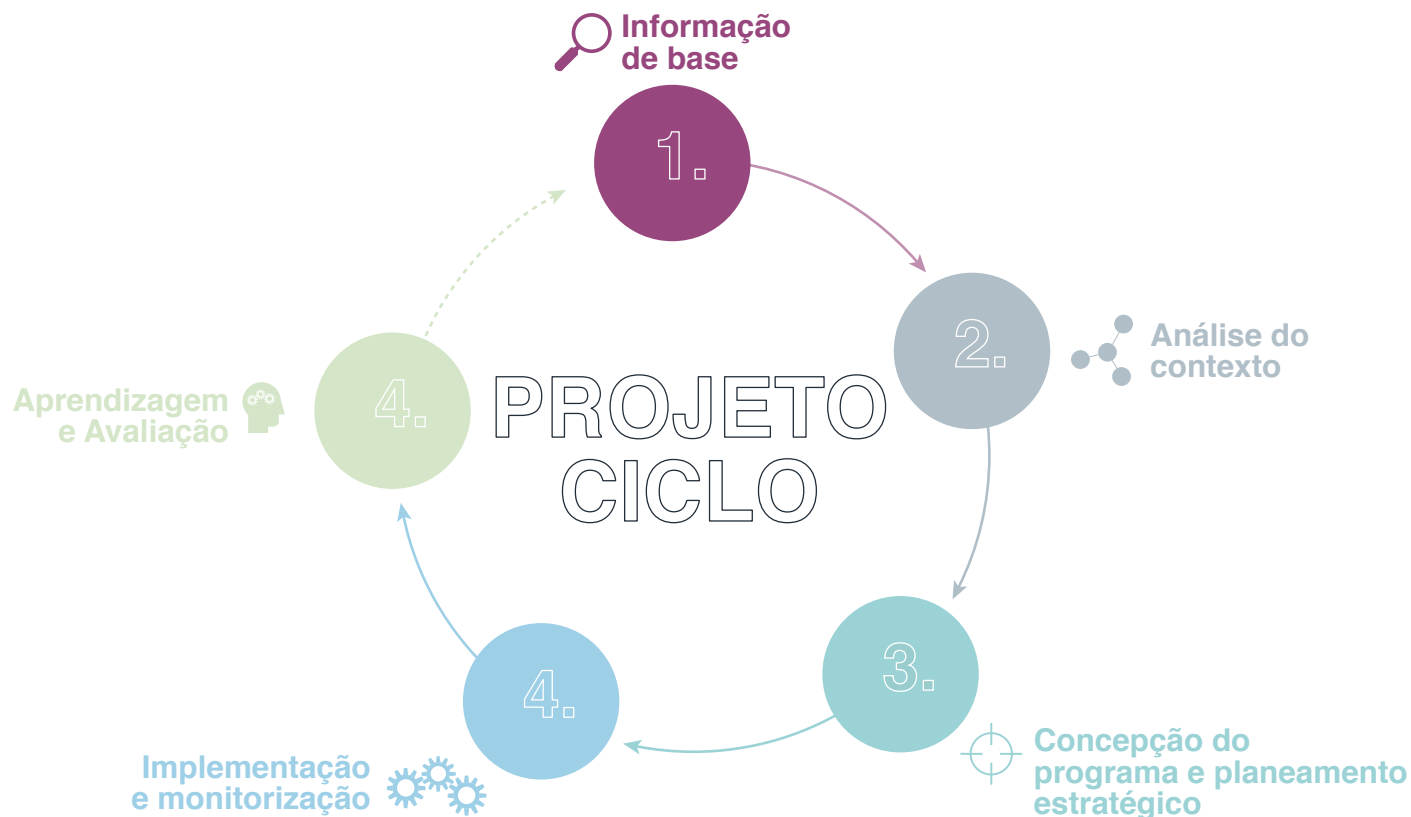


1. INFORMAÇÃO DE BASE



CAAFAG

Kit de ferramentas de desenvolvimento de programas Directrizes



Informação de base

A. Quadro legal

- Quadro jurídico internacional
- Quadro do Conselho de Segurança
- Normas e Princípios Internacionais

B. Crianças afectadas pelo recrutamento

- Recrutamento
- Factores de risco
- Papéis

2.

- A. Questões de investigação e âmbito
- B. Seleção da metodologia
- C. Linha do tempo
- D. Recursos humanos
- E. Orçamento

- A. Plano de recolha de dados
- B. Plano de trabalho
- C. Contextualizando as ferramentas
- D. Estabelecimento de um caminho de encaminhamento
- E. Formação de colectores de dados

- A. Recolha de dados
- B. Codificação de dados
- C. Análise de dados

3.

- A. Concepção do programa
- B. Monitorização
- C. Recursos Humanos
- D. Orçamento

4.

- A. Protecção da criança
- B. Protecção de dados
- C. Monitorização
- D. Recursos humanos
- E. Coordenação

5.

- A. Gerar e Documentar a Aprendizagem
- B. Avaliação

A. Crianças afectadas pelo recrutamento

Recrutamento

As razões pelas quais raparigas e rapazes se associam a grupos armados e forças armadas variam significativamente em função do contexto, dos actores armados envolvidos, bem como das dinâmicas comunitárias e familiares.

O envolvimento de crianças, incluindo raparigas, pode ser forçado ou pode parecer “voluntário”. Isto A distinção pode ter significado jurídico para a força armada/grupo envolvido, dependendo dos tratados em que um Estado é parte. Por exemplo, a Carta da Criança Africana (artigo 22º) proíbe todo o recrutamento de crianças menores de 18 anos, forçado ou voluntário, por forças armadas e grupos armados. Pelo contrário, o Protocolo Opcional sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados proíbe todo o recrutamento de crianças menores de 18 anos por grupos armados (art. 4) e proíbe o recrutamento obrigatório de crianças menores de 18 anos pelas forças armadas (art. 2), mas permite o recrutamento voluntário pelos Estados sob certas condições (art. 3). Os protocolos adicionais I e II às Convenções de Genebra, e a Convenção sobre os Direitos da Criança proíbem todo o recrutamento de crianças menores de 15 anos.

Na prática, as linhas entre as várias formas de recrutamento são confusas, e o recrutamento puramente voluntário é um desafio a determinar, uma vez que vários factores influenciam o recrutamento de crianças. Da mesma forma, algumas crianças tendem a entrar e sair das forças armadas ou grupos armados, e a associação pode ser difícil de definir. É essencial reconhecer a agência de rapazes e raparigas no processo de recrutamento e evitar considerá-los apenas como vítimas passivas. Ao fazê-lo, as crianças que possam ter tomado uma decisão bem ponderada no contexto de opções limitadas, por exemplo, de procurar protecção. O reconhecimento do seu poder de decisão é fundamental para a sua futura reintegração, particularmente para as raparigas.

Caminhos para a associação

O **recrutamento forçado** pode ser através de rapto das suas casas, escolas ou outros locais, ou podem ser intimidados a aderir através de ameaças ou actos de violência.

Em alguns contextos, as raparigas parecem ser particularmente visadas através de raptos, uma vez que as forças armadas e grupos armados (AFAG) as consideram mais obedientes e flexíveis do que rapazes. Este foi o caso em Moçambique.⁸

O rapto pode ser feito em pequenos grupos ou em massa. Em 2014, na Nigéria, Boko Haram raptou 276 raparigas de uma só vez numa escola secundária em Chibok.

Noutros contextos, as famílias e comunidades podem ter de desistir dos seus filhos como parte de um sistema de quotas imposto às comunidades, como parte de leis de recrutamento não vinculadas à idade, ou como uma troca em troca de protecção.⁹

A propaganda é outra ferramenta comumente utilizada para recrutar raparigas e rapazes. Alguns grupos armados e forças armadas espalham ideias, informações ou rumores enganosos, visando especificamente os jovens com o objectivo de recrutar novos membros. Grupos armados podem utilizar vídeos sobre meios de comunicação social, livros de histórias com lutadores heróicos masculinos e femininos, e anúncios de recrutamento militar ao estilo ocidental, como no nordeste da Síria.¹⁰ Os adolescentes encarregados de recrutar os seus pares podem divulgar propaganda quando regressam à sua comunidade ou como uma tarefa dedicada. Escolas, madrasas, e reuniões públicas e religiosas e meios de comunicação social são pontos de entrada preferidos para comunicar sobre a ideologia do grupo e identificar futuros recrutas.

Incentivo económico

Em contextos onde as famílias enfrentam uma pobreza extrema, a perspectiva de acesso a um rendimento regular, roupas, alimentos ou produtos de higiene para cobrir as necessidades básicas pode levar à associação de crianças. As promessas de acesso a dinheiro e artigos não alimentares que não são facilmente acessíveis são frequentemente utilizadas para encorajar as crianças a inscreverem-se.

Laços familiares

Por vezes, os laços familiares com um grupo armado servem como factor motivador ou facilitador para a associação de crianças. Os pais de algumas crianças já fazem parte de um grupo armado. As crianças ajudam os seus pais ou seguem os seus passos através de papéis de apoio à força armada ou grupo armado e/ou como combatentes. Nas Filipinas, quase todas as crianças que estavam associadas ao MILF (Frente Moro de Libertação Islâmica) tinham pais que faziam parte do grupo armado ou que eram simpatizantes do grupo. A associação das crianças aconteceu gradualmente, e os seus pais consideraram-no como um processo normal de socialização.¹¹

7 Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Criminalidade (2019)

8 Barth (2002)

9 Comité Director dos Princípios de Paris (2021)

10 Wood (2014)

11 UNICEF Filipinas (2017)

Pressão comunitária

O envolvimento das comunidades em conflitos armados influencia significativamente o recrutamento de raparigas e rapazes, particularmente em grupos de autodefesa. Os laços comunitários com um grupo armado ou milícia de defesa podem levar a pressões sobre as famílias para que deixem as suas raparigas e rapazes participar na protecção da comunidade.¹² As crianças podem fazer parte dos grupos de autodefesa enquanto ainda vivem com as suas famílias e frequentam a escola. Os grupos armados podem também beneficiar de uma base de apoio muito forte na comunidade.¹³

Uma relação estreita com um combatente de grupo armado também pode levar ao recrutamento de crianças, incluindo raparigas. Em contextos de conflito armado em que as raparigas são expostas à violência na comunidade, podem optar por uma relação com um combatente como forma de protecção. Na Colômbia, 10% das raparigas foram recrutadas nas FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) através da sua relação com guerrilheiros.¹⁴

O casamento infantil é outra forma preferida de recrutamento de raparigas, com algumas raparigas casadas à força com lutadores, sob a ameaça de lançar vídeos ou imagens explícitas que arruinarão a reputação da rapariga e da sua família. Alguns grupos armados institucionalizaram o casamento infantil como uma forma de recrutamento estratégia para fins de exploração sexual, para cumprir papéis de apoio ao grupo armado ou à força, ou como recompensa para os combatentes¹⁵. Na Síria, a força policial feminina Hisbah do Estado Islâmico estava encarregada de encontrar raparigas para casar à força com combatentes estrangeiros sob a ameaça de violação, rapto ou destruição da honra da rapariga.¹⁶ Os familiares podem também forçar raparigas a casar com combatentes a beneficiar da protecção de um grupo armado, em troca da libertação de um prisioneiro, em resposta a uma ameaça física, ou como pagamento de “imposto”.¹⁷

Factores de risco

Os factores de risco são factores ambientais, experiências ou traços individuais que aumentam a probabilidade de um resultado negativo.¹⁸ Há semelhanças entre os jovens nas suas trajetórias de recrutamento relacionadas com a tomada de riscos, confiança nos pares, encontrar-se a si próprios, bem como outros factores de risco. No entanto, a viagem para a associação parece ser bastante individual, influenciada por factores familiares, comunitários, sociais.

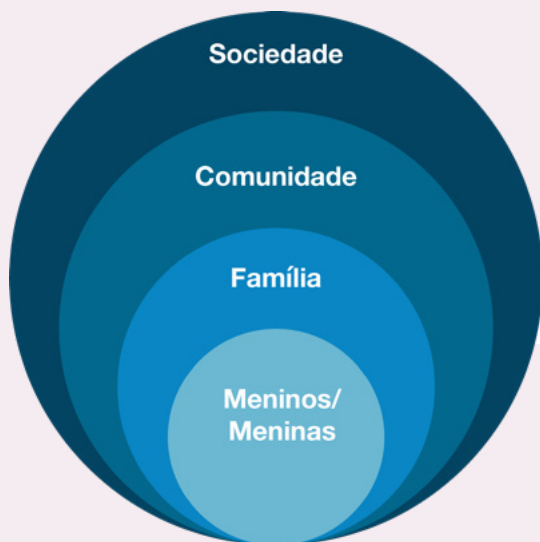
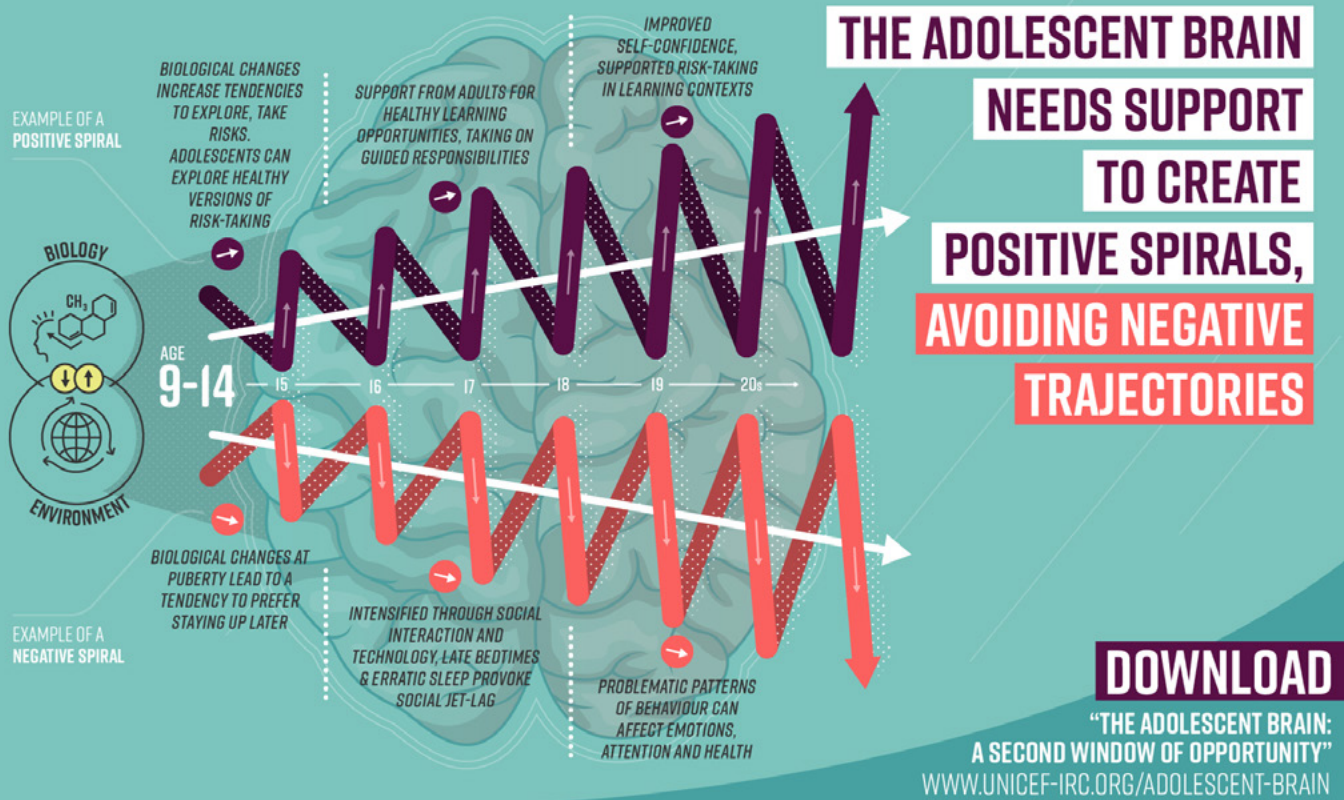
Durante a adolescência, os jovens são particularmente vulneráveis ao recrutamento. Eles estão frequentemente cheios de energia, atravessam um período em que constroem a sua identidade e procuram oportunidades de dar sentido à sua vida e de ter novas experiências. A investigação sobre o desenvolvimento do cérebro adolescente destaca como as mudanças biológicas podem contribuir para a hipersensibilidade do cérebro quando são expostos a uma oportunidade de ganhar uma recompensa. Esta hipersensibilidade pode levar os sistemas cerebrais dos adolescentes a responder impulsivamente para obterem a recompensa. Como resultado, raparigas e rapazes adolescentes podem experimentar tendências crescentes para explorar e assumir riscos. Se apoiado pelos adultos através de oportunidades de aprendizagem saudável, este período pode levar a uma espiral de crescimento positivo. Se não for apoiado positivamente, pode levar a uma espiral negativa com padrões de comportamento problemáticos. Os adolescentes têm a capacidade de tomar decisões, no entanto, não podem aplicar estas capacidades de forma consistente em todos os domínios.¹⁹

Além disso, raparigas e rapazes são mais frequentemente influenciados por múltiplos factores de risco que se combinam para aumentar a probabilidade da sua associação com a AFAG. Os factores de risco variam significativamente de acordo com o contexto sociocultural e, portanto, devem ser identificados a nível do local e da comunidade. Os factores de risco a nível individual, familiar, comunitário e social do quadro sócio-ecológico interagem entre si e influenciam a associação de rapazes e raparigas com a AFAG. É a acumulação de factores de risco e a falta de factores de protecção para contrariar estes riscos que causam um resultado nocivo específico, tal como a associação com um AFAG. Os factores de resiliência podem também contrariar um risco ou uma necessidade específica. Os factores de resiliência podem ser qualidades individuais tais como flexibilidade, tenacidade, auto-estima; ou externas tais como ambiente doméstico de apoio, pares, e comunidades. A literatura da Nigéria²⁰ e da Serra Leoa²¹ mostra que a segurança alimentar pode também contribuir para a prevenção do recrutamento.

O quadro seguinte destaca alguns dos principais factores de risco para o recrutamento organizados por níveis de enquadramento sócio-ecológico adaptados da revisão documental sobre prevenção da Aliança para a CPHA.

POSITIVE AND NEGATIVE SPIRALS

DURING ADOLESCENT BRAIN DEVELOPMENT



Níveis do quadro socioecológico

12	Organização Internacional do Trabalho (2003)	18	Benard, 2004; Rutter, 1987; Werner e Smith, 1992
13	A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)	19	UNICEF (2017)
14	Moreno et al (2010)	20	UNICEF - Programa de Estabilidade e Reconciliação da Nigéria (2017)
15	Gustavsson et al (2017)	21	Delap (2005)
16	Informação recolhida do informador chave		
17	Ibid		

Nível de enquadramento sócio-ecológico

Factores de risco



Nível individual

Necessidade de protecção: raparigas e rapazes podem procurar protecção contra a violência e os abusos de um grupo armado^{22,23}

Empoderamento: raparigas e rapazes podem ser atraídos por armas, uma vez que estas são frequentemente um sinal de poder. Procurando aventura e experiências divertidas, usar um uniforme militar pode ser atractivo tanto para rapazes como para raparigas

Vingança: as crianças que perderam um parente próximo ou que são órfãs são, em alguns contextos, esperadas para vingar a morte dos seus pais.^{24,25} Outras queixas incluem um sentimento de perseguição de um determinado grupo, experiências de injustiça²⁶, percepção da corrupção governamental²⁷

Busca de significado pessoal: luta por uma causa, desejo de significado, glória ou contribuição para algo maior²⁸

Pobreza: a perspectiva de acesso ao dinheiro, incluindo um rendimentos regulares em algum contexto, roupas, alimentos ou artigos de higiene pessoal para cobrir necessidades básicas²⁹



Nível familiar

Violência familiar: relações deficientes com prestadores de cuidados, negligência, violência doméstica, abuso sexual ou casamento forçado podem levar as crianças a procurar protecção junto da AFAG e a escapar à violência

O abuso do álcool e das substâncias e as perturbações mentais dos seus cuidadores, bem como a ausência de afecto e de cuidados^{30,31}

As crianças separadas, desacompanhadas ou órfãs correm também um maior risco de recrutamento³²

Ligações familiares: os pais que fazem parte de uma força ou grupo armado podem encorajar os seus filhos a associarem-se à AFAG³³ para procurar vingança, combater as desigualdades e a discriminação, ou para promover uma ideologia em que acreditam



Nível comunitário

Grupos comunitários de autodefesa: laços comunitários com um grupo armado ou milícias de defesa podem levar a pressões sobre as famílias para permitir que os seus filhos participem na protecção da comunidade³⁴

Falta de um forte mecanismo de protecção a nível comunitário: a comunidade exerce pressão sobre as famílias para satisfazer o pedido do grupo armado em troca de “paz” ou protecção para a comunidade³⁵

Refugiados ou população deslocada: são mais vulneráveis ao recrutamento e os campos podem ser um ponto de entrada para recrutar crianças³⁶



Nível societal

Presença de um conflito: os conflitos exacerbam as dificuldades existentes e reduzem as opções de uma criança para permanecer sem filiação a um grupo armado

Baixa presença do Estado: a ausência de estrutura de governação, serviços básicos, opções de subsistência e fortes desigualdades a nível social em áreas remotas, pode deixar uma população à mercê de grupos armados³⁷

Falta de oportunidades económicas: a falta de oportunidades em áreas remotas leva as crianças a procurarem oportunidades com grupos armados

A marginalização de um grupo minoritário cujos direitos são negados pelo Estado pode ser utilizada por grupos armados para “justificar” a sua acção e recrutar crianças para lutarem por uma causa³⁸

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Paris Principles Operational Handbook Chapter 1 - How and Why Children Become Associated with Armed Forces and Armed Groups

Papéis

As raparigas e os rapazes estão envolvidos numa variedade de papéis que são frequentemente múltiplos e fluidos. Podem ter estado envolvidas na participação directa em hostilidades, tais como papéis de combate em alguns contextos e noutros, têm estado indirectamente envolvidas, desempenhando papéis de apoio, e têm sido utilizadas para fins sexuais.³⁹ Em muitos AFAG, os papéis das crianças são ditados pelos comandantes, enquanto que noutros AFAG, as crianças exibem mais agência sobre os seus papéis.⁴⁰

Participação indirecta nas hostilidades

Papéis de apoio

Os papéis estão frequentemente de acordo com os papéis desempenhados por rapazes e raparigas na sociedade, embora não em todos os contextos. Algumas AFAG, têm uma elevada proporção de raparigas que participam directamente nas hostilidades.

Em muitos AFAG, os papéis desempenhados por raparigas e rapazes incluem uma variedade de responsabilidades tais como cozinhar, ser carregador, lavar roupa, ir buscar água ou lenha, cuidar das crianças dos combatentes, ou guardar outros raptados. As crianças podem também servir como espiões, batedores, mensageiros, traficantes de droga⁴¹, cobradores de impostos, operadores de rádio, recrutadores, tradutores, limpadores de armas, assistentes médicos, enfermeiros, parteiras, ecónomos, ou logísticos. As crianças também podem trabalhar em quintas e campos, bem como em minas da AFAG.

No Sri Lanka, os LTTE (Liberation Tigers of Tamil Ealam) ensinaram as raparigas a ler mapas e a usar uma bússola, a atar nós, a envolver-se em trabalho de detective e a fazer trabalho de socorro a civis para obter apoio das comunidades.⁴²



© UNICEF/UN0209624/Chol

22 Mazurana & Carlson (2006)

23 Douglas et al (2004)

24 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017)

25 De la Soudière (2017)

26 Doosje et al (2013)

27 UNICEF - Programa de Estabilidade e Reconciliação da Nigéria (2017)

28 UNU (2018)

29 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017)

30 Moreno et al (2010)

31 UNU (2018)

32 Organização Internacional do Trabalho (2003)

33 Vargas-Baron (2007)

34 Organização Internacional do Trabalho (2003)

35 Informação recolhida a partir de entrevistas a informadores chave

36 Save the Children (2005)

37 Johnson et al (2018)

38 Informação recolhida a partir de entrevistas a informadores chave

39 Para mais informações sobre a distinção entre participação directa e indirecta nas hostilidades, ver a orientação interpretativa do Comité Internacional da Cruz Vermelha sobre a noção de participação directa nas hostilidades ao abrigo do direito humanitário

40 Wessells (2006)

41 Van Engeland (2019)

42 Spellings (2008)

Abuso e exploração sexual

Não existem estatísticas globais sobre a prevalência de abuso sexual de raparigas associadas a forças armadas e grupos armados, e esta varia significativamente com base no contexto. No entanto, a investigação mostra que as raparigas que foram raptadas estão em maior risco de abuso sexual.⁴³ Em alguns casos, as raparigas foram exploradas sexualmente por múltiplos combatentes ou foram casadas com um combatente ou comandante. Em alguns contextos, há relatos de raparigas que foram designadas como “esposa do mato” para um lutador, o que pode ser considerado como uma forma de protecção. Nestas circunstâncias “apenas” um homem teria o direito de abusar da rapariga em oposição a outros cenários em que as raparigas não fossem vistas como propriedade exclusiva ou cônjuge de um homem e fossem vulneráveis a serem presas por vários homens por dia. Em alguns contextos, tais como a Síria ou a Nigéria⁴⁴, as raparigas poderiam casar várias vezes. Se o seu “marido” morresse durante o combate, elas voltariam imediatamente a casar com outro lutador. No Mali, vários lutadores poderiam recolher dinheiro para contribuir para um dote que lhes daria “direitos” ao abuso sexual da rapariga.⁴⁵

Bacha baazi

No Afeganistão, alguns membros das forças armadas e grupos armados exploram e abusam sexualmente dos rapazes. É conhecida como a prática de “bacha baazi” (jogo de rapazes) onde os rapazes se vestem como as raparigas dançam e são utilizados para entretenimento sexual e social pelos senhores da guerra e outros líderes de grupos armados. Os antigos rapazes do CAAFAG detidos são também vulneráveis ao abuso sexual.

Van Engeland A (2019) A criança-soldado sem voz do Afeganistão. Manual de investigação sobre criança-soldado

Relatório do Secretário-Geral sobre as crianças e os conflitos armados no Afeganistão, S/2008/695, 10 de Novembro de 2008, par. 48 - 50

Save the Children. (2021) Arma de guerra. Violência sexual contra crianças em conflito.

Certos AFAG assumem posições diferentes sobre a idade das meninas que podem ser casadas ou usadas para fins sexuais. Às vezes, os combatentes priorizam as meninas por abuso sexual, enquanto em outros casos visam apenas meninas com mais de 15 anos.⁴⁶

Nem todas as forças armadas e grupos armados se dedicam ao abuso ou exploração sexual de raparigas. Um estudo sugere que a AFAG com uma ideologia marxista que promove a igualdade de género tende a proteger melhor as raparigas da violência sexual por parte de outros membros do grupo.⁴⁷

Os rapazes associados às forças armadas e grupos armados estão também expostos à violência sexual, embora as raparigas sejam afectadas de forma desproporcionada.

A violência sexual contra rapazes é frequentemente classificada como “tortura, actos desumanos ou tratamentos cruéis”, sem reconhecer a violência sexual como uma violência específica por si só. Os rapazes são frequentemente relutantes em denunciar abusos sexuais devido ao estigma relacionado com actos homossexuais.⁴⁸

A violência sexual contra rapazes pode assumir a forma de violação, incluindo violação em grupo, por vezes utilizando objectos, violência genital e testemunhos forçados de violência sexual sobre outros homens e rapazes. Por exemplo, na CAR, alguns rapazes que eram cativos de grupos armados e rapazes associados a grupos armados foram abusados sexualmente como forma de punição.⁴⁹

Participação directa nas hostilidades

Raparigas e rapazes podem participar directamente nas hostilidades.

Os rapazes são utilizados no campo de batalha como soldados, executores, bombistas suicidas e comandantes. Podem também ser utilizados em postos de controlo. Na Síria, o Estado islâmico ensinou aos rapazes como entrar numa propriedade, como emboscar alvos em movimento e treinou-os como franco-atiradores.⁵⁰

No Uganda, o LRA ensinou-lhes a operar e a desmontar armas, a colocar minas terrestres, a atingir o inimigo e a marchar. Aprendem estratégias e táticas militares. Algumas crianças são seleccionadas como guarda-costas para comandantes e são ensinadas a proteger os seus superiores.⁵¹

43 Wessells (2006)

44 Informação recolhida de informadores chave

45 Sarrouh (2013)

46 Informação recolhida de informadores chave

47 Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)

48 Save the Children (2021)

49 All Survivors Project Foundation (2018)

50 Harper (2018)

Tem sido relatado que as raparigas participam directamente em hostilidades na América Latina, Ásia, Médio Oriente, e África. As suas funções são múltiplas e incluem a vigilância de postos de controlo, extorsão de dinheiro, atentados suicidas e combate. Em alguns grupos, as raparigas podem ter acesso a funções de gestão ou de comando. Grupos com ideologia marxista tendem a ter uma maior proporção de raparigas que participam directamente em hostilidades, uma vez que promovem a igualdade de género em todas as funções, incluindo na luta. Alguns destes grupos têm brigadas exclusivamente femininas, tais como a Unidade de Protecção da Mulher Curda (YPJ) no Nordeste da Síria. As raparigas que participam directamente nas hostilidades são treinadas para utilizar armas de todos os tipos.⁵² Em contextos africanos como a República Democrática do Congo (RDC) e a República Centro-Africana (RCA), alguns grupos armados têm utilizado raparigas como guardiãs de ídolos religiosos destinados a proteger os combatentes e a torná-los invencíveis.⁵³

A idade influencia a utilização de raparigas e rapazes nas hostilidades, embora a maturidade física e emocional pareça ter mais influência do que a idade.⁵⁴

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Paris Principles Operational Handbook Chapter 2 - The Impacts on Children of Child Recruitment and Use by Armed Forces and Armed Groups

B. Quadro legal

O recrutamento e utilização de crianças pelas forças armadas e grupos armados é proibido pelo direito internacional dos direitos humanos (IHRL), pelo direito humanitário internacional (IHL) e pelo direito penal internacional (ICL).⁵⁵ A idade abaixo da qual os recrutadores é proibido varia consoante o tratado em que um Estado é parte e a legislação nacional. Varia geralmente entre os 15 e 18 anos de idade. Alguns tratados proíbem o recrutamento e utilização abaixo dos 15 anos⁵⁶ e

outros aumentam essa idade. Por exemplo, o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados (OPAC) e a Carta Africana fixam expressamente a idade em 18.⁵⁸

Desde o relatório pioneiro de Graça Machel, em 1996, e o estabelecimento do mandato do Representante Especial para as Crianças e Conflitos Armados, a prevenção e resposta ao recrutamento e utilização de crianças “tem sido firmemente colocada na agenda internacional”.⁵⁹ “A urgência de abordar o recrutamento e utilização de crianças pelas forças armadas e grupos armados ganhou reconhecimento por parte da comunidade internacional”.⁶⁰

Antes disso, os Estados concordaram em proibir o recrutamento de crianças menores de uma certa idade, nos Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 1977, seguidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. Com o passar do tempo, foi-se desenvolvendo um corpo substancial de direito internacional, resoluções do Conselho de Segurança da ONU e normas inter-agências para prevenir e responder a esta questão.

O quadro jurídico internacional para prevenir o recrutamento e utilização de crianças e apoiar a sua libertação e reintegração, reconhece as crianças como detentoras de direitos e, ao mesmo tempo, de acordo com elas, protecções especiais como pessoas particularmente vulneráveis e que têm direito a respeito e protecção especiais. No entanto, existem diferenças em termos de idade de recrutamento entre o IHRL, o IHL e o ICL. Nos protocolos adicionais às Convenções de Genebra e ICL através do Estatuto de Roma, o DIH considera que a idade mínima de recrutamento é de 15 anos. O IHRL na CRC também indica 15 anos. Contudo, a idade de recrutamento tem aumentado ao longo dos anos à medida que o quadro legal se está a tornar mais protector. Assim, o recrutamento obrigatório pelas forças armadas do Estado (não voluntário), e qualquer recrutamento por grupos armados foi elevado para 18 através do OPAC. Para além da CDC e OPAC, os instrumentos regionais de direitos humanos, incluindo a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar das Crianças, ou o Pacto sobre os Direitos da Criança

51 Vermeij (2011)

52 Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária. (2020)

53 Ibid

54 Vermeij (2011)

55 Comité Director dos Princípios de Paris (2021)

56 Os tratados que fixam em 15 anos a idade mínima para o recrutamento e participação em hostilidades são, nomeadamente, a CDC (artigos 38(2) e 38(3)); o Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1977 (artigo 77(2)); e o Protocolo Adicional II às Convenções de Genebra de 1977 (artigo 4(3)(2)).

57 O OPAC obriga os Estados Partes a aumentar a idade mínima para o recrutamento voluntário de pessoas para as suas forças armadas nacionais a partir dos 15 anos, ver Artigo 3(1).

58 A Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar das Crianças fixa uma idade mínima de 18 anos, ver Artigo 22(2). O OPAC proíbe grupos armados de recrutar ou utilizar pessoas com idade inferior a 18 anos, ver Artigo 4(1). A Convenção 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, que aborda o recrutamento ilegal de crianças no artigo 3(a), aplica-se a pessoas com menos de 18 anos (artigo 2).

59 Gabinete do Secretário-Geral para as Crianças e Conflitos Armados, Biblioteca Virtual: Direito internacional

60 Quinto Fórum Ministerial de Acompanhamento dos Compromissos de Paris e dos Princípios de Paris sobre as Crianças Associadas às Forças Armadas ou Grupos Armados (2012)

no Islão, podem também aplicar-se aos contextos onde os Princípios de Vancouver são implementados.⁶¹ Além disso, estes instrumentos jurídicos são aplicáveis apenas aos Estados signatários.

Para além dos instrumentos jurídicos, normas ou princípios não vinculativos aplicam-se ao recrutamento de crianças associadas a forças armadas e grupos armados. A compreensão do direito internacional e nacional relevante, do direito consuetudinário e das práticas do direito e das normas comunitárias é essencial para pressionar as partes em conflito e a comunidade internacional a cumprir as suas responsabilidades legais e também para orientar a protecção das crianças. Uma boa compreensão básica das principais disposições sobre recrutamento, utilização, libertação e reintegração de crianças e documentos fundamentais é também essencial para o desenvolvimento de políticas e programas eficazes de prevenção e abordagem do fenómeno.⁶²

O quadro legal e normativo relacionado com crianças associadas a forças armadas e grupos armados está organizado em torno do Quadro Jurídico Internacional, do Quadro do Conselho de Segurança, e das Normas Internacionais relacionadas.

Quadro jurídico internacional

Os quadros jurídicos internacionais são constituídos principalmente por leis contidas no Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIH), Direito Internacional Humanitário (DIH), e Direito Penal Internacional. Em alguns contextos, as disposições do Direito dos Refugiados e da Lei Antiterrorista são também relevantes. O quadro jurídico internacional refere-se tanto a conflitos armados internacionais como internos (também referidos como “não internacionais”), e os instrumentos internacionais e regionais aplicam-se aos Estados Membros que têm assinou-os, bem como o decreto de candidatura, se relevante.⁶³

Direito Internacional Humanitário (DIH)

O DIH é um conjunto de regras que procura limitar os efeitos dos conflitos armados. Protege as pessoas que não participam ou já não participam nas hostilidades e restringe os meios e métodos de guerra. As principais regras do DIH encontram-se nas Convenções de Genebra (1949) e seus Protocolos Adicionais (1977), e no direito internacional consuetudinário.⁶⁴

Aplicam-se em tempos de conflito armado, tanto em conflitos armados internacionais como em conflitos armados não internacionais.

O conflito armado internacional (IAC) refere-se a situações em que dois ou mais Estados estão envolvidos em conflito armado. Em tais conflitos, o DIH aplica, sob a forma das quatro Convenções de Genebra e do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra, o DIH habitual e os direitos humanos fundamentais.

O conflito armado não internacional (NIAC) refere-se a situações em que existe violência armada prolongada entre forças governamentais e grupos armados organizados não estatais, ou entre tais grupos. Continua a existir até ser alcançada uma solução pacífica, à semelhança do que acontece com os conflitos armados internacionais. Em tais conflitos, o DIH, sob a forma do Artigo 3 comum às Convenções de Genebra para os Estados partes, do Protocolo Adicional II para os Estados partes em conflitos relevantes, do DIH consuetudinário, e do direito dos direitos humanos.⁶⁵ Existem menos disposições legais na NIAC, contudo o desenvolvimento do direito consuetudinário internacional tende a minimizar a diferença entre a NIAC e a IAC. A maioria dos conflitos armados a nível mundial são da NIAC.⁶⁶

As partes em conflito devem, a todo o momento, distinguir entre a população civil e os combatentes (numa IAC) ou combatentes e pessoas que participam directamente nas hostilidades (numa NIAC). O DIH estabelece princípios



fundamentais: (i) o princípio da distinção entre civis e combatentes, (ii) a proibição de atacar aqueles que não combatem ou já não combatem é outra regra fundamental, (iii) a proibição de infligir sofrimento desnecessário, (iv) o princípio da proporcionalidade, (v) o princípio da necessidade militar, (vi) o princípio da humanidade⁶⁷ e (vii) o princípio das precauções.⁶⁸

A quem se aplica o DIH?

Todas as partes em conflito estão vinculadas pelo DIH.

- Estados grupos armados
- Grupos armados organizados não estatais

Todos os Estados e a comunidade internacional devem “respeitar e assegurar” o DIH. Respeito significa que as partes nos tratados do DIH devem aplicar estes tratados de boa fé. *Assegurar que o respeito* tem um significado mais amplo. Os Estados partes nos tratados do DIH, envolvidos ou não num conflito, e a comunidade internacional, devem tomar todas as medidas possíveis para assegurar que as regras sejam respeitadas por todos, e em particular pelas partes em conflito.⁶⁹

Direito Internacional dos Direitos Humanos (IHRL)

O direito dos direitos humanos é um conjunto de regras internacionais, estabelecidas por tratado ou costume, com base nas quais indivíduos e grupos podem esperar e/ou reclamar certos direitos que os seus Estados devem respeitar e proteger. O conjunto de normas internacionais As normas de direitos humanos também contém numerosos princípios e normas não baseadas em tratados (“soft law”), tais como a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC) e o OPAC.

O IHRL aplica-se tanto em tempo de guerra como de paz a todos os seres humanos, e são direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são universais, e ninguém pode tirar os direitos humanos a uma pessoa.⁷⁰

A quem se aplica o IHRL?

A lei dos direitos humanos, desenvolvida principalmente para tempo de paz, aplica-se a todas as pessoas sob a jurisdição de um Estado. Ao contrário do DIH, não faz distinção entre combatentes e civis nem prevê categorias de “pessoas protegidas”.⁷¹

Direito Penal Internacional (ICL)

O direito penal internacional baseia-se, entre outros tratados, nas Convenções de Genebra e Protocolos Adicionais e no Estatuto de Roma. O ICL trata da responsabilidade criminal dos indivíduos pelas violações mais graves dos direitos humanos e das violações do direito humanitário internacional.

As Convenções de Genebra e o Protocolo Adicional I estabelecem que certas violações do DIH devem ser consideradas “violações graves”. Outras violações graves do DIH, estabelecidas pelo direito internacional consuetudinário e por tratados internacionais de direito penal, juntamente com violações graves, constituem crimes de guerra.⁷²

O Estatuto de Roma inclui a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), uma instituição permanente que tem o poder de exercer jurisdição sobre pessoas para crimes internacionais graves.⁷³ As quatro categorias de crimes internacionais são crimes de guerra, crimes contra a humanidade, genocídio e o crime de agressão.

Foram estabelecidas outras jurisdições internacionais para julgar indivíduos que tenham cometido crimes internacionais, tais como os tribunais penais internacionais da ex-Jugoslávia e do Ruanda ou as Câmaras Extraordinárias nos tribunais do Camboja.

Além disso, alguns países adoptaram leis de Jurisdição Universal⁷⁴ que permitem aos Estados ou organizações internacionais processar indivíduos por crimes graves contra o direito internacional, independentemente do local

61 O n.º 2 do artigo 22.º da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar das Crianças prevê que “o Estado Parte na presente Carta tomará todas as medidas necessárias para assegurar que nenhuma criança participe directamente nas hostilidades e se abstenha, em particular, de recrutar qualquer criança”. O artigo 17(5) do Pacto dos Direitos da Criança no Islão estabelece que os Estados

62 Pacote de recursos ARC (2009)

63 Comité Director dos Princípios de Paris. 2021

64 O Estudo de 2005 do CICV sobre o Direito Internacional Humanitário Consuetudinário identificou uma série de regras do DIH que se aplicam a todos os Estados relativamente às crianças. Ver em particular as regras 135, 136, e 137 disponíveis em linha aqui: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_

65 Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral da Criança e dos Conflitos Armados (2011)

66 UN DPKO (2017)

67 Diakonia International Humanitarian Law Centre. Princípios Básicos do IHL. <https://www.diakonia.se/en/ihl/the-law/>

[international-humanitarian-law-1/introduction-to-ihl/principles-of-international-law/](https://www.icrc.org/doh/documents/customary-law-1/introduction-to-ihl/principles-of-international-law/) (Consultado em Março de 2021)

68 Regra 15. Princípio de precaução nos ataques https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule15

69 Blog do CICV Quem está vinculado ao DIH ? 13/08/2017. <https://blogs.icrc.org/ilot/2017/08/13/who-is-bound-by-ihl/> (Consultado em Fevereiro de 2021)

70 CICV. Qual é a diferença entre o DIH e a lei dos direitos humanos?

Janeiro de 2015. <https://www.icrc.org/en/document/what-difference-between-ihl-and-human-rights-law> (Consultado em Fevereiro de 2021)

71 Regra 156 habitual do IHL, definição de crimes de guerra: https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule156

72 CICV. Grave breaches. <https://casebook.icrc.org/glossary/grave-breaches> (Consultado em Fevereiro de 2021)

73 Artigo 1.º Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

onde o alegado crime foi cometido e independentemente da nacionalidade do acusado, país de residência ou qualquer outra relação com a entidade acusadora. Os crimes processados sob jurisdição universal são crimes contra o direito internacional, tais como crimes contra a humanidade, crimes de guerra, genocídio, e tortura.⁷⁵

Os países incluem Austrália, Bélgica, Canadá, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Israel, Malásia, Senegal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos da América.

O direito penal internacional é um ramo relativamente novo e em constante desenvolvimento do direito internacional. A ICL criminaliza as violações mais graves dos direitos humanos e do direito humanitário internacional (DIH), e expõe os perpetradores de tais condutas à responsabilidade criminal.⁷⁶

A quem se aplica a ICL?

A ICL prevê sanções penais que se aplicam a todos os perpetradores. Isto inclui indivíduos que estão envolvidos no planeamento e autorização de tais actos, bem como aqueles que cometem directamente os crimes. Como tal, aqueles que se encontram ao mais alto nível político e militar podem ser responsabilizados por crimes internacionais.⁷⁷

Esses indivíduos podem ser nacionais de um dos Estados que são partes no Estatuto de Roma ou o crime foi cometido no território de um Estado parte, ou o Estado envolvido apresenta uma declaração que permite a jurisdição do TPI relativamente ao alegado crime.⁷⁸

Além disso, vários Estados adoptaram “Leis de Jurisdição Universal”, leis que permitem o julgamento de indivíduos por graves violações do DIH e do RLH cometidas no estrangeiro. Assim, a jurisdição destes países pode julgar indivíduos, mesmo que não exista um factor de conexão com o Estado.

Direito Internacional dos Refugiados

A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o seu Protocolo de 1967 constituem o núcleo do sistema internacional de protecção dos refugiados, complementado por tratados e declarações regionais que também abordam os direitos dos refugiados. O direito internacional dos

refugiados funciona em conjunto com o direito internacional dos direitos humanos, começando com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e com o direito humanitário internacional.

O Protocolo de 1967 está integralmente relacionado com a Convenção de 1951. Remove os limites temporais e geográficos encontrados na Convenção. Assim, os Estados signatários concordam em aplicar o conteúdo essencial da Convenção de 1951 (artigos 2-34) a todas as pessoas abrangidas pela definição de refugiado do Protocolo, sem limitações de tempo ou lugar.⁷⁹

As crianças refugiadas correm um risco elevado de serem recrutadas por grupos armados. O direito internacional dos refugiados aplica-se às crianças refugiadas se o Estado de acolhimento tiver assinado a convenção e o protocolo pertinentes.

O recrutamento ou utilização ilegal de crianças é uma forma de perseguição que pode justificar a concessão do estatuto de refugiado, se os actos estiverem relacionados com um dos fundamentos da Convenção de 1951.⁸⁰ Os motivos de perseguição da Convenção abrangem a raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política.⁸¹

O princípio da não repulsão (a prática de não forçar os refugiados ou requerentes de asilo a regressar a um país onde são susceptíveis de ser perseguidos) também se aplica ao CAAFAG. As crianças não devem ser reenviadas para onde exista o risco de recrutamento ilegal.⁸²

Quando são identificados antigos ou crianças combatentes activas num país de asilo, devem existir procedimentos favoráveis às crianças para assegurar que os seus interesses sejam uma consideração primordial em todas as decisões relativas à sua protecção e cuidados, geralmente através de um procedimento de “Melhores Interesses”.⁸³

Direito Internacional contra o Terrorismo

Desde 1963, a comunidade internacional elaborou 19 instrumentos jurídicos internacionais para prevenir actos terroristas. Em 2006, o Conselho de Segurança da ONU

74 Regra 157 habitual do IHL. Os Estados têm o direito de atribuir jurisdição universal nos seus tribunais nacionais sobre crimes de guerra. https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule157

75 Centro Internacional de Recursos em Justiça. Jurisdição Universal. <https://ijrcenter.org/cases-before-national-courts/domestic-exercise-of-universal-jurisdiction/> (Consultado em Março de 2021)

76 ICC. Compreender o Tribunal Penal Internacional.

77 Diakonia International Humanitarian Law Centre. Direito Penal Internacional. <https://www.diakonia.se/en/IHL/The-Law/International-Criminal-Law1/> (Consultado em Fevereiro de 2021)

78 Tribunal Penal Internacional (2019)

79 ACNUR (2017)

80 ACNUR (2013)

81 Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Arte A (2)

82 ACNUR (2013)

83 ACNUR (2008)

adoptou uma resolução 60/288, incluindo a [Estratégia Antiterrorista Global da ONU](#) e um Plano de Acção, que foi revisto em 2018 ([A/RES/72/284](#)). Esta foi a primeira vez que os membros das Nações Unidas acordaram e adoptaram uma abordagem e um quadro estratégico comum para combater o terrorismo.

A Estratégia Antiterrorista é um instrumento global único para reforçar os esforços nacionais, regionais e internacionais de combate ao terrorismo, inclusive através do reforço da cooperação entre todos os actores-chave. A sua adopção demonstrou uma determinação em tomar medidas práticas, individual e colectivamente, para prevenir e combater o terrorismo. Essas medidas práticas incluem medidas que vão desde o reforço da capacidade do Estado para combater as ameaças terroristas, até uma melhor coordenação das actividades anti-terroristas do sistema das Nações Unidas.⁸⁵

Contudo, as Leis Nacionais Antiterroristas raramente protegem os direitos da criança e podem não ter em consideração as necessidades das crianças associadas a grupos armados designados como terroristas.

Quadro do Conselho de Segurança

De acordo com a Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança é o principal responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais.

Resoluções do Conselho de Segurança sobre crianças e conflitos armados

O Conselho de Segurança emitiu várias resoluções relacionadas com Crianças e Conflitos Armados para solicitar à ONU que o fizesse:

- recolher e verificar informações detalhadas sobre onde e como os conflitos armados afectam as crianças,
- utilizar esta informação no relatório anual do Secretário-Geral sobre crianças e conflitos armados apresentado ao Conselho de Segurança,
- nomear as partes em conflito que cometem violações que são desencadeantes da lista,
- encetar um diálogo com os governos e os grupos armados listados para desenvolver planos de acção para travar e prevenir violações que afectem as crianças.⁸⁶

Resolução 1612

Esta resolução estabelece o Mecanismo de Monitorização e Informação que monitoriza e reporta casos de 6 graves violações. As 6 violações graves contra crianças incluem:

- Recrutamento ou utilização de crianças em forças armadas e grupos armados
- Matança e mutilação de crianças
- Violação e outras formas graves de violência sexual
- Ataques a escolas e hospitais
- Rapto de crianças
- Negação de acesso humanitário para crianças

A monitorização e a elaboração de relatórios é feita de forma estritamente confidencial para proteger as crianças e as comunidades, bem como as agências que elaboram relatórios. A informação recolhida é utilizada na advocacia por um grupo de trabalho a nível nacional sobre monitorização e relatórios (CTFMR) liderado pela ONU para defender junto dos governos e das partes em conflito o fim das violações e a libertação das crianças que foram recrutadas.

A informação recolhida através de MRM está disponível num relatório anual do Secretário-Geral da ONU sobre as 6 violações graves, incluindo o recrutamento e utilização de rapazes e raparigas. A ONU, através da UNICEF e do Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para as Crianças e Conflitos Armados, é responsável pela negociação com as partes listadas nos Planos de Acção para pôr fim e prevenir violações graves.

As resoluções são juridicamente vinculativas?

O efeito das resoluções difere de acordo com o tipo de resolução. Resolução é um termo genérico, que inclui recomendações e decisões. As decisões são resoluções vinculativas, enquanto que as recomendações são não vinculativas. Uma resolução é vinculativa quando é capaz de criar obrigações para os seus destinatários⁸⁷ e quando se baseia no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. As resoluções relacionadas com crianças associadas a forças armadas e grupos armados não são juridicamente vinculativas.

84 Gabinete de Contra-Terrorismo da ONU. Instrumentos Jurídicos Internacionais. <https://www.un.org/counterterrorism/international-legal-instruments> (Consultado em Fevereiro de 2021)

85 UNODC. Módulo 3 : Visão geral do Quadro Jurídico Internacional de Combate ao Terrorismo. <https://www.unodc.org/e4j/en/terrorism/module-3/key-issues/un-global-ct-strategy.html> (Consultado em Fevereiro de 2021)

86 Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral para as Crianças e os Conflitos Armados. O mandato do Representante Especial. <https://childrenandarmedconflict.un.org/about/the-mandate/> (Consultado em Fevereiro de 2021)

87 Marko Divac Oberg (2006)

Normas internacionais

As normas e princípios internacionais baseiam-se num quadro jurídico internacional que regula as obrigações do Estado para com os seus cidadãos e outras pessoas nesse Estado. A principal Norma Internacional relacionada com a CAAFAG são os Princípios de Paris.

As normas internacionais que foram endossadas pelos Estados de uma forma ou de outra mas que não são juridicamente vinculativas são referidas como “soft law”. Por outras palavras, não podem desencadear a responsabilidade do Estado. No entanto, são consideradas como moralmente vinculativas, representam um compromisso dos Estados signatários, e fornecem uma orientação importante.⁸⁸

Aqui estão algumas das principais leis e normas internacionais relevantes para crianças associadas a forças armadas e grupos armados.

88 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária. (2019)

* Acrescentar o nome do seu país e verificar se o Estado ratificou os instrumentos legais e normativos relevantes e adoptou os decretos de aplicação, se for o caso.

Tipo de direito internacional/normal	Organismos jurídicos/normas relevantes (não exaustivos)	Comentários	Ratificação do país e decreto de aplicação: (nome do país) *
Quadro jurídico internacional			
Direito Internacional Humanitário (DIH)	<p>As Quatro Convenções de Genebra (GC) (1949)</p> <p>As convenções de Genebra I e II estão relacionadas com os doentes e feridos</p> <p>A Convenção de Genebra III está relacionada com os prisioneiros de guerra</p> <p>A Convenção de Genebra IV está relacionada com a protecção da população civil</p> <p>Protocolos adicionais I e II às Convenções de Genebra (1977)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Protocolo adicional I (API): aplicável a conflitos armados internacionais • Protocolo adicional II (APII): aplicável a conflitos armados não internacionais 	<p>As quatro Convenções de Genebra são universalmente ratificadas.</p> <p>GC IV art 68, par. 4, API art 77, par. 5 e APII art. 6, par. 4 proíbem a pronúncia ou execução de uma sentença de morte contra alguém com menos de 18 anos no momento da ofensa.</p> <p>AP I art 77 das Convenções de Genebra estabelece o princípio de protecção especial para as crianças: “As crianças serão objecto de respeito especial e serão protegidas contra qualquer forma de agressão indecente. As partes em conflito devem proporcionar-lhes o cuidado e a ajuda de que necessitam, quer devido à sua idade, quer por qualquer outro motivo”. Os Estados devem tomar todas as medidas viáveis para evitar que crianças menores de 15 anos participem directamente nas hostilidades. Estas disposições aplicam-se tanto aos conflitos internacionais como aos conflitos internos.</p> <p>AP II artigo 4 estipula que: “As crianças devem receber o cuidado e a ajuda de que necessitam”, enumera medidas especiais dedicadas apenas às crianças e que os Estados devem tomar medidas legislativas para proibir o recrutamento de crianças menores de 15 anos e a sua participação em conflitos internos.</p> <p>O artigo 4(3)(d) especifica que as crianças capturadas, ou seja, as crianças detidas, têm direito a protecção especial. Informações adicionais podem ser encontradas na ficha informativa sobre Protecção Jurídica de Crianças em Conflitos Armados</p>	
	<p>Direito consuetudinário do DIH - Regras relevantes para o recrutamento e utilização de crianças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regra 120: Alojamento de crianças privadas da sua liberdade • Regra 135: Crianças • Regra 136: Recrutamento de crianças-soldados • Regra 137: Participação de Crianças-Soldados nas Hostilidades 	<p>O CICV identificou as seguintes três regras habituais do DIH que são particularmente relevantes para o recrutamento e utilização de crianças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regra 120: As crianças em detenção devem ser separadas dos adultos • Regra 135: As crianças afectadas por conflitos armados têm direito a respeito e protecção especiais • Regra 136: As crianças não devem ser recrutadas para as forças armadas ou grupos armados • Regra 137: As crianças não devem ser autorizadas a participar em hostilidades 	

Tipo de direito internacional/normal	Organismos jurídicos/normas relevantes (não exaustivos)	Comentários	Ratificação do país e decreto de aplicação: (nome do país) *	
Direito Internacional dos Direitos Humanos (IHRL)	A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)	Embora não seja um tratado vinculativo, é geralmente considerado como o fundamento do IHRL		
	A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC 1989) A Convenção sobre os Direitos da Criança é considerada por muitos como tendo alcançado o estatuto de jus cogens, uma vez que foi ratificada por todos os países excepto um. A CDC está a um nível mínimo de direito internacional consuetudinário devido ao apoio quase universal.	Artigos relevantes do CRC Artigo 1º Definição de uma criança Artigo 2º Não-discriminação Artigo 3º Melhor interesse da criança Artigo 6º Direito à vida Artigo 12º Direito à participação Artigo 20º Protecção de crianças sem família Artigo 37º Proibição da tortura e privação de liberdade Artigo 38º A protecção das crianças em conflitos armados Artigo 39º Recuperação e reintegração social Artigo 40º Tratamento no sistema de justiça juvenil		
	Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados (OPAC) (2000)	O Protocolo proíbe: Artigo 1º O recrutamento de qualquer pessoa com menos de 18 anos para as forças armadas para participar directamente nas hostilidades Artigo 2º O recrutamento obrigatório de qualquer pessoa com menos de 18 anos nas forças nacionais Artigo 4º O recrutamento e utilização em hostilidades de qualquer pessoa com menos de 18 anos em grupos armados		
	Convenções 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (1999)	Artigo 3º Define o recrutamento forçado e obrigatório de crianças em conflitos armados como uma das piores formas de trabalho infantil. ⁶⁹		
	Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984)	A Convenção exige que os Estados tomem medidas eficazes para prevenir a tortura em qualquer território sob a sua jurisdição e proíbe aos Estados o transporte de pessoas para qualquer país onde haja razões para crer que serão torturadas.		
	Comentário Geral CRC No. 24 (2019) Direitos da criança no sistema de justiça infantil	O Comentário Geral fornece princípios orientadores de uma política abrangente sobre o sistema de justiça infantil		
	Instrumentos regionais de direitos humanos			
	Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança (1999)	O artigo 22.2º da Carta Africana proíbe que qualquer criança participe em hostilidades e seja recrutada. A Carta Africana sobre os direitos e o bem-estar da criança é juridicamente vinculativa para os países que a ratificaram.		
Comentário Geral sobre o Artigo 22 da Carta da Criança Africana Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (2003)	Os comentários gerais ao artigo 22º incluem a protecção específica do CAAFAG, incluindo a prevenção da detenção, julgamento em sistemas de justiça infantil especializados e apoio à reintegração.			

Tipo de direito internacional/ normal	Organismos jurídicos/ normas relevantes (não exaustivos)	Comentários	Ratificação do país e decreto de aplicação: (nome do país) *
Direito Internacional dos Direitos Humanos (IHRL)	<p>A Convenção Ibero-Americana sobre os Direitos da Juventude (2005)</p> <p>Covenant on the Rights of the Child in Islam (2005), adoptado pelo Organização da Conferência Islâmica (OIC)</p> <p>Declaração dos Direitos Humanos da ASEAN (2012)</p>	O artigo 11.4º do protocolo sobre os Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África proíbe qualquer criança, especialmente raparigas, de participar em hostilidades e de ser recrutada como soldado.	
Direito Internacional dos Refugiados (IRL)	<p>A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)</p> <p>Protocolo relativo ao Estatuto do Refugiado (1967)</p> <p>Convenção da União Africana para a Protecção e Assistência das Pessoas Deslocadas Internamente em África (2009)</p> <p>Convenção da União Africana que rege aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África (1974)</p>	O recrutamento ou utilização ilegal de crianças é uma forma de perseguição que possa justificar a concessão do estatuto de refugiado.	
Direito Penal Internacional (ICL)	<p>As Quatro Convenções de Genebra (1949)</p> <p>Protocolos adicionais I e II às Convenções de Genebra (1977)</p> <p>O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998)</p> <p>Leis de Jurisdição Universal</p>	<p>Convenção I, artigo sobre as violações da Grave Convenção II, artigo 51º Violações graves Convenção III, artigo 130º Violações graves Convenção IV, artigo 147º Violações graves Protocolo adicional I, artigo 11 protecção de pessoas Protocolo adicional I, artigo 85 repressão de infracções a este protocolo</p> <p>Artigo 8º do Estatuto de Roma Crimes de guerra 2. b) (xxvi) afirma que recrutar ou alistar crianças menores de 15 anos em forças armadas ou grupos nacionais ou utilizá-los para participar activamente em todo o tipo de hostilidades, é um crime de guerra.</p>	

89 OIT. Crianças associadas às forças armadas e grupos armados. <https://www.ilo.org/ipec/areas/Armedconflict/lang--en/index.htm> (Consultado em Fevereiro de 2021)

Tipo de direito internacional/normal	Organismos jurídicos/normas relevantes (não exaustivos)	Comentários	Ratificação do país e decreto de aplicação: (nome do país) *
Direito Internacional Contra o Terrorismo	Resolução da Assembleia Geral 70/285 sobre a Revisão da Estratégia Antiterrorista Global das Nações Unidas (2018)	<p>A estratégia é um instrumento global único para reforçar os esforços nacionais, regionais e internacionais de combate ao terrorismo. A Assembleia Geral revê a Estratégia de dois em dois anos, tornando-a um documento vivo em sintonia com as prioridades antiterroristas dos Estados-Membros.</p> <p>O artigo 18º reitera que as crianças acusadas ou reconhecidas como tendo infringido a lei devem ser tratadas de acordo com o direito internacional, em particular de acordo com a CDC. Insta igualmente os Estados Membros a tomarem medidas relevantes para a reintegração efectiva das crianças anteriormente associadas a grupos armados, incluindo grupos terroristas</p> <p>O artigo 44º apela aos estados membros para que impeçam o recrutamento de combatentes terroristas estrangeiros, incluindo crianças.</p>	
Quadro jurídico do Conselho de Segurança			
Resoluções do Conselho de Segurança da ONU	<p>Resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre crianças em conflitos armados 1261 (1999), 1314 (2000), 1373 (2001), 1379 (2001), 1460 (2003), 1539 (2004), 1612 (2005), 1882 (2009), 1998 (2011), 2068 (2012), 2143 (2014), 2225 (2015), 2427 (2018)</p> <p>Resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a manutenção da paz e segurança internacionais 2250 (2015)</p>	<p>1261: protecção das crianças durante os conflitos e negociações de paz</p> <p>1314: assegurar o acesso total e seguro do pessoal humanitário</p> <p>1373: assegurar que todos os Estados se abstenham de apoiar entidades ou pessoas envolvidas em actos terroristas, nomeadamente através da supressão do recrutamento de membros de grupos terroristas</p> <p>1379: desencorajar os actores empresariais de manterem relações comerciais com as partes em conflito</p> <p>1460: destacar a consideração das necessidades específicas das raparigas</p> <p>1539: enfatizar a inclusão de crianças no processo DDR</p> <p>1612: criação do Grupo de Trabalho do Conselho sobre Crianças e Conflitos Armados e do Mecanismo de Monitorização de Relatórios</p> <p>1882: estabelecimento de um plano de acção com as partes em conflito</p> <p>1998: acção contra as partes listadas por violações múltiplas</p> <p>2068: aumentar a pressão sobre os perpetradores de violência e abuso contra crianças</p> <p>2143: nenhuma impunidade para os perpetradores de crimes de guerra contra crianças</p> <p>2225: reforma do sector da segurança para integrar a protecção da criança</p> <p>2427: prevenção do recrutamento, sinais de alerta precoce, tratamento principalmente como vítimas, protocolos de entrega e alternativas aos procedimentos judiciais para crianças detidas</p> <p>2250: participação dos jovens na construção da paz</p>	

Tipo de direito internacional/normal	Organismos jurídicos/normas relevantes (não exaustivos)	Comentários	Ratificação do país e decreto de aplicação: (nome do país) *
Normas e Princípios Internacionais			
Normas internacionais (soft law)	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	<p>Objectivo 8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravatura moderna e o tráfico de seres humanos e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo o recrutamento e utilização de crianças-soldados, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas</p> <p>Objectivo 16.2 Acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças</p>	
	Compromissos de Paris para Proteger as Crianças Recrutadas ou Utilizadas pelas Forças Armadas ou Grupos Armados (2007)	<p>Os Princípios de Paris substituem os Princípios e Melhores Práticas da Cidade do Cabo sobre o Recrutamento de Crianças nas Forças Armadas e sobre a Desmobilização e Reintegração Social das Crianças-Soldados em África, que foram estabelecidos em 1997.</p>	
	Princípios e Diretrizes de Paris sobre Crianças Associadas às Forças Armadas ou Grupos Armados (2007)	<p>Os “Compromissos de Paris” estabelecem directrizes detalhadas para proteger as crianças do recrutamento e para prestar assistência às pessoas já envolvidas com grupos ou forças armadas. Complementam os mecanismos políticos e legais já em vigor no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no Tribunal Penal Internacional e noutros organismos que tentam proteger as crianças da exploração e da violência.</p>	
	Princípios de Vancouver sobre a Manutenção da Paz e a Prevenção do Recrutamento e Utilização de Crianças-Soldados (2017)	<p>Os princípios de Vancouver dão prioridade à prevenção do recrutamento e utilização de crianças e apoiam a identificação e resposta a sinais de alerta precoce.</p>	
	<p>Regras relevantes para os sistemas de justiça infantil</p> <p>“As Regras de Pequim” para a administração da justiça juvenil (1985)</p> <p>“As Regras de Tóquio” para medidas não privativas de liberdade (1990)</p> <p>“As Directrizes de Riade” para a prevenção of delinquência juvenil (1990)</p> <p>“As Regras de Havana” para a proteção de menores privados de liberdade (1990)</p> <p>As “Regras de Bangucoque” para o tratamento de prisioneiras e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (2010)</p>	<p>As Regras de Pequim afirmam o compromisso dos Estados membros em “esforçarem-se por desenvolver condições que assegurem ao jovem uma vida significativa na comunidade, o que, durante esse período da vida em que é mais susceptível a comportamentos desviantes, fomentará um processo de desenvolvimento pessoal e de educação tão livre do crime e da delinquência quanto possível”.</p> <p>As Regras de Tóquio destinam-se a promover um maior envolvimento da comunidade na gestão da justiça penal, especificamente no tratamento dos infractores, bem como a promover entre os infractores um sentido de responsabilidade para com a sociedade.</p> <p>As Directrizes de Riade afirmam a importância de reduzir a delinquência juvenil na redução da criminalidade, a necessidade de implementar as directrizes de acordo com uma abordagem centrada na criança, e a responsabilidade comunitária pelo bem-estar das crianças desde as idades mais precoces possíveis.</p> <p>As Regras de Havana estabelecem normas mínimas para jovens presos ou à espera de julgamento e a gestão de instalações juvenis.</p> <p>As Regras de Bangucoque dão atenção ao impacto da detenção e prisão dos pais nas crianças e promovem as boas práticas.</p>	

Tipo de direito internacional/normal	Organismos jurídicos/normas relevantes (não exaustivos)	Comentários	Ratificação do país e decreto de aplicação: (nome do país) *
Normas internacionais (soft law)	Os Princípios Orientadores sobre Deslocação Interna (1998)	Os Princípios Orientadores estabelecem que em circunstância alguma serão recrutadas crianças deslocadas, nem será exigido ou permitido que participem em hostilidades	
	As Normas Mínimas para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2019).	Padrão 11 Crianças Associadas às Forças Armadas e Grupos Armados	
Normas internacionais relativas à promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não recorrência	Princípios Básicos e Diretrizes sobre o Direito à Reparação e Reparação das Vítimas de Violações Graves do IHRL e Violações Graves do IHL (2005) Resolução 60/147 da Assembleia Geral da ONU	O objectivo da Resolução é ajudar as vítimas e os seus representantes a acederem ao seu direito de reparação e orientar e encorajar os Estados na implementação de políticas públicas de reparação.	
	Nota de Orientação do Secretário-Geral da ONU sobre a abordagem da ONU à Justiça Transitória (2010)	Esta nota fornece os princípios orientadores e o enquadramento dos processos e mecanismos de justiça transitórios. Descreve os principais componentes da justiça transitória, e as formas de reforçar ainda mais estas actividades.	
	Conselho Económico e Social da ONU, Updated Set of Principles for the protection and promotion of human rights through action to combat impunity, E/CN4./2005/102/Add.1 (2005)	Este relatório actualizado destaca os princípios do direito das vítimas ao conhecimento, do direito à justiça e do direito à reparação.	
	Estratégias Modelo das Nações Unidas e Medidas Práticas para a Eliminação da Violência contra Crianças no Campo da Prevenção do Crime e Justiça Criminal	As Estratégias Modelo foram adoptadas pela Assembleia Geral através da resolução 69/194. O parágrafo 14 (a) apela a medidas de prevenção específicas para impedir o recrutamento, utilização e vitimização de crianças por grupos criminosos, entidades terroristas ou grupos extremistas violentos.	

90 ONU. Direito Internacional e Estruturas Nacionais. <https://www.un.org/esa/socdev/enable/discom101.htm> (Consultado em Fevereiro de 2021)

91 Baro (2005)

92 Bureau of International Labor Affairs dos EUA (2016)

93 Resolução 2427 par. 19-21 do Conselho de Segurança da ONU; UNSCR 2427 OP 21; Paris Principles Art 3.6, e CRC General Comment 24.

94 ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança. Artigo 40 3. b1989

Como é que o direito internacional se aplica aos Estados signatários?

Existem dois sistemas principais. O *dualista* e o *monista*.

Os dualistas consideram o direito internacional e o direito municipal como distintos, e o direito municipal só pode aplicar o direito internacional quando este tiver sido incorporado no direito municipal. A incorporação pode resultar de um acto do parlamento ou de outro acto político, ou dado efeito pelos tribunais. A Inglaterra é um exemplo do modelo dualista do direito internacional. Um tratado não tem efeito no direito interno inglês, a menos que seja incorporado no direito inglês.

Os monistas consideram o direito internacional e o direito municipal como partes de um único sistema jurídico. De acordo com este sistema, o direito municipal é subserviente ao direito internacional. O sistema jurídico holandês é um exemplo de um modelo monista. O direito internacional funciona automaticamente no âmbito do sistema jurídico nacional.

Há alguns países, como os Estados Unidos, onde existe um modelo híbrido. Alguns tratados são considerados lei municipal, mas não todos.⁹⁰

Como resultado, é importante identificar que país modelo se aplica, para saber como os vários instrumentos jurídicos são aplicados em cada contexto e se o direito internacional tem precedência sobre o direito nacional.

Em alguns países, o direito internacional é complementado pelo direito nacional que proíbe o recrutamento e a utilização de crianças. Não impede necessariamente o recrutamento; contudo, fornece instrumentos legais para processar os recrutadores. Seguem-se dois exemplos de como o direito nacional pode contribuir para a prevenção do recrutamento.

República Democrática do Congo (RDC)

A RDC é um país monista, no entanto, vários textos de lei que proíbem o recrutamento de crianças complementam o quadro jurídico internacional.

Isto inclui:

- O código legal militar (Lei nº 023/2002) que proíbe o recrutamento de crianças menores de 18 anos nas forças armadas
- A Lei 066 decreto de 9 de Junho de 2000 que considera o recrutamento forçado de crianças nas forças armadas como uma pior forma de trabalho infantil

- A lei do 10 de Janeiro de 2009 artigo 53 sobre a protecção das crianças proíbe o recrutamento de crianças nas forças armadas e grupos armados. A lei prevê 20 anos de prisão para o recrutamento de crianças.

Sul do Sudão

No Sul do Sudão, o artigo 31(1) da Lei da Criança assinado em 2008 estipula que a idade mínima para o recrutamento militar obrigatório e voluntário é de 18 anos, bem como para o recrutamento por outros actores armados, incluindo milícias.⁹²

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Paris Principles Operational Handbook Chapter 3 - The Legal and Normative Framework & Annex

Como se aplica o direito internacional às crianças associadas às forças armadas e aos grupos armados?

Com base na assinatura dos instrumentos jurídicos relevantes, no sistema seleccionado em cada país (monista ou dualista), e na incorporação numa lei municipal para Estados dualistas, os parágrafos seguintes podem ou não ser aplicáveis.

As crianças associadas a forças armadas e grupos armados devem ser consideradas como vítimas pelas jurisdições internacionais e nacionais e não devem ser sujeitas a procedimentos criminais.⁹³ Se as crianças forem acusadas de crimes ao abrigo do direito nacional ou internacional, a acusação deve ser considerada como uma medida de último recurso, e o objectivo de qualquer sentença deve ser a reabilitação e reintegração da criança na sociedade. O Artigo 40(3)(b) da CDC exige que os Estados procurem alternativas aos procedimentos judiciais para crianças a nível nacional, tais como “cuidados, ordens de orientação e supervisão, aconselhamento, liberdade condicional, acolhimento, educação e programas de formação profissional.”⁹⁴

Detenção de crianças

Conflito Armado Internacional

No caso de conflito armado internacional, o DIH permite o internamento de prisioneiros de guerra (POW), bem como de civis, por razões de segurança imperativa. Os prisioneiros de guerra são “combatentes” capturados pela parte contrária. Um “combatente” é um membro das forças armadas de uma parte num conflito, que tem “o direito de participar directamente nas hostilidades”. Como tal, um prisioneiro de guerra não pode ser processado pelo seu captor por actos de violência lícitos cometidos durante as hostilidades, mas pode ser julgado e punido

por violação do DIH ou outros crimes internacionais graves. Uma criança pode tornar-se um prisioneiro de guerra se for um combatente acima dos 15 anos.

A detenção de prisioneiros de guerra em prisões regulares é proibida⁹⁵ e os prisioneiros de guerra devem ser libertados e repatriados “sem demora após a cessação das hostilidades”.⁹⁶ Segundo o DIH, as crianças que tenham sido detidas como prisioneiros de guerra devem ser mantidas em alojamentos separados dos detidos adultos, excepto quando alojadas com membros adultos da família. Também beneficiam de protecção especial. ([Ver parágrafo sobre Detenção 29](#)). Na prática, as crianças prisioneiras de guerra são muito raras e nenhum caso foi registado desde a Segunda Guerra Mundial.

Conflitos armados não internacionais

As crianças associadas a forças armadas e grupos armados que se rendem ou são capturadas em conflitos armados não internacionais não são consideradas prisioneiros de guerra nem combatentes, uma vez que o estatuto de prisioneiros de guerra não existe na NIAC.

O artigo 3º comum das Convenções de Genebra aplica-se às crianças detidas numa NIAC. Os artigos 4º e 5º do Protocolo Adicional II aplicam-se à detenção e prisão de crianças em conflitos aos quais se aplicam, embora não contenham as garantias processuais relevantes para as crianças. Na maioria dos casos de detenção em conflitos armados não internacionais, o direito dos direitos humanos e o direito nacional podem proporcionar uma parte ou a totalidade da protecção necessária.⁹⁷

Tanto o artigo 37(b) da Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC) como o artigo 9 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ICCPR) prevêm que as crianças não serão privadas de liberdade de forma ilegal ou arbitrária. A detenção é reconhecida como legítima em algumas circunstâncias, mas apenas se for “legal” ao abrigo da legislação nacional, e se algumas garantias processuais para as crianças forem postas em prática.⁹⁸ Além disso, a detenção não deve ser “arbitrária”, mas necessária e proporcional ao fim procurado.

As crianças que estão em contacto com a lei, devem ter acesso a um sistema de justiça justo, especializado e amigável da criança. O limiar para demonstrar que a detenção é necessária e proporcional é superior ao dos adultos, devido ao requisito da CDC de que a detenção de crianças só deve ser utilizada como medida de último recurso, e durante o período mais curto apropriado.⁹⁹ As medidas alternativas à detenção ou desvio devem ser sempre preferidas¹⁰⁰. O interesse superior da criança deve ser uma consideração primordial na decisão de colocar ou não uma criança em detenção,¹⁰¹ e, se detida, o Estado deve fornecer as seguintes salvaguardas legais:

- Os sistemas de justiça civil-juvenil devem ser utilizados para crianças que tenham atingido a idade mínima de responsabilidade criminal.¹⁰²
- Nenhuma criança será submetida a tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Nem a pena capital nem a prisão perpétua sem possibilidade de libertação serão impostas por infracções cometidas por pessoas com menos de dezoito anos de idade.¹⁰³

Todas as crianças alegadas ou acusadas de terem infringido a lei devem:¹⁰⁴

- Ser presumido inocente até ser provada a sua culpabilidade de acordo com a lei.
- Ser informada imediata e directamente das acusações contra ele, e, se apropriado, através dos seus pais ou tutores legais, e ter assistência jurídica ou outra assistência adequada na preparação e apresentação da sua defesa.
- Fazer com que o assunto seja determinado sem demora por uma autoridade ou órgão judicial competente, independente e imparcial numa audiência justa de acordo com a lei, na presença de assistência jurídica ou outra assistência apropriada e, a menos que se considere que não é do interesse superior da criança, em particular, considerando a sua idade ou situação, os seus pais ou tutores legais.
- Ser obrigado a prestar testemunho ou a confessar a culpa; a examinar ou ter examinado testemunhas adversas e obter a participação e o exame de testemunhas em seu nome em condições de igualdade.

95 Artigo 22º da Convenção de Genebra III.

96 Artigo 18º da Convenção de Genebra III.

97 Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral da Criança e dos Conflitos Armados (2011)

98 Bolanos v. Equador, Comunicação n.º 238/1987; Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Domukovsky v. Geórgia, n.º 623, 624, 626 e 627/1995.

99 Artigo 37(b) CRC

100 Art 37(3)(b) e 37(4) CRC, Art 6 OPAC sobre reintegração de crianças recrutadas, Princípios de Paris às 8.9, UNSCR 2427 para 21: 21

101 Artigo 3 CRC

102 Artigo 40(3)(a) CRC

103 Artigo 37º-A da CRC;

104 Artigo 40 2 b (i) a (vii) da CRC, Princípios de Paris, que elevam estas normas, UNSCR 2427 par. 19-21

105 Artigo 9(2) do ICCPR. Ver também o Comité dos Direitos Humanos, Comentário Geral n.º 8 (1982). O Comité dos Direitos Humanos observou que embora este requisito pareça aplicar-se apenas a pessoas acusadas de uma infracção penal, também se aplica a pessoas detidas em detenção administrativa.

- Fazer rever esta decisão e quaisquer medidas impostas em consequência da mesma por uma autoridade superior competente, independente e imparcial ou órgão judicial, de acordo com a lei.
- Ter a assistência gratuita de um intérprete se a criança não compreender ou não falar a língua utilizada.
- Ter a sua privacidade plenamente respeitada em todas as fases do processo
- O direito a ser informado dos motivos da detenção;¹⁰⁵
- O direito a ser prontamente apresentado a um juiz e a um controlo judicial da legalidade da detenção;¹⁰⁶
- O direito à libertação ou a um julgamento dentro de um “prazo razoável”, quando uma criança é acusada de um crime;¹⁰⁷
- O direito de ver a detenção reconhecida pelas autoridades e de comunicar com familiares e amigos;¹⁰⁸

A detenção nunca deve ser utilizada como alternativa a uma acusação criminal, ou quando não existam provas suficientes para acusar uma criança de um delito criminal. Também não deve ser utilizada para a recolha de informações. Além disso, a detenção não deve “continuar para além do período durante o qual o Estado possa fornecer uma justificação apropriada”.¹⁰⁹ Se o fizer, deixará de satisfazer os critérios para a detenção legal.¹¹⁰

As crianças detidas durante o conflito armado são algumas das crianças mais invisíveis. Poucas crianças têm acesso a um advogado ou são-lhes dadas as razões que as levaram a ser detidas. Muitas são detidas por longos períodos de tempo sem acusação, e muitas vezes sem qualquer contacto com a sua família. Abundam as provas de que tais crianças são particularmente vulneráveis.

Acção penal

Nos conflitos armados internacionais, um combatente infantil pode ser levado perante um tribunal pela alegada comissão de crimes de guerra, tais como matar civis, pilhar e queimar aldeias, e violar ou outras formas de violência sexual.

Em situações de conflito armado não internacional, os Estados podem processar as crianças por actos considerados crimes no direito nacional ou internacional enquanto estiverem associados a forças armadas ou

grupos armados. Isto deve, no entanto, continuar a ser uma medida de último recurso e devem ser previstas salvaguardas judiciais. O melhor interesse da criança e a sua reintegração na sociedade deve ser sempre a principal preocupação.

Quando um Estado ou um dos tribunais internacionais considera processar uma criança, as duas questões-chave são: (1) se a criança tem responsabilidade criminal; e (2) se o tribunal tem jurisdição para julgar um processo contra a criança.

Responsabilidade criminal

O artigo 40º (3) da CDC exige que todos os Estados estabeleçam uma idade mínima de responsabilidade criminal, mas não especifica a idade. Contudo, o Comité dos Direitos da Criança salienta no Comentário Geral n.º 24 que, com base em provas de desenvolvimento e neurocientíficas, os cérebros adolescentes continuam a amadurecer muito para além da adolescência, afectando as suas tomadas de decisão. Como resultado, o Comité recomenda aos Estados um aumento da idade de responsabilidade criminal para os 15 ou 16 anos.¹¹¹

O DIH não estabelece uma idade mínima de responsabilidade criminal por crimes internacionais. Tem sido argumentado, contudo, que o Artigo 77(2) do Protocolo Adicional I estabelece de facto uma idade mínima de 15 anos para crimes de guerra. Esta conclusão baseia-se na ideia de que este Artigo, que agora faz parte do DIH habitual, estabelece a idade mínima para o recrutamento em forças armadas ou grupos armados, e a participação activa nas hostilidades aos 15 anos. Contudo, o próprio texto não faz qualquer referência directa a uma idade mínima de responsabilidade criminal das crianças-soldados.¹¹²

Os Princípios de Paris prevêm que “as crianças acusadas de crimes de direito internacional alegadamente cometidos enquanto estavam associadas a forças armadas ou grupos armados, devem ser consideradas principalmente como vítimas e não como perpetradores”. Se uma acusação avançar e a criança for condenada, tanto os Princípios de Paris como a CDC exigem que “o objectivo de qualquer sanção imposta a uma criança deve ser o de promover a reabilitação e a reintegração na comunidade e não o de punir”.

106 Artigo 37(d) do CRC; Artigo 9(4) do ICCPR.

107 Artigo 9 (3) do ICCPR.

108 Artigo 1º da Convenção Internacional para a Protecção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, 2006; Comité dos Direitos Humanos, Comentário Geral N° 29 (2001), U.N. Doc. CCPR/C/21/Rev.1/Add.11, par. 13(b).

109 A. v. Austrália, 1997, par. 9.4; C. v. Austrália, Comunicação n° 900/1999 2002, par. 8.2.

110 A. v. Austrália, 1997

111 Comité dos Direitos da Criança (2019)

112 Happold (2005)

Tribunal internacional

Segundo o ICL e de acordo com as decisões do tribunal penal internacional, como no caso de Thomas Lubanga ou no caso de Bosco Ntaganda, as crianças recrutadas e utilizadas por grupos armados durante um conflito armado devem ser consideradas como vítimas de guerra e não devem ser processadas.¹¹³ Além disso, o Tribunal Penal Internacional não tem jurisdição para julgar qualquer pessoa que tenha menos de 18 anos quando o crime foi cometido.¹¹⁴

Tribunal nacional

Se uma criança tiver de ser processada num tribunal nacional pela alegada prática de um crime ao abrigo do direito nacional ou internacional, devem ser estabelecidas várias salvaguardas judiciais (ver secção Detenção) e que as normas internacionais, incluindo a CDC (assinada por todos os Estados excepto os EUA) se apliquem.

O direito internacional impõe restrições aos tipos de sentenças que podem ser impostas por um Estado, um tribunal penal nacional, um tribunal militar ou um órgão executivo do Estado, tais como a polícia ou as forças armadas:

- A pena de morte de crianças é proibida em todas as circunstâncias,¹¹⁵ assim como a im- posição de prisão perpétua sem possibilidade de libertação;
- Qualquer forma de castigo corporal como sentença constituiria um tratamento degradante contrário ao artigo 37 da CDC;¹¹⁷
- As sentenças que possam envolver tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, ou punições, não podem ser ordenadas.¹¹⁸

Limitações à acusação

Os Princípios de Paris e a resolução 2427 da ONU apelam à perseguição destas crianças como uma questão de último recurso. Embora não sejam juridicamente vinculativos, reflectem o compromisso dos Estados signatários de pôr fim ao recrutamento de crianças e à sua utilização em hostilidades.

Princípios de Paris

- Artigo 8.7 As crianças que tenham sido associadas a forças armadas ou grupos armados não devem ser perseguidas ou punidas ou ameaçadas de perseguição ou punição apenas pela sua pertença a essas forças ou grupos

- Os artigos 3.6 e 3.7 As crianças acusadas de crimes de direito internacional alegadamente cometidos enquanto estavam associadas a forças armadas e grupos armados devem ser consideradas principalmente como vítimas e não como perpetradores. Estas crianças devem ser tratadas com a reabilitação em mente e devem ser procuradas alternativas aos procedimentos judiciais sempre que possível, com as consequências de que as medidas de justiça são uma medida de último recurso.

Resolução 2427 da ONU

- Artigo 19 As crianças que cometem actos de terrorismo devem ser entregues aos agentes de protecção infantil
- Artigo 20 O CAAFAG deve ser tratado como vítima de violações do direito internacional
- Artigo 21 Os Estados Membros devem considerar alternativas à acusação e detenção

O artigo 40 da CDC encoraja os Estados a encontrar formas apropriadas e eficazes de lidar com crianças em conflito com a lei, sem recorrer a processos judiciais. Em vez de utilizar abordagens puramente punitivas, os métodos alternativos podem contribuir para a reparação e reconciliação, e podem evitar a recaída no futuro. Complementando a CDC, o OPAC estipula que os Estados devem apoiar e prestar assistência a antigas crianças-soldados, a fim de reintegrar as suas famílias e comunidades. No entanto, é frequentemente do maior interesse da criança compreender as consequências morais dos seus actos. Isto pode ser melhor alcançado através da utilização de mecanismos de justiça restaurativa e de programas baseados na comunidade local. Tais iniciativas procuram reconhecer acções que foram perpetradas sob o comando de adultos, mas também apoiar a criança a tornar-se um membro efectivo da comunidade. Tais medidas centram-se na reintegração e reabilitação, e não no castigo.¹¹⁹

Pode incluir:

- Educação ou formação profissional destinada a prevenir recaídas;
- Reparação dos danos causados ou restituição dos prejuízos sofridos;
- Serviço comunitário para os mais vulneráveis da sociedade.

113 UNODC (2019)

114 ICC. Compreender o Tribunal Penal Internacional.

115 Artigo 37(a), CRC; Artigo 6(5) do ICCPR; Regra 17.2 das Regras de Pequim.

116 Artigo 37(a), CRC; CRC, Comentário Geral N° 10, para. 77

117 Artigo 40(3)(a) CRC

118 Artigo 7 do ICCPR; Artigo 37(1) da CRC; Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adoptada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela Resolução 39/46 da Assembleia Geral de 10 de Dezembro de 1984.

119 Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral da Criança e dos Conflitos Armados (2011)

Leitura complementar:

- [Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral da Criança e dos Conflitos Armados. Documento de trabalho n.º3 Crianças e Justiça Durante e após o Conflito Armado. Setembro de 2011](#)

Como se aplica o direito internacional às crianças associadas a grupos armados designados como terroristas?

Os quadros e normas jurídicas internacionais aplicam-se da mesma forma às crianças associadas a grupos armados designados como terroristas. Como resultado, segundo a ICL, as crianças recrutadas e exploradas por grupos extremistas e terroristas violentos durante um conflito armado que foram recrutadas antes dos 15 anos de idade devem ser consideradas como vítimas de guerra.¹²⁰

As crianças que participaram directamente nas hostilidades e que são capturadas devem beneficiar da protecção do Artigo 3 comum da Convenção de Genebra e ser tratadas com a humanidade, protegidas contra matanças, torturas e tratamentos cruéis. As crianças com menos de 15 anos devem beneficiar de uma protecção especial de acordo com o Protocolo Adicional II, incluindo educação, reagrupamento familiar, evacuação de zonas de conflito. Todas as crianças detidas devem beneficiar de protecção de acordo com a CDC, incluindo tratamentos adequados à idade, e centros dedicados à reabilitação da justiça juvenil. Além disso, os Princípios de Paris e todas as outras normas internacionais protegem todas as crianças associadas a forças armadas e grupos armados, incluindo as crianças associadas a grupos armados designados como terroristas.

As raparigas e os rapazes não devem ser detidos ou processados apenas pela sua suspeita de associação ou filiação em grupos terroristas designados e em contextos em que os grupos terroristas designados estejam a operar. Além disso, as crianças não devem ser detidas ou processadas por crimes cometidos por membros da família. Muitas crianças entram em contacto com grupos armados, incluindo grupos listados como terroristas pela ONU através de laços familiares, mas não se deve presumir que estas crianças sejam membros dos grupos ou tenham realizado actos para apoiar estes grupos, e tal determinação deve ser feita caso a caso. Independentemente do seu estatuto face a grupos designados como terroristas, todas as crianças têm o direito de receber assistência humanitária sem discriminação e de acordo com os princípios humanitários.¹²¹

Contudo, na prática, são muitas vezes tratados de forma diferente de acordo com a sua participação activa ou indirecta nas hostilidades.

Direito internacional

A vitimização de crianças, juntamente com as suas características de desenvolvimento e vulnerabilidades específicas, são reconhecidas como justificando limitações aos seus processos judiciais.

Por exemplo, no caso de crianças vítimas de tráfico, existe um princípio de não punição dos delitos directamente ligados ou relacionados com a situação de tráfico por elas vivida. O quadro do tráfico é especialmente relevante, uma vez que muitas crianças foram traficadas para fins de exploração por grupos terroristas e extremistas violentos.¹²²

Quando crianças associadas a grupos armados designados como terroristas cometeram violações graves, o direito consuetudinário dá prioridade aos adultos e não processa as crianças menores de 18 anos. O Tribunal Penal Internacional que aplica o Estatuto de Roma não é competente para processar menores de idade. Contudo, não impede os tribunais nacionais de países que não são signatários do Estatuto de Roma de os processar. O artigo 3º comum da Convenção de Genebra aplica-se independentemente da participação activa ou indirecta nas hostilidades. Portanto, as crianças que participaram indirectamente nas hostilidades beneficiam das mesmas garantias da Convenção de Genebra e do DIH.¹²³

Tribunal competente

Os instrumentos da Universal contra o terrorismo não determinam que tribunal dentro de um Estado deve ser competente para decidir sobre actos terroristas. Os Estados introduzem frequentemente diferentes modelos para a acusação e julgamento de infracções terroristas. Por exemplo, alguns Estados criaram tribunais terroristas especializados ou autoridades de investigação e judiciais especializadas. Contudo, os sistemas judiciais especializados não deveriam estar em concorrência. Os casos de crianças devem permanecer sempre dentro do sistema especializado para crianças em coordenação com os sistemas judiciais especializados em crimes relacionados com o terrorismo.

O [Memorando de Neuchâtel sobre Boas Práticas para a Justiça Juvenil num Contexto de Contra-Terrorismo](#), desenvolvido pelo Fórum Global de Contra-Terrorismo, fornece boas práticas a serem consideradas pelos Governos e profissionais da justiça quando lidam com crianças, como se segue:

120 UNODC (2019)

121 Lista de vigilância (2020)

122 UNODC. (2019)

123 Baulieu (2020)

1. Abordar crianças alegadamente envolvidas em actividades relacionadas com o terrorismo ao abrigo do direito internacional e em conformidade com as normas internacionais em matéria de justiça juvenil
2. Avaliar e abordar a situação das crianças num contexto relacionado com o terrorismo, na perspectiva dos direitos da criança e do seu desenvolvimento
3. Abordar a vulnerabilidade das crianças ao recrutamento e/ou radicalização conducente à violência através de medidas preventivas
4. Desenvolver estratégias de prevenção orientadas com forte incidência na criação de redes de apoio às crianças em risco
5. Abordar as crianças processadas por delitos relacionados com o terrorismo principalmente através do sistema de justiça juvenil
6. Aplicar as normas internacionais apropriadas de justiça juvenil a casos de terrorismo envolvendo crianças, mesmo em casos que são julgados em tribunais de adultos
7. Considerar e conceber mecanismos de desvio para crianças acusadas de delitos relacionados com o terrorismo
8. Considerar, e aplicar quando apropriado, alternativas à prisão, detenção e prisão, incluindo durante a fase de instrução e dar sempre preferência aos meios menos restritivos para alcançar o objectivo do processo judicial
9. Aplicar o princípio da individualização e da proporcionalidade na sentença
10. Manter as crianças privadas da sua liberdade em instalações apropriadas; apoiar, proteger e prepará-las para a reintegração
11. Desenvolver programas de reabilitação e reintegração de crianças envolvidas em actividades relacionadas com o terrorismo para ajudar ao seu regresso bem sucedido à sociedade
12. Conceber e implementar programas especializados em casos de terrorismo para reforçar a capacidade de todos os profissionais envolvidos no sistema de justiça juvenil.
13. Conceber e implementar programas de monitorização e avaliação para assegurar a implementação efectiva das normas internacionais de justiça juvenil

Para além do quadro jurídico internacional, é crucial documentar o quadro jurídico nacional, que tratados foram ratificados e aplicados, qual é o quadro jurídico nacional relacionado com as crianças associadas às forças armadas e grupos armados e a lei nacional anti-terrorismo, se aplicável.

Leitura complementar:

- [UNODC \(2019\) Justice for Children in the Context of Counter-Terrorism: A training manual](#)
- [UNODC \(2017\) Handbook on children recruited and Exploited by terrorist and Violent Extremist Groups the Role of the justice system](#)
- [Watchlist. Countering Terrorism and Violent extremism: The Erosion of Children's Rights in Armed Conflict. Policy Note January 2020](#)
- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Paris Principles Operational Handbook Chapter 28 - Recruitment of Children by Armed Groups Designated as Terrorist Groups

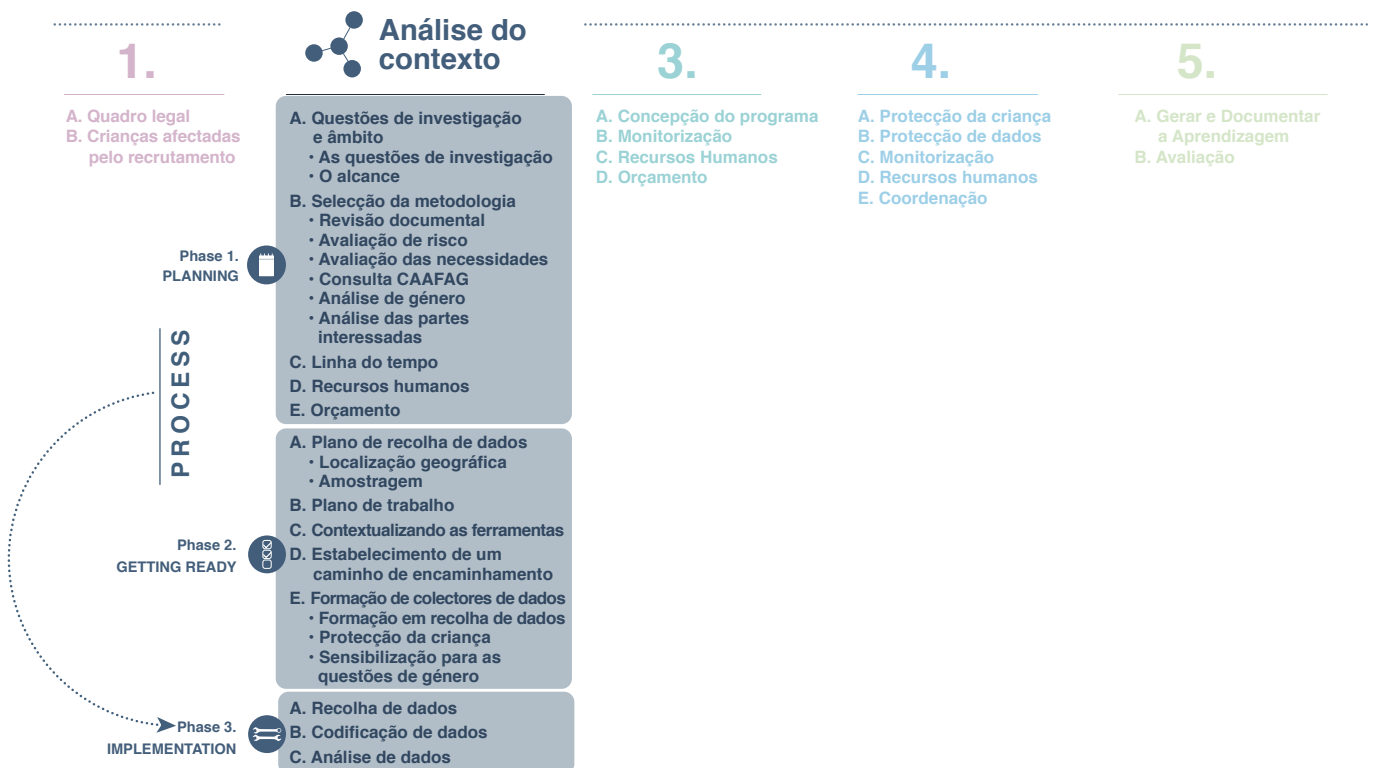
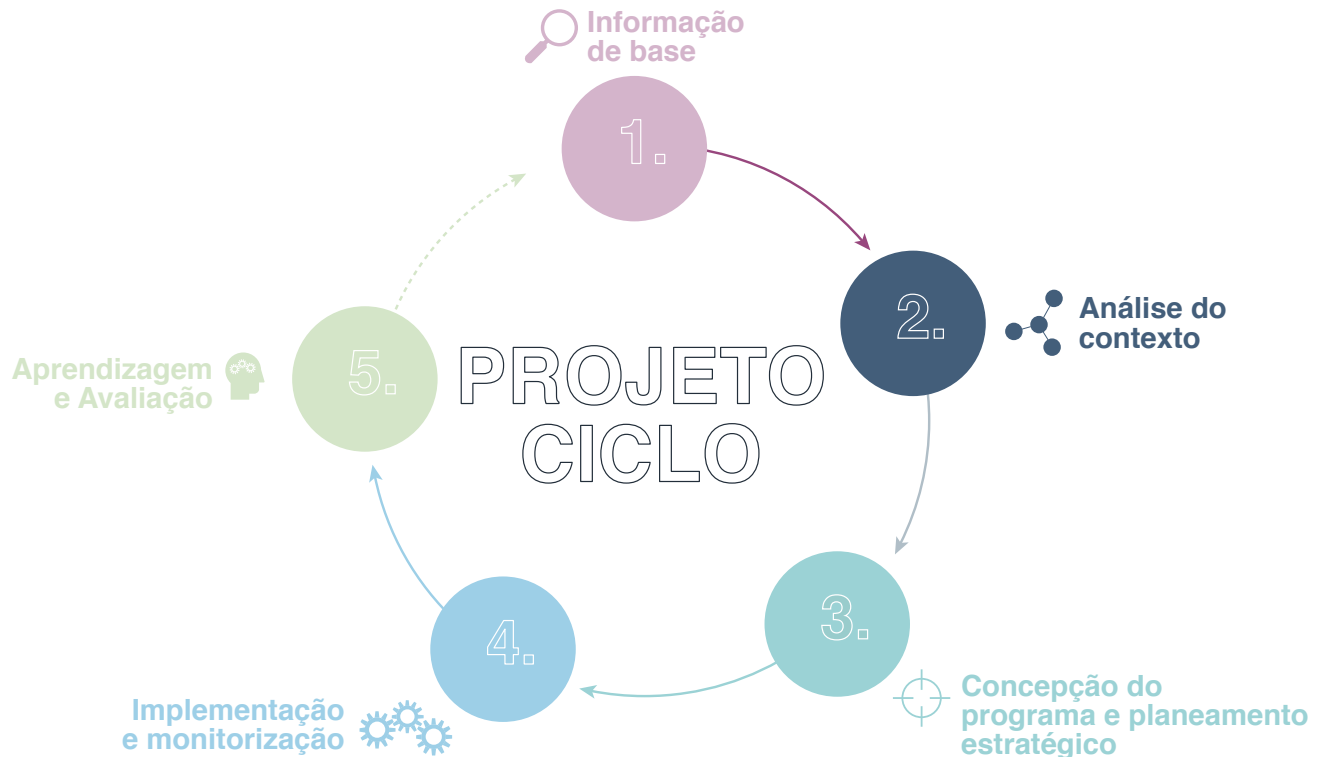


2. ANÁLISE DO CONTEXTO



CAAFAG

Kit de ferramentas de desenvolvimento de programas Directrizes



A implementação de uma análise de contexto é um passo fundamental no desenvolvimento de programas de qualidade. A informação recolhida informará a concepção dos programas CAAFAG. O mais informação de qualidade é recolhida a partir de múltiplas fontes e utilizando diversos métodos, a melhor qualidade será provavelmente a concepção do programa. A análise do contexto pode ser implementada por uma organização, ou de preferência por múltiplos profissionais de campo e coordenados pelo Grupo de Trabalho de Protecção da Criança a nível nacional, ou a nível regional. Envolve ONG, agências da ONU, OBC, actores governamentais que trabalham com a CAAFAG, bem como outros sectores relevantes.

A análise do contexto inclui 3 fases descritas abaixo:

1. **Planeamento:** definição do objectivo e âmbito da análise do contexto, do plano de recolha de dados, da cronologia e do orçamento para a implementação.
2. **Preparação:** selecção e adaptação de ferramentas de recolha de dados e formação de colectores de dados.
3. **Implementação:** recolha, codificação e análise de dados.



Objectivo

A análise do contexto contribuirá para uma melhor compreensão da situação actual de recrutamento, utilização, libertação e reintegração de crianças num determinado local. A informação recolhida é essencial para conceber programas de qualidade sensíveis ao género que respondam às necessidades do CAAFAG, sem causar mais danos.

Princípios chave

A análise do contexto inclui três princípios-chave: não causar danos, participação infantil e sensibilidade ao género e à idade.

Não fazer mal Trabalhar com crianças associadas a forças armadas e grupos armados pode expor o pessoal, pais e crianças a riscos. Crianças podem ser detidos se identificados como antigos CAAFAG; membros da família,

incluindo rapazes e raparigas, podem ser um alvo de retaliação ou discriminação. O envolvimento de crianças na recolha de dados pode também potencialmente expô-los a riscos de salvaguarda, levar à revelação de violência e abuso, causar angústia e ansiedade ou levar à desilusão se as suas expectativas não forem satisfeitas. Os profissionais de campo devem avaliar os potenciais danos e benefícios para as crianças se estas participarem na recolha de dados¹²⁴ e medidas de mitigação de riscos. O risco deve ser equilibrado com o risco de programação cega sem ter em consideração as necessidades das crianças. Os colectores de dados que recolhem informações de crianças devem ter experiência de trabalho com crianças tais como assistentes sociais, agentes de protecção de menores, facilitadores de clubes de jovens formados em protecção de menores. Formação adicional sobre como comunicar com crianças e supervisão próxima pode compensar a falta de experiência com crianças. Deve também existir uma via de encaminhamento em caso de revelação durante a recolha de dados ou de sinais de angústia. A análise de risco fornece as ferramentas para conduzir esta avaliação e identificar medidas de mitigação, incluindo, no mínimo, formação de pessoal sobre a protecção de crianças e recolha de dados sensíveis à idade e ao género. ([Ver Fase 2 - E. Formação](#))

Participação das crianças Cada ferramenta de recolha de dados inclui a participação de crianças, rapazes e raparigas, incluindo CAAFAG. A participação das crianças não é apenas um direito seu, mas as suas opiniões são fundamentais para contribuir para respostas mais relevantes. Sabem melhor o que precisam e como estas necessidades podem ser abordadas. A experiência mostra que o não envolvimento com crianças em risco, particularmente raparigas, leva frequentemente a pressupostos incorrectos que limitarão o alcance e o impacto do programa¹²⁵ e que podem causar danos. A participação em consultas pode dar às crianças um sentido de controlo sobre a situação e agência, particularmente para as raparigas, para contribuir para a sua própria recuperação.¹²⁶

A participação de crianças deve ser voluntário e exigir **consentimento informado** da criança e dos seus pais, prestadores de cuidados, ou outros porteiros relevantes, tais como marido, ou líderes comunitários. Encontrará uma amostra de guião de consentimento informado em cada ferramenta que pode ser adaptada.

124 Graham (2013)

125 Claessens (2016)

126 Plano Internacional (2020)

Sensibilidade ao género e à idade. A recolha de dados deve ser sensível ao género e à idade. Isto inclui a representação proporcional de mulheres e homens, raparigas e rapazes em discussões de grupos focais, entrevistas a informadores-chave, e durante workshops. Cada abordagem de recolha de dados deve ser conduzida com grupos de mulheres e homens separadamente e com colectores ou facilitadores do mesmo sexo, se

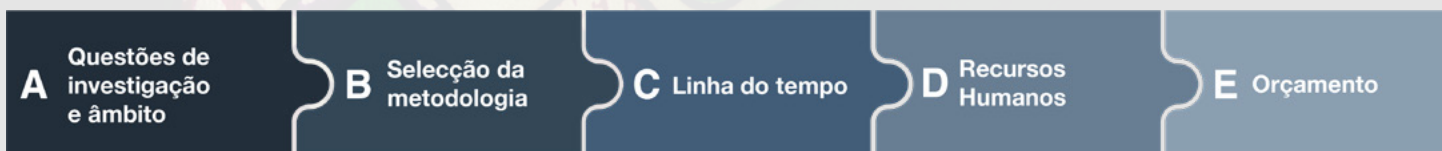
culturalmente relevantes. Os instrumentos específicos são concebidos para adultos e para crianças, muitas vezes mais curtos para crianças. Os dados devem ser desagregados por sexo e idade, utilizando os seguintes grupos etários: 0-5, 6-13, 14-17 (crianças) e 18+ (adultos). Todos os colectores de dados devem ser formados em sensibilização para a questão do género.





FASE 1 - PLANEAMENTO

A fase de planeamento da análise do contexto contribuirá para definir o objectivo e o âmbito da análise do contexto, o plano de recolha de dados, os recursos humanos necessários, e estabelecer um cronograma e um orçamento para a implementação.



A. Questões de investigação e âmbito

O objectivo da análise do contexto é responder a uma série de questões que irão impulsionar o processo de planeamento. Isto ajudará a determinar a finalidade da análise do contexto e a forma como os dados recolhidos serão utilizados.



As questões de investigação

No início do exercício de planeamento, é fundamental definir (colectivamente, se relevante) as perguntas que procura responder com a análise do contexto.

As primeiras perguntas a fazer a vós próprios são:

- Qual é o principal problema?
- O que podemos fazer para resolver este problema?

Depois de ter respondido a estas duas perguntas, pode ir mais a fundo com perguntas mais específicas. Estas perguntas específicas irão orientar o processo, o âmbito e a selecção de metodologias e ferramentas relevantes.

Aqui está uma lista de perguntas sugeridas. Pode seleccionar perguntas da lista abaixo, reformular, ou adicionar perguntas.

Riscos do programa

1. Quais são os riscos que as organizações podem enfrentar na implementação de um projecto CAAFAG neste local?
2. Quais são os riscos que os antigos rapazes e raparigas do CAAFAG podem enfrentar na implementação de um projecto neste local? Algum deles é particularmente confrontado por rapazes ou raparigas?
3. Quais são as medidas de mitigação para mitigar os riscos?

Prevenção

4. Quem são os grupos armados e as forças armadas que estão a recrutar?
5. Quais são os processos de recrutamento de rapazes e raparigas, que estão envolvidos na tomada de decisões, existem diferenças de acordo com a sua idade ou sexo?
6. Quais são os factores de risco e protecção para o recrutamento de rapazes e raparigas, existem diferenças de acordo com a sua idade e sexo?
7. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e ajudar a prevenir o recrutamento de rapazes e raparigas?

Lançamento

8. Quais são os papéis e responsabilidades dos rapazes e raparigas durante o período de associação, existem diferenças de acordo com a sua idade/género/etnia ou outras características?
9. Como são libertados rapazes e raparigas (modos de libertação formal vs informal), existem diferenças de acordo com a sua idade/género/etnia ou outras características?
10. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e contribuir para a libertação segura de rapazes e raparigas?

Reintegração

11. Quais são os desafios e riscos enfrentados por rapazes e raparigas durante a sua reintegração a nível individual, familiar, comunitário e da sociedade, existem diferenças de acordo com a sua idade ou sexo?
12. Como pode a comunidade humanitária contribuir para a segurança e o sucesso reintegração de rapazes e raparigas, considerando segurança e cuidados, reintegração social, saúde e saúde mental e reintegração económica?
13. Wque são os critérios de uma reintegração bem sucedida para rapazes e raparigas (estatuto, relações) e o que é necessário para o conseguir?
14. Como é que o acesso e o controlo dos recursos afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?
15. Como é que as preocupações de segurança têm impacto na prevenção do recrutamento e da utilização, na libertação e na reintegração de raparigas e rapazes?
16. Como é que as normas sociais e culturais para raparigas e rapazes afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?

O alcance

A definição do âmbito da análise de contexto ajudará a determinar a dimensão e profundidade da análise de contexto que os profissionais de campo querem realizar.

Âmbito geográfico - Qual é a área geográfica de interesse? A recolha de dados será num único local, ou em múltiplos locais? Se cobrir uma grande área geográfica, tal como um distrito ou região, considere a selecção de comunidades representativas onde se acredita estar a decorrer o recrutamento.

Âmbito demográfico - Que populações são relevantes para a programação proposta (por exemplo, clientes, comunidades beneficiárias, comunidades afectadas por conflitos)? Que grupos de pessoas devem ser convidados a participar na recolha de dados? De que grupo étnico ou nacionalidade são eles? Quais são as suas idades? Como estamos a incluir perspectivas diversas?

Considere os seguintes sexos e grupos etários:

- Meninas 0-5
- Meninos 0-5
- Meninas 6-13
- Rapazes 6-13
- Meninas 14-17
- Rapazes 14-17
- Mulheres (acima de 18)
- Homens (acima de 18)

B. Selecção da metodologia

A análise de contexto inclui as seguintes metodologias: análise documental, avaliação de risco, avaliação de necessidades, consulta com CAAFAG, análise de género e análise das partes interessadas. Cada componente inclui ferramentas tais como entrevistas a informadores chave, inquérito aos agregados familiares, questionários de discussão em grupo ou workshop. Com base nas perguntas da investigação, no âmbito e na análise documental (ver abaixo), será necessário seleccionar metodologias relevantes.

Análisis contextual Metodologías



Revisão documental

O primeiro passo é realizar uma revisão documental a fim de saber que informação já existe e que informação adicional irá necessitar de recolher.

O objectivo da revisão documental é recolher dados existentes que possam alimentar a análise do contexto. A revisão documental impedirá os profissionais da recolha de dados que já foram recolhidos, contribuindo assim para a fadiga da avaliação. Do mesmo modo, ajudará a reduzir os custos e os prazos e, assim, será mais eficiente com uma recolha de dados orientada.

Recolha de dados

A revisão documental inclui investigação, relatórios MRM, avaliações de necessidades de locais seleccionados, avaliações de projectos CAAFAG, análises de género existentes, relatórios da ONU, do governo e de ONG sobre o conflito/situação, movimentos da população, contexto socioeconómico, nível de acesso aos serviços, riscos de protecção de civis e de grupos minoritários, e qualquer outra informação relevante para o contexto. Nem todas as fontes são criadas iguais, e poderá ser necessário pesar as conclusões com base na qualidade da fonte.

Um relatório de revisão documental organizará os dados recolhidos em torno das questões de investigação seleccionadas. Algumas questões podem ser mais documentadas do que outras. Isto informará a selecção de metodologias e ferramentas de recolha de dados para recolher dados sobre a informação em falta.



Avaliação de risco

O objectivo da avaliação dos riscos é avaliar os riscos para implementar os programas CAAFAG. Trabalhar com o CAAFAG num contexto de conflito pode ser altamente sensível e pode expor a organização e os beneficiários a riscos que devem ser identificados e mitigados sempre que possível.

Mais especificamente, irá contribuir para responder às seguintes perguntas:

1. Quais são os riscos que as organizações podem enfrentar quando implementam um projecto CAAFAG neste local? (*em termos de reputação, acesso, segurança do pessoal*)
2. Quais são os riscos que os antigos rapazes e raparigas do CAAFAG podem enfrentar na implementação de um projecto neste local?

3. Quais são as medidas de mitigação para mitigar os riscos?

Além disso, a tabela Excel de análise de risco pode ser utilizada para avaliar os riscos da implementação de uma análise de contexto. A questão a responder seria:

- Quais são os colectores de dados de risco e os participantes que podem enfrentar na implementação de uma análise de contexto e das medidas de atenuação?

Neste caso, não existem instrumentos de recolha de dados. A avaliação baseia-se no conhecimento do pessoal e do sector da segurança.

Recolha de dados

A avaliação de risco é implementada através de dois instrumentos principais, entrevistas de informadores oculares (KII) com adultos e discussões de grupos focais (FGD) com adultos em grupos segregados por género. Seleccionar membros da população que têm contacto frequente com crianças e que conhecem os riscos que as crianças e as suas famílias podem enfrentar. Isto pode incluir professores; mulheres e líderes de grupos de jovens; profissionais de saúde e parteiras tradicionais; assistentes sociais; lojistas; etc. Foco nos indivíduos dentro da população que têm o maior conhecimento das vidas das crianças em risco, marginalizadas ou isoladas.

Cada KII e FGD não deve durar mais de 1 hora para adultos.

Em cada local, terá de conduzir pelo menos 2 FGD (1 com homens e 1 com mulheres) e 4 KII (2 com homens e 2 com mulheres). (Ver a amostra do plano de recolha de dados [Fase 2 - A. Plano de recolha de dados](#))



Discussões dos grupos focais

O FGD facilita discussões com membros da comunidade (adultos e crianças), relativamente às ameaças e questões de segurança que percebem para as crianças que anteriormente estavam associadas a forças armadas/grupos armados e suas famílias, para informar uma potencial resposta humanitária. As perguntas são utilizadas como orientação para conduzir a discussão sobre preocupações gerais de segurança para crianças, gradualmente e sempre que considerado apropriado, orientando a conversa para preocupações de segurança, estigma e riscos para crianças anteriormente associadas a forças armadas/grupos armados.



Ferramentas:

Avaliação de Riscos - Adultos do Focus Group Discussion



Entrevista com o informador chave

A KII é utilizada para facilitar uma entrevista individual com homens e mulheres adultos na comunidade que têm uma vantagem particular da situação e que dispõem de ampla informação sobre os riscos que as crianças enfrentam na comunidade.



Ferramentas:

Avaliação de Riscos - Entrevista de Informadores Chave Adultos

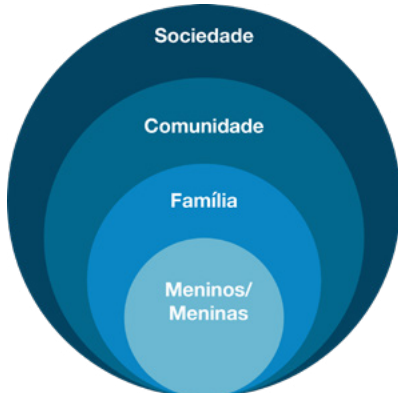




Avaliação das necessidades

O objectivo da avaliação das necessidades é ter uma visão geral da escala de recrutamento e das necessidades de raparigas e rapazes a todos os níveis da enquadramento sócio-ecológico. O quadro sócio-ecológico inclui os níveis individual, familiar e de pares, comunitário e social, com base no diagrama abaixo.

Quadro sócio-ecológico



A avaliação das necessidades inclui uma avaliação rápida e uma avaliação abrangente.

Os dados recolhidos contribuirão para responder às seguintes questões:

- A escala de recrutamento e utilização
4. Quem são os grupos armados e as forças armadas que estão a recrutar?
 5. Quais são os processos de recrutamento de rapazes e raparigas, que estão envolvidos na tomada de decisões, existem diferenças de acordo com a sua idade e género?
 6. Quais são os factores de risco e protecção para o recrutamento de rapazes e raparigas, existem diferenças de acordo com a sua idade e género?
 7. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e ajudar a prevenir o recrutamento de rapazes e raparigas?
 8. Quais são os papéis e responsabilidades de rapazes e raparigas durante o período de associação, com base na sua idade e género?
 9. Como são libertados rapazes e raparigas (modos de libertação formal vs informal), existem diferenças de acordo com a sua idade e género?

11. Quais são os desafios e riscos enfrentados por rapazes e raparigas durante a sua reintegração a nível individual, familiar, comunitário e da sociedade, existem diferenças de acordo com a sua idade e sexo?
12. Como pode a comunidade humanitária contribuir para a reintegração segura e bem sucedida de rapazes e raparigas, considerando a segurança e os cuidados, a reintegração social, a saúde e a saúde mental e a reintegração económica?

Recolha de dados

O A avaliação rápida das necessidades é geralmente realizada no início de uma emergência para se obter uma visão geral dos riscos de protecção que as crianças enfrentam num determinado local. Inclui um inquérito às famílias (HHS) sobre os múltiplos riscos de protecção das crianças, (não apenas em associação com forças armadas e grupos armados), com membros adultos da comunidade. Pode ser incluído numa Avaliação Rápida das Necessidades de Protecção da Criança (CPRA) se ainda não tiver sido implementado um CPRA. Estas perguntas adicionais para um CPRA padrão são úteis num contexto em que já existe uma suspeita de recrutamento que precisa de ser confirmada.

O HHS não deve durar mais de 20 min e pode ser administrado através de uma campanha aleatória porta-a-porta. A amostragem deve ser determinada em cada contexto com base no número total de habitantes de um determinado local.

(Ver a amostra do plano de recolha de dados, incluindo a metodologia de amostragem [Fase 2 - A. Plano de recolha de dados](#))

Inquérito aos agregados familiares

O HSS é utilizado para facilitar entrevistas individuais com homens e mulheres adultos membros da comunidade e recolher informações sobre a escala e as modalidades de recrutamento. A ferramenta fornecida está centrada apenas no recrutamento de crianças. Recomenda-se a sua integração com uma Avaliação Rápida de Protecção da Criança que inclui perguntas sobre outras questões relevantes de protecção da criança.



Ferramenta:

Avaliação Rápida das Necessidades - Inquérito aos Agregados Familiares Adultos

A avaliação abrangente das necessidades é

implementada através de KII com adultos e discussões de grupos focais segregados por género (FGD) com crianças e adultos de 15-17 anos de idade. O KII pode contribuir para destilar alguns temas que podem ser mais explorados durante o FGD através de sugestões. Estão disponíveis questionários específicos de género para rapazes e raparigas, focando quase apenas um género, a fim de recolher informação mais aprofundada e reduzir a duração do FGD com crianças. É preferível implementar tanto o KII como o FGD, contudo, com base na sensibilidade do tópico, poderá dar prioridade ao KII em detrimento do FGD para evitar tensões.

Seleccionar os membros da população que têm contacto frequente com crianças, que conhecem os riscos que as crianças e as suas famílias podem enfrentar. Isto pode incluir professores; mulheres e líderes de grupos de jovens; profissionais de saúde e parteiras tradicionais; assistentes sociais; lojistas; etc. Foco nos indivíduos dentro da população que têm o maior conhecimento das vidas das crianças em risco, marginalizadas ou isoladas. Cada KII e FGD não deve durar mais de 1 hora para adultos e 45 min para crianças.

Em cada local, terá de conduzir pelo menos 4 FGD (1 com raparigas, 1 com rapazes, 1 com homens e 1 com mulheres) e 4 KII (2 com homens e 2 com mulheres). (Ver a amostra do plano de recolha de dados [Fase 2 - A. Plano de recolha de dados](#))



Entrevista com o informador chave

A KII é utilizada para facilitar uma entrevista individual com homens e mulheres adultos membros da comunidade e recolher informações sobre os modos de recrutamento, as razões para a inscrição, o papel da CAAFAG durante o período de associação e os desafios que enfrentam no seu regresso, incluindo quaisquer dimensões de género.



Ferramentas:

Avaliação Abrangente das Necessidades - Entrevista de Informadores Chave Adultos



Discussões dos grupos focais

O FGD é utilizado para facilitar as discussões com os membros da comunidade (adultos e crianças), relativamente aos modos de recrutamento, as razões da inscrição, o papel da CAAFAG durante o período de associação e os desafios que enfrentam no seu regresso, incluindo quaisquer dimensões de género.



Ferramentas:

Avaliação Abrangente das Necessidades - Adultos do Grupo de Discussão

Avaliação Abrangente das Necessidades - Discussão do Grupo de Discussão Crianças



Consulta do antigo CAAFAG

O objectivo da consulta do antigo CAAFAG é obter uma compreensão mais profunda das necessidades das raparigas e rapazes CAAFAG, dar-lhes uma oportunidade de se exprimirem e contribuir para a concepção de programas para o CAAFAG e assim conceber melhores projectos que respondam às suas necessidades.

Os resultados do seminário informarão a concepção do projecto e evitarão mais danos das intervenções do programa. Dar prioridade a esta metodologia se não dispuserem de muito tempo e recursos. Permitir-lhe-á recolher rapidamente dados muito precisos.

Os dados recolhidos contribuirão para responder às seguintes questões:

7. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e ajudar a prevenir o recrutamento de rapazes e raparigas?
8. Quais são os papéis e responsabilidades dos rapazes e raparigas durante o período de associação, existem diferenças de acordo com a sua idade/género/etnia ou outras características?
9. Como são libertados rapazes e raparigas (modos de libertação formal vs informal), existem diferenças de acordo com a sua idade/género/etnia ou outras características?
10. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e contribuir para a libertação segura de rapazes e raparigas?
11. Quais são os desafios e riscos enfrentados por rapazes e raparigas durante a sua reintegração a nível individual, familiar, comunitário e da sociedade, existem diferenças de acordo com a sua idade ou sexo?
12. Como pode a comunidade humanitária contribuir para a segurança e o sucesso reintegração de rapazes e raparigas, considerando segurança e cuidados, reintegração social, saúde e saúde mental e reintegração económica?

13. Wque são os critérios de uma reintegração bem sucedida para rapazes e raparigas (estatuto, relações) e o que é necessário para o conseguir?

Recolha de dados

A consulta do CAAFAG é conduzida através de um workshop com rapazes e raparigas e/ou através de uma entrevista com informadores chave. A reunião do CAAFAG pode não ser segura e expô-los a danos. Neste caso, dar prioridade a entrevistas individuais com informantes-chave.



Workshop

O seminário é implementado ao longo de 3 meios dias com uma série de actividades e jogos participativos. Recomenda-se a implementação de actividades com grupos segregados por género, a fim de permitir que rapazes e raparigas se expressem livremente. O número total de participantes não deve exceder os 20 jovens. Isto pode ser feito através de uma oficina mista de género com actividades segregadas por género ou uma oficina segregada por género, apenas com rapazes ou raparigas.

Os participantes são rapazes e raparigas com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos que foram associados a forças armadas e grupos armados e que estão actualmente a aceder aos serviços de reintegração.

O prestador de serviços deve ter construído uma relação de confiança com as crianças, e os facilitadores devem ser conhecidos pelas crianças. Os participantes podem também incluir jovens mais velhos com mais de 18 anos que beneficiaram de apoio à reintegração nos últimos anos.

São necessários 2 facilitadores para um grupo de 20 jovens com facilitadores do mesmo sexo dos participantes. No caso de uma oficina mista de género, assegure-se de ter um facilitador feminino e um masculino para apoiar as actividades do grupo. Além disso, um colector de dados estará presente para documentar os resultados de cada actividade, bem como um assistente para dar apoio emocional, se necessário.



Ferramenta:

Consulta do antigo CAAFAG - Plano da sessão de trabalho



Entrevista do informador chave

A KII é utilizada para facilitar uma entrevista individual com rapazes e raparigas adolescentes e para recolher informações sobre os factores de risco e protecção para o recrutamento, a sua experiência de libertação, os desafios

que enfrentam no seu regresso e os seus critérios de reintegração bem sucedida. Este instrumento deve ser utilizado se a organização de um seminário com CAAFAG não for viável ou puder expor as crianças a danos.



Ferramenta:

Consulta de antigas crianças CAAFAG - KII



Análisis de género ¹²⁷

O objectivo da análise de género é recolher informação qualitativa sobre mulheres/raparigas e homens/rapazes em torno de quatro áreas nucleares de impacto: acesso e controlo de recursos, normas sociais e culturais, e segurança.



Os resultados serão utilizados para identificar formas de ajustar projectos existentes ou conceber projectos CAAFAG sensíveis ao género ou transformadores do género.

Os dados recolhidos contribuirão para responder às seguintes questões:

11. Quais são os desafios e riscos enfrentados por rapazes e raparigas durante a sua reintegração a nível individual, familiar, comunitário e da sociedade, existem diferenças de acordo com a sua idade e sexo?
12. Como pode a comunidade humanitária contribuir para a reintegração segura e bem sucedida de rapazes e raparigas, considerando a segurança e os cuidados, a reintegração social, a saúde e a saúde mental e a reintegração económica?

129 A análise de género é adaptada a partir da Análise Integral de Género do IRC

14. Como é que o acesso e o controlo dos recursos afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?
15. Como é que as preocupações de segurança têm impacto na prevenção do recrutamento e da utilização, na libertação e na reintegração de raparigas e rapazes?
16. Como é que as normas sociais e culturais para raparigas e rapazes afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?

Recolha de dados

A análise de género é implementada através do FGD e KII em cada local com homens e mulheres separadamente e com raparigas e rapazes em grupos separados. Cada FGD e KII não deve durar mais de 1 hora para adultos e 45 min para crianças.

Cada FGD é implementado com a Girls Empowerment Star com rapazes e raparigas. Com base nas informações necessárias, pode seleccionar todas ou algumas das ferramentas detalhadas abaixo.

Em cada local, terá de conduzir pelo menos 2 FGD (1 com raparigas, 1 com rapazes) e 4 KII (2 com homens e 2 com mulheres). (Ver a amostra do plano de recolha de dados [Fase 2 - A. Plano de recolha de dados](#))

☆ FGD Girls Empowerment Star

The Girls Empowerment Star é uma ferramenta útil para compreender as perspectivas de rapazes e raparigas sobre a segurança e inclusão das raparigas na sua comunidade e no seu lar. Esta ferramenta recolhe informação sobre segurança das raparigas, acesso e controlo de recursos através das suas oportunidades de participação e normas sociais e culturais. Capta dados qualitativos e quantitativos sobre a percepção de raparigas e rapazes, pode também servir como uma base de referência e pode informar a programação. É exclusivamente utilizado com rapazes e raparigas e não com adultos.

Ferramenta:
Análise de Género - Girls Empowerment Star

Entrevista do informador chave
A KII é utilizada para facilitar uma entrevista individual e recolher ampla informação sobre cada uma das Áreas Nucleares de Impacto com membros adultos

da comunidade. Contribui para desenvolver uma visão holística da vida de homens e mulheres e raparigas na comunidade, em três áreas fulcrais: Normas sociais e culturais, Acesso e Controlo e Segurança. Os dados recolhidos podem ser utilizados para identificar as Normas Sociais e Culturais mais vastas que influenciam e ditam os comportamentos, decisões e acções de que se fala e se destaca através da KII.

Ferramenta:
Análise de Género - Entrevista de Informadores Chave adultos



Stakehanálise mais antiga

Uma análise das partes interessadas é utilizada para identificar os actores e as relações que irão influenciar os resultados do projecto. Ajuda a determinar os actores com os quais estabelecer parcerias e colaborar. Baseia-se na informação existente, bem como nos dados recolhidos através das várias metodologias da análise do contexto.

Os dados recolhidos contribuirão para analisar os principais centros de poder da comunidade, saber quem pode influenciar o recrutamento, libertação e reintegração, com o objectivo de responder às seguintes questões:

7. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e ajudar a prevenir o recrutamento de rapazes e raparigas?
10. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes de crianças, famílias e comunidades e contribuir para a libertação segura de rapazes e raparigas?
12. Como pode a comunidade humanitária contribuir para a reintegração segura e bem sucedida de rapazes e raparigas, considerando a segurança e os cuidados, a reintegração social, a saúde e a saúde mental e a reintegração económica?

Análise de dados

A análise das partes interessadas é implementada através de um workshop durante o qual o pessoal de campo e os colectores de dados organizam os dados recolhidos para identificar as principais partes interessadas



Workshop

O seminário é implementado durante meio dia com uma série de actividades participativas em que os participantes identificarão os interessados para se

envolverem na prevenção, libertação, e reintegração. Estes intervenientes são identificados com base no seu nível de influência e no seu apoio ao CAAFAG. Através do workshop, os participantes determinarão as melhores estratégias para se envolverem com cada interveniente.

Ferramenta:
[Workshop de análise das partes interessadas \(plano de sessão\)](#)

Resumo dos instrumentos de recolha de dados por metodologia



Revisão documental

- Sem ferramentas



Avaliação de risco

- Entrevista com o informador chave (KII) - Adultos
- Discussão em grupo de foco (FGD) - Adultos



Avaliação das necessidades

- Avaliação rápida das necessidades - Inquérito aos agregados familiares - Adultos
- Avaliação Abrangente das Necessidades - KII Adultos
- Avaliação Abrangente das Necessidades - FGD Adultos
- Comprehensive Needs Assessment - FGD Children (perguntas orientadoras KII específicas de género)



Consulta CAAFAG

- Plano da sessão de trabalho - Crianças
- KII - Crianças



Análise de género

- FGD Girls Empowerment Star - Crianças
- KII Adultos



Análise das partes interessadas

- Plano da sessão de trabalho

Tabela de síntese da selecção da metodologia

Questões de investigação	Revisão documental	Avaliação de risco	Avaliação das necessidades	Consulta do CAAFAG	Análise de género	Análise das partes interessadas
1. Quais são os riscos que o pessoal pode enfrentar na implementação de um projecto CAAFAG neste local?	●	●				
2. Quais são os riscos que os antigos rapazes e raparigas do CAAFAG podem enfrentar na implementação de um projecto neste local?	●	●				
3. Quais são as medidas de mitigação? para mitigar os riscos?	●	●				
4. Quem são os grupos armados e as forças armadas que estão a recrutar?	●					
5. Quais são os processos de recrutamento de rapazes e raparigas, que estão envolvidos na tomada de decisões, existem diferenças de acordo com a sua idade e sexo?	●		●			●
6. Quais são os factores de risco e protecção para o recrutamento de rapazes e raparigas, existem diferenças de acordo com a sua idade e sexo?	●		●	●		
7. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e ajudar a prevenir o recrutamento de rapazes e raparigas?	●		●	●		●
8. Quais são os papéis e responsabilidades de rapazes e raparigas durante o período de associação, com base na sua idade e género?	●		●	●		
9. Como são libertados rapazes e raparigas (modos de libertação formal vs informal), existem diferenças de acordo com a sua idade e sexo?	●		●	●		
10. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes de famílias e comunidades e contribuir para a libertação segura de rapazes e raparigas?	●			●		●
11. Quais são os desafios e riscos enfrentados por rapazes e raparigas durante a sua reintegração no indivíduo, níveis familiar, comunitário e social, existem diferenças de acordo com a sua idade e sexo?	●		●	●	●	
12. Como contribuir para a reintegração segura e bem sucedida de rapazes e raparigas, considerando a segurança e os cuidados, a reintegração social, a saúde e a saúde mental e a reintegração económica?	●		●	●	●	●

Questões de investigação	Revisão documental	Avaliação de risco	Avaliação das necessidades	Consulta do CAAFAG	Análise de género	Análise das partes interessadas
13. Quais são os critérios de uma reintegração bem sucedida para rapazes e raparigas?	●			●		
14. Como é que o acesso e o controlo dos recursos para raparigas e rapazes têm impacto na prevenção do recrutamento e da utilização, na libertação e na reintegração de raparigas e rapazes?	●				●	
15. Como é que as preocupações com a segurança de raparigas e rapazes afectam a prevenção do recrutamento e utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?	●				●	
16. Como é que as normas sociais e culturais para raparigas e rapazes afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?	●				●	

C. Linha do tempo

Considere os seguintes prazos para cada passo, sabendo que pode implementar algumas metodologias em simultâneo se tiver recursos humanos suficientes.

Semana 1: planeamento - logística

Semana 2: adaptação de ferramentas e tradução

Semana 3: formação do pessoal



Revisão documental

- 1-2 semanas de recolha de dados
- Análise de 1 semana



Análise de risco

- 1 semana de recolha de dados
- 1 semana de processamento e análise de dados



Avaliação das necessidades

- 1 semana: recolha de dados
- 1-2 semanas: processamento de dados
- 1 semana: análise de dados



Consulta do antigo CAAFAG

- 1 semana: recolha de dados (para 1 workshop e 5 KII)
- 1 semana: processamento e análise de dados



Análise de género

- 1 semana: recolha de dados
- 1-2 semanas: processamento de dados
- 1 semana: análise de dados



Análise das partes interessadas

- ½ day workshop

Feedback remoto ou pessoalmente a adultos e crianças que participaram na análise do contexto, quando possível.

- ½ dia

D. Recursos humanos

Considere as seguintes questões ao identificar as necessidades de recursos humanos para a análise do contexto:

• **Quem irá liderar o processo?**

É altamente recomendável identificar uma pessoa como Chefe de Análise de Contexto que coordenará os múltiplos sectores e organizações, particularmente se for um exercício inter-agências. Se tiver o orçamento, considere contratar um consultor que liderará todo o processo e redigirá o relatório.

- Além disso, uma Equipa Líder, composta por pontos focais de cada organização envolvida, analisará as ferramentas, coordenará os colectores de dados da sua própria organização e contribuirá para a análise.

• **Quantos recolhedores de dados estão disponíveis?**

Pode envolver múltiplos profissionais do terreno, incluindo agências da ONU, ONG nacionais e internacionais, OBC e autoridades locais relevantes. Quanto mais pessoal, mais rapidamente se pode implementar a análise do contexto. No entanto, assegure-se de que todos os enumeradores são formados em conjunto e que recebem a mesma informação para evitar diferenças na metodologia que possam afectar o resultado. Para cada FGD, são necessários 2 facilitadores do mesmo sexo dos participantes. Por exemplo, dois colectores de dados femininos devem conduzir um FGD com mulheres ou raparigas. Os intérpretes devem também ser do mesmo sexo das participantes. Um colecionador de dados faz as perguntas, enquanto o outro toma notas. Considere um par de dois colectores de dados que possam conduzir 4 KII por dia ou 2 FGD por dia.

• **Qual é o perfil dos colectores de dados?**

Os colectores de dados que recolhem informação de adultos devem ter experiência na recolha de dados ou ser treinados para recolher dados. Podem ser colectores de dados profissionais ou profissionais do campo da protecção de crianças.

Os colectores de dados que recolhem dados de crianças **devem ter experiência de trabalho com crianças**, tais como funcionários de casos, agentes de protecção de menores, recolhedores de dados experientes ou de investigação, e devem ser formados em protecção de menores e encaminhamento seguro. Isto é essencial para mitigar os riscos de danos ao recolher dados com crianças sobre tópicos sensíveis.

- **Quem são os peritos disponíveis?**

Para implementar eficazmente a análise do contexto, será necessário recorrer a peritos:

- **Gestão do Conhecimento** para desenvolver ferramentas electrónicas de recolha de dados, formar os colectores de dados e processar dados
- **Igualdade de género** para formar pessoal de recolha de dados sobre sensibilização para a questão do género e para analisar os dados da análise de género
- **Protecção da criança** para recolher dados com crianças, formar pessoal para a protecção da criança, estabelecer uma via de encaminhamento e analisar dados
- **Segurança** para apoiar a implementação e análise da avaliação dos riscos

E. Orçamento

O orçamento pode variar significativamente com base no âmbito geográfico da análise do contexto, dos recursos humanos disponíveis de um ou vários actores. Considere as seguintes rubricas orçamentais para desenvolver o seu orçamento:

- Tradução de ferramentas de recolha de dados
- Contratação de intérpretes
- Contratação de colectores de dados ou pagamento de horas extraordinárias ao pessoal
- Formação de colectores de dados (4 dias)
- Bolachas e refrescos (se relevante)
- Impressão de ferramentas de recolha de dados ou compra de ferramentas electrónicas de recolha de dados (tables/smartphones)
- Viagens para/de locais de campo (aluguer de veículos, combustível, per diem)
- Viagens para perito externo (se relevante)
- Contratação de um consultor (se relevante)

Leitura complementar

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris
 - Capítulo 5 - Análise da situação
 - Capítulo 6 - Avaliação de Riscos, Planeamento de Segurança e Programação Informada de Riscos

Chegámos agora ao fim da primeira fase.

A seguinte lista de verificação permite-lhe verificar no final da primeira fase se tem todas as informações necessárias para passar à fase 2.



© UNICEF/UN0441450/Tremeau

LISTA DE VERIFICAÇÃO DA FASE 1

Questões de investigação seleccionadas

Listar todas as questões de investigação seleccionadas

Âmbito geográfico

Indicar os locais seleccionados (a região, distrito).

Âmbito demográfico

Indicar a população visada (hospedeiro, deslocado, refugiado)

Metodologias e ferramentas

Com base nas questões de investigação, indicar as metodologias e ferramentas seleccionadas

Avaliação de risco

- Entrevista com o informador chave (KII) - Adultos
- Discussão em grupo de foco (FGD) - Adultos

Consulta com o antigo CAAFAG

- Plano da sessão de trabalho - Crianças
- KII Crianças

Avaliação das necessidades

- Avaliação rápida das necessidades - Inquérito aos agregados familiares - Adultos
- Avaliação exaustiva das necessidades
- KII Adultos
- FGD Adultos

Análise de género

- FGD Girls Empowerment Star - Crianças
- KII Adultos

Análise das partes interessadas

- Plano da sessão de trabalho

Linha do tempo

Indicar a linha temporal estimada para implementar a análise do contexto

Orçamento

Indique o montante de financiamento de que necessita



FASE 2: PREPARAÇÃO

A segunda fase da análise do contexto contribuirá para estabelecer um plano de recolha de dados, um plano de trabalho, a contextualização de ferramentas e a formação de colectores de dados.

A Plano de recolha de dados

B Plano de trabalho

C Contextualização de ferramentas

D Percurso de encaminhamento

E Formação de colectores de dados

A. Plano de recolha de dados

Com base no âmbito, metodologias e ferramentas seleccionadas ([ver Fase 1 - B. Selecção da metodologia](#)), desenvolverá um plano de recolha de dados. Considerar para cada metodologia tanto as perspectivas dos géneros como os vários grupos etários. Se implementar a análise de contexto apenas num local, aumente o número de KII e FGD para recolher dados suficientes (a orientação sobre o número mínimo de KII e FGD é fornecida abaixo). Como mínimo, é necessário utilizar, em cada local, cada ferramenta seleccionada com pelo menos 3 populações diferentes, incluindo ambos os sexos e ambos os grupos etários (adultos e crianças), a fim de triangular a informação.

Localização geográfica

Durante a Fase 1- Planeamento, deve ser identificado o âmbito geográfico da análise do contexto. Os locais incluem as regiões e distritos (ou qualquer outra divisão administrativa relevante) seleccionados para a análise do contexto.

Durante a Fase 2 - Preparação, devem ser seleccionados locais específicos para conduzir a análise do contexto. Deve ser identificado um mínimo de 3 locais por local com base em provas (anedóticas ou outras) de recrutamento contínuo, proximidade de conflitos, presença de grupos/ forças armadas e diversidade da população (população de acolhimento/ deslocada/refugiados, vários grupos étnicos, urbanos/rurais).

Um sítio é uma comunidade distinta com um limite formal, legal, consuetudinário, geográfico ou outro pragmático que permita uma estimativa da sua população. Com base no contexto, os principais parâmetros de selecção de um sítio são:

- Num ambiente não campestre, a unidade administrativa mais pequena (como uma aldeia, um bairro ou um agrupamento populacional) pode ser tomada como um local distinto.
- Em cenários de acampamento, cada acampamento pode ser tomado como um local.
- Se populações com características distintas (tais como língua, etnia, local de origem, estatuto, etc.) viverem juntas num único local, e se acreditar que estas características são susceptíveis de ter impacto na forma como cada grupo é afectado pelo recrutamento de crianças, estes locais devem ser divididos em múltiplos locais, de acordo com essas características distintas, independentemente da sua dimensão.¹²⁸

Amostragem

Dados quantitativos

No contexto desta análise de contexto, os dados quantitativos são principalmente recolhidos através do inquérito aos agregados familiares como parte da avaliação rápida das necessidades.

O grupo alvo do inquérito aos agregados familiares é a população adulta num local específico. A amostra deve ser **representativa da população** num determinado momento e **aleatoriamente** para evitar enviesamentos.

A selecção aleatória do agregado familiar pode ser feita através de vários métodos, tais como a segmentação para identificar aglomerados ou a utilização do método do passeio aleatório. Com base no seu contexto, identifique o melhor método de selecção. Mais informações sobre os métodos de selecção podem ser encontradas no [trabalho de campo da UNICEF MICS Conducting](#).

A amostragem é baseada numa população total de um local seleccionado que tem limites claros como uma aldeia ou um campo. (Ver parágrafo sobre Localização geográfica) A amostragem deve ser representativa da população total em termos de sexo, idade, nacionalidade, língua e grupos étnicos.

A fim de determinar o tamanho da amostra, devem ser consideradas as seguintes questões:

- **Que tipo de indicador está a medir?**
Quanto mais baixa for a prevalência, maior deverá ser a amostra.
- **Qual é o objectivo do estudo?**
Este é um estudo descritivo para um único grupo num único momento. Também é necessário considerar o nível de precisão e potência.
- **Que níveis de desagregação são necessários?**
Quanto mais níveis de desagregação de um indicador, maior será o tamanho da amostra quando for necessária precisão ou potência.
- **O que sabemos sobre a população estudada?**
 - Qual é a dimensão da população da área de estudo?
 - A população está concentrada (por exemplo, zona urbana) ou dispersa (por exemplo, zona rural)?
 - Está disponível um quadro de amostragem para a área de estudo?

- **Que restrições temos de considerar?**
- **Quantos inquiridos podemos nós pagar?**

Pode encontrar informação adicional sobre a fórmula e orientação do tamanho da amostra [aqui](#).

Dados qualitativos

Num inquérito qualitativo, que é o caso da maioria das ferramentas de análise do contexto (KII, FGD), o grupo alvo pode diferir com base na ferramenta seleccionada.



Entrevista do informador chave

Adultos: Seleccionar os membros da população que têm contacto frequente com crianças, que conhecem os riscos que as crianças e as suas famílias podem enfrentar. Isto pode incluir professores; mulheres e líderes de grupos de jovens; profissionais de saúde; assistentes sociais; lojistas; etc. Concentre-se nos homens e mulheres da população que têm o maior conhecimento das vidas das crianças em risco, marginalizadas ou isoladas. Considerar o equilíbrio de género nos números de homens e mulheres entrevistados.



Discussão do Grupo de Discussão

Adultos: Seleccionar homens e mulheres, membros da população que têm contactos frequentes com crianças, que conhecem os riscos que as crianças e as suas famílias podem enfrentar. Considerar uma diversidade de idades, grupos étnicos e equilíbrio de género. As discussões dos grupos focais devem ser implementadas em grupos separados para homens e mulheres.

Crianças: Seleccionar raparigas e rapazes com idades compreendidas entre os 15 e 17 anos. Não precisam de ser antigos CAAFAG. As crianças devem pertencer a diversos grupos étnicos e minoritários, incluindo crianças com deficiências e doenças crónicas. Algumas podem estar na escola, em aprendizagem ou fora da escola. As discussões dos grupos focais devem ser implementadas em grupos separados para raparigas e rapazes.

Dicas para identificar as crianças

- Considerar a possibilidade de um contacto porta-a-porta para mobilizar raparigas e rapazes para participarem em consultas.
- Informar os pais e cuidadores de raparigas e rapazes sobre o objectivo, localização e duração da avaliação e procurar obter o consentimento assinado antes de convidar as crianças.
- Considerar limitações de amostragem dadas as restrições à liberdade de movimento de muitas raparigas e o seu envolvimento limitado em actividades humanitárias. Sempre que necessário, colaborar com organizações com um programa existente que se concentre ou inclua um número significativo de raparigas, e com as que têm acesso a pais e guardiãs da comunidade, tais como professores, Associações de Pais e Professores, líderes comunitários, líderes juvenis, e líderes religiosos.

A amostragem para KII e FGD inclui um mínimo de 4 KII e 2 FGD em cada local para a avaliação do risco, e 4 KII e 4 FGD para a avaliação das necessidades e 4 KII e 1 GD para a análise do género para cobrir tanto o género como os grupos etários (homens, mulheres, rapazes e raparigas).

Ver abaixo uma amostra do plano de recolha de dados.

Localização 1

Sítio A

Sítio B

Sítio C



Revisão documental

Recolher qualquer informação, relatórios ou dados específicos do sítio A

Recolher qualquer informação, relatórios ou dados específicos do sítio B

Recolher qualquer informação, relatórios ou dados específicos do sítio C



Avaliação de risco

1 FGD com mulheres
1 FGD com homens
2 KII com homens
2 KII com mulheres

1 FGD com mulheres
1 FGD com homens
2 KII com homens
2 KII com mulheres

1 FGD com mulheres
1 FGD com homens
2 KII com homens
2 KII com mulheres

Avaliação do risco total

2 FGD e 4 KII

2 FGD e 4 KII

2 FGD e 4 KII



Avaliação das necessidades

Inquérito aos agregados familiares
X com homens
X con mujeres

Inquérito aos agregados familiares
X com homens
X con mujeres

Inquérito aos agregados familiares
X com homens
X con mujeres

Avaliação rápida total

Ou

X inquéritos aos agregados familiares

X inquéritos aos agregados familiares

X inquéritos aos agregados familiares

1 FGD com rapazes
1 FGD com raparigas
1 FGD com mulheres
1 FGD com homens
2 KII com homens
2 KII com mulheres

1 FGD com rapazes
1 FGD com raparigas
1 FGD com mulheres
1 FGD com homens
2 KII com homens
2 KII com mulheres

1 FGD com rapazes
1 FGD com raparigas
1 FGD com mulheres
1 FGD com homens
2 KII com homens
2 KII com mulheres

Avaliação global total das necessidades

4 FGD e 4 KII

4 FGD e 4 KII

4 FGD e 4 KII



Consulta CAAFAG

1 workshop com rapazes
1 workshop com raparigas

1 workshop com rapazes e raparigas

Ou **5 KII** com a antiga CAAFAG



Análise de género

1 FGD Girls Empowerment Star com raparigas

1 FGD Girls Empowerment Star com raparigas

1 FGD Girls Empowerment Star com rapazes

2 KII con hombres
2 KII con mujeres

2 KII con hombres
2 KII con mujeres

2 KII con hombres
2 KII con mujeres

Análise total de género

1 FGD e 4 KII

1 FGD e 4 KII

1 FGD e 4 KII

B. Plano de trabalho

O plano de trabalho é baseado no número de colectores de dados disponíveis e nas metodologias seleccionadas. Quanto mais recursos humanos estiverem disponíveis, mais recolha de dados poderá ter lugar simultaneamente em múltiplos locais/ locais. Da mesma forma, para o processamento e análise dos dados. O método de recolha de dados (formulário em papel ou recolha electrónica de dados) e o número de pessoal disponível terão também impacto na velocidade do processamento e análise dos dados.

Ver abaixo uma amostra do plano de trabalho.

Amostra do plano de trabalho

Actividade	Pessoa responsável	Semana 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8	S 9
Planeamento e logística	Análise de contexto	●								
Revisão documental	Análise de contexto	●	●							
Adaptação de ferramentas e tradução	Equipa líder com o apoio de especialistas em segurança, protecção infantil e igualdade de género		●	●						
Formação de colectores de dados	Especialista em gestão do conhecimento, PC e igualdade de género		●	●	●					
	Análise de contexto									
Sítios de recolha de dados de avaliação de riscos A, B e C	ONG X no sítio A CBO Y no sítio B ONG Z no sítio C					●				
Processamento e análise de dados de avaliação de risco	Perito em segurança						●			
Necessidades dos locais de recolha de dados de avaliação A	ONG X					●				
Necessidades de avaliação locais de recolha de dados B	CBO Y						●			
Necessidade de processamento e análise de dados de avaliação	Perito e equipa de gestão do conhecimento Equipa líder							●	●	●
Consulta dos antigos workshops CAAFAG	ONG Y no sítio A ONG Z no sítio B						●	●		
Consulta do antigo tratamento e análise de dados CAAFAG	Perito e equipa de gestão do conhecimento Equipa líder								●	
Sítios de recolha de dados de análise de género A	ONG Y					●				
Sítios de recolha de dados de análise de género B	ONG X						●			

Activité	Personne responsable	Semana 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8	S 9
Processamento e análise de dados de análise de género	Perito e equipa de gestão do conhecimento Equipa líder Perito em igualdade de género							●	●	
Feedback para as comunidades	ONG X no sítio A, ONG Y no sítio B, ONG Z no sítio C						●	●	●	●
Workshop de análise das partes interessadas	Equipa líder						●	●	●	●

C. Contextualizando as ferramentas

Os instrumentos de análise de contexto são ferramentas genéricas que devem ser revistas considerando um contexto específico e com base nos resultados da revisão documental e da avaliação do risco. A equipa líder, com o perito em igualdade de género e em protecção de crianças, analisa as ferramentas de recolha de dados, com contributos do pessoal de campo que está familiarizado com os locais e as potenciais sensibilidades.

Cada questionário para KI e FGD deve ser revisto, incluindo a revisão ou remoção de perguntas para garantir que é apropriado no seu contexto. Podem também ser acrescentadas perguntas adicionais, se necessário.

Considere o seguinte:

- As perguntas devem ser adaptadas ao contexto, traduzindo e simplificando a linguagem; utilizando termos localmente relevantes; e seleccionando perguntas que se alinhem com a concepção do programa no local.
- Contextualizar os serviços, os recursos, a localização, os papéis das crianças, etc., mencionados nos questionários ao seu contexto, assim como a lista de respostas potenciais.
- O termo CAAFAG não pode ser compreendido ou é demasiado sensível. Seria útil verificar na comunidade como os CAAFAG são designados sensivelmente e adaptar os instrumentos de recolha de dados.
- Dependendo das normas culturais do grupo de inquiridos, pode alterar a ordem das perguntas para que as perguntas mais sensíveis cheguem no momento mais apropriado da discussão - mais cedo ou mais tarde. Procure o conselho dos representantes do grupo

para compreender qual a abordagem mais apropriada. Nunca feche a discussão imediatamente após um tema difícil, emocional, ou sensível ter sido levantado. Se as questões mais sensíveis estiverem perto do final da discussão, ter uma pergunta mais leve ou facilitar uma actividade positiva antes de encerrar a sessão.

Perguntas de condução

- **Quais são as questões de investigação?**
Poderá querer restringir o foco à informação específica de que necessita e reduzir o número de perguntas com base na informação recolhida através da revisão documental.
- **Qual é o nível de sensibilidade do tópico nos locais seleccionados?**
Com base nos resultados da avaliação de risco, poderá querer alargar o âmbito e incluir riscos adicionais de protecção infantil, de modo a que o foco não seja apenas o CAAFAG.
- **O que é o tpopulação arget da ferramenta?**
Rapazes e raparigas farão parte da análise do contexto. Como resultado, qualquer adaptação aos instrumentos para crianças deverá ser apropriada à idade.
- **Será que as ferramentas terão de ser traduzidas?**
As ferramentas estão disponíveis em inglês, francês e espanhol. Considere a tradução nas línguas locais e depois volte para o inglês para verificar a exactidão da tradução.

D. Estabelecimento de um caminho de encaminhamento

Antes do início da recolha de dados, a equipa líder deve criar uma via de encaminhamento em caso de revelação de violência ou abuso contra uma criança. Isto inclui uma lista de prestadores de serviços, em particular actores que prestam gestão de casos, saúde mental e apoio jurídico. Assegurar que os prestadores de serviços têm a capacidade de acomodar mais casos, verificar se têm critérios de selecção e verificar a qualidade do serviço antes de encaminhar pessoas.

Em cada local onde se procede à recolha de dados, devem ser identificados tanto os actores da protecção de crianças como os actores da violência baseada no género, prestando um serviço de gestão de casos de qualidade. Durante a recolha de dados, deve estar disponível no local um assistente dos prestadores de serviços identificados, no caso de haver divulgação de violência ou abuso contra uma criança ou uma mulher. Os colectores de dados receberão formação sobre como encaminhar com segurança uma criança ou uma mulher para um prestador de serviços. Isto é fundamental para mitigar os riscos de danos ao recolher dados de crianças e mulheres sobre tópicos sensíveis. Ver no anexo 1 uma amostra da via de encaminhamento.

E. Formação de colectores de dados

Os colectores de dados assistirão a uma série de sessões de formação baseadas na metodologia e ferramentas seleccionadas e baseadas no grupo etário visado.

Formação em recolha de dados

Todos os colectores de dados devem ser treinados sobre como utilizar os questionários FGD e KII, bem como outras ferramentas relevantes. A formação inclui informação sobre a finalidade da análise do contexto, princípios-chave da recolha de dados éticos, prática de utilização das ferramentas, (incluindo ferramentas electrónicas de recolha de dados, se relevantes), como lidar com a revelação de violência ou intenção de auto-mutilação e como lidar com a angústia dos participantes. Este é um curso de formação de 2 dias.

Protecção da criança

Todos os colectores de dados que irão interagir com raparigas e rapazes devem ser treinados na protecção de crianças e assinar um código de conduta, a fim de garantir a segurança das crianças durante o processo de recolha de dados. Idealmente, estes colectores de dados têm experiência prévia na interacção com crianças, tais como funcionários de casos ou de protecção de crianças. As organizações que têm políticas de protecção de crianças e materiais de formação podem utilizar os seus próprios materiais. Caso contrário, podem utilizar uma formação e um código de conduta de 1 dia de protecção da criança desenvolvidos pela Save the Children.

Sensibilização para as questões de género

A formação em sensibilização de género é um requisito para todos os colectores de dados que irão recolher informações de homens, mulheres, rapazes e raparigas. Contudo, uma vez que todas as metodologias e ferramentas são sensíveis ao género, recomenda-se a formação de todos os colectores de dados em matéria de sensibilização ao género. A formação abrange conceitos centrais de género, poder e igualdade. As organizações que desenvolveram formação em sensibilização para a questão do género podem utilizar a sua própria formação. Caso contrário, podem utilizar uma formação de meio dia sobre sensibilização em matéria de género desenvolvida pelo IRC.

A formação of colectores de dados devem incluir os seguintes tópicos com base na metodologia que irão utilizar e nos grupos-alvo:

Formação necessária com base na metodologia e ferramentas

Metodologia e ferramentas	Recolha de dados (prática e utilização de ferramentas relevantes 2 dias)	Protecção da criança 1 dia	Sensibilização do género 1 dia
Avaliação de risco	●		●
Avaliação das necessidades FGD com crianças	●	●	●
Avaliação das necessidades FGD e KII com adultos	●		●
Consulta do antigo CAAFAG	●	●	●
Análise de género FGD com crianças	●	●	●
Análise de género KII com adultos	●		●
Análise das partes interessadas			●

A seguinte lista de verificação permite-lhe verificar se possui todas as informações necessárias antes de passar à terceira etapa.

LISTA DE VERIFICAÇÃO DA FASE 2

Sítios

Lista de todos os sítios de campo (aldeia, campos, povoado, etc.) seleccionados para implementar a análise do contexto

Amostragem

Indicar a amostragem para o inquérito aos agregados familiares e/ou o número de KII, FGD e participantes nos seminários.

Plano de trabalho

O seu plano de trabalho está finalizado, incluindo os locais, as ferramentas, as pessoas responsáveis e o período de tempo.

Ferramentas

- Todas as ferramentas seleccionadas são contextualizadas
- Todas as ferramentas são traduzidas para a língua local (se relevante)

Formação de colectores de dados

Todos os colectores de dados foram formados em formação relevante. Indicar quantos recolhedores de dados foram treinados em cada formação.

Organização	Número total de colectores de dados	Recolha de dados	Protecção da criança	Sensibilização para as questões de género
ONG X				
ONG Y				
Governo				



FASE 3 - IMPLEMENTAÇÃO

A terceira fase da análise do contexto centrar-se-á na recolha, codificação e análise dos dados.

A Recolha de dados

B Codificação de dados

C Análise de dados

A. Recolha de dados

Os dados podem ser introduzidos usando formulários em papel, gravação e transcrição ou usando ferramentas electrónicas de recolha de dados tais como ODK, Kobo, ou qualquer outra ferramenta a que esteja habituado. Considere a recolha electrónica de dados para o inquérito aos agregados familiares, uma vez que se trata de dados quantitativos. Os dados de KII e FGD devem ser registados através de formulários em papel, gravações ou computadores. Os dados dos seminários devem ser registados directamente na base de dados Excel fornecida. O ponto focal de gestão do conhecimento deve identificar a melhor metodologia de recolha de dados com base no contexto e no tipo de dados recolhidos. Vale a pena mencionar que a recolha electrónica de dados pode requerer mais tempo de formação para os colectores de dados. No entanto, esta abordagem pode melhorar significativamente a qualidade dos dados quantitativos recolhidos, particularmente para o inquérito aos agregados familiares, e a rapidez do processamento dos dados.

B. Codificação de dados

A codificação é um processo para reduzir uma grande quantidade de dados qualitativos em pequenos pedaços de significado, mais fácil de analisar.

Após a recolha de dados ter sido concluída, os dados recolhidos através da KII e FGD devem ser codificados e introduzidos numa base de dados. Estão disponíveis tabelas Excel de introdução e análise de dados para cada metodologia com o objectivo de ajudar a categorizar e simplificar os dados em bruto, e assim facilitar a análise. (Ver abaixo)

Ferramentas de introdução e análise de dados

- Avaliação dos riscos Introdução e análise de dados
- Avaliação das necessidades Introdução e análise de dados
- Análise de género Introdução e análise de dados
- Consulta com ex CAAFAG Introdução e análise de dados
- Análise das partes interessadas Introdução e análise de dados

O processo de codificação pode incluir os seguintes passos.¹²⁹

1. **Familiarizar-se com os dados.** Percorrer todas as transcrições da KII e FGD para se familiarizar com os dados.
2. **Introduzir os dados** na base de dados relevante.
3. **Limpar os dados.** Por exemplo, se alguns dados sob uma pergunta específica responderem a outra pergunta, mover os dados para a pergunta certa.
4. **Gerar códigos iniciais.** Códigos são algumas palavras ou uma frase curta que resume uma resposta a uma pergunta. Recomenda-se a utilização de uma combinação de abordagens indutivas e dedutivas para gerar códigos, o que significa que existe um primeiro conjunto de códigos que é depois completado durante o processo de codificação.

Identificar códigos preliminares baseados nas perguntas de pesquisa e nos dados recolhidos para cada pergunta nas ferramentas e organizar os dados de forma significativa nos primeiros separadores da base de dados, (não no separador de análise). Os codificadores de dados irão então codificar uma transcrição cada um, com base neste primeiro conjunto de códigos.

Compararão os seus códigos, discuti-los-ão, gerarão definições para cada código e modificá-los-ão antes de passarem para o resto das transcrições. Alguns novos códigos poderão ser gerados à medida que mais transcrições forem sendo codificadas. Assim que tiver uma lista de códigos para cada pergunta, adicione o código numa cor diferente ao texto existente na célula.

Por exemplo, à pergunta *Quem são as pessoas que influenciam a decisão de raparigas e rapazes se juntarem a grupos ou forças armadas?* (FGD Adults in the Comprehensive Need Assessment) identificam um primeiro conjunto de códigos como pais, parentes, pares, líderes religiosos, líderes comunitários, etc. Mais códigos podem ser acrescentados à medida que se vão passando por mais guiões. Certifique-se de que todos os codificadores de dados são informados dos novos códigos criados e da sua definição.

131 Adaptado de Moira Maguire, Brid Delahunt. Fazendo uma Análise Temática : Um guia prático, passo a passo, para estudiosos da aprendizagem e do ensino. AISHE-J D Vol número 3 (Outono 2017)

5. **Pesquisa de temas.** Um tema é um padrão que capta informação significativa sobre a questão da investigação. Pode ser a compilação de múltiplos códigos sob temas abrangentes.

Por exemplo, sob a pergunta *Porque é que os rapazes/raparigas se juntam a grupos ou forças armadas?* pode ter uma série de códigos com razões. Estes podem ser coligidos em torno dos quatro níveis do quadro sócio-ecológico.

C. Análise de dados

Uma vez os dados codificados, os dados serão analisados com base nas questões de investigação seleccionadas. Em cada tabela de introdução e análise de dados, existe um separador “análise” que liga os dados das tabelas com a lista de perguntas para cada ferramenta à tabela de análise. Este quadro organiza os dados por perguntas de investigação, a fim de facilitar a análise.

Organizar o relatório de análise de acordo com as questões de investigação seleccionadas durante a fase 1.

Na análise, identificar quantos informadores chave e participantes nos grupos de discussão de grupo focal relataram um determinado item de informação. Dar prioridade a dados que tenham sido triangulados, o que significa que pelo menos 3 pessoas os comunicaram. Se um item de informação tiver sido relatado por apenas uma ou duas pessoas e se acreditar que se trata de uma informação importante, realçar no relatório que apenas uma/duas pessoas relataram este item de informação.

O quadro abaixo que resume as metodologias, ferramentas e questões relevantes para cada questão de investigação orientará o processo de análise.

Tendências

Utilizando a informação do quadro no início de cada instrumento de recolha de dados, tentar analisar a informação com base em vários factores, tais como a localização (uma determinada comunidade ou distrito, urbano ou rural); a população (anfitriã, deslocada ou refugiada) ou de acordo com o grupo armado ou o recrutamento de forças armadas. Adicione tantos filtros quantos forem necessários na tabela de análise para refinar a sua análise.

Pode também identificar novas tendências, ou sinais de mudança, tais como um aumento no recrutamento devido a ameaças, idade mais jovem de recrutamento ou maior aceitação de raparigas sobreviventes de abuso sexual, uma mudança positiva das normas sociais nos papéis de género, etc.

Análise de idade e género

Além disso, identifique as tendências de idade e género na sua análise. Utilizando a população e o filtro etário na base de dados, tente identificar tendências ou diferenças de acordo com os grupos etários, principalmente crianças versus adultos, e de acordo com o sexo. Muitas vezes as crianças têm uma perspectiva muito diferente dos adultos, e os homens não têm necessariamente os mesmos pontos de vista que as mulheres.

Desagregar todos os dados por idade e sexo, utilizando as seguintes categorias:

- Meninas 0-5
- Meninos 0-5
- Meninas 6-11
- Rapazes 6-11
- Meninas 12-17
- Rapazes 12-17
- Mulheres (acima de 18)
- Homens (acima de 18)

Utilize a lista de verificação da Fase 3 para verificar se tudo está coberto.

Parabéns, está agora pronto para conceber um programa de qualidade e sensível ao género, informado pela antiga CAAFAG!

Tabela para orientar o processo de análise

Questões de investigação	Avaliação de risco	Avaliação das necessidades	Consulta do CAAFAG	Análise de género	Análise das partes interessadas
1. Quais são os riscos que o pessoal pode enfrentar na implementação de um projecto CAAFAG neste local?	KII adultos Q2,9 FGD adultos Q7				
2. Quais são os riscos que os antigos rapazes e raparigas do CAAFAG podem enfrentar na implementação de um projecto neste local?	KII adultos Q3 a 8 FGD adultos Q1 a 6				
3. Quais são as medidas de mitigação para mitigar os riscos?	KII adultos Q10,11 FGD adultos Q8,9				
4. Qual é a escala do recrutamento?		Avaliação rápida KII adultos Q1, 2, 3, 4 Avaliação exaustiva KII adultos Q1 a 3 FGD adultos Q1 a 3			
5. Quais são os processos de recrutamento de rapazes e raparigas, que estão envolvidos na tomada de decisões, existem diferenças de acordo com a sua idade?		Avaliação rápida KII adultos Q5, 6, 7, 8 Avaliação exaustiva KII adultos Q4 a 9 FGD adultos e crianças Q4,5			4.2 Mapear as relações
6. Quais são os factores de risco e protecção para o recrutamento de rapazes e raparigas, existem diferenças de acordo com a sua idade?		Avaliação exaustiva KII adultos Q10,11 FGD adultos Q4 FGD crianças Q2	3.1 Factores de risco e protecção KII Q1,2		
7. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e ajudar a prevenir o recrutamento de rapazes e raparigas?		Avaliação exaustiva KII adultos Q22 FGD adultos Q6 FGD crianças Q2			5.2 Envolvimento das partes interessadas
8. Quais são os papéis e responsabilidades de rapazes e raparigas durante o período de associação, com base na sua idade?		Avaliação exaustiva KII adultos Q13,14	4.2 Papéis e responsabilidades		
9. Como são libertados rapazes e raparigas (modos de libertação formal vs informal), existem diferenças de acordo com a sua idade?		Avaliação exaustiva KII adultos Q15,16	4.3 Processo de libertação KII Q5, 6		

Questões de investigação	Avaliação de risco	Avaliação das necessidades	Consulta do CAAFAG	Análise de género	Análise das partes interessadas
10. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes de famílias e comunidades e contribuir para a libertação segura de rapazes e raparigas?		Avaliação exaustiva KII adultos Q17 FGD adultos Q7,8 Crianças do FGD Q6,8	4.4 O jogo de lançamento KII Q7		5.2 Envolvimento das partes interessadas
11. Quais são os desafios e riscos enfrentados por rapazes e raparigas durante a sua reintegração a nível individual, familiar, comunitário e da sociedade, existem diferenças de acordo com a sua idade?	KII adultos Q4,5	Avaliação exaustiva KII adultos Q18 a 21 FGD adultos e crianças Q8 a 10	5.2 Atributos de fazer bem e obstáculos KII Q9		
12. Como pode a comunidade humanitária contribuir para a reintegração segura e bem sucedida de rapazes e raparigas, considerando a segurança e os cuidados, a reintegração social, a saúde e a saúde mental e a reintegração económica?		Avaliação exaustiva KII adultos Q23	5.2 Atributos de fazer bem e obstáculos 5.4 O caminho para fazer bem		5.2 Envolvimento das partes interessadas
13. Quais são os critérios de uma reintegração bem sucedida para rapazes e raparigas?			5.3 Classificação dos diamantes KII Q8		
14. Como é que o acesso e o controlo dos recursos afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?				KII adultos Q1 a 9	
15. Como é que as preocupações com a segurança de raparigas e rapazes afectam a prevenção do recrutamento e utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?				KII adultos Q10,11 Estrela do empowerment das raparigas Q3,4	
16. Como é que as normas sociais e culturais para raparigas e rapazes afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?				KII adultos Q13 a 16 Estrela do empowerment das raparigas Q1,2,5	

LISTA DE VERIFICAÇÃO DA FASE 3

Recolha de dados

Métodos de registo de dados

Indicar o método seleccionado para registar dados para cada ferramenta (formulários em papel, registo e transcrição, recolha electrónica de dados)

Todos os dados são recolhidos

Codificação

Todas as transcrições de KII e FGD são introduzidas na tabela de introdução e análise de dados

Todos os dados são codificados

Análise

Todos os dados são analisados

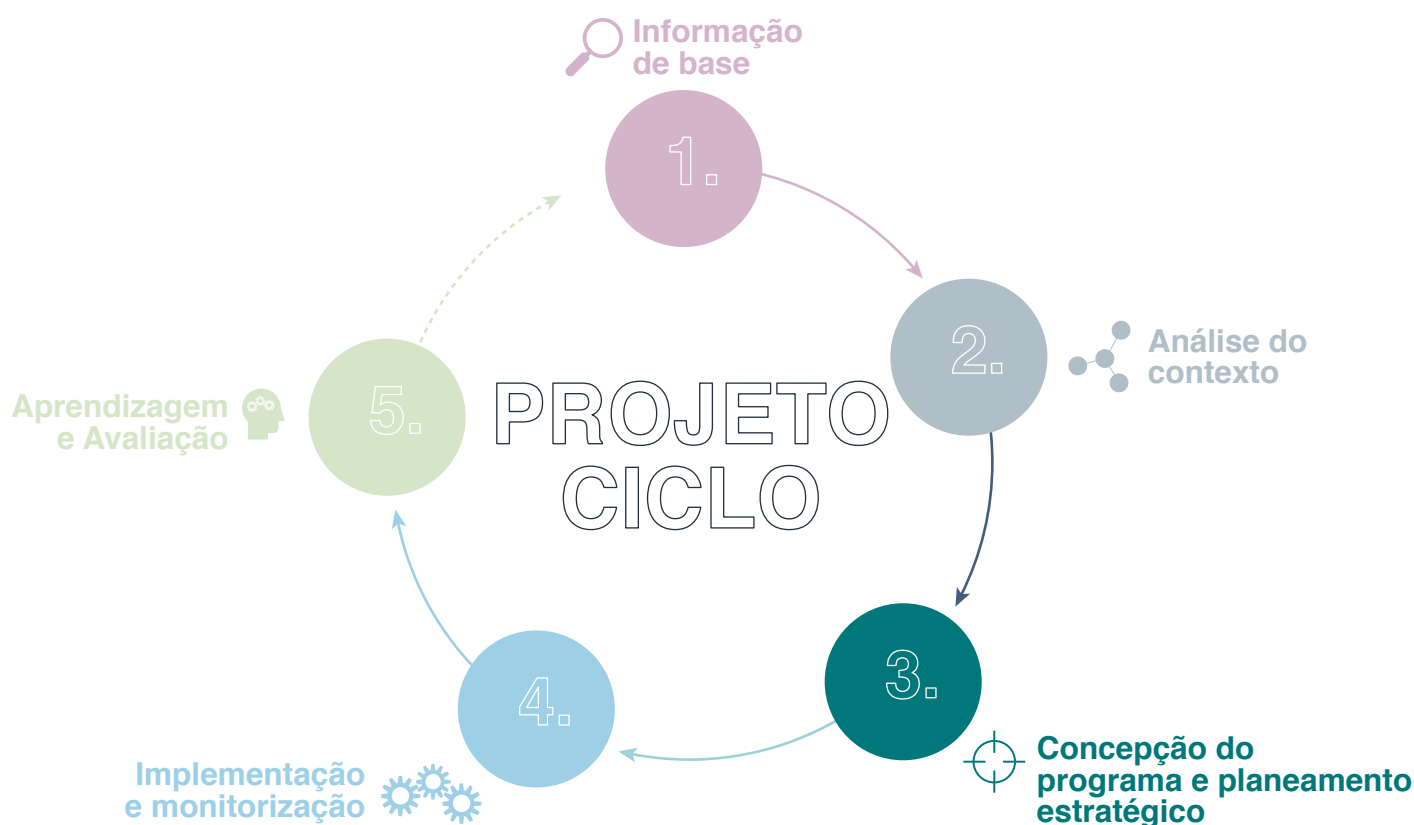
O relatório está finalizado

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO



CAAFAG

Kit de ferramentas de desenvolvimento de programas Directrizes



1.

- A. Quadro legal
- B. Crianças afectadas pelo recrutamento

2.

- A. Questões de investigação e âmbito
 - B. Selecção da metodologia
 - C. Linha do tempo
 - D. Recursos humanos
 - E. Orçamento
- A. Plano de recolha de dados
 - B. Plano de trabalho
 - C. Contextualizando as ferramentas
 - D. Estabelecimento de um caminho de encaminhamento
 - E. Formação de colectores de dados
- A. Recolha de dados
 - B. Codificação de dados
 - C. Análise de dados



Concepção do programa e planeamento estratégico

A. Concepção do programa

- Principais considerações e enquadramento
- Concepção do programa de prevenção
- Desenho de programas de lançamento e identificação
- Concepção do programa de reintegração

B. Monitorização

- Desenvolvimento de indicadores culturalmente sensíveis
- Desenvolvimento de um quadro de medição de desempenho

C. Recursos Humanos

- Escala e pessoal
- Competências técnicas

D. Orçamento

4.

- A. Protecção da criança
- B. Protecção de dados
- C. Monitorização
- D. Recursos humanos
- E. Coordenação

5.

- A. Gerar e Documentar a Aprendizagem
- B. Avaliação

A etapa de concepção e planeamento estratégico do programa visa desenvolver um programa sensível à qualidade e ao género que incorpore as perspectivas das crianças. Inclui A) Concepção do programa, B) Acompanhamento, C) Recursos Humanos, e D) Secções orçamentais.

A. Concepção do programa

A etapa de concepção do programa só deve começar quando a análise do contexto estiver concluída, incluindo a recolha e a análise dos dados. Os parágrafos seguintes orientarão os profissionais de campo na concepção de programas para o CAAFAG, incluindo considerações sobre a duração do projecto, um quadro de concepção do programa, e o quadro sócio-ecológico.

Principais considerações e enquadramento

Participação das crianças

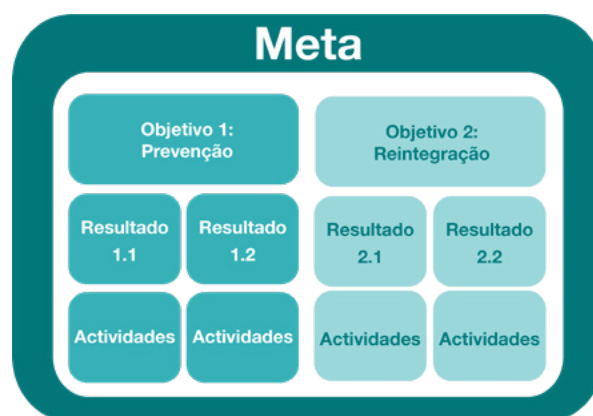
As crianças e os jovens, incluindo o antigo CAAFAG, devem ser envolvidos na concepção do projecto, utilizando a informação recolhida durante a análise do contexto. Isto é fundamental para garantir que não haja danos e a adequação das actividades do projecto às necessidades das crianças.

Os resultados dos workshops realizados com a antiga CAAFAG ([Ver 1.B Metodologia - Consulta da antiga CAAFAG](#)), bem como os resultados relevantes para as seguintes questões de investigação de análise de contexto reflectem os pontos de vista e perspectivas das crianças que devem ser considerados durante a concepção do programa.

7. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e ajudar a prevenir o recrutamento de rapazes e raparigas?
10. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e contribuir para a libertação segura de rapazes e raparigas?
13. Wque são os critérios de uma reintegração bem sucedida para rapazes e raparigas (estatuto, relações) e o que é necessário para o conseguir? Existem diferenças e pontos em comum?

Duração do projecto

Os programas CAAFAG requerem uma abordagem holística na abordagem das necessidades das crianças em ambientes complexos. Como resultado, espera-se que os projectos de médio e longo prazo sejam mais eficazes. Os programas de duração inferior a um ano dificilmente serão bem sucedidos para influenciar eficazmente a prevenção, libertação, e/ou resultados de reintegração. As intervenções de reintegração, em particular, demoram mais tempo a responder às necessidades do CAAFAG.¹³⁰ O fim de um programa CAAFAG antes que as crianças sejam plenamente reintegradas nas suas comunidades e famílias pode causar danos. Pode ter impacto na confiança que foi construída ao longo do tempo com as crianças, comprometer o progresso no sentido da reintegração e pode aumentar os riscos de re recrutamento.



Quadro de concepção do programa

Esta orientação inclui um quadro de concepção do programa que o ajudará a estruturar a concepção do seu programa e a desenvolver uma proposta de projecto.

A concepção do programa CAAFAG deve incluir o seguinte:

- **Um objectivo** enquadrado em torno das necessidades holísticas do CAAFAG
- **Objectivos** organizados em torno das principais componentes de programação seleccionadas: Prevenção, Libertação e/ou Reintegração
- **Resultados** no âmbito de cada objectivo que reflectem as mudanças concretas esperadas até ao final do projecto.
- **Intervenções e actividades**, abrangendo diferentes sectores e implementadas a todos os níveis do quadro sócio-ecológico que abordam as necessidades específicas de género e idade da CAAFAG e das crianças em risco de recrutamento e utilização.

Os dados recolhidos durante a análise do contexto (incluindo a análise documental) informarão a concepção do programa, a selecção das intervenções e actividades, com base nas questões de investigação que seleccionou.

Formulação de objectivos

O objectivo reflecte o impacto de alto nível para o qual o programa ou projecto irá contribuir. O objectivo deve reflectir as crianças afectadas por conflitos e CAAFAG como grupo-alvo e ser enquadrado em torno das suas necessidades específicas que devem ser abordadas. Estas serão adaptadas à componente do programa que incluirá, nomeadamente a prevenção, libertação, e/ou reintegração.

Aqui está um exemplo de um objectivo que pode ser adaptado:


- Raparigas e rapazes afectados por conflitos são protegidos do recrutamento e utilização, libertados em segurança das forças armadas e grupos armados e reintegrados na sua comunidade

Quadro sócio-ecológico



Quadro sócio-ecológico


O quadro sócio-ecológico é um modelo útil para enquadrar programas de prevenção, libertação, e reintegração. Inclui quatro níveis, o indivíduo/criança, a família, a comunidade e a sociedade.


 **O nível individual ou infantil** identifica factores históricos biológicos e pessoais que afectam o recrutamento e a utilização, a libertação e a reintegração das crianças. Alguns destes factores incluem a idade, educação, rendimentos, aptidões e história de abuso.

O nível da família

(também chamado nível do relacionamento)

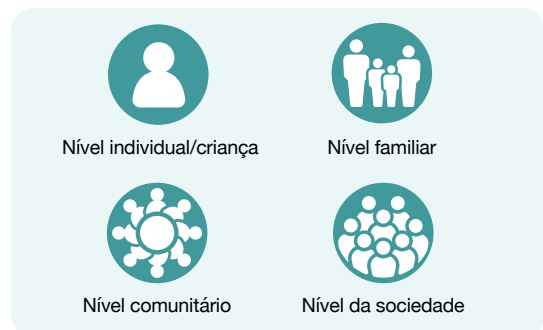
O nível comunitário examina as relações familiares, bem como as amizades e as relações íntimas que podem influenciar o seu comportamento e aumentar o risco de recrutamento e utilização, e afectar a sua libertação e reintegração.

 **O nível comunitário** explora os cenários, tais como escolas, bairros em que ocorrem relações sociais, bem como as estruturas e dinâmicas comunitárias que podem ter um impacto no recrutamento e utilização, libertação e reintegração.

 **O nível da sociedade** analisa os amplos factores sociais que criam as condições nas quais o recrutamento é permitido ou involuntariamente facilitado. Estes factores incluem normas sociais e culturais, bem como políticas económicas, educacionais e sociais que podem contribuir para o recrutamento mas também influenciar a libertação e reintegração.¹³¹

Este modelo analisa toda uma situação para identificar os factores e elementos influenciadores a todos os níveis e como interagem uns com os outros. Considera uma gama completa de problemas, factores, soluções que podem contribuir para prevenir o recrutamento, facilitar a libertação e promover a reintegração. Promove uma programação flexível que integra novas aprendizagens e se adapta em conformidade ao longo da implementação. Inclui elementos formais e informais dos sistemas de protecção infantil.¹³²

O quadro socio-ecológico é utilizado durante toda a fase de concepção do programa como base para a prevenção, libertação, e programação da reintegração. Pode-se facilmente encontrar os vários níveis do quadro sócio-ecológico, utilizando os seguintes ícones:



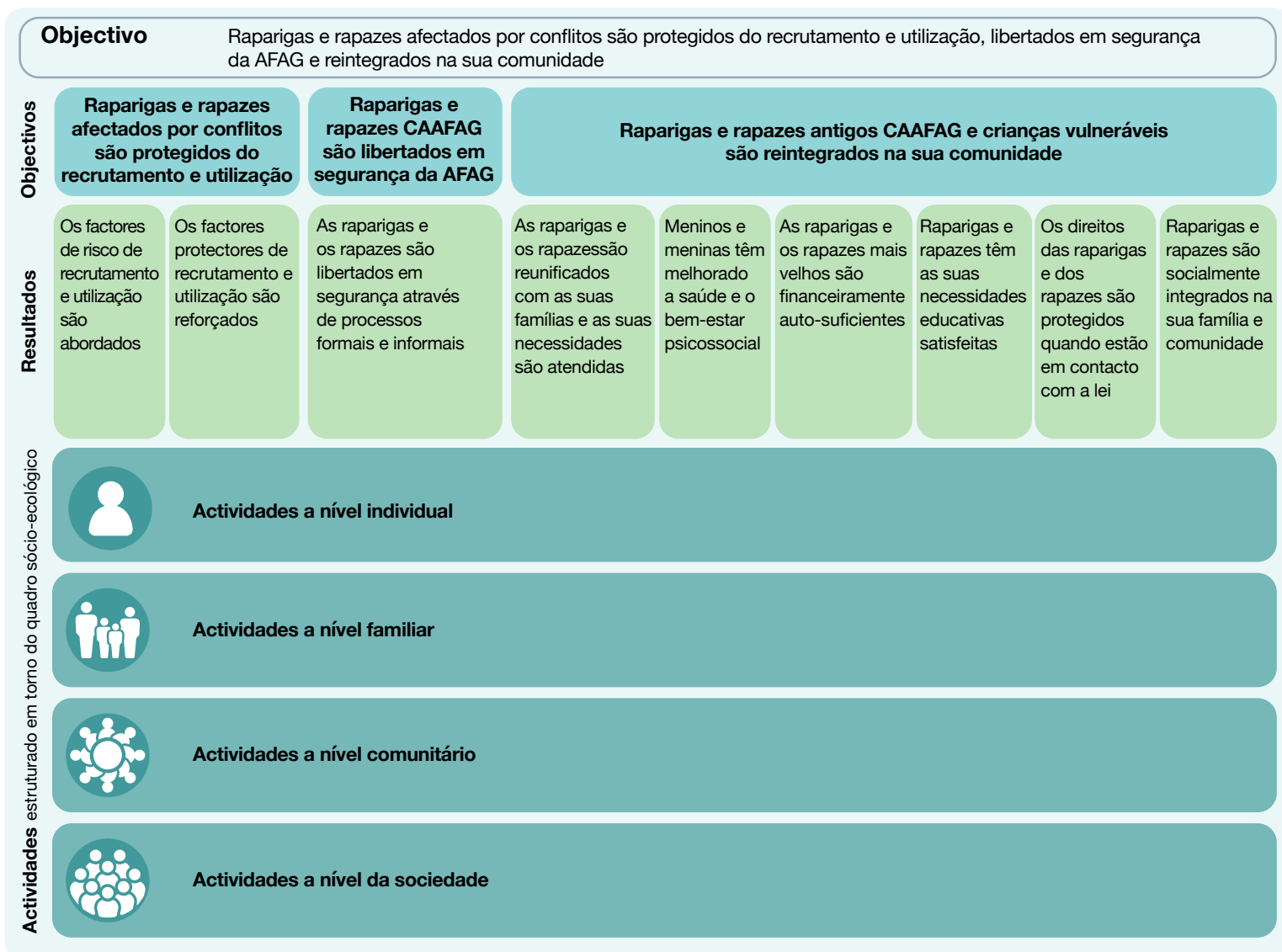
130 Princípios de Paris 3.25

131 [Centro Nacional de Prevenção de Lesões e Controlo da Prevenção da Violência](#)

132 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2019)

Segue-se um exemplo ilustrativo de um quadro programático que aborda as necessidades de prevenção, libertação e reintegração do CAAFAG, incluindo exemplos de metas, objectivos e resultados. Exemplos de intervenções para cada nível do quadro sócio-ecológico

são fornecidos ao longo de toda a secção de concepção do programa. No final da fase de concepção do programa, será possível desenvolver o seu próprio quadro programático.



As secções seguintes incluem orientações para a concepção de programas relacionados com a prevenção do recrutamento de crianças, a facilitação da libertação, e a promoção da reintegração.

Os programas de prevenção abordam os factores de risco do recrutamento, reforçam os factores de protecção, e oferecem alternativas aos perigos inerentes à associação com forças armadas ou grupos armados. Os programas de libertação incluem o processo de desarmamento formal e controlado e a desmobilização de crianças de uma força armada ou grupo armado, bem como as formas informais

pelas quais as crianças saem fugindo, sendo capturadas ou por qualquer outro meio. Os processos dos programas de reintegração promovem a transição das crianças para a sociedade civil, incluindo papéis e identidades significativas como civis que são aceites pelas suas famílias e comunidades.¹³³

Pode, no seu contexto, com base no mandato da sua organização, nos recursos disponíveis, e na coordenação entre os actores, considerar as três, ou apenas uma ou duas destas secções.

133 Princípios de Paris (2007)

134 O'Neil et al (2018)

135 Vargas-Baron (2007)

Concepção do programa de prevenção

Com base na literatura, os programas de prevenção procuram abordar os factores de risco identificados a múltiplos níveis, capitalizar as estruturas existentes a nível comunitário¹³⁴, reforçar os factores de protecção, e defender políticas multissetoriais para assegurar o acesso a serviços comunitários básicos.¹³⁵

Os parágrafos seguintes ajudá-lo-ão a organizar a informação recolhida durante a análise do contexto, utilizando o quadro sócio-ecológico e a abordagem multissetorial. Isto será a base de um exercício de brainstorming para identificar intervenções de prevenção relevantes para o seu contexto, construindo exemplos de vários países.

1. Organizar os dados recolhidos

Em primeiro lugar, organizar a informação recolhida durante a análise do contexto, e relevante para a prevenção. Isto inclui conclusões para as seguintes questões de investigação, a partir da análise do contexto:

4. Quem são os grupos armados e as forças armadas que estão a recrutar? (Revisão documental)
5. Quais são os processos de recrutamento de rapazes e raparigas, que estão envolvidos na tomada de decisões, existem diferenças de acordo com a sua idade e sexo? (Avaliação das necessidades - Análise das partes interessadas)
6. Quais são os factores de risco e protecção para o recrutamento de rapazes e raparigas, existem diferenças de acordo com a sua idade e sexo? (Avaliação das necessidades - Consulta do antigo CAAFAG)
7. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e ajudar a prevenir o recrutamento de rapazes e raparigas? (Avaliação das necessidades - Análise das partes interessadas - Consulta do CAAFAG)
14. Como é que o acesso e o controlo dos recursos afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?
15. Como é que as preocupações de segurança têm impacto na prevenção do recrutamento e da utilização, na libertação e na reintegração de raparigas e rapazes?
16. Como é que as normas sociais e culturais para raparigas e rapazes afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?

Recrutamento de grupos armados (Pergunta 4)

A informação relacionada com o recrutamento de forças armadas e grupos armados pode ser documentada através da revisão documental, em particular relatórios MRM. As estratégias de recrutamento podem variar significativamente de um grupo para outro, e como resultado, as intervenções de prevenção também podem variar. Por conseguinte, é importante documentar separadamente cada grupo armado e cada força separadamente para o desenvolvimento de estratégias de prevenção que sejam específicas a cada força ou grupo armado.

Os processos de recrutamento (Pergunta 5)

O recrutamento de crianças pode ser forçado (incluindo elementos de coerção), ou pode parecer “voluntário”. Na prática, as fronteiras entre as várias formas de recrutamento são confusas, e o recrutamento puramente voluntário é um desafio a determinar, uma vez que vários factores de risco influenciam o recrutamento de crianças.

A lista abaixo resume as principais formas de recrutamento. Crie a sua própria lista, incluindo considerações de idade e género. Esta informação será utilizada para desenvolver estratégias de prevenção que irão complementar os programas que abordam os factores de risco e reforçar os factores de protecção.

- Rapto de casas, escolas, enquanto se vai buscar água ou lenha, nos campos ou noutros locais.
- Os pais e as comunidades são obrigados a entregar os seus filhos como parte de um sistema de quotas imposto às comunidades, sob ameaça de danos, para negociar a libertação dos prisioneiros, etc.
- A propaganda é utilizada para encorajar rapazes e raparigas a inscreverem-se. Escolas, madrasas, e reuniões públicas e religiosas e meios de comunicação social são pontos de entrada preferidos para comunicar sobre a ideologia do grupo e identificar futuros recrutas. Promessas de acesso a dinheiro, roupas, alimentos ou artigos de higiene são frequentemente utilizadas para encorajar as crianças a inscreverem-se.
- A pressão dos pares pode encorajar rapazes e raparigas a juntarem-se a grupos armados e a forças armadas.
- Os pais ou familiares fazem parte de um grupo armado ou força e encorajam os seus filhos a aderir.
- A comunidade solicita ou obriga as famílias a contribuir para as milícias de autodefesa da comunidade no abandono das crianças.

- As raparigas têm uma relação próxima com um lutador de grupo armado.
- As raparigas são recrutadas através de casamento precoce e/ou forçado a combatentes.

O processo de recrutamento pode envolver vários factores e actores. A compreensão dos actores-chave, que influenciam a decisão ou o caminho para a associação de uma criança a uma força ou grupo armado, e que decidem, fornece informações valiosas para conceber um programa de prevenção. Os processos de recrutamento podem também variar de acordo com a idade das crianças e o seu sexo. Com base na avaliação das necessidades e na análise das partes interessadas, será possível identificar “influenciadores” que possam ter o poder de influenciar o recrutamento de crianças, para os pais, por exemplo, ou para os recrutadores. Podem também ter o poder de alterar as normas sociais e tornar o recrutamento de crianças inaceitável num determinado local.

Por exemplo, os líderes tradicionais, como os líderes religiosos, podem ter influência no recrutamento de crianças por grupos armados de autodefesa e ser capazes de aumentar a idade de recrutamento com líderes de grupos armados.

Factores de risco e protecção (Pergunta 6)

Os factores de risco são cumulativos, raramente são um, mas antes múltiplos factores de risco que contribuem para o recrutamento de crianças. Do mesmo modo, é a acumulação de factores de protecção a todos os níveis do quadro sócio-ecológico que pode ter um impacto. O reforço dos factores de protecção combinado com

intervenções directas para abordar os factores de risco pode contribuir para a prevenção do recrutamento. É importante notar que a abordagem dos factores de risco ou o reforço dos factores de protecção a apenas um nível do quadro sócio-ecológico dificilmente terá um impacto significativo. Os programas de prevenção têm mais probabilidades de sucesso se abordarem múltiplos níveis do quadro sócio-ecológico.

Segue-se um quadro que resume os riscos mais comuns e os factores de protecção para o recrutamento. No entanto, cada contexto é diferente e a documentação de detalhes de riscos e factores de protecção específicos é crítica. Crie a sua própria tabela com factores de protecção e de risco organizados por níveis sócio-ecológicos, com [base na informação recolhida durante a análise do contexto](#).

[Para mais pormenores, ver Informação de fundo - Crianças afectadas por conflitos na p 11.](#)

136	Princípios de Paris (2007)	152	Vargas-Baron (2007)
137	Child Soldiers International (2016)	153	Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança (2014)
138	Ibid	154	Save the Children (2005)
139	Ibid	155	Organização Internacional do Trabalho (2003)
140	Mazurana & Carlson (2006)	156	Informação recolhida do informador chave
141	Douglas et al (2004)	157	Save the Children (2005)
142	Mazurana & Carlson (2006)	158	Child Soldiers International (2011)
143	Ibid	159	Child Soldiers International (2015)
144	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017)	160	Criança de guerra (2018)
145	Bernd (2013)	161	Singer (2004)
146	Princípios de Paris (2007)	162	Johnson (2018)
147	Wessells (2005)	163	O'Neil (2018)
148	Organização Internacional do Trabalho (2003)	164	Johnson (2018)
149	Wessells (2009)	165	Informação recolhida do informador chave
150	Moreno et al (2010)		
151	Organização Internacional do Trabalho (2003)		



Nível individual

Igualdade de acesso das crianças aos serviços¹³⁶

O acesso das crianças à educação equitativa em termos de género¹³⁷

Acesso das crianças às oportunidades de desenvolver capacidades de resolução de problemas, aprendizagem e adaptação¹³⁸

A capacidade das crianças de encontrar sentido na vida¹³⁹

Necessidade de protecção física, pois raparigas e rapazes estão expostos a riscos de violência, abuso sexual, prisão, assédio ou rapto nas suas comunidades^{140 141}

Desejo de empoderamento e igualdade de género, particularmente para raparigas que procuram participar em hostilidades^{142 143}

Desejo de sentido, glória e aventura, lutando por uma causa

Pobreza extrema¹⁴⁴, falta de oportunidades económicas

Desejo de vingança, particularmente após a morte dos pais, parentes ou amigos¹⁴⁵



Nível familiar

Presença de prestadores de cuidados consistentes e atenciosos, incluindo parentesco ou família de acolhimento¹⁴⁶

Oportunidades para os prestadores de cuidados de saúde exercerem a agência e o julgamento no contexto cultural¹⁴⁷

Acesso dos prestadores de cuidados ao rendimento e às oportunidades económicas¹⁴⁸

Relações pobres com os seus cuidadores, negligência, violência doméstica, abuso sexual ou casamento forçado

Abuso de álcool e de substâncias e problemas de saúde mental nos seus prestadores de cuidados

Crianças separadas, desacompanhadas ou órfãs

Pais envolvidos num grupo armado¹⁵²



Nível comunitário

Acesso comunitário ao rendimento e às oportunidades económicas, bem como aos serviços de saúde, sociais, etc.¹⁵³

Ambiente comunitário de apoio e redes sociais¹⁵⁴

Ligações comunitárias com um grupo armado ou milícia de defesa que levam a pressões sobre as famílias para permitir o recrutamento dos seus filhos¹⁵⁵

Falta de um forte mecanismo de protecção a nível comunitário. A comunidade exerce pressão sobre as famílias para satisfazer o pedido do grupo armado em troca de “paz” ou protecção da comunidade.¹⁵⁶

População deslocada ou refugiada¹⁵⁷



Nível da sociedade

Criação de uma base de dados nacional que regista o recrutamento e o desaparecimento de raparigas e rapazes¹⁵⁸

Implementação de planos de acção nacionais para prevenir o recrutamento de crianças pelas forças e grupos armados, incluindo a aplicação de leis e políticas¹⁵⁹

Colaboração, quando possível, com autoridades militares e grupos armados¹⁶⁰

Aplicação de leis internacionais e regionais que proíbem o recrutamento de crianças¹⁶¹

Implementação de mecanismos internacionais e regionais de monitorização e responsabilização para prevenir o recrutamento e utilização de crianças em conflitos armados¹⁶²

Presença de um conflito, proximidade geográfica a um grupo ou força armada de recrutamento e duração da exposição¹⁶³

Baixa presença do Estado em áreas remotas¹⁶⁴

A marginalização de um grupo minoritário¹⁶⁵

Apoio às práticas existentes (Pergunta 7)

As práticas existentes das crianças, das famílias, das comunidades para evitar o recrutamento devem ser documentadas através da avaliação das necessidades. É sempre preferível tirar partido das práticas seguras e bem sucedidas que foram postas em prática localmente, em vez de criar e impor novas ideias a partir de estranhos. As práticas de prevenção existentes podem incluir estratégias desenvolvidas pelas comunidades para resistir à pressão dos grupos armados para “dar” as crianças em troca de protecção. A documentação destas práticas existentes é, portanto, crítica, assim como a identificação de actores e recursos humanos chave nestas práticas que podem ser considerados como factores de protecção a reforçar. Outras sugestões de intervenções podem também ser identificadas através da consulta da antiga CAAFAG. Os antigos CAAFAG estão geralmente bem conscientes das razões que os levaram a aderir e do que poderia ter impedido o seu recrutamento. Esta é uma informação valiosa para documentar a concepção do projecto.

Impacto do acesso aos recursos e controlo dos mesmos (Pergunta 14)

O acesso e controlo de recursos para crianças pode afectar o seu acesso a serviços como a educação ou serviços de saúde e contribuir para o seu recrutamento e utilização pela AFAG. Alguns serviços podem ser acessíveis em princípio, mas na prática as crianças podem não ter controlo sobre a decisão de acesso a esses serviços. A identificação de barreiras ao acesso a serviços informará as estratégias de prevenção.

Impacto das preocupações de segurança (Pergunta 15)

Preocupações de segurança, particularmente para as raparigas, podem levar ao recrutamento e utilização. Algumas raparigas podem sentir-se inseguras na sua comunidade e procurar protecção da AFAG como uma estratégia de sobrevivência. Podem também sentir-se inseguras nas suas casas, devido a um historial de abuso, incluindo abuso sexual. Compreender como as preocupações de segurança podem ser um factor de risco para o recrutamento irá contribuir para o desenvolvimento de estratégias de prevenção.

Impacto das normas sociais e culturais (Pergunta 16)

As normas sociais e culturais podem ter um impacto significativo na prevenção do recrutamento. Algumas normas sociais e culturais podem encorajar o recrutamento. A associação de crianças a um grupo armado pode ser entendida como uma experiência de aprendizagem necessária ao seu desenvolvimento, ou as crianças que estão associadas podem ser entendidas como heróis. Noutros contextos, as normas sociais de género podem expor as raparigas a maiores riscos de recrutamento. Estas

normas podem ser influenciadas através de programas transformadores que farão parte da estratégia de prevenção.

2. Considerar abordagens-chave para a prevenção

Em segundo lugar, considerar as abordagens de prevenção, incluindo a abordagem dos factores de risco e o reforço dos factores de protecção, a abordagem comunitária e a abordagem multi-sectorial.

Abordar os factores de risco e reforçar os factores de protecção é uma das abordagens mais importantes para prevenir o recrutamento. Num dado contexto, as crianças podem ser mais ou menos vulneráveis ao recrutamento. Se uma criança for exposta a um maior número de factores de risco do que de factores de protecção, a sua vulnerabilidade pode aumentar, e pode correr um maior risco de ser recrutada. Os factores protectores actuam para contrabalançar os factores de risco, aumentando a capacidade de reacção das crianças e das famílias e a resiliência para proteger os seus filhos do recrutamento. Os factores de risco para o recrutamento foram documentados durante a análise do contexto. Para além das práticas de protecção de base cultural, existem factores de protecção universais que contribuem para a prevenção do recrutamento, tal como listados no quadro acima.



A abordagem comunitária pode desempenhar um papel significativo na prevenção do recrutamento e da utilização de crianças. No contexto de conflito, a capacidade dos

actores comunitários pode ser enfraquecida, e podem também ser uma fonte de risco para as crianças. Uma abordagem comunitária inclui uma avaliação e uma compreensão de como as comunidades protegem naturalmente as crianças, que são pessoas influentes, e o reforço dos mecanismos de protecção através da mobilização da comunidade, reforço da capacidade, etc.

Uma abordagem multi-sectorial encoraja a colaboração entre organizações de vários sectores e envolvendo comunidades e pessoas. Os agentes de protecção da criança sozinhos dificilmente poderão abordar todos os factores de risco e deverão envolver os sectores relevantes. É necessária uma resposta coordenada entre o governo, agências da ONU e organizações não governamentais envolvidas na protecção, educação, saúde, água e saneamento, construção da paz, justiça, segurança, alimentação, meios de subsistência, protecção social ou abrigo em comunidades identificadas e com base nos factores de risco identificados. É importante salientar a responsabilidade partilhada na prevenção do recrutamento em todos os sectores para maximizar as fontes de financiamento. Isto deve ser associado à formação em matéria de protecção das crianças para o pessoal de implementação de serviços para crianças, adolescentes e suas famílias em todos os sectores, para identificar e encaminhar com segurança a CAAFAG. A formação deve incluir uma resposta sensível às necessidades específicas das raparigas, bem como à confidencialidade. Além disso, as organizações que abrangem vários sectores podem coordenar as suas intervenções, visando locais e populações semelhantes. O coordenador da Área de Responsabilidade de Protecção da Criança, a task force CAAFAG lidera ou os coordenadores inter-agências têm também a responsabilidade de coordenar a prestação de serviços com outros sectores em locais onde existe recrutamento contínuo, com base nos factores de risco identificados. ([Ver 4.E Coordenação na p 152](#))

3. Desenvolver objectivos e resultados de prevenção

Em terceiro lugar, desenvolver objectivos e resultados que sejam específicos para intervenções de prevenção.

Os objectivos reflectem as mudanças esperadas decorrentes do programa de prevenção, que é o objectivo do projecto. Os objectivos fazem parte do quadro do projecto. ([Ver Considerações-chave e enquadramento na p 70](#))



Aqui estão os objectivos relacionados com a prevenção que pode adaptar ao seu contexto:

- Raparigas e rapazes afectados por conflitos são protegidos do recrutamento e utilização
- São abordados factores de risco e reforçados factores de protecção para prevenir o recrutamento e a utilização de raparigas e rapazes afectados por conflitos

Os resultados reflectem as múltiplas mudanças que se esperam no final do projecto para atingir o objectivo. Os resultados podem ser enquadrados em torno dos riscos e protectores, ou em torno dos níveis sócio-ecológicos.

Aqui estão alguns exemplos que pode adaptar com base no seu contexto.

- Os factores de risco para recrutamento e utilização são abordados a nível individual, familiar, comunitário e da sociedade
- Rapazes e raparigas são dotados de competências, conhecimentos e serviços para promover a paz e prevenir o recrutamento e a utilização
- As comunidades estão habilitadas com competências e conhecimentos para proteger rapazes e raparigas do recrutamento e utilização
- As comunidades remotas são apoiadas com serviços básicos para fornecer a rapazes e raparigas alternativas ao recrutamento e utilização

166 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)

167 Vargas-Baron (2010)

4. Intervenções de prevenção de Brainstormes


Em quarto lugar, as intervenções de prevenção de brainstorming utilizando a informação recolhida na análise do contexto e as respostas às 3 questões-chave (*Quais são os factores de risco e protecção; o processo de recrutamento; as práticas de prevenção existentes e os actores a mobilizar; e existem diferenças de acordo com a idade e o sexo?*) O quadro seguinte pode ajudar a organizar ideias e a identificar programas de prevenção.

- Seleccionar entre os factores de risco e protecção aqueles que podem ser tratados com base no contexto. Considerar os factores que podem ser abordados de forma viável e aqueles que podem ter um grande impacto no recrutamento.*
- Utilizando a informação recolhida durante a análise de contexto, incluindo recomendações de jovens e de antigos CAAFAG, e os exemplos de intervenção de prevenção página X, faça um brainstorming das intervenções que possam abordar cada factor de risco e reforçar os factores de protecção seleccionados, incluindo considerações de idade e género.




• Considerar em particular:

- o envolvimento de outros sectores, com base nos factores de risco e protecção seleccionados.
- o envolvimento dos jovens na concepção e implementação de actividades de prevenção
- medidas de risco e mitigação identificadas na avaliação de risco para não prejudicar as crianças, as comunidades e o pessoal.

O quadro abaixo sugere um modelo para organizar e apresentar ideias com exemplos sucintos de intervenções.

Níveis sócio-ecológicos	Exemplos de riscos e factores de protecção	Exemplos de intervenção	Envolvimento de outros sectores
 <p>Individual</p>	Factores de risco		
	<p>Falta de oportunidades económicas e educativas</p>	<p>Acesso a programas de empreendedorismo para jovens, incluindo a alfabetização financeira. Promover o acesso a oportunidades de ensino não formal e formal primário e secundário envolvendo jovens mais velhos que tenham concluído a sua educação.</p> <p>Apoiar o acesso à educação e oportunidades de subsistência para raparigas que têm filhos com creches e formação em educação sensível ao género para professores e directores de escolas.</p> <p>Medidas de mitigação de riscos: A comunicação do projecto deve centrar-se na promoção dos jovens nas comunidades e não na prevenção do recrutamento de crianças.</p>	<p>Coordenação com os sectores dos Meios de Subsistência e da Educação para proporcionar o acesso aos serviços na área X.</p>
<p>Falta de oportunidades para um envolvimento significativo dos jovens</p>	<p>Acesso a programas de competências para a vida e programas de capacitação dos jovens promovendo projectos dirigidos por jovens do sexo feminino e masculino nas suas comunidades.</p> <p>Reforço das iniciativas comunitárias existentes que dão aos jovens acesso a oportunidades económicas</p>		

* A Aliança para a Protecção da Criança em Ação Humanitária (2022)

Níveis socioecológicos	Exemplos de riscos e factores de protecção	Exemplos de intervenção	Implicação de outros sectores
 <p>Família</p>	Factores de risco		
	<p>Más relações com os prestadores de cuidados</p>	<p>utilização de práticas parentais positivas através de uma sessão de competências parentais para os prestadores de cuidados</p> <p>Medidas de mitigação de riscos: A comunicação do projecto deve centrar-se na promoção de cuidados adequados e na redução da violência nas comunidades e não na prevenção do recrutamento de crianças.</p>	<p>Coordenação com o sector da violência doméstica para dar prioridade à prevenção de iniciativas de violência doméstica nas áreas X</p>
	<p>Violência doméstica</p>	<p>Promover a mudança de comportamentos e normas sociais sobre violência doméstica através de uma série de discussões para homens e mulheres.</p>	
	Factores de protecção		
<p>Presença de prestadores de cuidados</p>	<p>Formar e capacitar os pais que não enviam os seus filhos para recrutamento a falar com outros pais para encorajar a retenção dos jovens nas comunidades e o envolvimento nos meios de subsistência e nas oportunidades de educação.</p>		
 <p>Comunidade</p>	Factores de protecção/risco		
	<p>Falta / presença de fortes mecanismos de protecção a nível comunitário</p>	<p>Identificação e reforço do mecanismo de protecção existente a nível comunitário através da formação de frontliners na identificação e encaminhamento seguro.</p> <p>Identificação e empoderamento de figuras-chave da comunidade, ou “influenciadores” em cada comunidade que têm o poder de mudar as normas sociais e tornar o recrutamento inaceitável. Implementação de diálogos liderados pela comunidade.</p> <p>Apoiar diálogos comunitários entre comunidades, envolvendo CAAFAG quando é seguro fazê-lo, liderados por líderes comunitários que estão a impedir o recrutamento nas suas comunidades.</p>	<p>Coordenação com agrupamento de abrigo em contextos de PDI/ refugiados</p>
 <p>Sociedade/ Governo</p>	Factores de riesgo		
	<p>Baixa presença de estado</p>	<p>Advogar junto da administração regional para reforçar a presença do Estado em áreas identificadas</p>	<p>Coordenação com todos os sectores relevantes para aumentar a presença do Estado (Saúde, Educação, Segurança, WASH, etc.)</p>
Factores de protecção			
<p>Base de dados de registo do desaparecimento de raparigas e rapazes</p>	<p>Reforçar a base de dados existente que regista as crianças desaparecidas que se acredita terem sido recrutadas ou criar bases de dados lideradas pela comunidade</p>		

Exemplos de intervenções de prevenção



Nível individual

Projectos liderados por jovens para impedir o recrutamento no Iraque

No Iraque, o Comité Internacional de Resgate implementou um projecto liderado por jovens, para desenvolver colectivamente projectos comunitários e implementar actividades recreativas com o objectivo de capacitar raparigas e rapazes e prevenir o recrutamento. Os jovens entre os 14 e 17 anos de idade beneficiaram primeiro de uma formação em competências para a vida, utilizando o pacote de formação da Save the Children's Youth Resilience e uma sessão de formação sobre como desenvolver um projecto e gerir uma pequena subvenção. Grupos segregados de raparigas e rapazes trabalharam em conjunto para identificar necessidades na sua comunidade e desenvolveram um plano de resposta. Desenvolveram uma pequena proposta de projecto, um orçamento e um plano para apresentar as suas ideias a um painel para validação.

Este projecto contribuiu para dotar raparigas e rapazes de novas competências e capacitá-los a contribuir significativamente para o desenvolvimento da sua comunidade. Embora o orçamento fosse pequeno, o que criou frustração, o feedback dos jovens enfatizou como eles gostavam de ter a liberdade de se encontrar e um fórum para partilhar as suas ideias com outros, particularmente com as raparigas, uma vez que têm menos oportunidades de socializar.

Contrariar as mensagens extremistas

Os adolescentes são particularmente sensíveis às mensagens dos grupos armados que dão a promessa de uma recompensa, estimulam a sua empatia, o seu desejo de apoiar a sua comunidade ou de combater a discriminação e a injustiça. No Iraque e na Síria, a estratégia do Estado Islâmico (SI) combinou técnicas de meios de comunicação profissionais com um envolvimento “orientado para o utilizador”. Assim, apoiantes amplamente partilhados em plataformas de comunicação social validaram oficialmente ou produziram mensagens, narrativas, e memes. IS forneceu muitas matérias-primas para os “jihobbysts” desenvolverem a sua própria propaganda. Esta estratégia foi particularmente eficaz, uma vez que existe um elemento de capacitação.

Para contrariar eficazmente a marca e as mensagens dos grupos armados contrários, devem ser considerados os seguintes pontos 1) Requer uma mensagem de marca

unificada em toda a comunidade internacional para promover uma aderência coesa ao grupo. 2) O mito contra-narrativo reactivo de estratégias de quebra de mitos que salientam as discrepâncias entre a propaganda e a realidade não funciona. Antes reforçam as reacções defensivas dos apoiantes. Uma estratégia de comunicação pró-activa que não utiliza narrativa contra-teológica tem mais impacto. 3) A credibilidade do mensageiro é determinante, para evitar um efeito de backfire. O envolvimento de desertores deve ser considerado cuidadosamente, pois a sua segurança pode ser posta em risco, embora a sua voz e mensagem sejam mais susceptíveis de serem ouvidas e aceites pelos apoiantes.¹⁶⁸ 4) As mensagens sensíveis ao género são críticas.



A nível familiar

Envolvimento das mulheres nas Filipinas

Nas Filipinas, uma análise do contexto revelou que as mães, irmãs e avós tinham um papel central na influência da mudança das normas sociais e culturais no que diz respeito ao recrutamento de crianças. A UNICEF trabalhou em estreita colaboração com a liderança da Bangsamoro Islamic Women Auxiliary Brigade e os membros e partilhou responsabilidades na implementação da campanha “Crianças, não Soldados”.¹⁶⁹

Construção da paz e coexistência familiar

O Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar implementou uma Política Nacional de Construção da Paz e Coexistência Familiar entre 2005 e 2015 para prevenir e combater a violência familiar. As lições aprendidas com esta política sublinham a importância de uma estratégia intersectorial centrada nos indivíduos, famílias e comunidades, promovendo valores de coexistência pacífica e equipando as famílias com ferramentas para resolver pacificamente os conflitos. Este programa levou à melhoria das capacidades de comunicação, à diminuição do bullying nas escolas, à promoção da integração comunitária, à diminuição da violência na comunidade, e os participantes estavam mais equipados para lidar com questões como a violência dos bandos.¹⁷⁰



Nível comunitário

Uma criança não é um soldado!

Na CAR, a Child Soldiers International desenvolveu um flip book traduzido para a língua local para sensibilizar as comunidades para o risco de recrutamento. Foi desenvolvido para facilitar o diálogo comunitário em torno dos resultados positivos e negativos do recrutamento, com o objectivo de se chegar à conclusão de que os negativos superam os positivos.

168 Rogers (2018)

169 Nações Unidas e a Frente Moro de Libertação Islâmica (2007)

170 Parceria global para a construção da paz infantil e juvenil (2015)

171 Child Soldiers International (2019)

172 Entrevista com o informador chave

Os membros do Comité de Protecção da Criança foram formados na utilização da brochura para organizar campanhas de sensibilização, como envolver os líderes e autoridades locais e convidar os senhores da guerra para o diálogo.¹⁷¹

Envolvimento dos líderes comunitários

Na Somália, a Intersos organiza regularmente seminários com pessoas no poder, líderes comunitários, autoridades locais e formais para as sensibilizar sobre os riscos do recrutamento. Recebem formação sobre os direitos da criança, a constituição da Somália, e artigos da CDC. São também formados sobre a definição de uma criança da CDC, em oposição à definição cultural. Os líderes baseados em clãs têm muita influência nas suas comunidades. Eles são capazes de sensibilizar as famílias para não entregarem os seus filhos a grupos armados. Os líderes comunitários são assim formados como defensores para lutar contra o recrutamento, são mediadores e contribuem para a prevenção do recrutamento.¹⁷²

Iniciativa de prevenção liderada pelos jovens

No Mali, a organização AMSS (Association Malienne pour la Survie dans le Sahel) mobilizou rapazes e raparigas para a prevenção do recrutamento. A AMSS formou 1128 jovens que criaram clubes de jovens, organizando actividades para jovens, incluindo a sensibilização sobre várias questões de protecção. Raparigas e rapazes desenvolveram e implementaram peças dramáticas na língua local para jovens e prestadores de cuidados em comunidades, apresentando jovens expostos ao recrutamento e às consequências para si próprios e para as suas famílias. Assim, os jovens sensibilizam outros jovens sobre os riscos do recrutamento, e alternativas, uma vez que sabem melhor como comunicar com outros jovens. As peças dramáticas são gravadas e publicadas no Facebook e divulgadas através de outros meios de comunicação social. Organizam também uma campanha porta-a-porta para sensibilizar os prestadores de cuidados

“Não ganham nada com este projecto, apenas são motivados com tee-shirts e oportunidades de formação. Têm o prazer de contribuir para as suas comunidades”¹⁷³

Prevenção na Colômbia

Na Colômbia, a Plan International implementa um programa para prevenir o recrutamento. Devido à sensibilidade do tema, o projecto centra-se nos problemas que as comunidades, os prestadores de cuidados e as crianças enfrentam e na forma de encontrar soluções colectivamente. Organizam discussões de grupo com crianças e cuidadores, sobre vários tópicos, tais como

protecção, autocuidado, educação, saúde, mas não falam abertamente sobre recrutamento, uma vez que isso poderia colocá-los em risco. As dificuldades que enfrentam no acesso à educação, por exemplo, podem ser um motor para o recrutamento. Contribuir para enfrentar as suas mudanças diárias pode assim contribuir para prevenir o recrutamento. Também organizam actividades de competências para a vida das crianças para as capacitar a darem prioridade à sua educação.¹⁷⁴



Sociedade - nível governamental

Acesso a serviços para impedir o recrutamento

Nas Filipinas, dois anos antes da assinatura do Plano de Acção, uma série de discussões entre a UNICEF e o MILF (Frente Moro de Libertação Islâmica), e a campanha “Dia da Paz” levaram à implementação de um programa que incluía a prestação de serviços básicos de saúde e educação infantil em locais controlados pelo MILF. Esta abordagem contribuiu para criar confiança entre as partes e demonstrou o empenho da UNICEF em apoiar as comunidades MILF. Isto foi ainda completado com o envolvimento do governo para melhorar as unidades governamentais locais e a implementação de serviços destinados a prevenir e responder aos abusos contra crianças. Em seguida, foram estabelecidas redes comunitárias de protecção da criança nas áreas controladas pela MILF, tendo contribuído para a prevenção do recrutamento.¹⁷⁵

Actividades Preventivas e Formação que Funciona para Jovens em Situação de Risco

O projecto de Actividades Preventivas e Formação que Funciona para Jovens em Risco (PATHWAYS) financiado pela USAID foi concebido e implementado pelo Comité Americano de Refugiados com o objectivo de melhorar a capacidade dos indivíduos e comunidades para prevenir e responder à violência na Guiné através da criação de comités de gestão comunitária, formação em competências de vida orientadas para a prevenção de conflitos e proporcionar oportunidades económicas aos jovens em risco. A integração dos jovens no programa e concepção utilizando técnicas de capacitação “peer-to-peer” foi fundamental para o seu sucesso. Isto assegurou que o projecto permanecesse relevante para os jovens participantes, ajudou a capacitar e a construir a confiança dos formadores, e ajudou a assegurar a sustentabilidade do programa. O currículo de formação era experiencial, culturalmente relevante e apropriado para jovens com baixos níveis de alfabetização e pouca experiência empresarial. A colaboração com instituições locais de micro-finanças e empresas locais garantiu que o programa era orientado pela procura. Um inquérito de percepção

173 Entrevista com o informador chave

174 Entrevista com o informador chave

175 As Nações Unidas e a Frente Moro de Libertação Islâmica. (2017)

realizado no final do primeiro ano do projecto concluiu que os rendimentos dos participantes tinham aumentado, que o número de ex-voluntários combatentes que estavam preparados para voltar a pegar em armas tinha diminuído de 82% para 46%, e que a participação na violência tinha diminuído.¹⁷⁶

Esboço de compromisso para a protecção das crianças

Em 2010, a Geneva Call desenvolveu o [Acto de Compromisso para a Protecção das Crianças contra os Efeitos dos Conflitos Armados](#). Este mecanismo permite aos actores armados não estatais “comprometerem-se publicamente a respeitar as normas humanitárias internacionais e a serem responsabilizados pelos seus compromissos”. O seu objectivo é abordar o recrutamento e utilização de crianças, bem como questões mais amplas de protecção infantil na promoção do cumprimento das normas humanitárias relacionadas com a protecção infantil. Após a assinatura do Acto de Compromisso, os Intervenientes Armados Não Estatais (ANSA) irão primeiro monitorizar a implementação através do auto-controlo e da apresentação de relatórios de conformidade, código de conduta e regulamentos internos relativos às suas normas de protecção infantil. Este primeiro passo serve como um indicador inicial do compromisso da ANSA em aderir às normas. Em segundo lugar, a monitorização por terceiros verifica as reivindicações da ANSA, envolvendo grupos de direitos humanos e outros actores. Na situação de alegações graves de incumprimento, um último método de controlo envolve uma verificação externa para cumprir o Termo de Compromisso. Através deste processo, a Geneva Call pode manter uma melhor supervisão e oferecer orientação quando necessário. Além disso, para reforçar a propriedade e o cumprimento das normas internacionais, é fundamental apoiar a ANSA a incluir o direito humanitário internacional e as normas de protecção infantil na sua formação militar de combatentes.

Esta abordagem, baseada num diálogo construtivo, pode contribuir para uma melhor compreensão das realidades da ANSA e, assim, apoiá-la de forma mais eficiente no desenvolvimento e aplicação do seu próprio mecanismo interno de protecção da criança. Pode também servir como um trampolim para a assinatura de planos de acção com as Nações Unidas.¹⁷⁷

Diálogo com grupos armados sobre o recrutamento de crianças

Nas Filipinas, a Frente Moro de Libertação Islâmica (MILF) compreende que a idade de maturidade na percepção do Islão difere da definição internacional de uma criança. O MILF consultou o conselho religioso Darul Ifta para garantir que o Plano de Acção não infringisse o ensino e os princípios islâmicos antes da assinatura do acordo. Após múltiplas discussões entre os líderes da UNICEF e da MILF, os comandantes de base solicitaram aos comandantes de campo que desencorajassem os pais a trazer os seus filhos para o campo e gradualmente impedissem o acesso das crianças ao campo militar. Consequentemente, o MILF emitiu uma Nova Ordem de Comando, ordenando a todos os comandantes e oficiais que previnisse o recrutamento de crianças que foram desengatadas e crianças em risco através de um rastreio regular das tropas, e garantindo a responsabilização em casos de não cumprimento. Esta abordagem contribuiu para a redução do recrutamento de crianças.

Além disso, uma análise do contexto revelou que as mães, irmãs, avós e avós tinham um papel central na influência da mudança das normas sociais e culturais no que diz respeito ao recrutamento de crianças. A UNICEF trabalhou em estreita colaboração com a liderança e membros da Bangsamoro Islamic Women Auxiliary Brigade e partilhou responsabilidades na implementação da campanha “Crianças, Não Soldados”.¹⁷⁸

Cuidados Comunitários: Programa de transformação de vidas e prevenção da violência, Somália e Sul do Sudão

O objectivo do programa é promover comunidades mais seguras para as mulheres e raparigas na mudança de normas sociais prejudiciais que contribuem para a violência sexual para normas sociais positivas que promovem a igualdade, segurança e dignidade das mulheres e raparigas.

O programa centra-se nos cuidados e apoio aos sobreviventes de violência sexual, e envolve a comunidade na acção colectiva para prevenir a violência.

O resultado da investigação na Somália demonstrou uma melhoria significativa nas normas sociais, particularmente na norma de protecção da honra familiar e no “direito” do marido ao uso da violência.¹⁷⁹

176 Harrelson et al (2008)

177 Goodlife (2013)

178 Ibid

179 Glass N et al (2019)

180 Princípios de Paris (2007) 2.6

181 Princípios de Paris (2007)

182 Grupo de Trabalho Inter-Agências das Nações Unidas sobre Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (2005)

183 O’Neil et al (2018)

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris
 - Capítulo 11 - Abordagens a Nível Comunitário para a Prevenção do Recrutamento de Crianças
 - Capítulo 12 - Prevenção do Recrutamento e Utilização de Crianças através dos Quadros Jurídicos Nacionais e do Sector de Segurança
 - Capítulo 13 - Advocacia e Sensibilização
 - Capítulo 14 - Participação das crianças em actividades de construção da paz
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2020\) Nota Técnica sobre as Raparigas Associadas às Forças Armadas e ao Grupo Armado - Prevenção](#)

Desenho de programas de lançamento e identificação

*“A libertação inclui o processo de desarmamento formal e controlado e a desmobilização de crianças de uma força armada ou grupo armado, bem como as formas informais pelas quais as crianças saem fugindo, sendo capturadas ou por qualquer outro meio. Implica uma dissociação da força armada ou do grupo armado e o início da transição da vida militar para a vida civil. A libertação pode ter lugar durante uma situação de conflito armado; não está dependente da cessação temporária ou permanente das hostilidades. A libertação não depende do facto de as crianças terem armas a confiscar”.*¹⁸⁰

As crianças associadas à AFAG (Forças Armadas e Grupos Armados) têm o direito de serem libertadas e reintegradas a todo o momento, inclusive em meio a conflitos, sem condições prévias.¹⁸¹ Isto é importante para que todos os actores saibam, particularmente nos locais onde os acordos de paz estão a ser negociados. Ao contrário de alguns programas e processos de DDR para adultos, porque o recrutamento e utilização de crianças é uma violação dos direitos da criança, a assinatura de um acordo formal de paz ou outro não é um requisito para a identificação e libertação de uma criança. Consequentemente, a identificação e libertação de crianças, incluindo raparigas, não deve ser atrasada durante as negociações de tais acordos.¹⁸²

As trajectórias de saída das crianças variam significativamente com base no contexto, mas também com base em experiências individuais. A saída parece ser uma combinação de dois processos: *desistência* (cessação de actividade para o grupo, incluindo actividades de apoio) e *desengajamento* (desincorporação e desidentificação como membro do grupo). Assim, mesmo as crianças identificadas como libertadas e que beneficiam de programas de reintegração, podem na realidade não ter saído totalmente da força armada ou do grupo. Por exemplo, crianças com pais inscritos no grupo ou força armada, raparigas casadas com comandantes ou raparigas com filhos cujo pai ainda está inscrito são particularmente afectadas. Podem ter desistido do grupo mas não podem ser desligadas do grupo. Como resultado, o chamado processo de libertação pode não ser um acontecimento único, mas sim um processo em que as ligações com o grupo armado são mantidas e enfraquecidas ao longo de longos períodos de tempo. Isto também é relevante para as crianças que vivem em comunidades onde os grupos armados ainda estão presentes. O risco de recrudescimento e utilização é muito elevado.

Além disso, é importante reconhecer que a neutralidade é muitas vezes desafiante, se não impossível em alguns contextos. Algumas crianças podem não ter outra escolha senão tomar um partido para sobreviver, por vezes comutando de lado. Em contextos em que o Estado assume que toda a população de um local apoia um grupo armado, não há benefício para a neutralidade.¹⁸³

Os parágrafos seguintes ajudá-lo-ão a organizar a informação recolhida através da análise do contexto utilizando o quadro sócio-ecológico e as abordagens formais e informais do processo de libertação. Isto será a base de um exercício de brainstorming para identificar intervenções de prevenção relevantes para o seu contexto, construindo exemplos de vários países.

1. Organizar os dados recolhidos

Em primeiro lugar, organizar a informação recolhida durante a análise do contexto, e relevante para a divulgação e identificação. Isto inclui a descoberta para as seguintes questões de investigação, a partir da análise do contexto:

8. Quais são os papéis e responsabilidades dos rapazes e raparigas durante o período de associação, existem diferenças de acordo com a sua idade/género/etnia ou outras características? (Avaliação das necessidades - Consulta do CAAFAG)



9. Como são libertados rapazes e raparigas (modos de libertação formal vs informal) e identificados, existem diferenças de acordo com a sua idade/género/etnia ou outras características? (Avaliação das necessidades - Consulta do CAAFAG)
10. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e contribuir para a libertação segura de rapazes e raparigas? (Consulta do CAAFAG - Análise das partes interessadas)
14. Como é que o acesso e o controlo dos recursos afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?
15. Como é que as preocupações de segurança têm impacto na prevenção do recrutamento e da utilização, na libertação e na reintegração de raparigas e rapazes?
16. Como é que as normas sociais e culturais para raparigas e rapazes afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes?

Papéis e responsabilidades (Pergunta 8)

Os papéis e responsabilidades, organizados como participação directa nas hostilidades e participação indirecta nas hostilidades podem ser úteis no processo de libertação e desmobilização. Os processos formais de DDR tendem a concentrar-se mais nas crianças que participaram directamente nas hostilidades. Outros papéis, tais como os de esposa de combatente ou de apoio podem ser ignorados no processo de libertação formal e estas crianças podem perder uma oportunidade de beneficiar de programas de reintegração. Em contextos em que a associação com forças armadas e grupos armados é criminalizada, a documentação dos papéis e responsabilidades pode ser útil na defesa do respeito pelos direitos da criança e na garantia de que todas as crianças associadas a forças armadas e grupos armados sejam incluídas em programas de libertação.

Modos de libertação e identificação (Pergunta 9)

Os vários modos de libertação devem ser documentados durante a avaliação das necessidades e a consulta das antigas oficinas da CAAFAG e da KII. Poderá ter documentado os processos de saída formais e informais. É importante analisar, se possível, a diferença de acordo com a idade, sexo, etnia e recrutamento de grupos ou forças armadas. A experiência do antigo CAAFAG sobre os modos de libertação e identificação é fundamental para documentar. Como foi, qual é a sua perspectiva? Os modos preferidos de libertação e identificação podem ser

diferentes para rapazes e para raparigas e é importante saber porquê. As crianças estão expostas a mais ou menos riscos, de acordo com o modo de libertação e identificação? Por exemplo, será que as raparigas têm acesso à informação correcta sobre os seus direitos à reintegração? Isto também pode ser influenciado pela presença de pessoal feminino durante o exercício de desmobilização, ou pelo conhecimento do actor da desmobilização sobre a elegibilidade das raparigas.

Apoio às práticas existentes de libertação e identificação (Pergunta 10)

Alguns modos informais de libertação e identificação podem, na prática, envolver membros da comunidade, a família ou quaisquer outros actores. Por exemplo, as famílias podem enviar mensagens aos seus filhos que são recrutados, para os informar de que serão bem-vindos a casa. A documentação destas práticas existentes pode ser útil para reforçar os mecanismos a nível comunitário e informar as crianças sobre os serviços de reintegração disponíveis.

As recomendações do antigo CAAFAG para facilitar a sua libertação e identificação são informações valiosas para informar os programas de libertação sem causar qualquer dano, particularmente para raparigas que podem não querer ser formalmente identificadas devido ao estigma.

Impacto no acesso aos recursos e no controlo dos mesmos (Pergunta 14)

O acesso e controlo de recursos para crianças pode afectar o seu acesso a serviços tais como a libertação formal e informal e impedir o seu acesso a programas de reintegração. Algumas crianças devido ao seu género, medo de estigmatização, retaliação ou detenção, podem não se sentir confortáveis no acesso a programas de libertação ou não ser identificadas. Alguns serviços podem ser acessíveis em princípio, mas na prática as crianças podem não ter controlo sobre a decisão de aceder a esses serviços. A identificação de barreiras ao acesso a serviços que possam ser um ponto de entrada para a identificação do CAAFAG informará as estratégias de libertação.

Impacto das preocupações de segurança (Pergunta 15)

A preocupação com a segurança, particularmente para as raparigas pode afectar o seu acesso e o desejo de fazer parte de um programa de libertação e ser identificado como um CAAFAG. Algumas raparigas podem sentir-se inseguras num ambiente militar tradicional de DDR e evitarão propositadamente processos formais de desmobilização. A compreensão de como as preocupações de segurança podem afectar os processos de identificação contribuirá para o desenvolvimento de estratégias de libertação e identificação seguras.

Impacto das normas sociais e culturais (Pergunta 16)

As normas sociais e culturais podem ter um impacto significativo na libertação de crianças. Algumas normas sociais e culturais podem desencorajar as crianças a serem identificadas como uma antiga CAAFAG. Isto é particularmente relevante para as raparigas que podem ser estigmatizadas devido à sua associação. Podem, por conseguinte, evitar intencionalmente programas de libertação. Estas normas podem ser influenciadas através de programas de transformação de género que farão parte de estratégias de libertação e identificação.

2. Considerar abordagens-chave para a libertação e identificação

Em segundo lugar, considere as duas principais abordagens de libertação e identificação na concepção do seu programa, nomeadamente os processos de libertação formal e informal.

A libertação formal envolve a transferência formal de crianças das forças armadas e grupos armados para um terceiro designado para o seu cuidado e protecção. Tais processos devem estar disponíveis para todas as crianças associadas às forças armadas e grupos armados, como o primeiro passo para o regresso à vida civil. Os governos nacionais têm a responsabilidade de facilitar a libertação de crianças associadas a forças armadas e grupos armados no seu território, de acordo com os quadros jurídicos internacionais. Na prática, alguns governos podem não querer ou ser incapazes de desempenhar este papel. Os actores da manutenção da paz e os actores da protecção das crianças desempenham, por isso, muitas vezes, papéis-chave. Contudo, devem ser envidados esforços no sentido de aumentar a responsabilidade e a capacidade do governo para facilitar um tal processo.

Nos contextos em que o desarmamento formal, desmobilização e reintegração (processos DDR) estão em vigor, devem ser tomadas disposições especiais para as crianças.¹⁸⁴ As [“Normas Integradas de DDR relacionadas com Crianças e DDR desenvolvidas pela UNICEF fornecem orientação sobre como assegurar que as necessidades específicas das crianças sejam atendidas durante os processos formais de DDR. As directrizes centram-se na intervenção de DDR sensível das crianças que “procuram maximizar os benefícios das crianças, minimizando ao mesmo tempo qualquer dano”.](#)¹⁸⁵

A libertação formal de crianças pode assumir várias formas, incluindo:

- Através de protocolos de entrega assinados com as forças armadas e grupos armados.
- Nos locais de acantonamento, as autoridades do DDR podem identificar as crianças quando visitam os quartéis.¹⁸⁶

A libertação informal pode assumir várias formas, com ou sem o consentimento de grupos e forças armadas. A libertação informal e a saída podem ocorrer em situações em que não haja programas de libertação e reintegração de crianças, em que os agentes de protecção infantil tenham pouco acesso ou influência ou em locais onde haja programas de libertação em curso. Os mecanismos informais de libertação também são frequentemente mais rápidos e fáceis de navegar para as crianças.

Algumas crianças podem ter perdido programas de libertação formal ou podem ter escolhido sair discretamente da AFAG por medo de represálias e estigmatização, particularmente as raparigas. A libertação informal é muitas vezes o modo preferido de libertação para raparigas, principalmente para evitar o estigma social. Voltam para as suas comunidades pelos seus próprios meios ou para outros locais onde tendem a esconder-se e raramente procuram serviços de reintegração.¹⁸⁷

As crianças deixam as forças armadas e grupos informalmente através de várias formas, tais como:

- As crianças fogem fugindo por si próprias ou com o apoio de civis.
- As crianças podem apresentar-se à polícia/militares/militares/pazigos para pedir ajuda.
- As crianças podem ter uma filiação solta com um grupo armado que diminui com o tempo à medida que as suas razões para se tornarem associadas diminuam.
- As crianças podem ser libertadas pela força armada ou grupo; porque estão doentes ou feridas e já não são úteis, podem ser abandonadas após uma derrota ou a força armada ou grupo teme uma perseguição, ou por compaixão, etc.
- As crianças podem ser libertadas como resultado de negociações entre membros da comunidade local e actores armados.

184 Princípios de Paris 3.12

185 Padrão Integrado de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (IDDRS) Módulo 5.20 Centro de Recursos DDR da ONU

186 Grupo Director dos Princípios de Paris (2022)

187 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária. (2020)

- As crianças podem ser libertadas durante acordos ad hoc, no local, entre agentes de manutenção da paz ou de protecção de crianças e comandantes individuais. Tais oportunidades podem apresentar-se quando se verifica uma mudança na dinâmica local do conflito. Por exemplo, um grupo armado sob cerco pode concordar com a evacuação de civis, e a libertação de crianças a eles associadas pode fazer parte das negociações.
- As crianças podem ser capturadas por uma força oposta ou por uma força de manutenção da paz durante uma batalha.
- As crianças podem ser presas e detidas durante os processos de rastreio instigados pelas autoridades, particularmente as crianças que estão associadas enquanto vivem em comunidades em áreas urbanas.¹⁸⁸

As crianças que saíram informalmente das forças armadas e dos grupos armados regressam à comunidade e podem então ser identificadas de diferentes maneiras:

- Através de Comités de Protecção da Criança cujos membros tenham recebido formação em matéria de identificação e encaminhamento seguro.
- Por exemplo, por prestadores de serviços de saúde, apoio psicossocial, ou educação, que tenham recebido formação.

A formação em identificação segura é essencial para ter em consideração o contexto e, principalmente, para não expor as crianças a novos riscos de estigmatização, represálias, ou prisão. O consentimento ou consentimento da criança e dos seus cuidadores deve ser obtido antes do encaminhamento. Ver Directrizes de Gestão de Casos para a Protecção da Criança.

3. Desenvolver objectivos e resultados de libertação e identificação

Em terceiro lugar, desenvolver objectivos e resultados que sejam específicos para libertar intervenções.

Os objectivos reflectem as alterações esperadas do programa de lançamento, que é o objectivo do projecto.

Os objectivos fazem parte do quadro do projecto. ([Ver Considerações-chave e enquadramento na p 70](#))

Aqui estão os objectivos de lançamento que pode adaptar ao seu contexto:

- As raparigas e rapazes que são CAAFAG são desligados das forças armadas e dos grupos armados

- As raparigas e rapazes que são CAAFAG são desengajados e identificados das forças armadas e grupos armados

Os resultados reflectem as múltiplas mudanças que se esperam no final do projecto para atingir o objectivo. Os resultados podem ser enquadrados em torno de processos de libertação formais e informais, ou em torno dos níveis sócio-ecológicos. Aqui estão alguns exemplos que se podem adaptar ao seu contexto.

- Os rapazes e raparigas que são CAAFAG são libertados através de processos formais seguros
- Rapazes e raparigas que são CAAFAG são libertados através de processos informais seguros
- Os rapazes e raparigas que são CAAFAG têm acesso a informações que contribuem para a libertação informal
- As comunidades estão habilitadas com as competências e conhecimentos para libertar rapazes e raparigas das forças armadas e grupos armados
- O governo e os actores armados estão habilitados com competências e conhecimentos para libertar rapazes e raparigas das forças armadas e dos grupos armados




4. Intervenções de libertação e identificação de Brainstormes


Em quarto lugar, as intervenções de libertação de ideias e identificação utilizando a informação recolhida na análise do contexto e as respostas às 4 perguntas-chave (*quais são os AGAG de recrutamento; os papéis e responsabilidades das crianças no AFAG; o processo de libertação e identificação; as práticas de libertação e identificação existentes que podem ser alavancadas; e existem diferenças de acordo com a idade e o sexo?*) O quadro seguinte pode ajudar a organizar ideias e a identificar programas de libertação e identificação.

- Identificar as deficiências da prática actual dos processos de libertação tanto formais como informais em termos de
 - Número de crianças libertadas e identificadas em comparação com o número de crianças que se sabe serem recrutadas
 - Não fazer mal, particularmente para as raparigas
 - Respeito pelos direitos da criança no processo de libertação e identificação

- Com base na informação recolhida durante a análise do contexto, incluindo as perspectivas e pontos de vista dos jovens e dos antigos CAAFAG e os exemplos de programas de libertação e de identificação na página x, intervenções de brainstorming que poderiam abordar as deficiências identificadas e melhorar a protecção dos direitos da criança durante o processo formal e informal de libertação e identificação, incluindo considerações de idade e de género.
- Considerar medidas de risco e mitigação para não causar danos às crianças, comunidades e pessoal com base nos resultados da avaliação de risco realizada durante a análise do contexto.

O quadro abaixo sugere um modelo para organizar e apresentar ideias com exemplos sucintos de intervenções tanto para libertação e identificação formal como informal. As duas abordagens complementam-se mutuamente e podem contribuir para alcançar crianças com perfis diferentes. A maioria das intervenções deve estar na base da tabela, a nível da sociedade, governo, ONG e comunidade. No entanto, algumas acções podem envolver crianças e famílias quando é seguro fazê-lo.

Níveis sócio-ecológicos	Falhas na prática actual	Intervenções	
		Lançamento formal	Libertação informal
 Individual	As crianças não têm conhecimento dos programas de libertação e desmobilização	Pergunta orientadora: <i>Como é que os jovens podem ser envolvidos em segurança nos processos de libertação e identificação?</i>	Os jovens encorajam os seus pares a abandonar a AFAG e a partilhar informações sobre os programas de libertação
 Família	As famílias não estão a acolher os antigos CAAFAG e as crianças recebem mensagens de saudação e são rejeitadas pela sua família	Pergunta orientadora: <i>Como é que as famílias podem ser envolvidas em segurança nos processos de libertação e identificação?</i>	As famílias enviam mensagens de boas-vindas aos seus filhos através da rádio
 Comunidade	<p>A comunidade não é acolhedora e as crianças recebem mensagens de saudação e são rejeitadas pela comunidade</p> <p>As comunidades apoiam o recrutamento</p>	Pergunta orientadora: <i>Como é que as comunidades podem ser envolvidas em segurança nos processos de libertação e identificação?</i>	<p>Os membros da comunidade discutem com os líderes de grupos armados de autodefesa da comunidade a libertação de crianças em coordenação com a equipa do DDR.</p> <p>Os Comités de Protecção da Criança são formados na identificação e encaminhamento seguro de crianças. As ONG baseiam-se no mecanismo informal existente a nível comunitário para identificar as crianças que saíram informalmente da AFAG</p>

Níveis sócio-ecológicos	Falhas na prática actual	Intervenções	
		Lançamento formal	Libertação informal
 <p>Sociedade - Governo - ONG</p>	<p>O processo de libertação informal não é aceite pelo governo</p> <p>O processo de avaliação da idade é um desafio</p> <p>Os critérios de elegibilidade impedem a libertação de dependentes de combatentes</p> <p>O processo de libertação não é sensível ao género</p> <p>O governo mantém em detenção crianças associadas a grupos armados designados como terroristas</p>	<p>Pergunta orientadora: <i>Como é que o governo, ONG, ONU, etc. podem ser envolvidos em segurança no processo de libertação e identificação?</i></p>	
		<p>A ONU forma pessoal de segurança governamental em avaliação da idade amiga das crianças</p> <p>A ONU assina um protocolo de entrega com a AFAG, incluindo um plano de acção claro, critérios de elegibilidade inclusivos, e uma abordagem sensível ao género</p> <p>ONU e ONGs defendem a aplicação da CDC no processo de libertação</p>	<p>As ONG oferecem serviços a todas as crianças vulneráveis nas comunidades e identificam as antigas CAAFAG que revelaram a sua saída informal.</p> <p>As ONG formam prestadores de serviços na identificação e encaminhamento seguro de crianças.</p>

Exemplos de intervenções de libertação e identificação

Nível individual Encorajar o CAAFAG a deixar os grupos armados

Alguns estudos sugerem que informar as crianças sobre o apoio que receberiam pode motivá-las a abandonar o grupo armado. No Norte do Uganda, uma intervenção utilizou helicópteros para largar panfletos no mato e utilizou programas de rádio locais para partilhar informações sobre como fugir ou render-se com a promessa de perdão da comunidade. Esta abordagem encorajou crianças e jovens que foram raptados quando crianças a abandonar o LRA (Lord Resistance Army).¹⁸⁹ As raparigas mantidas em cativeiro foram informadas pelo LRA que, se escaparem, serão mortas quando regressarem à sua comunidade. Contudo, algumas raparigas que escaparam falaram na rádio e partilharam as suas histórias. As crianças que ouviram a rádio perceberam que não seriam mortas e planearam uma fuga.¹⁹⁰ Na Serra Leoa, uma experiência semelhante foi conduzida. Os pais enviaram mensagens através da rádio para que os seus filhos soubessem que seriam bem-vindos de volta a casa, se deixassem o grupo armado.¹⁹¹ Na RDC, a Child Soldier International enviou mensagens semelhantes a raparigas através de caçadores que viajavam através da floresta. Esta abordagem foi bem sucedida, particularmente em áreas com fraca cobertura radiofónica.¹⁹²

A nível familiar Construir confiança com as famílias para apoiar o processo de libertação

Nas Filipinas, a CFSI (Community and Family Service International) trabalhou com a comunidade MILF (Frente Moro de Libertação Islâmica) para encorajar os pais a enviar os seus filhos à escola em vez de trabalharem para o grupo armado. Neste contexto, as próprias famílias fazem frequentemente parte do grupo, e o recrutamento dos seus filhos é visto como um processo de socialização para os seus filhos. Os assistentes sociais da CFSI construíram pacientemente a confiança com membros da comunidade, particularmente com líderes religiosos que são figuras influentes nas comunidades muçulmanas tradicionais. Trabalharam de perto com os líderes religiosos para desenvolverem sermões amigos da protecção das crianças. Paralelamente, a CFSI trabalhou com os assistentes sociais da comunidade para casos de casos de família. Gradualmente, os assistentes sociais da CFSI finalmente construíram confiança com as famílias, após quase um ano de perguntas, hesitação e recuo. Uma vez conquistada a sua confiança, os assistentes sociais poderiam encorajar as famílias a retirar os seus filhos do grupo armado e enviá-los para a escola.¹⁹³



Nível comunitário

Mecanismo de libertação a nível comunitário

No Mali, os actores da Protecção da Criança envolveram a comunidade para facilitar a libertação das crianças. Em primeiro lugar, os actores de Protecção da Criança fizeram um mapeamento dos locais sob o controlo de grupos armados onde foi registada a presença de crianças. As suas investigações demonstraram que os grupos armados eram principalmente estabelecidos numa base étnica e comunitária. Redes Comunitárias de Protecção da Criança (RECOPE) e Comitês Locais de Protecção da Criança (CLPE) foram estabelecidos em locais relevantes e os seus membros receberam formação sobre protecção da criança, prevenção do recrutamento e noções básicas de advocacia. Em paralelo, foram identificados líderes comunitários influentes de cada grupo étnico em locais relevantes. Os actores da Protecção da Criança organizaram encontros de intercâmbio com os líderes comunitários na câmara municipal relevante (“mairie”) para discutir a prevenção do recrutamento, com base na compreensão local do lugar da criança na família e na comunidade.

O processo de libertação envolveu múltiplos actores.

1) A identificação das crianças é geralmente feita por membros da RECOPE/CLPE que avistam crianças em grupos armados, na parte de trás das carrinhas de recolha, por exemplo. 2) Em seguida, reportam a informação ao supervisor da RECOPE/CLPE que informa o líder comunitário relevante, com base no grupo étnico do grupo armado. 3) Os líderes comunitários, que muitas vezes conhecem os líderes dos grupos armados, defendem a libertação da criança. 4) A criança é então encaminhada para a ONG relevante, com base na via de encaminhamento. 5) A UNICEF ou um membro do grupo técnico MRM procede à verificação e à certificação da criança como CAAFAG e 6) transfere a criança para o Centro de Cuidados de Trânsito para os cuidados provisórios seguidos de reunificação familiar e reintegração socioeconómica.

Esta abordagem comunitária de libertação levou a um aumento significativo do número de CAAFAG libertados em 2019-2020.



Sociedade - nível governamental - ONG

Processo de desmobilização formal na República do Sul do Sudão

Até 2018, menos de 1% das crianças libertadas eram raparigas. Os oficiais assumiram que as raparigas estavam com os seus familiares ou estavam “apenas” a desempenhar papéis de apoio e, portanto, estavam protegidas. Não esperavam que as raparigas fossem combatentes e não consideravam que pudessem desempenhar outros papéis. Os agentes de protecção começaram a identificar raparigas quando algumas delas escaparam, e quando a protecção de crianças e parceiros de violência baseada no género estavam totalmente envolvidos no processo de desmobilização. A presença de pontos focais militares de protecção infantil nas equipas de DDR contribuiu para aumentar significativamente o número de raparigas e rapazes desmobilizados. Estes desempenham um papel crítico, uma vez que os oficiais militares são mais respeitados pelos actores armados do que os civis. Podem transmitir melhor mensagens sobre os direitos da criança, particularmente sobre a necessidade de libertar as raparigas. Em algumas ocasiões, soldados de grupos armados tentaram esconder raparigas, fingindo que eram seus filhos ou suas esposas. Os pontos focais de protecção da criança levantaram a questão junto dos comandantes superiores do grupo armado. As oficiais femininas podiam então aceder às raparigas, construir confiança com elas, e explicar os seus direitos e porque é que o grupo armado tinha sido desmobilizado.

Esta estratégia levou a um aumento do número de raparigas formalmente libertadas de 1% para 35% em 2018 em Yambio.¹⁹⁴

Libertação formal e informal no Nepal

No Nepal, entre 2006 e 2007, o processo formal de desmobilização das crianças associadas ao grupo maoísta não foi tão bem sucedido como se esperava. Todos os maoístas passaram pelo processo de desarmamento, mas não foram totalmente desmobilizados, e permaneceram na estrutura do grupo armado. Das 2973 crianças formalmente libertadas, 40% delas partiram antes da cerimónia de libertação e os 60% restantes recusaram qualquer apoio das agências de protecção infantil e do pacote de reintegração do governo. No entanto, algumas crianças deixaram os acantonamentos informalmente e puderam regressar às suas comunidades, onde as agências de protecção da criança criaram um ambiente favorável à sua reintegração. As agências de protecção

189 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária. (2020)

190 Grupo Director dos Princípios de Paris (2022)

191 Branham (2013) e Palmer (2004)

192 Gustavsson et al (2017)

193 Informação recolhida do informador chave

194 Ibid

da criança iniciaram um programa de localização de famílias e identificaram e registaram crianças que tinham regressado às suas comunidades e ofereceram-lhes apoio à reintegração. Trabalharam com as comunidades para as preparar para receberem a antiga CAAFAG e ligaram as crianças aos serviços comunitários.

A análise desta experiência realça que, para além das fraquezas do programa de reintegração, o governo do Nepal não foi envolvido no processo. A lógica era que o governo era parte no conflito, e que era importante manter a confidencialidade do antigo CAAFAG. Contudo, a confidencialidade não era uma questão importante na altura. Não envolver o governo levou a uma falta de apropriação do processo, uma falta de envolvimento das comunidades, o que poderia ter reforçado a reintegração a nível comunitário. Neste exemplo, a libertação informal permitiu às agências de protecção da criança trabalhar directamente com as comunidades e as crianças e compensar as deficiências do processo formal.¹⁹⁵

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris
 - Capítulo 15 - Envolvimento com Forças Armadas e Grupos Armados
 - Capítulo 16 - Realizar a libertação formal de crianças das forças armadas e grupos armados
 - Capítulo 17 - Compreender e Apoiar a Libertação Informal e a Saída de Crianças das Forças Armadas e Grupos Armados
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2020\) Nota Técnica sobre as Raparigas Associadas às Forças Armadas e ao Grupo Armado - Libertação](#)

Concepção do programa de reintegração

*“A reintegração infantil é o processo através do qual as crianças transitam para a sociedade civil e entram em papéis e identidades significativas como civis que são aceites pelas suas famílias e comunidades, num contexto de reconciliação local e nacional. A reintegração sustentável é alcançada quando as condições políticas, legais, económicas e sociais necessárias para as crianças manterem a vida, a subsistência e a dignidade tiverem sido asseguradas. Este processo visa assegurar que as crianças possam aceder aos seus direitos, incluindo a educação formal e não formal, a unidade familiar, a subsistência digna e a segurança contra danos”.*¹⁹⁶

A reintegração é um processo complexo e contínuo em vez de um evento, que geralmente ocorre ao longo de anos em vez de meses. Representa um período de adaptação e transição da experiência e identidade militares, para uma nova vida civil no seio de uma família e comunidade. Para muitas crianças, a reintegração não se concentra no regresso a uma vida anterior, mas sim na procura de integração num ambiente novo ou dramaticamente alterado. Deve ser entendida como uma experiência dinâmica “multi-direccional” em que a família e os membros da comunidade da criança também se estão a adaptar para acomodar a criança.¹⁹⁷

1. Organizar os dados recolhidos

Em primeiro lugar, organizar a informação recolhida durante a análise do contexto, e relevante para a reintegração. Isto inclui os resultados das seguintes questões de investigação, a partir da análise do contexto:

8. Quais são os papéis e responsabilidades dos rapazes e raparigas durante o período de associação, existem diferenças de acordo com a sua idade/género/etnia ou outras características?
11. Quais são os desafios e riscos enfrentados por rapazes e raparigas durante a sua reintegração a nível individual, familiar, comunitário e da sociedade, existem diferenças de acordo com a sua idade ou sexo? (Avaliação das necessidades - Consulta do CAAFAG - Análise do género)
12. Como pode a comunidade humanitária contribuir para a segurança e o sucesso reintegração de rapazes e raparigas, considerando segurança e cuidados, reintegração social, saúde e saúde mental e reintegração económica? (Avaliação das necessidades - Consulta do CAAFAG - Análise de género - Análise das partes interessadas)
13. Wque são os critérios de uma reintegração bem sucedida para rapazes e raparigas (estatuto, relações) e o que é necessário para o conseguir? (Consulta do CAAFAG)
14. Como é que o acesso e o controlo dos recursos afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes? (Análise de género)
15. Como é que as preocupações de segurança têm impacto na prevenção do recrutamento e da utilização, na libertação e na reintegração de raparigas e rapazes? (Análise de género)
16. Como é que as normas sociais e culturais para raparigas e rapazes afectam a prevenção do recrutamento e da utilização, a libertação e a reintegração de raparigas e rapazes? (Análise de género)

Papéis e responsabilidades (Pergunta 8)

Os papéis e responsabilidades que rapazes e raparigas desempenharam durante o período de associação podem ter impacto na sua reintegração. A sua participação directa nas hostilidades pode ser entendida pela comunidade como uma ameaça à sua segurança. As crianças que tiveram posições de poder, como combatente mas também como esposa de um comandante, por exemplo, podem ter mais dificuldades em se reintegrarem na vida civil onde já não têm os mesmos privilégios. Algumas crianças que se autocategorizam como soldados, particularmente aquelas que passaram um longo período de tempo na AFAG, podem ter dúvidas sobre a sua transição para a vida civil.¹⁹⁸ As raparigas e rapazes que foram explorados sexualmente podem enfrentar desafios adicionais para a sua reintegração. Como resultado, as raparigas podem ser vistas como menos casáveis, e como tendo “perdido o seu valor”,¹⁹⁹ particularmente em sociedades onde a virgindade é um requisito para se casarem. Os rapazes sobreviventes podem enfrentar o estigma associado à percepção da homossexualidade.²⁰⁰ Além disso, a comunidade e as famílias podem esperar que as crianças se comportem de determinada forma com base nos seus papéis e responsabilidades nos grupos armados, o que pode influenciar o comportamento das crianças.

Desafios enfrentados pelas crianças durante a reintegração (Pergunta 11)

As crianças enfrentam muitos desafios durante a sua reintegração, particularmente as raparigas. As crianças relatam enfrentar o estigma e rejeição das suas famílias, das suas comunidades e também da sociedade. Alguns civis receiam que a sua presença crie problemas para a comunidade ou para a família e podem temer o seu comportamento desordeiro e a violência associada a isto.²⁰¹

O nível de aceitação e resiliência da comunidade varia significativamente com base em vários factores, incluindo a exposição real ou percebida da criança à violência e abuso, o papel que pode ter desempenhado durante o período de associação e a forma como foi recrutada e libertada. A estigmatização social pode também ter um impacto na sua saúde mental e no seu bem-estar psicossocial.²⁰²

A informação sobre os desafios que enfrentam durante a reintegração informará as intervenções de reintegração, tendo em consideração as necessidades individuais, bem como a aceitação social a nível familiar, comunitário e social

e o risco que podem enfrentar no acesso a programas de reintegração. A percepção dos adultos e das crianças pode ser diferente, bem como as expectativas sobre a forma como as crianças se devem comportar.

Contribuição para a reintegração (Pergunta 12)

As intervenções que se baseiam em práticas existentes, iniciativas e recursos humanos da comunidade são mais susceptíveis de serem adequadas às necessidades das crianças, eficientes e sustentáveis.

Reforçam os mecanismos de protecção em vigor e dão poder às crianças e comunidades. Os actores comunitários que já estão a desempenhar um papel activo na reintegração das crianças devem ser identificados durante a análise do contexto, particularmente através da análise das partes interessadas. Os resultados da análise das partes interessadas orientarão a identificação dos actores comunitários que têm o poder de influenciar a aceitação social, por exemplo, para os envolver em intervenções de reintegração. As crianças têm frequentemente uma boa compreensão das suas necessidades e da forma de as abordar. A consulta com o antigo CAAFAG fornece informações valiosas sobre as suas perspectivas de reintegração e sobre como apoiá-las.

Crítérios para uma reintegração bem sucedida (Pergunta 13)

O conceito de reintegração é geralmente baseado em conceitos ocidentais, que podem não ressoar na percepção das crianças e na compreensão local de eventos relacionados com o conflito. As raparigas e os rapazes interpretam e dão um significado activo às suas experiências de associação e reintegração e devem ser consultados para informar a concepção de programas de reintegração.²⁰³ A consulta do antigo CAAFAG através de mini workshops apoiará a participação das crianças na identificação de indicadores culturalmente relevantes de reintegração bem sucedida e não bem sucedida.

Impacto do acesso aos recursos e controlo dos mesmos (Pergunta 14)

O acesso e o controlo dos recursos podem ser afectados pela sua associação com a AFAG. Algumas crianças que foram associadas a um grupo conhecido como inimigo ou a um grupo que perdeu a guerra podem levar à rejeição da comunidade e a um acesso limitado aos serviços, por exemplo. Em alguns contextos, as crianças

195 Binadi et al. (2011)

196 Princípios de Paris 2.8, 2007

197 Grupo Director dos Princípios de Paris (2022)

198 Ibid

199 De la Soudière (2017)

200 Save the Children (2021)

201 Wessells (2016)

202 Betancourt et al (2010)

203 Stark et al (2009)

que estão em risco de serem detidas não podem ter acesso aos recursos. Nas sociedades patriarcais, as raparigas têm frequentemente mais desafios no acesso e controlo de recursos, uma vez que o seu pai ou parceiro pode controlar o seu acesso. Esta situação pode ser exacerbada pela sua associação. A compreensão e a abordagem das barreiras de acesso aos serviços por parte de rapazes e raparigas contribuirá para o sucesso dos programas de reintegração.

Impacto das preocupações de segurança (Pergunta 15)

Em alguns contextos, as crianças que fugiram de um AFAG podem estar em risco de rapto, ameaças, prisão ou pressão para serem novamente recrutadas. As raparigas que foram casadas com combatentes ou consideradas como esposa de um combatente estão particularmente em risco de rapto. Algumas crianças estão em risco de detenção e prisão, particularmente se foram associadas a um grupo armado designado como terrorista. Podem também ser alvo de represálias por parte de membros do grupo ou de membros da comunidade.²⁰⁴ Estes riscos devem ser considerados na concepção de programas de reintegração, incluindo medidas de mitigação para assegurar que as intervenções não exponham as crianças a maiores danos.

Impacto das normas sociais e culturais (Pergunta 16)

As normas sociais e culturais podem ter um impacto significativo na reintegração das crianças. As experiências de rapazes e raparigas podem não corresponder à percepção de uma mulher ideal ou de um homem ideal em algumas sociedades. As raparigas que usam uniformes militares, carregam armas, conduzem, exibem um “comportamento militarizado”, que conheceram homens sem serem casados, que tiveram filhos nascidos de violência sexual, por exemplo, podem não estar de acordo com a percepção da comunidade ou da sociedade de uma mulher ou rapariga ideal. Os rapazes que se acredita terem cometido actos de violência, incluindo matar, violar e torturar, os rapazes que exibem comportamentos violentos e que são desobedientes aos seus pais, podem não responder aos padrões de homem ou rapaz ideal. Contudo, estas normas de género podem ter mudado devido ao conflito, e os papéis não estereotipados de género podem ser mais aceites para raparigas e rapazes. Noutros contextos, as crianças associadas a grupos armados apoiados pela comunidade podem ser vistas como heróis. Como resultado, os membros da comunidade podem não estar dispostos a reconhecer a violência e os abusos que a CAAFAG possa ter experimentado. As normas sociais para rapazes e raparigas e a sua evolução são importantes a ter em consideração na concepção de programas de reintegração para não expor as crianças a riscos adicionais de estigmatização. Por exemplo, se uma rapariga quiser

iniciar um negócio num sector que tradicionalmente não é aceitável para as raparigas, devem ser identificadas estratégias para mitigar o risco de estigmatização.

2. Desenvolver objectivos e resultados da reintegração

Em terceiro lugar, desenvolver objectivos e resultados que sejam específicos para intervenções de reintegração.

Os objectivos reflectem as alterações esperadas do programa de reintegração. Os objectivos fazem parte do quadro do projecto. ([Ver Considerações-chave e enquadramento na p 70](#))

Eis os objectivos de reintegração que pode adaptar ao seu contexto:

- Raparigas e rapazes que são CAAFAG e crianças vulneráveis são reintegrados nas suas famílias e comunidades
- As raparigas e os rapazes que são CAAFAG foram identificados a partir de grupos armados e são reintegrados nas suas comunidades

Os resultados reflectem as múltiplas mudanças que se esperam no final do projecto para atingir o objectivo. Os resultados podem ser enquadrados em torno das necessidades das crianças. Aqui estão alguns exemplos que se podem adaptar ao seu contexto.

- Rapazes e raparigas que são CAAFAG e crianças vulneráveis são reunificados com as suas famílias e as suas necessidades são avaliadas e tratadas através da gestão de casos.
- Meninos e meninas que são CAAFAG e crianças vulneráveis têm melhorado a saúde e o bem-estar psicossocial.
- Os rapazes e raparigas mais velhos que são CAAFAG e as crianças vulneráveis e as suas famílias são financeiramente auto-suficientes.
- Os rapazes e raparigas que são CAAFAG e as crianças vulneráveis têm as suas necessidades educacionais satisfeitas.
- Os rapazes e raparigas que são CAAFAG e os direitos das crianças vulneráveis são protegidos quando estão em contacto com a lei.
- Os rapazes e raparigas que são CAAFAG e crianças vulneráveis estão socialmente integrados na sua família e comunidade.

- As famílias são dotadas de competências e conhecimentos para promover a reintegração familiar de rapazes e raparigas que são CAAFAG.
- As comunidades são dotadas de competências e conhecimentos para promover a reintegração comunitária de rapazes e raparigas que são CAAFAG.
- As normas sociais que promovem a aceitação da comunidade CAAFAG são reforçadas.

3. Considerar abordagens-chave para a reintegração

Em segundo lugar, considerar quatro abordagens-chave para a reintegração. O apoio à reintegração é abordado a nível individual e familiar através de uma *abordagem de gestão de casos* e a nível comunitário através de uma *abordagem a nível da comunidade*. Inclui também uma *abordagem multi-sectorial* que envolve outros sectores como relevantes e uma *abordagem não direccionada*, visando crianças mais amplamente vulneráveis em vez de apenas o CAAFAG.

Gestão de casos abordagem

A gestão de casos é uma abordagem para responder às necessidades de uma criança individual em risco de dano ou que tenha sido prejudicada. A criança e a sua família são apoiadas por um assistente social através de apoio directo e encaminhamento. A gestão de casos permite a identificação eficaz das necessidades das crianças e a prestação discreta de apoio às crianças. Contudo, esta abordagem é mais benéfica se for fornecida para tratar de múltiplas questões de protecção em comunidades afectadas por conflitos, em vez de visar especificamente e potencialmente estigmatizar ainda mais a CAAFAG.

Os actores da gestão de casos podem avaliar holisticamente a situação de raparigas e rapazes e o seu ambiente doméstico. Os responsáveis pelos casos fazem-no considerando factores individuais de protecção e de risco, a fim de adaptar a resposta às necessidades específicas da criança.

Uma abordagem de gestão de casos contribui para a coordenação dos serviços multisectoriais por um ponto focal (o assistente social) para a criança, a família e os prestadores de serviços. A informação recolhida pelos assistentes sociais ao longo do processo de gestão de casos também pode ser anónima e agregada para analisar tendências e informar a concepção do programa.

Através desta abordagem, os funcionários de casos identificam as vulnerabilidades de raparigas e rapazes, mas também os capacitam e apoiam o seu bem-estar e resiliência. Os assistentes sociais podem aproveitar os pontos fortes de cada criança, incluindo quaisquer competências que tenham adquirido antes e durante o período de associação, a sua agência individual e colectiva e as competências que desenvolveram para lidar com elas.

A gestão de casos individuais deve ser associada a intervenções a nível comunitário que abordem a estigmatização e a reintegração social. As abordagens colectivas, tais como o apoio a um grupo de CAAFAG da mesma comunidade, podem também reforçar o seu sentimento de pertença. Esta abordagem foi considerada bem sucedida em contextos como a CAR, onde a criação de um mecanismo de apoio colectivo permitiu que as raparigas se ligassem umas às outras e reforçassem uma identidade colectiva.²⁰⁶ Por muito grandes que sejam, os programas de reintegração de tamanho único para raparigas e rapazes, que negam a sua agência e as suas necessidades individuais, podem aumentar os desafios à sua reintegração.

O risco de *sobre-vicalização* das crianças, particularmente das raparigas que as consideram como vítimas passivas do recrutamento, pode ser prejudicial para o processo de reintegração. É fundamental reconhecer as experiências únicas das crianças e a sua agência na decisão de aderir à AFAG, se relevante. Os trabalhadores de casos que criam confiança e dão poder a raparigas e rapazes aumentam as hipóteses de uma reintegração bem sucedida.

A formação do pessoal que presta serviços completos de gestão de casos de protecção infantil para a CAAFAG é fundamental, particularmente na gestão de casos de protecção infantil e de violência baseada no género (VBG), incluindo Cuidar de Sobreviventes Infantis. ([Ver 4.C Recursos humanos - Desenvolvimento de capacidades na p 121](#)) A formação deve também abordar a percepção que os próprios trabalhadores de casos têm do CAAFAG no seu contexto. Deve existir um mecanismo de supervisão estruturado para os trabalhadores de casos para apoiar os trabalhadores de casos no tratamento de casos difíceis e para monitorizar a qualidade da gestão de casos.

A gestão de casos para a CAAFAG inclui a criação de uma base de dados como a [Primero](#), para manter um registo das crianças identificadas, dos serviços prestados e da sua reintegração. Primero / CPIMS+ é um sistema de gestão

204 UNODC (2019)

205 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2019)

206 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)

de informação digital que pode ser utilizado para melhorar a eficiência dos serviços de gestão de casos e um sistema de gestão de dados de uma forma segura e responsável. Requer avaliação, planeamento e recursos quando o sistema de gestão de casos estiver em funcionamento. As directrizes de gestão de casos fornecem a orientação detalhada sobre como criar um serviço de gestão de casos.

Com base na investigação, foram identificados vários factores de protecção e de risco que influenciam o processo de reintegração.²⁰⁷

207 Betancourt (2008)

Factores de protecção

Pré-retorno

- Ser recrutado por um grupo armado ou força armada apoiada pela comunidade ou que seja percebido como um “vencedor
- Manteve contacto regular com a família durante o período de associação
- Desenvolveu amizades com outras crianças
- Ser recrutado com um irmão ou um membro da família
- Curto período de associação
- Percepção de que se tratava de uma experiência fortalecedora

No regresso

- Presença de cuidadores amorosos, aceitação comunitária e familiar
- Ter um parceiro de apoio
- Presença de rede de apoio de pares, estando em contacto com outros CAAFAG
- Presença de educação e oportunidades económicas
- Disponibilidade de apoios culturais (por exemplo, rituais espirituais)

Factores de risco

Pré-retorno

- Ser recrutado por uma força ou grupo armado percebido como inimigo, que “perdeu” a guerra ou que é designado como terrorista
- Presença de forte ideologia no grupo armado e doutrinação
- Experiência de abuso sexual, violação, estar casado com um combatente
- Má relação com os prestadores de cuidados antes da inscrição, histórico de violência doméstica e abusos
- O seu papel envolveu a participação directa nas hostilidades
- Sentimento individual de perda de controlo sobre as suas vidas
- Longo período de tempo no grupo (embora não em todos os contextos)
- Testemunhar espancamento ou tortura, morte violenta, ser forçado a matar, incluindo membros da família, e cometer actos de violência
- Experiência de ferida ou lesão permanente
- O medo e a raiva da comunidade

No regresso

- Má relação com os prestadores de cuidados, violência doméstica, rejeição pela família ou perda dos prestadores de cuidados/parentes
- Experiência de rejeição por parte da comunidade
- Falta de oportunidades económicas e educativas
- Presença de comportamentos agressivos e violentos
- Presença de sintomas de angústia e ansiedade
- Presença de crianças nascidas durante o período de associação
- Isolamento de pares

Abordagem a nível comunitário

Uma abordagem a nível comunitário é um requisito para reintegrar com sucesso crianças anteriormente associadas a forças armadas e grupos armados, particularmente em comunidades onde muitas crianças foram recrutadas. Ela complementa a abordagem de gestão de casos que se centra nas necessidades a nível individual e familiar.

A exclusão de eventos comunitários e as interações com os pares são comuns. Isto afecta a confiança das crianças e a sua capacidade de reconstruir um sentimento de pertença às suas comunidades. Assim, raparigas e rapazes estão a coexistir em vez de estarem genuinamente integrados nas suas comunidades. Nas comunidades profundamente afectadas pela guerra, as redes sociais tradicionais são enfraquecidas, o que aumenta os níveis de medo e desconfiança. Os membros da comunidade podem considerar o CAAFAG como perigoso, como uma ameaça à segurança e uma ameaça às normas sociais.²⁰⁸ Além disso, as abordagens a nível comunitário são mais sustentáveis, apropriadas e eficazes quando enraizadas nas estruturas, iniciativas e actores locais existentes.

O nível de envolvimento da comunidade pode diferir de um contexto para outro. Para efeitos deste conjunto de ferramentas, daremos prioridade às actividades de propriedade e gestão comunitária, quer sejam iniciadas por uma agência externa ou dentro da comunidade. Na primeira opção, os sistemas e práticas tradicionais da comunidade são identificados durante a análise do contexto e apoiados por uma agência. Por exemplo, as cerimónias de limpeza e perdão, o envolvimento dos líderes tradicionais na utilização da sua autoridade para defender a protecção da criança são apoiados através de formação, estipêndios, fornecimento de materiais, etc. Na segunda opção, actividades organizadas pela comunidade, tais como grupos de vigilância de segurança, iniciativas de subsistência, actividades recreativas, recebem algum apoio material modesto ou um orçamento para melhorar ou aumentar o seu alcance.

Esta abordagem baseia-se em práticas existentes que são documentadas através da análise do contexto e reforçadas, com base nas recomendações da comunidade e das crianças. Além disso, esta abordagem promove a identificação dos principais interessados com base no seu nível de influência, documentado na análise dos interessados e na avaliação das necessidades.

Assim, os líderes religiosos, chefes locais, chefes tradicionais da comunidade, mulheres e jovens que apoiam a reintegração de crianças e que têm o poder de influenciar a reintegração social da CAAFAG, por exemplo, podem estar envolvidos.

Nesta abordagem, as agências facilitam a discussão, utilizando abordagens altamente participativas e inclusivas e com o objectivo de construir confiança e promover a propriedade comunitária.²⁰⁹

Para mais informações, ver o guia [Reflective Field Guide on Community-level Approaches to Child Protection in Humanitarian Action.](#)

Abordagem não orientada

Uma abordagem não direccionada dá prioridade à prestação de serviços não direccionados em vez de uma focalização específica do CAAFAG. A prestação de serviços a todas as crianças vulneráveis nas comunidades afectadas atenuará o risco de estigmatizar o CAAFAG, bem como o potencial ressentimento da comunidade de acolhimento contra o CAAFAG. A comunidade pode ressentir-se da prestação de serviços apenas a antigos CAAFAG e pode percebê-la como recompensando os perpetradores de violência, enquanto outras crianças afectadas por conflitos não recebem o mesmo nível de apoio. A prestação de serviços não direccionada pode também impedir o recrutamento de crianças vulneráveis, dar acesso a serviços para crianças, particularmente raparigas, que não querem revelar a sua associação para ter acesso a serviços e evitar mais estigmatização.²¹⁰

Abordagem multi-sectorial

Uma abordagem multi-sectorial encoraja a colaboração entre organizações de vários sectores e envolvendo comunidades e pessoas. O bem-estar das crianças inclui vários componentes que estão todos interligados. A reintegração bem sucedida do CAAFAG responde holisticamente às necessidades das crianças, envolvendo outros sectores relevantes. Os actores da Protecção da Criança raramente têm experiência em todos os sectores e devem envolver especialistas em saúde, recuperação económica, justiça, etc., conforme necessário.

O diagrama abaixo é adaptado dos domínios da Aliança para a Protecção da Criança em Acção Humanitária de bem-estar infantil e destaca as principais necessidades e, portanto, sectores a considerar e envolver em programas de reintegração CAAFAG, nomeadamente Necessidades básicas, Relação com a família e outros, Segurança e Agência. Podem ser consideradas necessidades adicionais com base em situações individuais e necessidades identificadas durante a avaliação da gestão de casos, tais como acesso a alimentos, água, abrigo, vestuário, etc.

Domínios do bem-estar da criança



Necessidades básicas

A saúde inclui o bem-estar psicossocial, nutrição, saúde reprodutiva, vícios, deficiências, etc.

A educação engloba a educação formal e não formal.

A recuperação económica centra-se na autonomia financeira das crianças mais velhas e inclui formação profissional, competências empresariais, literacia financeira, etc.

Segurança e protecção

Segurança & Cuidados inclui protecção contra a violência e retaliação, cuidados alternativos e rastreio e reunificação familiar.

A justiça pode ser considerada em alguns contextos, inclui riscos de detenção, protecção durante a detenção, documentos jurídicos, assistência jurídica e advocacia.

Relação com a família e outros

A pertença social engloba uma nova identidade civil e ser socialmente aceite pela família e pela comunidade.

Agência

Educação, especificamente competências para a vida, promovendo a capacidade de decisão e o empoderamento de rapazes e raparigas para serem agentes activos das suas próprias vidas.

4. Intervenções de reintegração Brainstorming

Em quarto lugar, as intervenções de reintegração com base nas informações recolhidas durante a análise do contexto e as respostas às questões de investigação relevantes (*quais são os desafios durante a reintegração; quais são as práticas existentes para alavancar e as recomendações das crianças e da comunidade; como os papéis e as responsabilidades, o acesso e o controlo dos recursos, a segurança, as normas culturais e sociais podem influenciar a reintegração; e os critérios de reintegração bem sucedida*). O quadro seguinte pode ajudar a organizar ideias e programas de reinserção de brainstorming.

- Identificar as necessidades de reintegração com base na análise do contexto e seleccionar necessidades relevantes a partir da lista fornecida. Adicionar outras necessidades relevantes com base no seu contexto. Algumas podem ser específicas de género ou idade, ou baseadas noutros factores, tais como o local ou o grupo armado de recrutamento. Um programa de reintegração de qualidade aborda as múltiplas necessidades das crianças, envolvendo vários sectores e considerando todos os níveis do modelo sócio-ecológico.
- Com base nesta informação recolhida durante a análise do contexto, incluindo as perspectivas e pontos de vista dos jovens e dos antigos CAAFAG e os exemplos de programas de reintegração, intervenções de brainstorming que poderiam abordar as necessidades identificadas e promover a reintegração das crianças, incluindo considerações de idade e género.
- Considerar as medidas de risco e mitigação identificadas na avaliação de risco para não prejudicar as crianças, comunidades e pessoal









O quadro abaixo sugere um modelo para organizar e apresentar ideias com exemplos sucintos de intervenções. O quadro utiliza os níveis do quadro sócio-ecológico, bem como as principais necessidades a considerar para a reintegração do CAAFAG.

208 Tonheim (2017)









209 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)

210 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)

Necessidades do CAAFAG

	Saúde/MHPSS 	Educação 	Segurança & Cuidados 	Justiça 	Recuperação económica 	Pertença social 
Abordagens	Gestão de casos - Envolvimento a nível comunitário - Multi-sectorial - Não orientado					
Perguntas orientadoras	Como identificar e responder às necessidades de saúde do CAAFAG?	Como promover o acesso à educação?	Como promover a segurança e os cuidados CAAFAG?	Como assegurar que os direitos legais da CAAFAG são respeitados?	Como apoiar a autonomia financeira do CAAFAG mais antigo?	Como promover a reintegração social do CAAFAG?
 Individual	<p>Avaliação médica voluntária</p> <p>Prestação de cuidados de saúde, incluindo nutrição, saúde mental e apoio psicossocial a crianças com, incluindo crianças com deficiências ou com deficiência</p> <p>Apoio específico a raparigas e rapazes sobreviventes de abuso sexual, raparigas que sofreram abortos e/ou parto inseguros</p>	<p>Proporcionar uma variedade de oportunidades para atender às necessidades de diferentes perfis, incluindo oportunidades de educação formal e não formal, e competências para a vida, tais como tomada de decisões, competências de regulação emocional, empoderamento, etc.</p> <p>Prestação de cuidados diurnos às crianças mães para facilitar o seu acesso às oportunidades de educação</p>	<p>Identificar o risco de segurança e estabelecer um plano de segurança individual, incluindo a deslocalização se relevante, através da gestão de casos</p> <p>Identificar oportunidades de cuidados intermédios como relevantes, com prioridade para os cuidados de adoção, incluindo o acompanhamento regular</p>	<p>Prestar assistência jurídica para apoiar o acesso à documentação jurídica e promover os direitos da CAAFAG em contacto ou em conflito com a lei</p>	<p>Implementar a avaliação da recuperação económica individual, o fornecimento de competências empresariais, formação profissional, literacia financeira, formação em exercício, aprendizagem, apoio ao empreendedorismo, incluindo assistência em dinheiro, microfinanças de poupança, acesso ao microcrédito, mentoria de homens/mulheres de negócios estabelecidos</p> <p>Promover o comércio sem estereótipos de género, se relevante e seguro</p>	<p>Apoiar a transição para uma nova identidade civil através de aconselhamento individual e/ou abordagens colectivas</p>
 Família	<p>Envolvimento da família, se relevante (por exemplo, deficiência permanente, doença crónica, etc.)</p> <p>Envolver os pais para promover o bem-estar psicossocial (Ver Pertença social/familiar)</p>	<p>Envolvimento da família para apoiar o acesso à educação, tais como iniciativas de recuperação económica para os pais apoiarem a educação dos filhos (Ver Recuperação Económica/Família)</p>	<p>Envolvimento da família se a sua segurança também estiver em risco</p> <p>Implementar programas de rastreio e reunificação familiar</p>		<p>Promover apoio familiar, acesso à rede de empresas familiares, apoio económico à família para suprir as necessidades da CAAFAG</p>	<p>Apoiar a família, incluindo prestadores de cuidados e parceiros para proporcionar um ambiente familiar de apoio e cuidados através de sessões de competências parentais e discussões em grupo</p>

Necessidades do CAAFAG

	Saúde/MHPSS 	Educação 	Segurança & Cuidados 	Justiça 	Recuperação económica 	Pertença social 
Abordagens	Gestão de casos - Envolvimento a nível comunitário - Multi-sectorial - Não orientado					
Perguntas orientadoras	Como identificar e responder às necessidades de saúde do CAAFAG?	Como promover o acesso à educação?	Como promover a segurança e os cuidados CAAFAG?	Como assegurar que os direitos legais da CAAFAG são respeitados?	Como apoiar a autonomia financeira do CAAFAG mais antigo?	Como promover a reintegração social do CAAFAG?
 Comunidade	Reforçar os cuidados de saúde comunitários para responder às necessidades do CAAFAG (avaliar a deficiência, ser sensível à criança, respeitar a confidencialidade, conduzir a gestão clínica da violação, lidar com as dependências, apoiar a saúde sexual e reprodutiva)	Desenvolver a iniciativa comunitária existente, capacitar os jovens mais velhos para proporcionar oportunidades de educação	Reduzir os conflitos através de iniciativas comunitárias de construção da paz Envolver as comunidades na identificação de famílias de acolhimento, localização de centros de acolhimento provisórios, se relevante	Promover a identificação segura e o encaminhamento de crianças identificadas como necessitadas de assistência jurídica Formar comunidade para advogados	Implementar a avaliação do mercado comunitário para identificar oportunidades de negócio Envolver a comunidade para apoiar o empreendedorismo dos jovens (acesso à terra, mercado, cooperativa, etc.) Promover projectos comunitários liderados por jovens	Identificar membros da comunidade que possam influenciar a reintegração social de rapazes e raparigas CAAFAG Apoiar iniciativas lideradas pela comunidade, tais como cerimónias de boas-vindas ou de perdão Promover diálogos liderados pela comunidade para melhorar a aceitação, incluindo iniciativas lideradas por jovens Promover a amizade através de actividades de grupo (desporto, arte, etc.)
 Sociedade		Advogar junto do MoE para melhorar o acesso à educação em áreas remotas Formar professores em métodos de ensino sensíveis ao género e não violentos	Advogado para a reconciliação nacional Envolver o governo na provisão de opções de cuidados provisórios como relevantes	Advogar para promover alternativas à detenção, formação de actores da justiça para promover o respeito da CDC		Defensor da aceitação do CAAFAG, mudança das normas sociais

Exemplos de intervenções de reintegração

Os exemplos seguintes estão organizados por sector ou necessidade e não por níveis sócio-ecológicos. Contudo, encontrará informação sobre o nível sócio-ecológico para cada exemplo.

Saúde e MHPSS

Considerações chave

- As intervenções de saúde e MHPSS fazem parte das necessidades básicas das crianças, mas são também essenciais para a segurança e protecção, relação com a família e outros e agência.
- Os indivíduos que sofreram acontecimentos traumáticos têm mais probabilidades de se retirarem das suas comunidades e de perderem a confiança nelas.
- O antigo CAAFAG pode enfrentar desafios na definição da sua nova identidade como civis²¹³, particularmente se o grupo armado tivesse uma forte identidade e ideologia.²¹⁴
- A exposição a factores específicos de stress durante a guerra faz com que o “cérebro se desenvolva ao longo de um caminho que responde ao stress”. Como resultado, o cérebro desenvolve capacidades de reagir rapidamente a ameaças sob a forma de raiva intensa, agressão, ou medo.²¹⁵
- O bem-estar psicossocial contribui para o sucesso da reintegração das crianças. Os programas que não abordam as necessidades psicossociais e psicológicas das crianças podem não ter sucesso.²¹⁶
- Sentir-se aceite pela sua comunidade e pelos pais é um dos mais fortes determinantes do bem-estar psicossocial das crianças.²¹⁷
- Raparigas e rapazes sobreviventes de abuso sexual e raparigas grávidas ou com filhos nascidos de violência sexual podem precisar de apoio psicossocial adicional.

Recomendações

- Realizar exames médicos voluntários e assegurar que toda a informação partilhada permanece confidencial. O rastreio médico deve rastrear deficiências, feridas, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), dependências, nutrição, cuidados pré-natais, saúde sexual e reprodutiva, e saúde mental.
- Formar pessoal médico sobre como lidar com a divulgação da GBV, cuidados clínicos de violação para rapazes e raparigas, sobre confidencialidade, capacidades de comunicação adequadas à idade e ao sexo e encaminhamento para serviços de protecção infantil.
- Fornecer actividades psicossociais colectivas e individuais que contribuam para construir um sentido de pertença e identidade colectiva, incluindo serviços especializados prestados por clínicos profissionais de saúde mental para crianças com sintomas relacionados com trauma.
- Alargar o apoio psicossocial a prestadores de cuidados e parceiros.
- Envolver rapazes e raparigas na identificação das melhores abordagens para melhorar o seu bem-estar psicossocial.
- Abordar a estigmatização na comunidade e na família através de iniciativas lideradas pela comunidade e culturalmente relevantes, tais como cerimónias de boas-vindas e rituais de limpeza. [\(Ver página 111 de pertença social\)](#)

Exemplos de programas

Os programas de apoio mental e psicossocial devem considerar os 4 níveis de intervenção da pirâmide MHPSS da IASC.

1. **Serviços básicos** (alimentação, saúde e abrigo) e segurança para todos na comunidade.
2. **Apoio comunitário e familiar** para um menor número de pessoas capazes de manter a sua saúde mental e bem-estar psicossocial se receberem ajuda no acesso ao apoio chave da comunidade e da família.
3. **Apoio focalizado e não especializado** necessário para o menor número de pessoas que, adicionalmente, necessitam de intervenções individuais, familiares ou de grupo mais focalizadas por trabalhadores formados e supervisionados (mas que podem não ter tido anos de formação em cuidados especializados).

211 Dickson-Gomez (2002)

212 Banholzer (2014)

213 Tonheim (2017)

214 Vermeij (2011)

215 Medeiros et al (2020)

216 Levy Paluck et al (2016)

217 Medeiros et al (2020)

Serviços especializados prestados por profissionais clínicos de saúde mental e serviço social, destinados a crianças e famílias, fora do âmbito dos serviços de saúde primários gerais (não especializados) e sociais.

Apoio direcionado não especializado por trabalhadores treinados e supervisionados para crianças e famílias, incluindo serviços primários de saúde geral (não especializados) e sociais.

Apoio da família e da comunidade para recuperação, construção de resiliência e manutenção da saúde mental e bem-estar psicossocial de crianças e famílias.

Considerações sociais de serviços básicos e segurança de forma participativa, segura e socialmente apropriada para garantir a segurança, dignidade e bem-estar de todas as crianças e membros da comunidade.

Atendimento especializado

Cuidados focados

Apoios Familiares e Comunitários

Considerações sociais em serviços básicos e segurança

FIGURA 1: PIRÂMIDE IASC MHPSS

4. **Serviços especializados** necessários para a pequena percentagem da população cujo sofrimento, apesar do apoio já mencionado, é intolerável e que pode ter dificuldades significativas no funcionamento diário básico.

Nível individual **Abordagens colectivas para promover o bem-estar psicossocial das raparigas**

Na CAR, a Plan International tem utilizado uma abordagem de reintegração de grupo que tem demonstrado resultados positivos. A evidência e o feedback anedótico das raparigas, em particular, salientou que a reintegração em grupo parece ter tido um efeito positivo sobre o sucesso da sua reintegração. As raparigas puderam conhecer outras raparigas que têm experiências semelhantes e formar uma rede de apoio na sua comunidade. A criação de mecanismos de apoio colectivo onde as raparigas se possam ligar umas às outras para reforçar o seu sentimento de pertença e identidade colectiva tem sido destacada como uma prática promissora. Esta lição aprendida está de acordo com os resultados da investigação sobre ex-GAAFAG na Libéria, Serra Leoa e norte do Uganda. As raparigas encontram-se durante sessões regulares onde facilitadores formados reconhecem e validam a sua experiência. Desta forma, as raparigas podem expressar os seus sentimentos através de vários meios, tais como arte, teatro, poemas ou fotografia, dando às raparigas a capacidade de processar a sua experiência de violência. A experiência tem demonstrado que os grupos não devem ser demasiado grandes, e as participantes devem permanecer no mesmo grupo para assegurar confiança suficiente entre as raparigas.²¹⁹

(Quadro sócio-ecológico: nível individual - IASC: nível 2 - 3)

Apoio psicossocial no Nepal

Uma avaliação do programa de reintegração do CAAFAG no Nepal concluiu que o apoio psicossocial era uma das componentes mais fortes. As crianças tiveram a oportunidade de partilhar os seus problemas tais como pesadelos, medo de rapto, sentimento de culpa, arrependimento, perder a face. As crianças sentiram sinais de ansiedade, tais como agitação, agressão, dificuldade de concentração, perda de apetite e irritação. Sessões de aconselhamento individual e em grupo ajudaram as crianças a expressar os seus sentimentos e emoções profundas e contribuíram para uma mudança de comportamento. As crianças relataram redução do pensamento negativo, maior auto-confiança e sentimento de maior aceitação por parte da comunidade.²²⁰

(Quadro sócio-ecológico: nível individual - IASC: nível 3)

Abordagem baseada na arte para envolver crianças nascidas de violência sexual

A investigação no Norte do Uganda utilizou a máscara e o desenho para envolver raparigas e rapazes nascidos em cativeiro. Abordagens baseadas na arte, tais como fotografia, vídeo, teatro, música, e arte visual podem fornecer um meio de comunicar com segurança sobre memórias traumáticas.

Foram realizados workshops de arte durante 2 dias para fomentar a criação de confiança entre os participantes. A utilização da máscara foi culturalmente significativa no Uganda e ofereceu segurança e anonimato para explorar emoções e memórias difíceis. Em primeiro lugar, as crianças ajudaram-se mutuamente a fazer máscaras com tiras de gesso de Paris. Depois, os facilitadores pediram aos participantes para reflectirem sobre a

218 McKay et al (2011)

219 Manero (2019)

220 Binadi et al (2011)

sua vida passada em cativeiro, a sua situação de vida actual, e as suas esperanças para o futuro. Podiam usar penas, flores, pedras, alfinetes, erva, folhas e outros objectos encontrados. Cada cor representava o passado, o presente e o futuro. Depois, numa base voluntária, apresentaram o significado da sua máscara. Esta abordagem permitiu às crianças identificar e seleccionar aspectos da sua experiência que se sentiam à vontade para partilhar. Numa segunda fase, fizeram dois desenhos, um mapeamento da sua família e das suas condições de vida enquanto em cativeiro e um da sua situação actual. As crianças apresentaram a sua máscara e desenhos à comunidade. Isto desencadeou um poderoso impacto emocional por parte dos membros da comunidade e aumentou o seu desejo de criar mudanças sociais.²²¹

(Quadro sócio-ecológico: nível individual - IASC: nível 3)



Nível comunitário

Sessões de grupo de aconselhamento psicossocial não direccionado na Nigéria

A International Alert implementou sessões de aconselhamento de grupos para raparigas, inicialmente apenas para CAAFAG. Rapidamente, reviram a sua estratégia, uma vez que as raparigas foram estigmatizadas. Incluíram outras mulheres e raparigas da comunidade e conduziram sessões mistas. No início de cada sessão, os facilitadores lembraram aos participantes a confidencialidade. A maioria das comunidades conhece as raparigas e esta abordagem conduziu a resultados positivos, como o reforço da solidariedade entre a CAAFAG e as raparigas da comunidade.²²²

(Quadro sócio-ecológico: Individual - níveis comunitários - IASC: nível 2)

Alívio da culpa por líderes religiosos no Sul do Sudão

No Sul do Sudão, os actos de violência que foram forçados a cometer ou contribuíram indirectamente para assombrar ainda algumas raparigas. Muitas raparigas sentiram mais culpa e vergonha pelo que fizeram, e não pelo que lhes foi feito.

“Senti-me tão mal ao pensar que estávamos a comer comida roubada, que me fez sentir triste. Para obter a nossa comida, as pessoas foram espancadas e mortas. Senti-me mal a toda a hora.”

No Sul do Sudão, os líderes religiosos têm a autoridade para aliviar a carga ética que afecta o seu bem-estar psicossocial e a sua reintegração. Um pastor apoiou dezenas de raparigas e deu-lhes a absolvição através de orações.

*“Explico que somos todos pecadores, e que Deus está pronto a perdoar-nos a todos, então eu dou a absolvição. Alguns querem confessar publicamente, mas isso também pode ser feito individualmente e em silêncio, por si próprio”*²²³

(Quadro sócio-ecológico: nível comunitário - IASC: nível 2)

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris Capítulo 22 Saúde Mental e Apoio à Reintegração Psicossocial
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2020\) Nota Técnica sobre as Raparigas Associadas às Forças Armadas e ao Grupo Armado - Saúde Física e Mental](#)



Educação

Considerações chave

- O acesso à educação pode contribuir para a reintegração efectiva de crianças anteriormente associadas a forças armadas e grupos armados nas suas famílias e comunidades, ao imobilizar a criança na vida civil, promovendo um sentido de normalidade, aumentando a aceitação da comunidade e reduzindo a vulnerabilidade ao recrutar de novo.²²⁴
- Tanto as actividades educativas formais como não formais podem contribuir para reforçar a auto-estima e ajudar as crianças a recuperarem um valor social.
- O CAAFAG pode sofrer estigmatização e discriminação por parte de outros colegas e professores e pode ter dificuldade em adaptar-se ao ambiente escolar. As raparigas são frequentemente particularmente afectadas devido à sua presumível actividade sexual.
- Durante o conflito, as escolas podem não ser seguras, utilizadas para fins militares e ser deliberadamente atacadas ou ameaçadas. Podem ser utilizadas por grupos armados para fins de recrutamento ou para difundir ideologia política ou religiosa. As escolas podem também ser encerradas devido ao conflito ou a um surto de doença.

Recomendações

- Envolver rapazes e raparigas na identificação das melhores abordagens para melhorar o seu acesso à educação e responder às suas necessidades em termos de conhecimentos e competências.

221 A Green et al (2019)

222 Informação recolhida do informador chave

223 UNICEF (2019)

224 Grupo Director dos Princípios de Paris (2022)

225 Grupo Director dos Princípios de Paris (2022)

- Saúde Mental e Apoio Psicossocial (MHPSS) e Aprendizagem Social e Emocional (SEL) podem ser integrados na programação educativa para ajudar a CAAFAG a processar as suas experiências.
- As dinâmicas de conflito podem ter impacto nos ambientes de aprendizagem. Os professores e outro pessoal educativo devem ser formados nos princípios da educação sensível ao conflito.
- Considerar combinar educação, formação profissional, e oportunidades de subsistência para crianças mais velhas.
- Considerar o apoio à subsistência dos pais para apoiar a educação das crianças de uma forma mais sustentável ou o apoio às associações de Pais e Professores com actividades geradoras de rendimentos.
- Fornecer uma combinação de apoio individual e colectivo a uma escola que possa beneficiar outras crianças vulneráveis da comunidade em vez de apoio exclusivamente individual, incluindo renúncias às taxas de inscrição em troca de apoio à formação de professores e à reabilitação escolar.
- Assegurar um ambiente seguro e protector na escola para raparigas através de avaliação de segurança, plano de mitigação de riscos e formação de professores em metodologias de ensino de resposta ao género, disciplina positiva, inclusão de crianças com deficiências, educação sensível ao conflito, e na compreensão das necessidades psicológicas das crianças afectadas pelo conflito. Isto pode também incluir infra-estruturas sensíveis ao género e à inclusão.
- Prestar cuidados infantis a raparigas com filhos pequenos e apoio a raparigas grávidas para lhes permitir o acesso à educação
- Fornecer programas de competências para a vida, incluindo programas de capacitação das raparigas para promover a reintegração e reforçar a resiliência das crianças
- Fornecer acesso ao registo civil, documentos de identificação para facilitar os percursos de entrada na educação.
- Proporcionar acesso a oportunidades de aprendizagem alternativas, tais como educação acelerada, ensino à distância, educação baseada na comunidade, e acesso a espaços de aprendizagem temporários.

- Promover a advocacia para prevenir e reduzir a utilização militar e os ataques a escolas que ponham em perigo as crianças.
- Organizar *campanhas de regresso à escola* para crianças anteriormente associadas a grupos armados.

Exemplos de programas de educação

- Apoio ao regresso à educação formal, incluindo aprendizagem correctiva e programas de recuperação para atender às necessidades específicas da antiga CAAFAG.
- Trabalhar com Ministérios da Educação para desenvolver e apoiar caminhos de reintegração que ajudem a CAAFAG a regressar à educação formal.
- Percursos educativos flexíveis e alternativos como a aprendizagem acelerada, a educação de transição, a recuperação, a alfabetização básica e a numeracia.
- Educação não formal que conduz a competências equivalentes e certificadas.
- Programas integrados de educação e apoio psicossocial.
- Programas de formação de professores.
- Formação em competências para a vida.
- Educação a nível comunitário.²²⁵



Nível individual

Educação para apoiar a reintegração de ex-CAAFAG raparigas na RDC

A Child Soldiers International realizou pesquisas sobre raparigas associadas a forças armadas e grupos armados na RDC, e mais especificamente sobre os motores de uma reintegração bem sucedida. Ex-GAAFAG (Meninas associadas às Forças Armadas e Grupos Armados) relatou maciçamente o acesso à educação e ter um diploma como elemento chave na reconstrução da sua auto-confiança e valor social. Como resultado, a Child Soldiers International implementou um projecto educativo para GAAFAG para apoiar a sua reintegração escolar. Através do projecto, as raparigas foram apoiadas para regressarem à escola ou para aderirem a um programa básico de alfabetização e numeracia para aqueles que eram mais velhos, que nunca tinham sido matriculados na escola ou que tinham estado fora da escola durante muito tempo. As raparigas receberam um kit escolar e as propinas foram pagas directamente às escolas. Outras raparigas em situação de risco que não tinham sido associadas receberam o mesmo

apoio. O pessoal local da sociedade civil ou membros de redes comunitárias de voluntariado receberam apoio para monitorizar a frequência das raparigas e organizar sessões regulares de escuta para enfrentar quaisquer desafios que pudessem ter.

O resultado do projecto contribuiu para melhorar a aceitação da comunidade e permitiu que ex-GAAFAG interagisse com outras raparigas e recuperasse o estatuto de “raparigas da escola” em oposição a “raparigas do mato” ou “crianças-soldado”. O projecto foi flexível para acomodar as necessidades inesperadas das raparigas. Algumas raparigas formaram pequenos grupos empresariais para gerar um rendimento para a sua família para além da frequência escolar e receberam formação adicional para as apoiar, enquanto outras raparigas chegaram ao terceiro ano da universidade.²²⁶

(Quadro sócio-ecológico: Individual)

Programa de educação para o CAAFAG no Nepal

Os programas educacionais no Nepal incluíam tanto apoio individual como estrutural. O apoio individual incluiu propinas, kit de estudante, e uniformes. A avaliação do programa salientou que o apoio à educação teve um impacto positivo nas crianças, ajudou-as a inscreverem-se e a permanecerem nas escolas. Também ajudou as crianças a sentirem-se mais confiantes na sua escola e a participarem noutras actividades nos clubes infantis. O apoio estrutural abrangeu pequenos montantes de financiamento atribuídos às escolas para beneficiar outras crianças vulneráveis nas comunidades. Este apoio foi apreciado pelas escolas e comunidades e ajudou outras crianças a regressar à escola.²²⁷

(Quadro sócio-ecológico: individual - nível comunitário)

Nível comunitário Educação a nível comunitário durante o conflito sírio

Logo após o início do conflito na Síria em 2011, as comunidades “começaram a responder à crise desenvolvendo mecanismos locais para a educação de crianças em áreas não controladas pelo governo”. Os conselhos civis locais e grupos activistas estabeleceram escolas comunitárias não formais em mesquitas e lares privados em áreas onde as escolas foram destruídas ou onde já não era seguro frequentar a escola”.²²⁸ Uma em cada quatro escolas já não estava operacional por terem sido danificadas, destruídas ou utilizadas para abrigar pessoas deslocadas internamente ou por grupos armados no conflito.

226 De la Soudière (2017)

227 Binadi et al (2011)

228 Thompson et al (2014)

229 Informação recolhida do informador chave

Com o apoio da comunidade internacional, foi proporcionada educação não formal às crianças, o que levou a competências reconhecidas e certificadas. O apoio a um sistema unificado de certificação e acreditação sírio permitiu às crianças receberem educação em áreas não controladas pelo governo e frequentarem exames formais reconhecidos pelo governo em Damasco.²²⁹

(Quadro sócio-ecológico: nível comunitário)

Sociedade - nível governamental - ONG Colaboração com os Ministérios do Bem-Estar Social e Educação nas Filipinas

Nas Filipinas, a falta de oportunidades de educação foi identificada como um factor de recrutamento para o grupo armado MILF. O programa de reintegração da UNICEF realizou Avaliações de Necessidades Familiares que identificaram o acesso à educação, saúde e meios de subsistência como necessidades prioritárias para as crianças desengajadas e os seus irmãos. A UNICEF trabalhou em estreita colaboração com o Ministério dos Serviços Sociais e Desenvolvimento e o Ministério do Ensino Técnico Básico e Superior para assegurar um melhor acesso ao bem-estar social e à educação em áreas remotas onde o CAAFAG foi recrutado. Apoiaram as famílias com assistência em dinheiro e sementes para gerar um rendimento que lhes permitisse pagar propinas escolares e custos de transporte. A UNICEF combinou uma abordagem comunitária no aumento de oportunidades de educação com uma abordagem familiar para apoiar o acesso à educação para todas as crianças da família, em vez de necessidades individuais. Esta estratégia serviu como uma prevenção e uma intervenção de resposta.²³⁰

(Quadro sócio-ecológico: Família - Comunidade - Níveis de sociedade)

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris Capítulo 24 - Apoio Educacional para Reintegração
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2020\) Nota Técnica sobre as Raparigas Associadas às Forças Armadas e ao Grupo Armado - Educação](#)
- [INEE \(2013\) Pacote de Educação Sensível a Conflitos](#)

230 As Nações Unidas e a Frente Moro de Libertação Islâmica. (2017)

231 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)

232 De Lay (2002)

Considerações chave

- Após a sua libertação, as crianças podem ter várias necessidades e podem necessitar de apoio individual através da gestão de casos.
- As crianças podem estar em risco de violência no lar, violência baseada no género, re recrutamento, retaliação ou prisão.
- O recrutamento e utilização de crianças é uma das principais causas de separação familiar em conflitos armados. As crianças podem necessitar de apoio no rastreio e reunificação familiar.
- Os antigos CAAFAG detidos podem também precisar de apoio para localizar os seus familiares e para serem reunificados quando forem libertados.
- Algumas crianças necessitarão de cuidados temporários durante o processo de rastreio familiar ou porque podem enfrentar riscos na sua casa, tais como riscos de retaliação, de re-recrutamento, etc.
- Os cuidados temporários podem também apoiar as crianças na sua transição da força ou grupo armado para a vida civil.

Recomendações

- Estabelecer um programa de gestão de casos para avaliar e responder às necessidades das crianças utilizando as directrizes de gestão de casos inter-agências. ([Ver Abordagem de gestão de casos p 93](#))
- Avaliar os riscos para a segurança da criança durante o processo de gestão do caso e estabelecer um plano de segurança para os abordar. Isto pode incluir a deslocalização para um local mais seguro onde as crianças encontrem um maior anonimato.
- Estabelecer um sistema de acolhimento para CAAFAG desacompanhada. Dar prioridade aos lares adoptivos, particularmente para raparigas. Colocar duas raparigas numa família de acolhimento para aumentar o seu sentido de protecção e o sucesso da sua reintegração.²³¹ Formar famílias de acolhimento antes de acolherem qualquer criança e criar grupos de apoio a pais adoptivos com reuniões regulares para partilhar desafios, lições aprendidas e identificar colectivamente soluções. Tomar medidas para um acompanhamento regular e cuidados baseados na comunidade.

- Considerar arranjos de vida independente em contextos onde seja culturalmente apropriado, com dois ou três adolescentes numa unidade de alojamento, de preferência ex-CAAFAG que se conheçam. Identificar e formar membros respeitados da comunidade que vivem nas proximidades como mentores para dar apoio às crianças e monitorização regular.
- Considerar apenas centros de cuidados provisórios em locais onde famílias de acolhimento, cuidados de parentesco ou oportunidades de vida independente não estejam disponíveis ou não sejam no melhor interesse da criança.
- Envolver rapazes e raparigas na identificação das melhores abordagens aos cuidados alternativos.

Ejemplos de programas

- Gestão de casos para o CAAFAG e para outras preocupações de protecção para não os estigmatizar.
- Acordos de cuidados alternativos, tais como famílias de acolhimento e vida independente. Considerar apenas o centro de cuidados provisórios como um último recurso.
- Programa de rastreio e reunificação familiar, incluindo uma fase de preparação da família antes da reintegração.

Nível individual **Mapeamento da Mobilidade: uma técnica útil para obter informação das crianças**

“Um mapa histórico da mobilidade é a imagem mental de uma criança antes da separação traduzida em papel. A dimensão da mobilidade entra em jogo ao pedir a uma criança que mostre nos locais de fotografia para onde costumava ir. Embora o desenho real possa ser utilizado para identificar e decifrar pistas de localização, o objectivo principal do mapa é estimular a memória da criança e gerar discussão entre a criança e um trabalhador de localização. Usando o mapa, um traçador pode explorar diversos tópicos, e na maioria das vezes, desenhar informações úteis para o rastreio de rádio e o rastreio activo de campo. Os mapas revelam frequentemente as tarefas diárias da criança (tarefas e brincadeiras) e relações significativas, bem como características locais, estruturas, ou características geográficas distintas. Podem revelar alcunhas, lugares frequentemente visitados, e memórias favoritas. Mesmo quando a informação revelada não conduz à reunificação, pode fornecer às crianças conhecimentos sobre a sua origem e importantes ligações emocionais com o seu passado”.²³²

(Quadro sócio-ecológico: nível individual)



A nível familiar

Lições aprendidas com os cuidados alternativos na RDC

Na RDC, os acordos de cuidados alternativos para o CAAFAG incluíam tanto Centros de Cuidados Intermediários (ICC - Centre d’Orientation et de Transit) como famílias de acolhimento (Famille d’Accueil Transitoires), com base nos locais. A avaliação do programa destacou o impacto positivo das famílias de acolhimento que se organizaram como associações. As lições aprendidas salientam a importância de centros de dia onde as crianças possam ter acesso a actividades, um acompanhamento atento com os caseiros (“référénts”), uma abordagem holística que inclua vários actores e um apoio contínuo às famílias de acolhimento. As famílias de acolhimento fazem parte das discussões com as crianças sobre o seu plano de reintegração. Esta abordagem foi também bem sucedida para prevenir rebeliões de crianças, ataques direccionados do grupo armado, e manifestações de membros da comunidade contra a reintegração da CAAFAG.

A avaliação dos centros de cuidados provisórios sublinhou que o pessoal da ICC não estava todo devidamente formado para gerir a antiga CAAFAG. Isto levou a negligência e maus tratos, a uma falta de apoio individual e a nenhuma perspectiva clara sobre o seu futuro. Além disso, a experiência mostrou que o elevado número de crianças num centro foi um factor de problemas comportamentais, e aumentou a dificuldade em gerir as crianças.²³³

(Quadro sócio-ecológico: Individual - Níveis familiares)

Programas de gestão de casos no Nepal

No Nepal, a abordagem de gestão de casos incluiu uma avaliação das famílias e do bairro e a criação de uma rede de segurança composta por cinco a sete membros da comunidade que vivem no bairro, antes de reunirem as crianças com a sua família. A preparação da família e da criança foi muito importante para criar os alicerces certos para uma reintegração bem sucedida. As famílias receberam apoio de subsistência com base nas suas necessidades, e as crianças foram inscritas na escola. No entanto, os responsáveis pelos casos sentiram que o acompanhamento limitado a dois anos após a reintegração não era suficientemente longo para garantir o sucesso da reintegração.²³⁴

(Quadro sócio-ecológico: Individual - Níveis familiares)



Nível comunitário

Lições aprendidas de gestão de casos e programas de localização e reunificação familiar no Sudão

No Sudão/Sudão, os programas de DDR passaram por múltiplas fases, com várias abordagens ao trabalho social e à gestão de casos. Uma das abordagens, conhecida como Fase II, baseou-se exclusivamente na capacidade do ambiente comunitário para proteger as crianças. As crianças eram reintegradas nas suas famílias sem acompanhamento e monitorização sistemáticos, e sem registo de quem tinha regressado aonde. A conclusão preliminar de uma avaliação desta abordagem baseada na comunidade salientou que o CAAFAG pode não ter beneficiado de apoio à reintegração, uma vez que não foi suficientemente direccionado e muitos caíram nas lacunas. No entanto, esta abordagem comunitária foi mais bem sucedida na localização de famílias. A Family Tracing Network em South Kordofan parecia ser eficaz na localização de famílias através de professores escolares, sem a necessidade de assistentes sociais. O relatório de avaliação sublinha que o acompanhamento das crianças que foram reintegradas nas suas famílias deveria basear-se em comités locais de protecção da criança e dar prioridade aos assistentes sociais apenas para as crianças mais vulneráveis.²³⁵

(Quadro sócio-ecológico: níveis comunitários)

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris 22
 - Capítulo 18 - Gestão de casos
 - Capítulo 19 - Cuidados alternativos
 - Capítulo 20 - Rastreo, Reunificação e Acompanhamento da Família
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2020\) Nota Técnica sobre Raparigas Associadas às Forças Armadas e ao Grupo Armado - Segurança e Cuidados - Cuidados alternativos](#)
- [Grupo de Trabalho de Crianças Desacompanhadas e Separadas \(2013\) The Alternative Care in Emergencies Toolkit](#)
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2016\) O Manual sobre Crianças Desacompanhadas e Separadas e \(2017\) O Kit de Ferramentas sobre Crianças Desacompanhadas e Separadas](#)

- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2014\) As directrizes inter-agências para a gestão de casos e a protecção da criança](#)



Considerações chave

- O CAAFAG pode estar em contacto com o sistema judicial como alegado infractor, testemunha ou vítima.
- A sua associação a um grupo armado designado como terrorista aumenta frequentemente o risco de tratamento discriminatório e o não cumprimento das normas judiciais internacionais e o respeito pelos direitos da criança.
- As crianças em detenção correm um risco elevado de serem torturadas ou sujeitas a outros maus-tratos ou coerção quando interrogadas.
- O impacto a longo prazo do não acesso ao apoio à reintegração pode ser significativo, levando à exclusão social, à marginalização, minando os esforços de coesão social, desenvolvimento comunitário e protecção da criança.²³⁸

Recomendações

- Formar advogados e assistentes jurídicos em leis humanitárias, normas e tratados internacionais e legislação nacional em relação ao acesso à justiça, crianças associadas a forças armadas e grupos armados e leis relacionadas com o terrorismo, se relevante.
- Defender o respeito pelos direitos da criança e pelas normas internacionais. ([ver Quadro jurídico e normativo na 17](#))
- Promover um mecanismo de justiça restaurativa incluindo medidas de reintegração e reabilitação em vez de acusação e detenção.
- Envolver rapazes e raparigas em contacto com o sistema judicial na identificação das melhores abordagens para assegurar o respeito dos seus direitos e promover a sua reintegração.

Exemplos de programas

- Programas de formação para actores da justiça sobre o quadro jurídico internacional.
- Advocacia junto do Ministério da Justiça e do Interior para dar prioridade aos mecanismos de justiça restaurativa em detrimento da detenção do CAAFAG.
- Prestação de assistência jurídica às crianças e suas famílias para reduzir a duração da detenção, apoiar o acesso à documentação civil (certidão de nascimento, certidão de casamento, etc.)

Nível individual

Apoio jurídico às crianças associadas ao Estado islâmico no Iraque

No Iraque, até 2019, a Heartland Alliance International prestou assistência jurídica a raparigas e rapazes suspeitos de filiação com o Estado islâmico. A maioria das raparigas foram detidas devido ao seu estatuto de esposas, filhas ou irmãs de alegados combatentes do Estado islâmico. Uma equipa de duas advogadas entrevistou raparigas, prestou consultoria jurídica e representação legal no tribunal juvenil de Ninewa. A sua intervenção contribuiu para a libertação de 80 raparigas e rapazes e para a redução das sentenças para um ano de detenção. Também prestaram apoio psicossocial, construíram um salão para actividades recreativas e um edifício para visitas familiares no centro de detenção. Após a libertação das crianças, a organização monitorizou a reintegração dos adolescentes através de apoio psicossocial e legal, bem como o encaminhamento para actores da saúde e educação.²³⁹

(Quadro sócio-ecológico: nível individual)

Advocacia a favor de cuidados adequados de CAAFAG em detenção no Chade

No Chade, em Março de 2014, o CICV e a UNICEF identificaram 44 crianças detidas entre um grupo de 248 combatentes dos grupos armados da República Centro-Africana ‘Seleka’. A UNICEF trabalhou com o Ministério da Previdência Social para retirar estas crianças da prisão e transportá-las para um centro de cuidados transitório, enquanto a localização das famílias foi efectuada em coordenação com o CICV para identificar os seus familiares na RCA. Contudo, houve algumas tensões entre procurar separar as crianças de outros combatentes adultos e procurar preservar a unidade familiar.

233 Bodineau (2011)

234 Binadi et al (2011)

235 Halton (2011)

237 O’Neil S, Van Broeckhoven K (2018)

237 Grupo Director dos Princípios de Paris (2022)

238 Clara Pretus et al (2018)

239 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)

Por exemplo, uma rapariga de 17 anos era esposa de um general, com 45 anos, e tinha um filho de dois anos. O pessoal da UNICEF falou com a rapariga, à parte do general, para compreender os seus desejos. Foi encontrada uma solução para transferir a rapariga e o seu filho para ficar com familiares que viviam perto da prisão onde o general estava na prisão. Conseguiram manter o contacto enquanto aguardavam o resultado do julgamento do general.

Num outro caso, uma criança foi detida juntamente com o seu parente adulto. Após alguma discussão com a criança, o seu familiar e as autoridades, o familiar adulto foi transferido para outra prisão mais próxima do centro de cuidados provisórios, onde a criança ficaria durante o rastreio de outros membros da família. A UNICEF apoiou a criança e o seu parente para manter o contacto.²⁴⁰

(Quadro sócio-ecológico: nível individual)

Sociedade - nível governamental - ONG **A participação das crianças na justiça de transição na Colômbia**

Na Colômbia, é importante para a reconciliação nacional e para a reintegração das crianças, que os perpetradores sejam responsabilizados pelos seus crimes. A reconciliação foi integrada nas iniciativas de justiça e de Estado de direito com o objectivo de fazer sair o país de um conflito. O Centro Histórico Nacional Memorial foi criado para reforçar os esforços de justiça transitória. Incluiu o Observatório da Memória e do Conflito, que recolheu testemunhos de antigos membros de grupos armados, incluindo antigos CAAFAG, sobre as suas perspectivas do conflito e sugestões sobre o que precisa de mudar. O objectivo não é estabelecer a verdade como faria uma comissão da verdade, mas sim reafirmar a dignidade e a humanidade de todas as vítimas do conflito. As forças armadas também estão envolvidas neste processo, e estão progressivamente mais abertas a reconhecer os erros da instituição. O impacto na percepção das forças armadas e na consolidação da paz está ainda por avaliar, no entanto, este é um primeiro passo na cura de feridas profundas.^{241 242}

(Quadro sócio-ecológico: nível da sociedade)

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris
 - Capítulo 25 - Abordagem da Impunidade para o Recrutamento e Utilização de Crianças
 - Capítulo 26 - Crianças anteriormente associadas às Forças Armadas e Grupos Armados nos Sistemas de Justiça
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2020\) Nota Técnica sobre Raparigas Associadas às Forças Armadas e ao Grupo Armado - Segurança e Cuidados - Apoio Jurídico](#)



Recuperação económica

Considerações chave

- Os actuais programas de reintegração parecem oferecer a escolha da educação, quer seja o regresso à escola ou as aulas de recuperação, ou a formação profissional. Há poucas oportunidades para combinar ambos.
- Os cursos de formação ministrados centram-se frequentemente na disponibilidade de ofícios e na facilidade de implementação e não na relevância para o contexto e na utilidade para as crianças de gerarem rendimentos a longo prazo.²⁴³ Há também um enfoque excessivo nas lacunas de competências, muitas vezes negligenciando as competências que os jovens já possuem e as suas aspirações.
- A disponibilidade, acesso e gestão dos recursos naturais pode levar a conflitos ou afectar intervenções de recuperação económica, tais como o acesso à terra e à água para programas agrícolas.
- As avaliações de projectos de subsistência têm demonstrado resultados psicossociais positivos, mas mais raramente auto-suficiência financeira eficaz. A falta de especialização dos agentes de protecção da criança,²⁴⁴ a ausência de avaliações prévias do mercado, a falta de formação em gestão de empresas, o acesso a recursos financeiros²⁴⁵ e redes profissionais contribuíram largamente para esta situação.

Recomendações

- Envolver os actores dos meios de subsistência na implementação de programas de recuperação económica ou na formação de actores de protecção

240 Grupo Director dos Princípios de Paris (2022)

241 Observatório de Memória e Conflitos, <http://centrodehistoriahistorica.gov.co/observatorio/>

242 Schultze-Kraft (2017)

243 Ozerdem et al (2011)

244 UNICEF Nepal (2008)

de crianças na prestação de programas de qualidade e sustentação de meios de subsistência^{246 247}

- Conduzir uma avaliação de mão-de-obra localizada e individualizada para avaliar as oportunidades de mercado nas comunidades infantis.²⁴⁸
- Consultar rapazes e raparigas para compreender as suas competências, os seus desejos e as melhores abordagens para melhorar a auto-suficiência financeira.
- Considerar a prestação de apoio à família para que esta possa sustentar os seus filhos.²⁴⁹
- Explorar a combinação de oportunidades de subsistência e educação²⁵⁰, e várias fases progressivas de formação de competências para permitir às crianças darem prioridade a oportunidades de formação a curto prazo e continuarem a construir as suas competências ao longo do tempo para acederem a melhores oportunidades de emprego numa segunda fase.²⁵¹
- Proporcionar literacia financeira e capacidades empresariais, incluindo como resistir à pressão da família e amigos e acesso a esquemas de microcrédito e poupança.²⁵² As formações podem ser integradas em programas de educação através de clubes de empreendedorismo, clubes de poupança, etc.
- Fornecer visitas regulares de acompanhamento empresarial²⁵³ e apoio pós-formação para lidar com as realidades do empreendedorismo.²⁵⁴
- Encorajar grupos de jovens a abrir os seus negócios em conjunto e oferecer apoio de grupo.²⁵⁵
- Considerar uma abordagem de mentoria a longo prazo e sustentável com mulheres/ homens de negócios estabelecidos na sua comunidade para construir uma ligação com adultos na comunidade e receber apoio.²⁵⁶
- Considerar a prestação de cuidados infantis a raparigas com crianças para garantir a igualdade de acesso.²⁵⁷

Exemplos de programas

- Programas de aprendizagem, estágio e estágio
- Esquemas de geração de receitas
- Transferências de dinheiro
- Dinheiro por trabalho e Alimentos por trabalho
- Educação financeira
- Desenvolvimento agrícola
- Microfinanças lideradas por empréstimos
- Microfinanças lideradas pela poupança²⁵⁸
- Desenvolvimento do trabalho
- Desenvolvimento da cadeia de valor
- Apoio às pequenas empresas²⁵⁹



Nível individual

Actividades agrícolas: lições aprendidas

As lições aprendidas com o programa DDR na Serra Leoa e no Afeganistão sublinham a importância de um pacote agrícola para os jovens que escolhem actividades agrícolas. O pacote agrícola deve incluir instrumentos e vales para sementes e fertilizantes, ter capital de arranque suficiente (através de assistência social humanitária ou estatal) e ser implementado em contextos em que haja acesso a terras cultiváveis. Na Libéria, uma avaliação do programa DDR documentou que os antigos combatentes que regressaram ao país e optaram pela agricultura foram, ao longo do tempo, mais auto-sustentáveis e melhor integrados nas suas comunidades do que os que permaneceram na Monróvia e optaram pela formação profissional. O esquema vocacional incluía ofícios como a carpintaria e a mecânica automóvel para os quais havia uma procura limitada no mercado. Assim, demasiadas pessoas estavam a competir por poucas oportunidades.^{260 261}

(Quadro sócio-ecológico: nível individual)

245 Mazurana & Eckerbom Cole (2012)

246 UNICEF Nepal (2008)

247 Mazurana & Eckerbom Cole (2012)

248 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)

249 Ozerdem et al (2011)

250 Binadi et al (2011)

251 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)

252 Organização Internacional do Trabalho - Programa Internacional sobre a Eliminação do Trabalho Infantil OIT-IPEC (2010)

253 Binadi et al (2011)

254 OIT (2010)

255 Informador chave

256 Informador chave

257 Ibid

258 Isto inclui a Associação de Poupança e Crédito Rotativo (ROSCAs), Associações de Poupança e Empréstimos de Aldeia (VASLAs), Cooperativas de Poupança e Crédito (SACCOs)

259 Chaffin et al 2013

260 Maclay e Özerdem, 2010

261 Ozerdem et al (2011)

Educação e Meios de Vida no Nepal

Uma avaliação do programa de DDR no Nepal concluiu que combinar educação e apoio aos meios de subsistência era uma estratégia eficaz para a reintegração bem sucedida das crianças mais velhas. Contudo, foi necessário mais apoio através de formação adicional, monitorização regular do plano empresarial e do plano de negócios para assegurar uma geração de rendimentos efectiva.²⁶²

(Quadro sócio-ecológico: Individual)

Comércio feminino não-tradicional

Na Síria, uma rapariga beneficiou de formação profissional, qualificada em electrónica, e abriu uma loja. A comunidade não a aceitou neste papel e recusou-se a comprar na sua loja. Ela finalmente pediu ao seu irmão para interagir com os clientes enquanto ela dirigia o negócio por detrás da cena.²⁶³

(Quadro sócio-ecológico: Individual)

Apoio aos meios de subsistência na RCA

Na RCA, a Plan International forneceu apoio de subsistência a raparigas que estavam associadas a forças armadas e grupos armados. As opções foram limitadas a cinco ou seis ofícios seleccionados com base numa avaliação de mercado e na disponibilidade de materiais, que podem variar de uma comunidade para outra. Assim, as raparigas receberam formação em fabrico de sabão, cozedura de pão e bolos, mecânica de motos, alfaiataria e cabeleireiro, e algumas abriram uma cafetaria. A Plan International identificou mestres artesãos, formou-os em protecção infantil, em capacidades de comunicação e em como interagir com a CAAFAG. Cada artesão assinou então um protocolo de protecção de crianças antes de receber crianças. As raparigas com crianças podiam aceder a centros de dia enquanto frequentavam a formação profissional. Além disso, as raparigas beneficiavam de formação em gestão de pequenas empresas, alfabetização funcional, competências para a vida e educação em saúde sexual e reprodutiva.²⁶⁴

(Quadro sócio-ecológico: Individual)

Apoio aos meios de subsistência e igualdade de género no Iraque

No Iraque, a Norwegian People's Aid (NPA) trabalhou com mulheres jovens Yazidi que foram raptadas pelo Estado islâmico. Conduziram um processo de orientação profissional e rastreio baseado em ideias de negócios de jovens mulheres. Estas incluíam ofícios como tricotar, fazer iogurtes, coser roupas, cuidados de beleza, fazer música de casamento, e pintura artística. Cada uma recebeu formação em técnicas de gestão empresarial, materiais para iniciar

o seu negócio e apoio de conselheiros para navegar no mercado. A taxa de sucesso do negócio atingiu 70%. Esta iniciativa foi associada a actividades que promoveram a igualdade de género. Por exemplo, as jovens mulheres Yazidi organizaram eventos de sensibilização e defesa da igualdade de género. Além disso, a NPA organizou grupos de apoio de pares para homens e mulheres separadamente para discutir questões relacionadas com a violência de género, normas de género e violência física e emocional contra mulheres e raparigas. A combinação das duas iniciativas contribuiu para criar um ambiente mais protector para raparigas e mulheres jovens sobreviventes em casa e na sua comunidade. Além disso, as mulheres jovens poderiam beneficiar de gestão de casos de violência baseada no género, aconselhamento em saúde mental, e apoio material.²⁶⁵

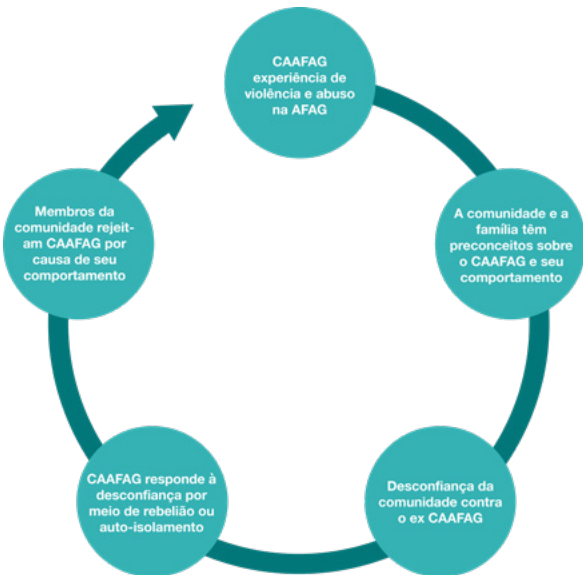
(Quadro sócio-ecológico: Individual)

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Paris Principles Operational Handbook Capítulo 23 - Economic Strengthening for Reintegration (Reforço económico para a reintegração)
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2020\) Nota Técnica sobre Raparigas Associadas às Forças Armadas e Grupo Armado - Auto-suficiência Financeira](#)
- [A rede de aprendizagem CPC. Women's Refugee Commission \(2014\) O que sabemos sobre o reforço económico para a reintegração familiar de crianças separadas?](#)



Ciclo vicioso de estigma e rejeição



Considerações chave

- A família desempenha um papel essencial no sucesso do processo de reintegração, contudo os membros da família que não respondem de forma atenciosa podem ser particularmente prejudiciais.
- A desconfiança familiar pode ter um impacto no bem-estar e comportamento de crianças e jovens, levando por vezes a um ciclo vicioso de estigma e rejeição. (Ver diagrama abaixo) As crianças começam a agir de acordo com as expectativas negativas da família e da comunidade, reforçando assim estes estereótipos, levando a um aumento do estigma e impedindo a reintegração da criança.²⁶⁶
- A aceitação da comunidade e o envolvimento e apoio significativos da comunidade são componentes essenciais da reintegração social das crianças.
- As comunidades civis muitas vezes desconfiam e temem pelas crianças-soldados, mesmo anos após o fim da guerra.
- Em alguns contextos, as abordagens a nível comunitário, tais como as cerimónias tradicionais de limpeza, contribuíram para reparar as relações com as suas famílias e comunidades e ajudaram as crianças, realinhando o seu bem-estar com as crenças espirituais da morte e do renascimento.²⁶⁷

As comunidades e as próprias crianças sabem muitas vezes o que irá ajudar as crianças a serem aceites pela sua família e comunidade.

Recomendações

- Preparar as famílias e parceiros, se relevante, antes da reunificação para reduzir a discriminação que as crianças enfrentam no seu regresso.
- Fornecer programas de competências parentais, incluindo apoio psicossocial à família e parceiros para melhorar a sua aceitação, a sua recuperação psicossocial e contribuir para um ambiente familiar carinhoso.
- Identificar e promover as iniciativas locais existentes de figuras comunitárias influentes, tais como líderes religiosos, chefes de aldeia ou mulheres e líderes juvenis que promovem a aceitação social.
- Consultar rapazes e raparigas para identificar as melhores abordagens para melhorar a sua integração social.
- Incentivar a troca de ideias e práticas promissoras que apoiam a reintegração da comunidade CAAFAG através de líderes comunitários de vários locais.
- Promover a participação dos jovens em actividades comunitárias, incluindo a antiga CAAFAG, quando é seguro fazê-lo.

Exemplos de programas

- Iniciativas lideradas pelos jovens para interagir com a comunidade e mostrar como as crianças e os jovens podem desempenhar um papel positivo e contribuir para a vida comunitária.
- Preparação da família e das comunidades através de diálogos comunitários, permitindo às famílias e comunidades exprimir preocupações e realçar as necessidades de recuperação das crianças para poderem contribuir positivamente para a comunidade.
- Identificação e promoção de iniciativas comunitárias orgânicas, rituais tradicionais, que promovem a aceitação da comunidade.

262 Binadi et al (2011)

263 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)

264 Ibid

265 Ibid

266 Child Soldier International: Um Guia Prático para Promover a Aceitação Comunitária de Meninas Associadas a Grupos Armados na RDC

267 Ozerdem et al (2011)

- Empoderamento dos actores locais que têm o poder de influenciar a aceitação da comunidade.
- Iniciativas de alcance educativo que promovem uma mudança de normas sociais e reforçam a aceitação por parte da comunidade.



Individual - níveis comunitários

Drama-play por GAAFAG

No Uganda, Serra Leoa e Libéria, um estudo participativo envolveu raparigas com crianças que estavam associadas à AFAG para compreender os desafios que enfrentam na sua reintegração. Uma das principais questões destacadas foi a rejeição por parte da comunidade. O estudo permitiu às raparigas implementar um pequeno projecto como um grupo para facilitar a sua reintegração. Alguns grupos iniciaram uma actividade de geração colectiva de rendimentos com terras fornecidas pelo comité. Alguns outros grupos decidiram interpretar um drama que realçava a forma como os membros da comunidade as tratavam aquando do seu regresso, e o isolamento que enfrentavam. Em todos os grupos, as raparigas relataram uma mudança de comportamento dos membros da comunidade em relação a eles: estavam a apresentar-se mais facilmente para falar com eles.²⁶⁸

(Quadro sócio-ecológico: individual - nível comunitário)

Cerimónias de limpeza

As cerimónias de limpeza, que não são prejudiciais para as crianças, foram muito bem sucedidas para promover a reintegração e diminuir o sofrimento psicossocial em contextos como o Sul do Sudão, RDC, Moçambique, e Nepal. Em comunidades com uma visão comunitária da morte, doença e cura, a cura tradicional pode tornar possível um regresso socialmente aceitável. Este processo destina-se “a realinhar espiritualmente o bem-estar com o mundo social e a descartar identidades e hábitos imbuídos no mundo dos combatentes”.²⁶⁹ Através de rituais tradicionais, raparigas e rapazes foram ilibados dos seus pecados e, como resultado, não puderam trazer má sorte à comunidade. Os rituais incluíam a pacificação dos espíritos dos antepassados ou dos espíritos das pessoas que eles matavam. O ritual de purificação pode ser crítico para raparigas sobreviventes de abuso sexual e para assegurar a aceitação da comunidade. A eficácia dos rituais tem resultados mistos e parece ser mais eficaz com as crianças que acreditam neles.²⁷⁰

(Quadro sócio-ecológico: individual - nível comunitário)



A nível familiar

Os pais fazem a diferença

No Iraque, República Democrática do Congo e República Centro-Africana, o Comité Internacional de Salvamento implementou Parents Make the Difference, um programa de competências parentais para pais de adolescentes em risco de recrutamento e pais de adolescentes anteriormente recrutados. Através de uma série de 13 sessões, o programa visa melhorar as capacidades de gestão do stress dos pais, práticas parentais positivas, capacidades de comunicação utilizando empatia e estratégias para apoiar os adolescentes com questões comportamentais e necessidades psicossociais como o stress e a ansiedade. Além disso, receberam informações sobre os riscos a que raparigas e rapazes estão expostos durante a sua associação com grupos armados e as dificuldades que podem enfrentar no regresso. Assim, os pais estavam melhor equipados para prevenir o (re)recrutamento dos seus filhos e para apoiar a sua reintegração.²⁷¹

(Quadro sócio-ecológico: Nível familiar)



Nível comunitário

Uma série dramática de rádio na Nigéria

Na Nigéria, Search for Common Ground e a UNICEF conceberam um programa de rádio utilizando a abordagem edutainment, uma combinação de educação e entretenimento, para aumentar a aceitação comunitária de mulheres e crianças anteriormente associadas a grupos armados não estatais. A série dramática de rádio retratou a vida do CAAFAG, as suas dificuldades em se reintegrarem nas suas comunidades e os desafios socioeconómicos que enfrentam. Foram levantadas questões adicionais devido à COVID-19, à sua dignidade, e a questões de coesão social. Os episódios duraram 15 minutos e foram transmitidos semanalmente na rádio FM local do Estado de Borno. Uma mesa redonda com oradores convidados acompanhou cada episódio para discutir mais aprofundadamente as questões levantadas durante a série. Os membros da comunidade podiam telefonar para fazer perguntas e participar na discussão. O feedback dos participantes nas mesas redondas destacou uma resposta positiva dos membros da comunidade, prestadores de cuidados e líderes comunitários. Provas anedóticas sugerem que o programa de rádio contribuiu para uma mudança de comportamento, tal como uma maior aceitação do regresso da GAAFAG à escola.²⁷²

(Quadro sócio-ecológico: nível comunitário)

Abordagens baseadas na comunidade para a reintegração social na RCA

Na República Centro-Africana, a Save the Children tem apoiado comités de protecção infantil baseados na comunidade para facilitar o diálogo comunitário nas escolas e sessões de discussão comunitária para aumentar a sensibilização sobre a experiência da CAAFAG. As crianças associadas a grupos armados enfrentaram muitos desafios, incluindo a estigmatização, e a exclusão social e económica.

Uma abordagem foi realizar a exibição de filmes como “Ezra”, um filme que retratava a história de uma criança recrutada para um grupo armado na Serra Leoa. Foi forçado a matar a sua própria família e atacou a sua própria aldeia. Tentou então regressar a casa depois da guerra. Após a exibição, os membros da comissão pediram reflexões sobre o filme e encorajaram a discussão sobre diferentes atitudes dos membros da comunidade em relação à reintegração. Perguntaram às crianças se excluiriam ou seriam amigas desta criança se ele voltasse para casa, para a sua aldeia. “Perdoar” e “aceitar” crianças que foram associadas a forças armadas e grupos armados foi levantado durante as discussões, juntamente com a responsabilidade da comunidade por serem incapazes de proteger os seus filhos durante as crises.²⁷³

(Quadro sócio-ecológico: nível comunitário)

Diálogos comunitários na Nigéria

Na Nigéria, Search for Common Ground organizou diálogos comunitários transformados, envolvendo comités comunitários de protecção da criança, membros da comunidade, membros da milícia local CJTF (Civilian Joint Task Force), líderes religiosos, e outros líderes comunitários. As sessões são por vezes separadas por género, com base na cultura local. O foco das discussões é a aceitação da comunidade, os desafios que as crianças enfrentam, a rejeição por parte da comunidade, particularmente para as crianças que estavam associadas a Boko Haram. Em alguns casos, as crianças auto-isolam-se devido à culpa e discriminação, e é um factor de risco para o seu recriação. Em locais onde as crianças estão inscritas nas milícias locais, tais como CJTF, a CAAFAG está envolvida no diálogo comunitário numa base voluntária. Estas crianças não enfrentam o estigma, já são aceites pela comunidade, mas os seus testemunhos são poderosos e desencadeiam empatia para com todos os CAAFAG. Alguns pais não estão conscientes do que os seus filhos têm passado, e esta abordagem serve as crianças associadas à CJTF e à sua família, e, por extensão, as crianças associadas a Boko Haram.²⁷⁴

(Quadro sócio-ecológico: nível comunitário)

Líderes religiosos envolvidos na aceitação da comunidade

No Iraque, o Estado islâmico visava especificamente as mulheres e raparigas Yazidi para o abuso e exploração sexual. No seu regresso, as raparigas estavam em risco de exclusão da sociedade yazidi. As activistas dos direitos das mulheres juntamente com outros actores dos direitos humanos defenderam activamente junto do Conselho Espiritual Yazidi o acolhimento de mulheres e raparigas raptadas pelo Estado islâmico. Em Abril de 2014, foi emitida uma fatwa por líderes religiosos que preservaram a dignidade e a protecção das mulheres e raparigas sobreviventes de violação. Declararam que podiam ser “religiosamente purificadas” e aceites, uma vez que tinham sido violadas e escravizadas contra a sua vontade. Infelizmente, apesar da defesa em curso, a fatwa não foi alargada aos seus filhos nascidos de violação durante o seu cativeiro.²⁷⁵ Na Nigéria, os líderes religiosos defenderam activamente a reintegração das raparigas. Eles encorajaram a aceitação das raparigas e dos seus filhos nascidos durante o cativeiro, com base em versos do Alcorão.²⁷⁶

(Quadro sócio-ecológico: níveis comunitários-sociedade)

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris
 - Capítulo 21 - Planeamento e Execução de Programas de Reintegração
 - Capítulo 27 - Raparigas Associadas às Forças Armadas e Grupos Armados
- [IRC \(2021\) Currículo de intervenção. Growing Strong Together: um programa parental para apoiar a reintegração de crianças e prevenir o seu recrutamento.](#)
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2020\) Nota Técnica sobre Raparigas Associadas às Forças Armadas e ao Grupo Armado - Reintegração social](#)

268 Worthen et al (2011)

269 Ozerdem et al (2011)

270 Betancourt (2008)

271 Kazingufu, participante da sessão de competências parentais na RDC

272 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020)

273 Grupo Director dos Princípios de Paris (2022)

274 Informação recolhida do informador chave

275 Rohwerder (2019)

276 Monguno et al (2016)

B. Monitorização

A monitorização é uma componente chave da concepção do projecto. O desenvolvimento de um quadro lógico, incluindo indicadores e meios de verificação, será essencial para medir o progresso em relação aos indicadores de realizações e resultados.

Desenvolvimento de indicadores culturalmente sensíveis

Como desenvolver indicadores?

Os indicadores são uma variável quantitativa ou qualitativa que fornece uma forma válida e fiável de medir a realização, avaliar o desempenho, ou reflectir as mudanças ligadas a uma intervenção. É um número, proporção, percentagem ou taxa que ajuda a medir - ou a indicar - até que ponto as actividades planeadas foram realizadas (indicadores de resultados) e as realizações do programa foram realizadas (indicadores de resultados).

Podem também ser utilizados para mostrar o progresso que está a ser feito no sentido de alcançar um resultado relacionado com uma norma ou normas específicas. Fornecem uma forma de medir e comunicar os processos e resultados de acções-chave.

Os indicadores de resultados medem os resultados directos e imediatos de uma actividade, ou por outras palavras, o que a intervenção alcançou a curto prazo. Acrescentam mais pormenores em relação à 'produção' da actividade. Os resultados incluem geralmente o número de interacções de apoio ou serviço recebido por um beneficiário de um determinado programa, bem como os produtos ou bens que resultam de uma intervenção. Por exemplo, o número de CAAFAG que tiveram acesso a serviços de gestão de casos, o número de pais de CAAFAG que participaram em sessões de competências parentais ou o número de mecanismos comunitários de protecção da criança estabelecidos.

Os indicadores de resultados são uma variável específica e mensurável que representará a realização ou o fracasso do resultado. Está relacionada com a mudança que resulta de uma intervenção a curto, médio ou longo prazo. Estes indicadores permitem-nos saber se o resultado desejado foi gerado.²⁷⁷

Um indicador de resultados deve indicar o progresso em direcção à norma como resultado da implementação de acções-chave ou a medida em que a norma foi alcançada; por outras palavras, se foi alcançado um progresso em relação à norma. Difere da norma na medida em que

especifica a mudança que é necessária e identificada em elementos mensuráveis. É a mudança que é esperada como resultado de uma intervenção. Por exemplo, os indicadores de mudança de comportamento, atitude ou conhecimento entre os participantes de um programa, ou política, ou o acesso e utilização de serviços por parte das crianças são considerados indicadores de resultados.

Por exemplo, a percentagem de crianças que relatam melhorias na sua saúde mental e bem-estar psicossocial após a sua reintegração ou o número de CAAFAG que são reintegradas com sucesso após um ano de apoio. Neste último exemplo, os critérios de "reintegração bem sucedida" devem ser desenvolvidos. Os indicadores de resultados requerem frequentemente o desenvolvimento de um conjunto de critérios, escalas e/ou instrumentos de medição.

Os indicadores são desenvolvidos com base nos objectivos identificados durante a concepção do programa. Devem incluir uma mistura de indicadores de resultados e de produção para controlar a qualidade do programa, bem como a prestação do serviço.

Utilizar o processo **SMART** para desenvolver indicadores de qualidade seguindo os critérios abaixo:

Específico: o indicador deve indicar claramente o que será alcançado. Evitar termos vagos, tais como "melhorar" ou "eficaz".

Mensurável: é possível recolher dados para este indicador num contexto de conflito? Tem os conhecimentos, o pessoal e o tempo para recolher os dados?

Realizável: É realista esperar que o objectivo seja alcançado dentro do prazo, com base nos recursos de que dispõe? Para os indicadores de resultados, é possível medir uma mudança durante o período do projecto? Evite objectivos ambiciosos que farão o projecto parecer um fracasso se não forem atingidos.

Relevante: O indicador capta realmente a mudança que descreveu como sendo a sua saída ou resultado?

Temporizado: Quando é que o indicador será atingido?²⁷⁸

Como contextualizar os indicadores?

Alguns indicadores de resultados exigem o envolvimento de antigos CAAFAG e de membros da comunidade para definir critérios. Os conceitos de libertação, reintegração e bem-estar, são geralmente baseados em conceitos ocidentais que podem não ressoar numa compreensão culturalmente fundamentada de eventos relacionados com a guerra. As crianças não são vítimas passivas, elas interpretam activamente e dão um sentido à sua experiência.

As comunidades “têm as suas próprias prioridades para melhorar a sua vida, e as suas próprias formas de identificar indicadores de impacto e medir a mudança”.²⁷⁹

Assim, a perspectiva da comunidade e das crianças deve ser considerada na concepção de indicadores-chave de resultados relacionados com a libertação e reintegração.

Os resultados das seguintes questões de investigação da análise do contexto ajudá-lo-ão a desenvolver critérios para indicadores de resultados relacionados com a libertação e reintegração.

9. Como são libertados rapazes e raparigas (modos de libertação formal vs informal), existem diferenças de acordo com a sua idade/género/etnia ou outras características?
10. Como pode a comunidade humanitária apoiar as práticas existentes das famílias e comunidades e contribuir para a libertação segura de rapazes e raparigas?
12. Como pode a comunidade humanitária contribuir para a segurança e o sucesso reintegração de rapazes e raparigas, considerando segurança e cuidados, reintegração social, saúde e saúde mental e reintegração económica?
13. Quais são os critérios de uma reintegração bem sucedida para rapazes e raparigas?

Estas questões de investigação deveriam ter sido seleccionadas durante a primeira fase da análise do contexto, com base em lacunas de conhecimento.

Durante a análise do contexto, a consulta da antiga CAAFAG durante os seminários ([ver Análise do contexto na p 35](#)) e através da KII fornece o quadro para recolher dados relevantes para responder às questões de investigação acima listadas, utilizando uma abordagem participativa. Em particular, a sessão 4.3 Processos de libertação de Brainstorming e 5.3 Classificação diamantífera dos atributos de bom desempenho, ajudará a definir critérios de libertação que distinguem a desvinculação e a desidentificação, e critérios de reintegração, da perspectiva do CAAFAG.

A informação recolhida através dos instrumentos de avaliação de necessidades também fornecerá informação sobre a percepção e definição de libertação e reintegração bem sucedida dos membros da comunidade.

Além disso, um método de classificação participativa pode ser utilizado para recolher estes itens de informação dos

membros da comunidade. Este método desenvolvido pela Universidade de Columbia foi utilizado na Serra Leoa para identificar critérios de reintegração bem sucedidos a partir da perspectiva de raparigas anteriormente associadas a forças armadas e grupos armados. A abordagem associa princípios-chave de abordagem de grupo focal e actividades de avaliação participativa (ranking).

Durante as discussões do grupo focal, os facilitadores pedem aos participantes a sua interpretação do que significa para uma rapariga ser reintegrada com sucesso. Um exercício semelhante foi feito com indicadores de reintegração “pobre”. Assim, as raparigas identificaram o apoio emocional e financeiro da sua família como o indicador mais importante de “boa reintegração” e nenhuma actividade geradora de rendimentos como o indicador mais importante de reintegração “pobre”.²⁸⁰ Pode encontrar informações adicionais sobre como contextualizar critérios indicadores na [Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2021\) Identificar e classificar os factores de risco e de protecção: Um breve guia.](#)

Medição de indicadores de saída e de resultados

Como lembrete, **os indicadores de resultados** medem os resultados directos e imediatos de uma actividade, ou por outras palavras, o que a intervenção alcançou a curto prazo. **Os indicadores de resultados** representam a realização ou o fracasso do resultado. Estão relacionados com a mudança que resulta de uma intervenção a curto, médio ou longo prazo.

Algumas organizações podem ter equipas de Monitorização e Avaliação dedicadas à recolha de dados, enquanto outras podem mobilizar o pessoal do programa para recolher informações. Seja como for, os seus recolhedores de dados devem receber formação sobre como recolher dados, e assistir a uma sessão de formação específica sobre como recolher dados de crianças, se relevante.

Revisão do quadro lógico com indicadores de produção e de resultados seleccionados e os meios de verificação com a sua equipa no início do projecto para assegurar uma recolha de dados atempada e harmonizada.

277 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2021)

278 [IndiKit Guia rápido para a concepção de indicadores SMART](#)

279 Catley et al. (2008)

280 Stark et al (2009)

Ferramentas de recolha de dados

A medição de indicadores de saída ou de resultados podem exigir o desenvolvimento ou a selecção de ferramentas de recolha de dados. Poderá ser necessário conceber algumas ferramentas especificamente para reflectir as realizações ou os resultados das suas actividades. Isto pode incluir testes de formação pré-pós-formação, inquéritos pós-intervenção, questionários individuais ou folha de presença que devem ser sensíveis à idade e ao sexo.

A medição de alguns indicadores de resultados pode ser baseada em critérios contextualizados ([ver 2.B Monitorização p 41](#)). Por exemplo, a medição de indicadores de reintegração, tais como *% de rapazes e raparigas que são CAAFAG e que relatam reintegração bem sucedida após X meses de apoio à reintegração*, requer a identificação de critérios, identificados pelo antigo CAAFAG e pela comunidade. É possível recolher informações sobre estes critérios através de inquéritos pós-intervenção, por exemplo.

A medição dos conhecimentos adquiridos após uma formação ou uma actividade de sensibilização, deve ser realizada antes e após a actividade, utilizando um questionário, um questionário ou um jogo. Se os participantes forem alfabetizados, podem utilizar um questionário que preenchem antes e depois da formação, por exemplo, para medir o aumento de conhecimentos. Um questionário pode ser uma abordagem divertida para recolher informação anonimamente, o que muitas vezes é menos intimidante para os participantes. Se os participantes tiverem um smartphone ou um computador, podem utilizar um questionário com [Mentimeter](#) ou [Kahoot](#) para avaliar os seus conhecimentos. Se não for possível, pode organizar um jogo como um jogo Jeopardy com perguntas relacionadas com o tema usando um [PowerPoint interactivo](#) ou simplesmente cartões de dupla face com perguntas para cada quantidade. Neste caso, irá avaliar o conhecimento de pequenos grupos e não de indivíduos. Qualquer que seja a abordagem escolhida, é importante assegurar que as melhorias no desempenho (ou conhecimento) dos participantes possam ser medidas.

Ferramentas:

- Exemplo de inquérito para medir o indicador de libertação e reintegração

Leitura complementar:

- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2019\) Protecção da Criança em Situações de Emergência Conjunto de ferramentas de monitorização da situação e resposta](#)
- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris-Capítulo 9 - Monitorização, Avaliação, Responsabilização e Aprendizagem do Programa

Desenvolvimento de um quadro de medição de desempenho

O quadro seguinte é um exemplo ilustrativo de um quadro de medição do desempenho, incluindo exemplos de objectivos e indicadores de intervenção de prevenção, libertação e reintegração, incluindo tanto os indicadores de produção como os indicadores de resultados.

Adaptar o seguinte quadro de medição do desempenho de acordo com as intervenções seleccionadas na concepção do programa e os objectivos desenvolvidos para cada uma delas. Completar o alvo com base nos locais e no número de beneficiários visados para cada um. Identificar diferentes meios de verificação com base no contexto ou nos requisitos específicos de apresentação de relatórios dos doadores.

Lectura complementaria:

- The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action (2021) Um breve guia para seleccionar indicadores de padrões mínimos de protecção infantil para aplicação em programas, projetos ou planos de resposta humanitária

ENQUADRAMENTO DO DESEMPENHO E MEDIÇÃO

Actividades	Indicadores	Alvo	Meios/ fonte de verificação	Frequência	Responsabilidade
Objectivo de prevenção: Raparigas e rapazes afectados por conflitos são protegidos do recrutamento e utilização					
Resultado: Os factores de risco de recrutamento e utilização são abordados e os factores de protecção são reforçados					
Actividades de prevenção dirigidas pelos jovens	Indicador de resultados: % de rapazes e raparigas que demonstram conhecimento dos factores de risco relacionados com o recrutamento e utilização pelas forças armadas/grupos e comportamentos para se protegerem		Questionário pós-formação/sessões de sensibilização		
	Indicador de resultados: % de rapazes e raparigas que demonstram conhecimento de mecanismos de denúncia relacionados com violações graves e de como ter acesso aos mesmos		Questionário pós-formação/sessões de sensibilização		
Programa de construção da paz liderado pelos jovens	Indicador de resultados: % de rapazes e raparigas que demonstram conhecimento de estratégias não violentas de resolução de conflitos		Questionário pós-formação/sessões de sensibilização		
Programa de prevenção a nível comunitário	Indicador de resultados: # de membros da comunidade que demonstram conhecimento de resultados nocivos relacionados com o recrutamento e utilização pelas forças armadas/grupos		Questionário pós-formação/sessões de sensibilização		
Estabelecer oportunidades de ensino primário e secundário em áreas mal servidas	Indicador de resultados: # de rapazes e raparigas fora da escola que têm acesso à educação formal e informal desde o início das actividades do projecto		Novas oportunidades de educação - matrícula e registo de presenças		
Objectivo de lançamento: Rapazes e raparigas CAAFAG são libertados da AFAG					
Resultado: As raparigas e os rapazes são libertados em segurança através de processos formais e informais					
Configuração do mecanismo de libertação a nível comunitário	Indicador de resultados: # de e % de rapazes e raparigas libertados através do mecanismo de libertação a nível comunitário		Gestão de casos Registos de gestão de informação (Primero) e/ou registos comunitários		
Programa de libertação formal e informal	Indicador de saída: # de rapazes e raparigas separados das forças armadas e grupos armados através de processos formais e informais		Registos MRM		

ENQUADRAMENTO DO DESEMPENHO E MEDIÇÃO

Actividades	Indicadores	Alvo	Meios/ fonte de verificação	Frequência	Responsabilidade
Programa de libertação formal e informal	Indicador de resultados: % de rapazes e raparigas que permanecem desligados da AFAFAG 12 meses após a conclusão de um programa de reintegração ²⁸¹		Gestão de casos Registos de gestão de informação (Primero) e inquérito com a antiga CAAFAG. (Para além da desengajamento, considerar também a desidentificação (ver Concepção do Programa - Lançamento) Os critérios de desidentificação devem ser desenvolvidos com base nos resultados da discussão com o antigo workshop de consulta da CAAFAG 4.3 Brainstorming sobre o processo de libertação ou KII Q5,6,7)		
Objectivos de reintegração: Antigos meninos e meninas CAAFAG e crianças vulneráveis são reintegrados na sua comunidade					
Resultado: As raparigas e os rapazes são reunificados com as suas famílias e as suas necessidades são atendidas					
Criação de um serviço de gestão de casos	Indicador de saída: # de antigos CAAFAG que beneficiam de gestão de casos		Gestão de casos Registos de gestão de informação (Primero)		
	Indicador de saída: # de rapazes e raparigas vulneráveis que acedem à gestão de casos		Gestão de casos Registos de gestão de informação (Primero)		
	Indicador de resultados: % de trabalhadores da PC formados e supervisionados que demonstram conhecimentos e competência na aplicação do processo de CM ²⁸²		Questionário pós- formação		
	Indicador de resultados: % de crianças e prestadores de cuidados que relatam satisfação com os serviços directos recebidos e as medidas de resposta tomadas através do processo de gestão de casos ²⁸³		Inquérito de satisfação com as crianças e os seus cuidadores		
Cuidados alternativos	Indicador de resultados: % de rapazes e raparigas em cuidados alternativos que são colocados em ambiente familiar ou de prestação de cuidados no prazo de 30 dias após o registo ²⁸⁴		Gestão de casos Registos de gestão de informação (Primero)		
	Indicador de saída: % de prestadores de cuidados ou mentores de acolhimento identificados, formados e com apoio de supervisão ²⁸⁵		Participação na formação - relatório de visitas de controlo		

281 Norma Mínima de Protecção da Criança em Acção Humanitária 11 CAAFAG

282 Norma Mínima de Protecção da Criança em Acção Humanitária Norma 18 Gestão de Casos

283 Ibid

284 Padrão Mínimo de Protecção da Criança em Acção Humanitária Padrão 19 Cuidados Alternativos

285 Ibid

ENQUADRAMENTO DO DESEMPENHO E MEDIÇÃO

Actividades	Indicadores	Alvo	Meios/ fonte de verificação	Frequência	Responsabilidade
Programa de rastreio e reunificação familiar	Indicador de resultados: % de rapazes e raparigas separados da AFAG que foram reintegrados num ambiente familiar ²⁸⁶		Gestão de casos Registos de gestão de informação (Primerio)		
Serviços de apoio à reintegração	Indicador de resultados: # de rapazes e raparigas vulneráveis, incluindo antigos CAAFAG que relatam uma melhoria na sua situação devido à sua participação na intervenção MHPSS/ Saúde/ Meios de Subsistência/ Educação/ etc.		Inquérito pós-intervenção com crianças e seus cuidadores		
Apoio à reintegração liderada pela comunidade	Indicador de saída: # de iniciativas de reintegração lideradas pela comunidade que receberam apoio				
Formação de trabalhadores de saúde/educação, etc., na identificação e encaminhamento seguro de CAAFAG	Indicador de resultados: # de encaminhamentos seguros e sensíveis ao género de rapazes e raparigas para serviços de protecção infantil feitos por profissionais de saúde/educação		Gestão de casos de gestão de informação (Primerio)		
Resultado: Meninos e meninas têm melhorado a saúde e o bem-estar psicossocial					
Sessões de aconselhamento MHPSS para crianças vulneráveis	Indicador de resultados: % de crianças e seus cuidadores que relatam melhorias na sua saúde mental e bem-estar psicossocial após a conclusão do programa ²⁸⁷		Seleccionar a escala certa com base no objectivo do programa MHPSS. Utilize este guia da Alliance for CPHA para seleccionar a ferramenta de medição relevante: <u>Definir e medir o bem-estar da criança na acção humanitária: um guia de contextualização</u>		
Resultado: As raparigas e os rapazes mais velhos são financeiramente auto-suficientes					
Programa de empreendedorismo para crianças vulneráveis	Indicador de resultados: % de rapazes e raparigas envolvidos em programas de empreendedorismo que declaram obter um rendimento 3 meses após a criação do seu negócio		Visitas de acompanhamento do programa de empreendedorismo - verificação de registos de livros		
Resultado: Raparigas e rapazes têm as suas necessidades educativas satisfeitas					
Actividades educativas para a antiga CAAFAG	Indicador de resultados: % de rapazes e raparigas envolvidos em actividades educativas que tenham frequentado pelo menos 70% das aulas		Lista de frequência de actividades educativas	Acompanhamento diário da assistência	

286 Norma Mínima de Protecção da Criança em Acção Humanitária 11 CAAFAG

287 Protecção da criança Padrão mínimo em Acção Humanitária Padrão 10 Saúde Mental e Angústia Psicossocial

288 Norma Mínima de Protecção da Criança em Acção Humanitária Norma 20 Justiça para crianças

ENQUADRAMENTO DO DESEMPENHO E MEDIÇÃO

Actividades	Indicadores	Alvo	Meios/ fonte de verificação	Frequência	Responsabilidade
Actividades de competências para a vida de crianças vulneráveis	Indicador de resultados: % de rapazes e raparigas envolvidos em actividades de competências para a vida que relatam sentir-se confiantes sobre as suas competências para fazer valer os seus direitos e expressar as suas decisões		Questionário pós-atividade		
Resultado: Os direitos das raparigas e dos rapazes são protegidos quando estão em contacto com a lei					
Programa de acesso à justiça para a antiga CAAFAG	Indicador de resultados: % de crianças em contacto com o sistema de justiça que denunciam o acesso a apoio jurídico favorável às crianças ²⁸⁸		Inquérito com o antigo CAAFAG. Ver exemplo de inquérito fornecido nas ferramentas. Este indicador requer uma definição de contacto com o sistema de justiça e o acesso a apoio jurídico favorável às crianças.		
Resultado: Raparigas e rapazes são socialmente integrados na sua família e comunidade					
Pacote de reintegração para a antiga CAAFAG	Indicador de resultados: % de rapazes e raparigas CAAFAG que relatam uma reintegração bem sucedida após 12 meses (adaptar conforme necessário) de apoio à reintegração		Inquérito com o antigo CAAFAG. Este indicador requer uma lista de critérios que determina o que significa uma reintegração bem sucedida. Os critérios devem ser definidos através de um processo participativo envolvendo o CAAFAG (Ver Análise do contexto - Consulta do antigo workshop do CAAFAG - 5.3 Classificação diamantífera dos atributos de bom desempenho e o KII Q8 Ver exemplo de inquérito fornecido nas ferramentas.		
	Indicador de resultados: % de CAAFAG e crianças em risco que relatam uma maior aceitação por parte da comunidade				

C. Recursos Humanos

Os programas que visam o CAAFAG tendem a ser mais complexos, requerem um elevado nível de especialização e muitas vezes duram mais tempo do que outros programas de Protecção da Criança. A sensibilidade e os riscos de causar danos são elevados, mesmo que a carga de casos CAAFAG esteja integrada nos programas de Protecção da Criança existentes. Como resultado, deve-se considerar cuidadosamente a contratação de pessoal, incluindo supervisão, para estabelecer os fundamentos correctos do programa.

Escala e pessoal

Para determinar a escala e as necessidades de pessoal para implementar um programa CAAFAG, incluindo integrado em programas existentes de Protecção da Criança, é necessário determinar:

- Quantas crianças estão a planear alcançar?
- Qual é a duração do projecto?
- Quantos locais/locais estão a considerar?
- Que programas estão a planear implementar?
Prevenção, libertação, e/ou reintegração.
- Que actividades estão a planear implementar?
Prevenção comunitária; formação de actores armados para facilitar a libertação; gestão de casos, educação, recuperação económica, etc.

O quadro abaixo apresenta as posições sugeridas e os rácios de pessoal com base em exemplos de intervenções. Cada organização pode ter diferentes títulos de posição, um organigrama diferente, e alguns contextos podem requerer pessoal adicional ou reduzido com base em factores tais como considerações culturais, segurança, disseminação de locais de campo, etc.

Adaptar a tabela seguinte de acordo com estas considerações, bem como o número de locais, o programa e as intervenções seleccionadas, e o número de crianças visadas para cada uma delas. Algumas posições também podem ser fundidas se a intervenção for implementada na mesma área. Por exemplo, os mobilizadores comunitários podem ser as mesmas pessoas para os programas de prevenção, libertação, e reintegração. Neste caso, reduzir o número de locais para cada mobilizador comunitário para 3 em vez de 5.

Nota: um local refere-se à mais pequena unidade administrativa, tal como uma aldeia, um bairro ou um agrupamento populacional num campo ou povoado. Em locais onde seja culturalmente apropriado, dar prioridade tanto a facilitadores masculinos como femininos quando são necessários dois facilitadores.



© UNICEF/UN0280463/Ryeng

Actividade	Posição	Rácio
GESTÃO DE PESSOAL		
Equipa de gestão	Protecção da criança /CAAFAG gestor de projecto	Programa 1:1
	Oficial/gestor de M&E	Programa 1:1
	Assistente administrativo	Programa 1:1
PROGRAMAS DE PREVENÇÃO		
Programa de envolvimento juvenil / construção da paz	Oficial de construção da paz/envolvimento juvenil	1:5 localizações/locais
	Facilitadores do envolvimento dos jovens/ construtores da paz	2:3 grupos de jovens - 20 jovens por grupo
Aptidões parentais	Responsável de competências parentais	1:5 localizações/locais
	Facilitadores de competências parentais	2:4 grupos de pais - 20 pais por grupo
Mecanismo de protecção a nível comunitário	Mobilizadores comunitários	1:5 localizações/locais
PROGRAMAS DE LANÇAMENTO		
Programa de mobilização comunitária	Mobilizadores comunitários	1:5 localizações/locais
Advocacia e formação do governo e da AFAG	Responsável pelo programa de libertação	1-2:1 programa
PROGRAMA DE REINTEGRAÇÃO		
SAÚDE		
Coordenar o acesso aos cuidados médicos	Oficial de saúde	Programa 1:1
Programa MHPSS	Oficial MHPSS	1:5 localizações/locais
	Consultores/facilitadores MHPSS	2:4 grupos - 15 participantes por grupo
	Supervisores MHPSS para supervisão (externa)	Programa 1:1
EDUCAÇÃO		
Educação formal	Funcionários da educação	1:5 localizações/locais
Educação não formal	Facilitadores da educação não formal / competências para a vida	2:6 grupos de jovens - 30 jovens por grupo
SEGURANÇA & CUIDADO		
Gestão de casos	Responsável pela gestão de casos/ supervisor	1:5 trabalhadores de caixa
	Caseworkers	1:20 casos
	Responsável pela base de dados	Programa 1:1
	Assistente de base de dados	1:1 localização/local
Programa de Rastreio e Reunificação Familiar	Rastreador	Região 1:1

Actividade	Posição	Rácio
Cuidados alternativos - família de acolhimento/ vida independente	Oficial de cuidados alternativos	1:20 famílias de acolhimento - vida independente
Centro de Cuidados Intermédios	Gestor do centro de cuidados interinos	1:1 Centro de Cuidados Intermédios
	Caseworkers	1:20 crianças
	Facilitadores de actividades	4:20 crianças
	Cozinheiros/limpadores	3:1 Centro de Cuidados Intermédios
	Guardas de segurança	3:1 Centro de Cuidados Intermédios
JUSTIÇA		
Assistência jurídica	Advogados/para advogados	1:20 casos
Advocacia jurídica/formação de actores da justiça	Responsável jurídico da advocacia	Programa 1:1
RECUPERAÇÃO ECONÓMICA		
Programa de empreendedorismo	Gestor de recuperação económica	Programa 1:1
Formação profissional, formação de competências empresariais, acompanhamento das oportunidades de negócio e de emprego	Agentes de recuperação económica	1:20 crianças
PERTENÇA SOCIAL		
Programa de competências parentais	Responsável de competências parentais	1:5 localizações/locais
	Facilitadores de competências parentais	2:4 grupos de pais - 20 pais por grupo
Envolvimento da comunidade	Mobilizadores comunitários	1:5 localizações/locais

Quadro de competências e aptidões

O quadro seguinte destaca as competências esperadas para cada posição envolvida nos programas CAAFAG. Esta informação será útil para atribuir o orçamento correcto para cada posição, com base nas competências requeridas.

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris Capítulo 8 - Recursos Humanos e Capacidade
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária - Quadro de Competências](#)
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária - Directrizes inter-agências para a gestão de casos e protecção da criança Apêndice 1: quadro de competências e aptidões dos trabalhadores dos casos](#)
- [Rede Inter-agências para a Educação em Emergências - Quadro de Competências para a Educação em Emergências](#)

Competências técnicas²⁸⁹

As competências técnicas são um conjunto mensurável de conhecimentos, aptidões ou atributos necessários para executar eficazmente uma tarefa. Cada competência inclui comportamentos e responsabilidades esperadas que aumentam ao longo do tempo com a experiência e a progressão na carreira. Como tal, o quadro seguinte distingue 3 níveis de experiência. O nível 1 refere-se a indivíduos que são novos no domínio de competência relevante. O nível 2 é relevante para indivíduos com alguma experiência de algumas tarefas em diferentes contextos no domínio de competência relevante. O nível 3 corresponde a indivíduos que são peritos no domínio de competência relevante e que podem formar outros.

291 Adaptado de The Alliance for Child protection in Humanitarian Action 2020 - Quadro de Competências

Posições relacionadas com o programa CAAFAG	Competência	Indicador Nível 1	Indicador Nível 2	Indicador Nível 3
GESTÃO DE PESSOAL				
Protecção da criança /CAAFAG gestor de projecto	Gestão do ciclo do programa	Contribui para os esforços inter-agências para rever, actualizar, ou conduzir exercícios de mapeamento e estudos sobre CAAFAG	Envolve crianças, famílias, comunidades e portadores de obrigações em exercícios de mapeamento e estudos, sempre que possível	Apoia os esforços inter-agências para rever dados secundários a fim de identificar riscos imediatos, as suas causas profundas e lacunas na informação existente
		Concebe programas CAAFAG de qualidade que são sensíveis ao género com base na análise do contexto e com a participação de crianças	Dá prioridade a acções que salvam vidas na fase inicial de resposta, mantendo ao mesmo tempo ligações com abordagens sustentáveis a nível comunitário	Planifica e implementa acções que criam complementaridade entre organizações de nível comunitário, nacional e internacional para que a resposta humanitária reforce, e não mine, as estruturas e sistemas existentes
		Monitoriza a qualidade do programa, os resultados, os resultados e, sempre que possível, o impacto	Monitora as mudanças no conflito e ajusta a implementação do programa em conformidade	Previne, identifica e atenua as consequências negativas não intencionais das intervenções do programa CAAFAG ao longo da implementação
		Partilha os resultados e a aprendizagem das avaliações, monitorização, feedback e mecanismos de responsabilização com todas as partes interessadas, incluindo crianças e famílias	Participa em iniciativas conjuntas de aprendizagem, avaliações de programas CAAFAG com outros sectores relevantes	Utiliza a aprendizagem para ajustar programas e informar a concepção de futuras intervenções
	Envolvimento com as missões da ONU	Identifica o papel das operações de manutenção da paz da ONU e das missões políticas na protecção das crianças	Apoia a coordenação com as missões da ONU para observar os princípios e normas da PC, facilitar a colaboração e gerir adequadamente os recursos	Estabelece e distribui normas claras, orientação, fundamentação, responsabilidades e procedimentos operacionais normalizados (PON) para os actores da PC no envolvimento com as missões da ONU
		Facilita o papel da RPDC da ONU na implementação e integração das resoluções e políticas da RPDC sobre crianças afectadas por conflitos armados	Ajuda as missões da ONU a reforçar as políticas, leis e processos governamentais em matéria de comunicação, sistemas e instituições relacionadas com as crianças	Envolve e colabora com os líderes relevantes das missões da ONU para identificar e responder ao recrutamento de crianças
		Mostra conhecimento dos mandatos e papéis das missões da ONU em matéria de resposta a emergências, recuperação, estabilidade e actividades de construção da paz	Identifica áreas-chave para a coordenação e colaboração com as missões da ONU	Envolve os mecanismos/ grupos de coordenação CT ou CP da ONU para influenciar as estratégias da ONU que se relacionam com a CAAFAG
		Mostra conhecimento dos mandatos e papéis das missões da ONU em matéria de resposta a emergências, recuperação, estabilidade e actividades de construção da paz	Identifica áreas-chave para a coordenação e colaboração com as missões da ONU	Envolve os mecanismos/ grupos de coordenação CT ou CP da ONU para influenciar as estratégias da ONU que se relacionam com a CAAFAG

Posições relacionadas com o programa CAAFAG	Competência	Indicador Nível 1	Indicador Nível 2	Indicador Nível 3
Protecção da criança /CAAFAG gestor de projecto	Coordenação de um programa CAAFAG de qualidade	Envolve-se na coordenação com os actores do mecanismo de coordenação da Protecção da Criança em Acção Humanitária ou outro grupo de trabalho	Assume um papel específico de apoio dentro do mecanismo de coordenação da Protecção da Criança em Acção Humanitária	Lidera a coordenação dos esforços do CPHA para acções de preparação e resposta harmonizadas, oportunas, adaptadas e eficazes para o CAAFAG
		Apoia as organizações humanitárias e instituições relevantes a participarem nos mecanismos de coordenação e grupos de trabalho técnicos ou sectoriais da CPHA, com a participação do governo quando apropriado	Identifica os principais intervenientes do CPHA e apoia a sua participação efectiva no mecanismo de coordenação do CPHA e a resposta ao CAAFAG	Constrói e mantém uma composição estratégica de governos e organizações comunitárias, locais/nacionais, bem como ONGs, agências da ONU e doadores para estratégias eficazes e bem coordenadas de prevenção e resposta CAAFAG
		Reconhece papéis únicos, mandatos e formas de trabalhar com os membros dos grupos de coordenação da CPHA e actores relevantes	Envolve-se com todos os actores relacionados com o CPHA de acordo com os seus papéis, mandatos e formas de trabalho únicos	Promove a diversidade e a inclusão a todos os níveis de resposta e coordenação da CPHA, incluindo ferramentas e documentos de orientação
		Ajusta o estilo de comunicação à audiência, particularmente em termos de cultura cruzada	Comunica eficazmente com diferentes actores e partes interessadas, em especial a nível transcultural	Demonstra uma visão política e cultural na comunicação com os actores humanitários e partes interessadas relevantes
		Demonstra consciência das técnicas de resolução de problemas e construção de consensos em ambiente inter-agências	Aplica estratégias de resolução de problemas para gerir as diferenças de opinião e abordagens no âmbito da coordenação	Utiliza raciocínio objectivo e construção de consenso para abordar potenciais desacordos e conflitos de interesses
Oficial/gestor de M&E	Controlo da protecção das crianças	Envolve-se em mecanismos de coordenação inter-agências CPHA para estabelecer indicadores, processos de monitorização, papéis e responsabilidades	Estabelece uma partilha de informação eficaz, oportuna e apropriada, processos de encaminhamento, calendários de relatórios e modelos para a monitorização da CPHA que evitam a duplicação e minimizam a carga de relatórios	Estabelece e implementa um plano de análise para o sistema de monitorização do CPHA
		Desagrega todos os dados sobre crianças por sexo/sexo, idade e deficiência, no mínimo	Prioriza o interesse superior da criança e o consentimento informado/acordo das crianças e/ou prestadores de cuidados ao recolher informações	Fornecer apoio psicossocial ao pessoal que monitoriza as preocupações da PC para mitigar os efeitos do trauma secundário

290 Note-se que algumas das posições da secção de prevenção foram fundidas com posições da secção de reintegração, nomeadamente os responsáveis/facilitadores de competências parentais e os mobilizadores comunitários.

Posições relacionadas com o programa CAAFAG	Competência	Indicador Nível 1	Indicador Nível 2	Indicador Nível 3
Oficial/gestor de M&E		Estabelece protocolos para o pessoal que está a monitorizar as preocupações do CAAFAG para identificar e encaminhar crianças e famílias que estão em risco ou que sobreviveram a abusos, negligência, exploração ou violência	Assegura que os dados CPHA são recolhidos, utilizados, armazenados e partilhados de acordo com a confidencialidade, "não causar danos" e o melhor interesse das crianças, famílias e comunidades	Garante que os riscos de protecção identificados, as vulnerabilidades e as tendências relevantes são regularmente partilhados com os actores humanitários e contribuem para o desenvolvimento de estratégias, programas e acções de advocacia
	Gestão da informação	Demonstra conhecimento dos procedimentos de confidencialidade, dos protocolos de recolha de dados éticos e do princípio "não causar danos"	Implementa políticas de protecção de dados, sistemas digitais de fácil utilização e termos de utilização	Assegura a recolha regular e correcta de dados pelos parceiros do CPHA, incluindo a notificação à população afectada envolvida no processo de recolha de dados
		Conhece métodos que evitam "dupla contagem" na compilação de dados	Compara e triangula a informação com intervenientes relevantes e dados previamente comunicados antes de a utilizar	Consolida, analisa e partilha informação a nível populacional, e dá feedback àqueles que forneceram informação
		Participa na análise de avaliação para identificar preocupações, lacunas e potenciais soluções CAAFAG	Trabalha com parceiros e partes interessadas do CPHA para identificar os dados mais recentes do CAAFAG específicos do contexto e estabelecer uma base de referência para as prioridades acordadas do CAAFAG	Utiliza informação actualizada para orientar a tomada de decisões, planeamento de respostas, análises de conflitos e lacunas, e estratégias de CPHA
		Introduz informação no sistema de recolha de dados inter-agências CAAFAG em linha com os procedimentos e políticas estabelecidos	Trabalha com parceiros, partes interessadas e populações afectadas para alinhar os instrumentos e procedimentos de MI inter-agências com as leis, políticas e sistemas nacionais	Estabelece ferramentas e bases de dados harmonizadas de IM (online e offline)
PREVENÇÃO²⁹⁰				
Oficial de construção da paz/ envolvimento juvenil	Integrar a CP e a Construção da Paz	Identifica ferramentas, normas e potencial para a programação e avaliação integrada do PCP de construção da paz	Conduz e promove acções conjuntas de formação, avaliação, planeamento, prevenção, preparação, resposta e recuperação da CP-peacebuilding	Assegura que a PC e a CAAFAG sejam incluídas na avaliação, concepção, monitorização e avaliação dos programas de construção da paz
		Facilita a programação conjunta, coordenada e/ou complementar da CAAFAG e da Construção da Paz em contextos centrados na criança	Inicia colaborações sobre MRM, CAAFAG, e reintegração com CP e actores da construção da paz, e outros intervenientes	Assegura que as crianças possam aceder a ambientes e oportunidades de construção da paz seguros, de alta qualidade, amigos das crianças, sensíveis às questões de género, flexíveis, protectores e relevantes

Posições relacionadas com o programa CAAFAG	Competência	Indicador Nível 1	Indicador Nível 2	Indicador Nível 3
Facilitadores do envolvimento dos jovens /constructores da paz	Desenvolver estratégias para reforçar a construção da paz	Envolve as crianças na identificação e exploração das suas competências, necessidades e riscos e facilita adequadamente as actividades participativas de construção da paz	Identifica e promove actividades de construção da paz que contribuem para a sustentabilidade dos resultados da construção da paz	Assegura que as actividades de grupo proporcionam uma sensação de normalidade, são realizadas de uma forma sensível ao género e baseiam-se em directrizes inter-agências relevantes
Responsável de competências parentais	Prevenir e responder aos riscos de maus-tratos físicos e emocionais	Mapeia fornecedores eficazes de serviços de resposta amigáveis às crianças e identifica lacunas	Aumenta a capacidade das equipas multidisciplinares de utilizar estratégias adequadas ao sexo e à idade para prevenir e responder à violência emocional e física	Desenvolve estratégias para ajudar os serviços de resposta a gerir casos de violência emocional e física de uma forma sensível ao género, não discriminatória e não estigmatizante
Facilitadores de competências parentais	Desenvolver estratégias para reforçar os ambientes familiares e de prestação de cuidados	Colabora com crianças e adultos para identificar pontos de vista e respostas locais a diferentes formas de violência e alternativas e soluções não violentas	Mapas e análises das formas mais comuns de violência emocional e física, para informar a programação das competências parentais, a tomada de decisões e as respostas	Apoia a organização a proteger as crianças da violência emocional e física para facilitar o acesso a serviços e sistemas de gestão de casos adequados
		Envolve crianças, famílias, membros da comunidade em sessões de competências parentais sobre violência emocional e física e serviços de prevenção e apoio	Formar pais, membros-chave das comunidades e professores em estratégias identificadas localmente para prevenir formas comuns de violência	Assegura a prestação de cuidados multisectoriais sensíveis à idade e ao sexo a crianças e famílias que tenham sido sujeitas a violência emocional e física
Mobilizadores comunitários	Desenvolver abordagens a nível comunitário	Mapeia, avalia e desenvolve os mecanismos e prestadores de serviços de PC formais e informais existentes a nível comunitário	Apoia voluntários locais e membros da comunidade para avaliar os sistemas e recursos de apoio existentes, desenvolver e implementar planos de prevenção e resposta, e apoia as crianças sobreviventes	Assegura que as crianças são protegidas de abuso, violência, exploração e negligência pelos mecanismos de PC a nível comunitário
		Envolve as comunidades ao longo da gestão do ciclo do projecto para assegurar que as intervenções sejam contextualizadas e de propriedade da comunidade	Colabora com os principais CPHA, actores inter-sectoriais e nacionais e partes interessadas para reforçar as iniciativas de protecção existentes a nível comunitário CAAFAG	Assegura que os mecanismos de PC a nível comunitário são colaborativos, dirigidos pela comunidade, sustentáveis e construídos com base nas estruturas e capacidades locais e nacionais existentes
		Envolve agências relevantes e mecanismos de PC a nível comunitário na gestão de casos sempre que apropriado	Apoia e expande o apoio formal e informal da comunidade e sistemas de referência utilizando abordagens e princípios culturalmente sensíveis	Apoia a organização e os parceiros a incluir elementos-chave de intervenções orientadas para a comunidade na programação de PC a nível comunitário

Posições relacionadas com o programa CAAFAG	Competência	Indicador Nível 1	Indicador Nível 2	Indicador Nível 3
Mobilizadores comunitários	Desenvolver abordagens a nível comunitário	Identifica e avalia como a cultura, a política, os socioeconómicos, as tradições, as normas e os costumes têm impacto no funcionamento da comunidade e que implicações têm no ambiente protector do CAAFAG	Mobiliza e reforça o envolvimento apropriado dos jovens entre pares nos mecanismos de PC a nível comunitário	Apoia mecanismos de PC a nível comunitário no desenvolvimento de estratégias que promovam a sensibilidade ao género e a inclusão
LIBERAR				
Responsável pelo programa de libertação	Desenvolver estratégias para facilitar a libertação de crianças	Documentar estratégias de lançamento existentes, trajectórias de saída, principais partes interessadas e identificar lacunas	Aumenta a capacidade das equipas multidisciplinares para utilizar estratégias adequadas em termos de sexo e idade para facilitar a libertação de crianças	Desenvolve estratégias para apoiar a libertação formal e informal segura de crianças, de uma forma não estigmatizante e sensível ao género
PROGRAMA DE REINTEGRAÇÃO				
Oficial de saúde	Integração da PC e da saúde	Identifica as directrizes, princípios e normas relevantes que informam a colaboração, programação e avaliação conjunta CP-saúde	Conduz e promove acções conjuntas de formação, avaliação, planeamento, prevenção, preparação, resposta e recuperação em matéria de CPHA-saúde	Garante que as preocupações da PC sejam incluídas na avaliação, concepção, implementação, monitorização e avaliação dos programas de saúde
		Partilha os resultados das avaliações do CAAFAG e as suas implicações para a saúde com as comunidades e os agentes de saúde	Estabelece sistemas de encaminhamento e monitorização para que o pessoal das instalações de saúde possa monitorizar eficazmente os riscos CAAFAG nos hospitais e encaminhar as crianças com necessidades de protecção	Assegura que todos os CAAFAG tenham acesso a serviços de saúde seguros e protectores que sejam adequados à sua idade e necessidades de desenvolvimento
		Colabora com os trabalhadores da saúde para gerar entendimentos comuns dos serviços de saúde formais e informais	Assegura que os projectos de PC incluem sistemas seguros, dignos e confidenciais para identificar e encaminhar casos de doença e lesões para serviços de saúde apropriados	Apoia a coordenação, colaboração e encaminhamento rápido entre e entre os sistemas de assistência social, vigilância de lesões e de saúde
Oficial MHPSS	Oficial MHPSS Prevenir e responder à angústia psicossocial e promover a saúde mental	Identifica e mapeia os serviços e capacidades locais, nacionais e internacionais existentes para a saúde mental e apoio psicossocial (MHPSS)	Participa em MHPSS e fóruns de coordenação de protecção para promover a coordenação entre actores	Coordena os actores do MHPSS em vários sectores para identificar lacunas nos serviços e sobrepor e alinhar as respostas com a orientação humanitária e SGBV
		Apoia uma resposta de emergência MHPSS coordenada e eficiente através do reforço dos grupos de coordenação inter-sectorial e MHPSS	Desenvolve a capacidade dos trabalhadores da CPHA e dos parceiros intersectoriais em competências, normas e orientação para a prevenção e resposta adequada ao MHPSS	Concebe programas sócio-ecológicos para reforçar a resiliência de todas as partes interessadas, mecanismos de resposta e prestação de serviços MHPSS

Posições relacionadas com o programa CAAFAG	Competência	Indicador Nível 1	Indicador Nível 2	Indicador Nível 3
Oficial MHPSS		Utiliza MHPSS, sistemas de protecção social e legal para identificar, prevenir, monitorizar e responder aos riscos e ameaças à saúde mental e psicossocial	Desenvolve, adapta ou reforça estratégias, indicadores, avaliações e ferramentas de monitorização e avaliação e partilha de resultados do MHPSS culturalmente conscientes	Constrói e alavanca a capacidade local para análises, planos de resposta comunitária participativa, e cultura, espiritualidade e religião nas actividades do MHPSS
		Realiza avaliações regulares sobre a acessibilidade e a qualidade dos cuidados de saúde mental	Colabora com os sistemas de saúde locais, indígenas e tradicionais para fundir considerações psicológicas e sociais em cuidados de saúde gerais	Treina CPHA, pessoal trans-sectorial, voluntários e prestadores de serviços sobre serviços MHPSS básicos, focalizados, não-especializados e especializados
Consultores/facilitadores MHPSS		Implementa estratégias para reduzir a discriminação e o estigma do CAAFAG com graves problemas psicossociais e/ou deficiência mental	Reforça o acesso à educação segura e de apoio onde as crianças e os prestadores de cuidados podem receber informação, apoio ou referências MHPSS	Integra considerações MHPSS, serviços, sistemas de informação e encaminhamento em programas de emergência intersectoriais e outros
Funcionários da educação	Integração da PC e da educação	Identifica ferramentas, normas e potencial para a programação e avaliação integrada da educação-CP	Conduz e promove acções conjuntas de formação, avaliação, planeamento, prevenção, preparação, resposta e recuperação em matéria de CP-educação	Assegura que a PC e a CAAFAG sejam incluídas na avaliação, concepção, monitorização e avaliação dos programas de educação
		Facilita a programação conjunta, coordenada e/ou complementar de PC e EIE em cenários centrados na criança	Inicia colaborações sobre MRM, CAAFAG, e reintegração com CP e clusters de Educação, o Ministério da Educação, Assuntos Sociais e outras partes interessadas	Garante que o CAAFAG possa aceder a ambientes e oportunidades de aprendizagem seguros, de alta qualidade, sensíveis às questões de género, flexíveis, protectores e relevantes
Facilitadores da educação não formal / competências para a vida	Desenvolver estratégias para reforçar os resultados da educação	Envolve as crianças na identificação e exploração das suas competências, necessidades e riscos, proporcionando actividades educativas não formais de forma adequada	Identificar e promover actividades de educação não formal que contribuam para os resultados da educação para a sustentabilidade	Assegura que as actividades de grupo proporcionam uma sensação de normalidade e são realizadas de forma sensível ao género e se baseiam em directrizes inter-agências relevantes
Responsável pela gestão de casos	Desenvolver estratégias para a gestão de casos	Mapeia os prestadores de serviços e desenvolve robustos percursos de encaminhamento para que as crianças e os seus prestadores de cuidados tenham acesso ao apoio	Mapas de lacunas na prestação de serviços entre os intervenientes da CPHA e os parceiros intersectoriais	Assegura a revisão e divulgação atempada dos directórios de serviços e vias de encaminhamento para todos os intervenientes da CPHA, defende os serviços em falta e realiza formação sobre cartografia e encaminhamento

Posições relacionadas com o programa CAAFAG	Competência	Indicador Nível 1	Indicador Nível 2	Indicador Nível 3
Responsável pela gestão de casos	Desenvolver estratégias para a gestão de casos	Identifica as causas, vulnerabilidades e impactos da separação familiar (separação não-emergencial, migração mista, etc.)	Atenua o risco de separação através de actividades de prevenção e preparação a nível comunitário e nacional (ou seja, registo de nascimento, processos de evacuação)	Assegura a prevenção e a resposta à separação familiar e a protecção e os cuidados para CAAFAG de acordo com as suas necessidades específicas e os seus melhores interesses
		Identifica a orientação inter-agências e quadros legais relacionados com a UASC (direitos humanos, direito humanitário e penal, CPMS, etc)	Colabora com organizações governamentais e de PC para coordenar, contextualizar e harmonizar todos os sistemas e actividades de resposta da CAAFAG UASC	Defensores da programação CAAFAG UASC para incluir gestão de recursos, rastreio, gestão de casos, documentação e formação
		Utiliza a gestão de casos CAAFAG e sistemas de informação com confidencialidade, consentimento informado e isto no melhor interesse da criança	Mapas de capacidade local e nacional e lacunas para avaliar riscos e vulnerabilidades de separação, para identificar potenciais parceiros e para organizar avaliações	Antevê riscos secundários associados a intervenções de rastreio e reunificação familiar
Supervisor de casos		Agenda e supervisiona o caso reuniões de gestão, pelo menos cada duas semanas. Realiza semanalmente reuniões de supervisão com todos os casos trabalhadores, prestando apoio técnico.	Realiza auditorias regulares aos ficheiros dos casos e verificar que os protocolos e os princípios são respeitados Assegura as lacunas e a formação do pessoal as necessidades são identificadas e atendidas. Desenvolve a capacidade individual do pessoal planos de construção.	Revê e analisa as tendências no carga de processos para informar a programação
		Constrói a confiança com a sua equipa e actores externos.	Encoraja a prática reflexiva	Identifica e constrói com base em trabalhadores de casos pontos fortes
Caseworkers		Reconhece as preocupações de protecção da CAAFAG, pode identificar factores de risco e protecção, compreende o processo de gestão de casos e tem conhecimentos básicos dos quadros jurídicos internacionais e nacionais que promovem a protecção e cuidados das crianças	Utiliza técnicas de comunicação fundamentais para apoiar as crianças a aumentar a sua resiliência e bem-estar, tem conhecimentos para coordenar sistematicamente a gestão de casos, adere a protocolos de confidencialidade e toma decisões no melhor interesse da criança	Fornecer formação em gestão de casos de PC ao governo, agências da sociedade civil, redes comunitárias e instituições académicas/de formação para melhorar os conhecimentos e competências da força de trabalho de gestão de casos

Posições relacionadas com o programa CAAFAG	Competência	Indicador Nível 1	Indicador Nível 2	Indicador Nível 3
Caseworkers	Desenvolver estratégias para a gestão de casos	Implementa serviços de gestão de casos seguros, éticos, empáticos e inclusivos de acordo com as directrizes inter-agências	Aumenta os serviços de gestão de casos seguros, éticos, empáticos e inclusivos de acordo com directrizes inter-agências para garantir que mais crianças tenham acesso a serviços de protecção críticos	Sustenta serviços de gestão de casos seguros, éticos, empáticos e inclusivos, de acordo com directrizes inter-agências, advogando o investimento em sistemas de gestão de casos a nível nacional
		Incorpora as perspectivas da criança e dos indivíduos-chave na sua vida como parte do processo de gestão de casos, incluindo avaliações, decisões de "interesse superior" e planeamento de casos	Assegura uma resposta de gestão de casos centrada na criança e adequada à idade, que dá às crianças o espaço para expressarem livremente os seus pontos de vista e participarem plenamente no processo	É capaz de tomar decisões no melhor interesse de uma criança ao longo de todo o processo de gestão de casos que envolvem significativamente a criança e indivíduos-chave na vida da criança para garantir a sua segurança, bem-estar e desenvolvimento saudável
		Utiliza sistemas de informação de gestão de casos com confidencialidade, consentimento informado e no melhor interesse da criança	Analisa os dados e identifica tendências para os relatórios dos doadores e para informar a resposta da gestão de casos	Garante que os riscos de protecção identificados, as vulnerabilidades e as tendências relevantes são regularmente partilhados com os actores humanitários e contribuem para o desenvolvimento de estratégias, programas e acções de advocacia
Responsável pela base de dados	Prevenir e responder aos riscos de crianças desacompanhadas e separadas (UASC)	Trabalha com parceiros CPHA UASC e partes interessadas para seguir protocolos e procedimentos normalizados de protecção de dados	Utiliza critérios consistentes para identificar CAAFAG UASC, localizar famílias, contextualizar a orientação inter-agências UASC, e cuidar das crianças que aguardam a reunificação	Utiliza as melhores práticas na identificação, avaliação, selecção e monitorização dos cuidados a longo prazo, permanentes e alternativos para a CAAFAG UASC
		Identifica e alavanca métodos não formais, tradicionais, formais e organizacionais de rastreio familiar, boas práticas e mecanismos	Implementa um programa CAAFAG de localização, verificação, reunificação e reintegração familiar adequado e à medida do interesse superior da criança	Apoia SOPs inter-agências e países que partilham informação, referem-se a serviços, esclarecem papéis e responsabilidades, e avançam com a reunificação da CAAFAG
Rastreador	Desenvolver estratégias para cuidados alternativos	Mapas de cuidados alternativos formais e não formais existentes no melhor interesse da criança	Adapta e contextualiza disposições de cuidados alternativos inclusivos, não discriminatórios e adequados às necessidades da população e à natureza da emergência	Reforça os sistemas de cuidados alternativos existentes centrados nos cuidados familiares e comunitários e no envolvimento em planos de contingência flexíveis
		Identifica e sensibiliza para as leis, políticas, tratados e directrizes locais, nacionais e internacionais relevantes	Apoia e desenvolve a capacidade dos actores locais para planear, supervisionar, gerir e implementar cuidados alternativos de acordo com directrizes inter-agências e normas mínimas	Assegura uma abordagem sócio-ecológica das avaliações e a identificação de opções de cuidados intermédios e de longo prazo alinhadas com o interesse superior da criança, a legislação e as políticas nacionais
Oficial de cuidados alternativos				

Posições relacionadas com o programa CAAFAG	Competência	Indicador Nível 1	Indicador Nível 2	Indicador Nível 3
Oficial de cuidados alternativos	Desenvolver estratégias para cuidados alternativos	Promove a unidade familiar e assegura que as famílias em risco recebam acesso adequado aos serviços básicos e à protecção social para evitar a separação	Aplica uma abordagem analítica para avaliar as opções de cuidados alternativos com base nos princípios da necessidade e adequação, nas tradições de cuidado das comunidades e no quadro jurídico nacional	Planifica, concebe e implementa visitas de acompanhamento, monitorização, feedback e mecanismos de informação por todos os intervenientes envolvidos para monitorizar a protecção e o bem-estar das crianças
Gestor ICC		Assegura cuidados residenciais seguros, sensíveis ao género e adequados para a CAAFAG	Adapta e contextualiza os cuidados residenciais inclusivos, não discriminatórios e adequados às necessidades do CAAFAG	Assegura que a ICC proporciona uma sensação de normalidade, promove a resiliência e se baseia em directrizes inter-agências relevantes
Facilitadores de actividades		Envolve as crianças na identificação e exploração das suas competências, necessidades e riscos para proporcionar actividades de grupo de forma adequada	Promove actividades de grupo e individuais que criam um ambiente previsível e estimulante para o CAAFAG ser seguro, aprender, expressar-se, estabelecer ligações e sentir-se apoiado	Assegura que as actividades individuais e de grupo proporcionam uma sensação de normalidade e são realizadas de uma forma sensível ao género e baseiam-se em directrizes inter-agências relevantes
		Identifica, apoia e reforça os espaços, serviços e actividades existentes antes de desenvolver actividades adicionais de grupo e individuais	Concebe actividades de grupo e individuais com base nas necessidades e na avaliação dos riscos de protecção e defende actividades de grupo inclusivas, éticas e acessíveis, que reforcem a capacidade de resistência das crianças	Apoia uma definição inter-agências entre os intervenientes da PC do que constitui actividades de grupos culturalmente, sensíveis ao género e à idade
Responsável jurídico da advocacia		Desenvolver estratégias para promover e defender a justiça para as crianças	Desenvolve a capacidade dos prestadores de serviços sobre os direitos e o melhor interesse das crianças em contacto com os actores da lei e da justiça sobre as formas adequadas de comunicação com as crianças	Apoia abordagens de justiça juvenil que permitem que as crianças sejam responsáveis perante a sociedade sem serem formalmente processadas como um criminoso
	Identifica políticas, leis e estratégias de justiça para crianças para proteger a CAAFAG através de leis e intervenções formais e consuetudinárias que superem os riscos potenciais dos sistemas de justiça		Reforça a implementação e o conhecimento das leis existentes da PC e facilita o alinhamento e as ligações entre os sistemas jurídicos consuetudinários e nacionais e as leis internacionais	Defende e apoia o desenvolvimento de novas leis que criminalizem o recrutamento, o abuso, a negligência, a exploração e a violência contra as crianças
Abogados / paralegales	Identifica o quadro legal, riscos, vulnerabilidades, causas e impacto que afectam as crianças em contacto com a lei		Apoia actores e processos legais e militares amigos das crianças, esquadras de polícia, centros de detenção, centros de reabilitação, sistemas de desvio, etc.	Assegura que as crianças que entram em contacto com o sistema de justiça são tratadas de acordo com as normas internacionais

Posições relacionadas com o programa CAAFAG	Competência	Indicador Nível 1	Indicador Nível 2	Indicador Nível 3
Advogados/ para advogados	Desenvolver estratégias para promover e defender a justiça para as crianças	Comunica com CAAFAG de forma apropriada à idade em todas as fases de qualquer processo judicial	Reforça a colaboração entre os sistemas de justiça e de assistência social, cartografando os serviços e estabelecendo sistemas conjuntos de encaminhamento	Defensores do tratamento adequado dos casos CAAFAG durante os processos institucionais e a cobertura mediática
Gestor de recuperação económica	Integração da PC e dos meios de subsistência	Identifica as orientações, princípios e normas relevantes que informam a colaboração, programação e avaliação da CP-Meios de Subsistência	Realiza e promove formação conjunta CPHA-Meios de vida, resposta, avaliação, planeamento, prevenção, preparação e actividades de recuperação	Assegura que as preocupações da PC sejam incluídas na avaliação, concepção, monitorização e avaliação dos programas de subsistência
		Partilha os resultados das avaliações da PC e as suas implicações para a subsistência com as comunidades e os actores relevantes	Estabelece sistemas de encaminhamento e monitorização para que o pessoal dos meios de subsistência possa monitorizar eficazmente os riscos da PC e encaminhar as crianças com necessidades de protecção	Assegura que a segurança e dignidade de uma população afectada seja incluída como subobjectivo das intervenções de subsistência
Agentes de recuperação económica		Envolve as crianças na identificação e exploração das suas competências, necessidades e riscos para proporcionar actividades de subsistência adequadas	Identificar e promover actividades de subsistência individuais e de grupo que contribuam para a sustentabilidade dos resultados da recuperação económica	Assegura que as actividades de grupo proporcionam uma sensação de normalidade e são realizadas de forma sensível ao género e se baseiam em directrizes inter-agências relevantes

D. Orçamento

O financiamento para evitar o recrutamento e a utilização de rapazes e raparigas terá de se situar claramente em todo onexo humanitário e de desenvolvimento.²⁹¹

Com base nas intervenções seleccionadas, necessidades de pessoal, e planeamento de actividades e trabalhos, delinear o orçamento. O financiamento necessário para gerir um programa CAAFAG variará significativamente de um país para outro, dependendo da situação de segurança, da disponibilidade de recursos humanos e materiais a nível local e do afastamento, distribuição e acesso aos locais de campo.

Questões-chave a considerar

- Como irão as expectativas da comunidade e as normas locais influenciar a elaboração do orçamento?
- Como é que a segurança, o afastamento e a disseminação dos locais de campo influenciarão os movimentos, o recrutamento de pessoal, a monitorização, a aquisição e a entrega de materiais?
- Quantas crianças, famílias, membros da comunidade, agentes armados e governamentais esperam alcançar?
- Qual é a duração prevista do programa?

O quadro abaixo fornece um exemplo de orçamento com rubricas orçamentais a considerar. Adaptar o orçamento ao contexto, às actividades seleccionadas e incluir os custos.

Item de linha de despesas	Quantidade	Custo unitário	Total
Equipa de gestão			
Protecção da criança/CAAFAG gestor de projecto			
Oficial/gestor de M&E			
Assistente de M&E			
Assistente administrativo			
Equipamento			
Computadores			
Impressora			
Telemóveis			
Comunicação			
Dados móveis/tempo aéreo			
PREVENÇÃO			
Staffing			
Oficial de envolvimento juvenil / construção da paz			
Facilitadores do envolvimento juvenil / construção da paz			
Responsável de competências parentais			
Facilitadores de competências parentais			
Mobilizadores comunitários			
Programa			

291 Grupo Director dos Princípios de Paris (2022)

Item de linha de despesas	Quantidade	Custo unitário	Total
Formação de pessoal			
Sensibilização e mobilização da comunidade			
Encontro de jovens e actividades			
Fornecimento de competências parentais			
Fornecimentos do projecto			
Aluguer de veículos e combustível			
LIBERAR			
Staffing			
Responsável pelo programa de libertação			
Mobilizadores comunitários			
Programa			
Formação de pessoal			
Formação de grupos/forças governamentais e armadas			
Estabelecimento de um SOP de lançamento			
Transferência de crianças libertadas para cuidados provisórios			
Fornecimentos do projecto			
Aluguer de veículos e combustível			
REINTEGRAÇÃO			
Staffing			
Saúde e MHPSS			
Oficial de saúde			
Oficial MHPSS			
Consultores/facilitadores MHPSS			
Consultores/facilitadores (externos) MHPSS supervisão			
Educação			
Funcionários da educação			
Facilitadores da educação não formal / competências para a vida			
Segurança e cuidados			
Responsável pela gestão de casos/ supervisor			
Caseworkers			
Responsável pela base de dados			
Assistente de base de dados			
Rastreador			
Oficial de cuidados alternativos			
Gestor provisório do centro de cuidados			
Caseworkers			
Facilitadores de actividades			
Cozinheiros/limpadores			
Guardas de segurança			
Acesso à justiça			

Item de linha de despesas	Quantidade	Custo unitário	Total
Advogados/para advogados			
Responsável jurídico da advocacia			
Recuperação económica			
Gestor de recuperação económica			
Agentes de recuperação económica			
Pertença social			
Responsável de competências parentais			
Facilitadores de competências parentais			
Mobilizadores comunitários			
Programa			
Saúde e MHPSS			
Cuidados médicos			
Formação de pessoal MHPSS			
MHPSS material de sessão de aconselhamento e aluguer de local			
Educação			
Apoio às escolas através de equipamento, remodelação de escolas, material escolar, materiais didácticos, etc.			
Apoio individual a crianças vulneráveis, incluindo transferência de dinheiro para propinas escolares, bolsas de estudo			
Formação de professores, directores de escolas, comités de gestão escolar, associações de pais e professores			
Sessões de educação não formal			
Segurança e cuidados			
Material e equipamento de gestão de casos			
Formação de pessoal			
Kit de cuidados alternativos			
Formação de famílias de acolhimento			
Apoio às famílias de acolhimento			
Provisórios (ICC)			
ICC aluguer e utilidades			
Acesso à justiça			
Acesso a material de justiça			
Honorários legais			
Formação de pessoal			
Formação de actores da justiça			
Advocacia para a implementação da CDC			
Recuperação económica			
Fornecimentos de recuperação económica			
Formação de pessoal			

Item de linha de despesas	Quantidade	Custo unitário	Total
Avaliação do mercado			
Apoio aos meios de vida individuais			
Literacia financeira e competências empresariais			
Formação vocacional/empresarial/empregabilidade			
Colocação de emprego			
Sessões de competências para a vida			
Mentoria de empresários/mulheres			
Clubes de empreendedorismo/poupança			
Dinheiro para trabalho/vouchers em dinheiro			
Pertença social			
Formação de pessoal			
Fornecimento de competências parentais			
Actividades de mobilização comunitária			
Projectos comunitários			
TOTAL			

Lectura complementaria:

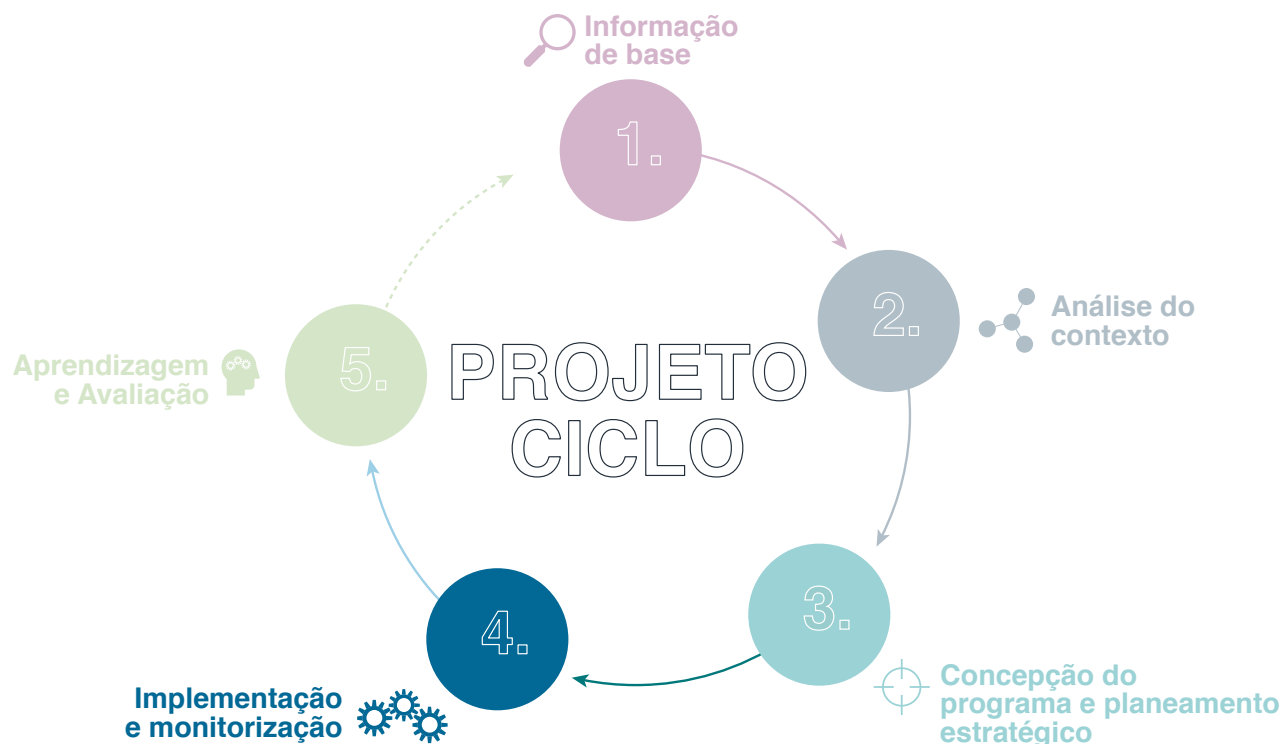
- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Paris Principles Operational Handbook Chapter 7 - Funding

4. IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO



CAAFAG

Kit de ferramentas de desenvolvimento de programas Diretrizes



1.

- A. Quadro legal
- B. Crianças afectadas pelo recrutamento

2.

- A. Questões de investigação e âmbito
 - B. Selecção da metodologia
 - C. Linha do tempo
 - D. Recursos humanos
 - E. Orçamento
- A. Plano de recolha de dados
 - B. Plano de trabalho
 - C. Contextualizando as ferramentas
 - D. Estabelecimento de um caminho de encaminhamento
 - E. Formação de colectores de dados
- A. Recolha de dados
 - B. Codificação de dados
 - C. Análise de dados

3.

- A. Concepção do programa
- B. Monitorização
- C. Recursos Humanos
- D. Orçamento

Implementação e monitorização

- A. Protecção da criança**
 - Política de protecção da criança
 - Caminho de encaminhamento
 - Formação de todo o pessoal
 - Sensibilização das crianças e da comunidade
- B. Protecção de dados**
- C. Monitorização**
 - Desagregação de dados
 - Monitorização do programa
 - Feedback amigo das crianças mecanismos
- D. Human Resources**
 - Recrutamento
 - Aprendizagem e desenvolvimento
 - Supervisão
 - Cuidados e segurança do pessoal
- E. Coordenação**
 - Coordenação entre os actores da Protecção da Criança
 - Coordenação com a ONU, governo e outras organizações
 - Coordenação com outros sectores

5.

- A. Gerar e Documentar a Aprendizagem
- B. Avaliação

A fase de implementação e monitorização visa implementar um projecto para o CAAFAG e realizar uma monitorização regular, tendo em consideração as perspectivas das crianças. Inclui 1) Protecção da criança, 2) Protecção de dados, 3) Monitorização, 4) Recursos humanos e 5) Secções de coordenação.

A. Protecção da criança²⁹²

O que é a protecção da criança?

A protecção da criança é o que todas as organizações que trabalham com ou para crianças precisam de colocar no centro de tudo o que fazem, todos os dias. Precisam de garantir que o seu pessoal, operações e programas não fazem mal às crianças, assegurando que nenhuma criança seja exposta a abusos, e que quaisquer preocupações sobre a segurança das crianças sejam comunicadas às autoridades competentes.

A prevenção do abuso infantil nas organizações requer mais do que políticas e procedimentos, requer liderança, responsabilidade e mudança cultural. Significa ouvir as crianças e transformar toda a missão da sua organização para colocar os seus direitos, dignidade e segurança no centro de cada decisão.²⁹³

Durante os conflitos, a violência contra as crianças aumenta. Os serviços e os sistemas de protecção tradicionais podem quebrar-se. Os desequilíbrios de poder aumentam frequentemente, levando a riscos ampliados de abuso sexual, exploração e outras formas de danos. O controlo dos recursos, serviços e oportunidades, que os trabalhadores das ONG têm frequentemente, é uma forma de poder que pode ser utilizada para abusar ou explorar crianças e as suas famílias.

A maioria dos trabalhadores humanitários actua com compaixão e profissionalismo; contudo, alguns falharão no seu dever de cuidado enquanto outros deliberadamente procurar, criar ou explorar oportunidades de abuso de crianças e adultos.

Os CAAFAG em particular estão expostos a riscos de abuso devido à sua experiência de violência. As raparigas e os rapazes podem apresentar comportamentos agressivos que podem não ser entendidos como um sinal de angústia e que podem ser difíceis de lidar. As experiências de abuso sexual, falta de auto-estima ou isolamento podem também aumentar a sua vulnerabilidade ao abuso.

Todas as organizações que implementam programas com crianças, incluindo CAAFAG, deve estabelecer uma política de protecção da criança e medidas para prevenir, documentar e responder ao abuso de crianças pelo seu pessoal. Isto é essencial para proteger as crianças que são afectadas por conflitos contra novos danos.

Política de protecção da criança

Deve ter a sua própria política que declare compromissos e responsabilidades na protecção das crianças contra danos, procedimentos de denúncia, consequências da violação da política e responsabilidade pela implementação, cumprimento e medição.

Aqui está um exemplo de uma [política de Salvaguarda da Criança](#) da Save the Children Suécia, caso não a tenha.

Caminho de encaminhamento

Uma via de encaminhamento é um documento que destaca o processo pelo qual as crianças são encaminhadas para prestadores de serviços e estruturas a nível comunitário com base em tipos específicos de ameaças, violações e vulnerabilidades de protecção infantil.

É necessário um caminho de encaminhamento para vários fins, incluindo para encaminhar crianças expostas a violência e abuso identificados através de feedback e mecanismo de monitorização, como parte da política de protecção da criança. Se a sua organização tiver um sistema de gestão de casos em vigor, as crianças serão encaminhadas para os assistentes sociais que já têm um caminho de encaminhamento em vigor. Caso contrário, deverá encaminhar a criança para outra agência que assegure a gestão de casos.

1. O primeiro passo para desenvolver um caminho de referência é mapear os serviços em cada local, a fim de desenvolver um directório de recursos/mapeamento de serviços. Os 3-4 W (Quem, O quê, Onde, Quando) normalmente desenvolvidos por cada agrupamento serão úteis para começar, mas deverá completá-lo com serviços governamentais, comunitários e privados.
2. O segundo passo é contactar cada fornecedor de serviços para conhecer os seus grupos-alvo (idade, sexo, etc.), o horário de trabalho, o custo, os detalhes de contacto de um ponto focal, e se eles podem absorver uma carga adicional de casos. Também é necessário avaliar a qualidade dos serviços com base em padrões de referência de qualidade.
3. O terceiro passo é o desenvolvimento de uma via de encaminhamento baseada nas várias necessidades de protecção que possam resultar da sua associação com as forças armadas e grupos armados, ou qualquer outra preocupação de protecção e baseada no directório de recursos/cartografia de serviços.

292 Adaptado de Save the Children (2019) Safeguarding in Emergencies Toolkit

293 Manter as crianças seguras <https://www.keepingchildrensafe.global/introduction/>

Pode utilizar o [Fundo para a Infância 2015. Reforço das Vias de Referência de Protecção da Criança Baseadas na Comunidade : Um manual de recursos e a Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária. 2019 Inter agency Child Protection Case Management SOP for Template para](#) orientar o desenvolvimento da sua via de encaminhamento.

Ferramentas:

- Amostra de cartografia de serviços/directório de recursos
- Amostra do caminho de encaminhamento

Formação de todo o pessoal

Deve formar todo o seu pessoal na protecção da criança, incluindo o código de conduta com o “dos e não” e mecanismos internos de informação a um ponto focal designado para a Protecção da Criança dentro da organização ou através de uma linha directa. A formação deve incluir discussões de grupos particularmente vulneráveis, tais como o CAAFAG. É necessário organizar sessões anuais de actualização para todo o pessoal após a sua primeira formação. O pessoal deve também receber formação sobre protecção contra exploração e abuso sexual.

Pode usar a formação da sua agência se tiver uma ou usar [Manter as crianças seguras Compreender a segurança da criança: um guia para facilitadores](#)

Sensibilização das crianças e da comunidade

Uma vez que o sistema de feedback e relatórios esteja instalado e o pessoal tenha recebido formação, o passo seguinte é informar a comunidade. Deve haver discussões com todos os grupos sobre a política de protecção da criança e o seu funcionamento. É também importante responder às questões que possam ter, ouvir as suas preocupações, identificar barreiras potenciais e os seus conhecimentos para ajustar o sistema, se necessário.

A protecção da criança inclui também a criação de um mecanismo de feedback e de apresentação de relatórios. Os mecanismos de feedback e de apresentação de relatórios são sistemas que permitem às crianças e aos adultos beneficiários de um programa comunicar o seu feedback aos programas que frequentam e a quaisquer preocupações que possam ter. Esta abordagem visa reduzir o risco de danos, particularmente para as crianças, melhorar a qualidade do programa, melhorar o relacionamento e a aceitação pelas comunidades.

[\(Ver Monitorização - Mecanismo de feedback amigável para crianças na 143\)](#)

Leitura complementar:

- [Save the Children \(2019\) Safeguarding in Emergencies Toolkit](#)
- Manter a segurança das crianças [Desenvolver uma política e procedimentos de protecção da criança](#)

B. Protecção de dados

A protecção de dados é um aspecto fundamental da protecção da criança. O CAAFAG é uma preocupação de protecção sensível na maioria dos países e, como resultado, os dados sobre o CAAFAG são altamente sensíveis e devem ser protegidos. As informações que se recolhem através da gestão de casos, incluindo detalhes relacionados com o recrutamento de grupos armados, actos de violência, etc., e se não forem bem geridas, podem expor as crianças a riscos graves. Grupos e forças armadas e actores políticos podem procurar activamente aceder a informações confidenciais sobre a antiga CAAFAG. Qualquer violação da confidencialidade dos dados pode conduzir a riscos tais como prisão de crianças, assassinato, represálias, recusa de acesso a serviços ou exclusão da comunidade, bem como riscos para o seu pessoal.

Os riscos de protecção de dados devem ser identificados e abordados no início da implementação do projecto, antes da recolha de dados e durante toda a implementação. A situação de segurança deteriora-se durante a implementação do programa, o que pode exigir a actualização da avaliação.

Eis algumas medidas para assegurar a protecção dos dados CAAFAG²⁹⁴:

- Realizar uma Avaliação do Impacto da Protecção de Dados (DPIA) para avaliar o risco e identificar medidas de atenuação do risco.
- Desenvolver protocolos claros de protecção de dados e de partilha de informações em resposta aos riscos específicos e incluir medidas de mitigação identificadas durante a avaliação. Os dados pessoais das crianças e a partilha de dados devem ser documentados e geridos utilizando sistemas, protocolos e instrumentos seguros e adequados. Os protocolos de protecção e partilha de dados devem ser revistos regularmente com base na situação de segurança.

- Formar todo o pessoal envolvido no processamento de dados CAAFAG (incluindo gestão de informação e pessoal MEAL) sobre confidencialidade, protecção de dados e protocolos de partilha de informação. Pode utilizar a [Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária Gestão de informação para gestão de casos em série online](#).
- As organizações que recolhem dados devem assegurar a confidencialidade e o controlo do acesso à informação identificável, com base na necessidade de saber e minimização de dados princípio.
- Utilizar um sistema seguro de gestão de informação para gerir a informação de gestão de casos. Recomenda-se a utilização de software seguro como o [Primerio](#) para gerir os dados de gestão de casos.
- Se implementar serviços de gestão de casos, utilizar formulários harmonizados de gestão de casos, a fim de recolher um mínimo de dados padronizados para todos os casos e de transferir facilmente os casos de uma organização para outra, se necessário.
- Os dados relacionados com o estatuto de CAAFAG deveriam, idealmente, ser recolhidos por trabalhadores de casos treinados. Quando uma criança recebe serviços complementares tais como Educação, MHPSS, e Meios de Subsistência, a documentação não deve identificar o estatuto de CAAFAG, a menos que estejam em vigor protocolos rigorosos de protecção de dados e partilha de informação.

Leitura complementar:

- [CICV. Manual sobre protecção de dados em acção humanitária](#)
- [A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária \(2019\) Protecção da Criança Padrão Mínimo 5. Gestão da informação](#)
- [UNICEF \(2015\) Princípios de boas práticas sobre Manuseamento e Gestão da Informação em Sistemas de Gestão da Informação para a Protecção da Criança](#)

Ferramentas:

- Exemplo de dados protecção protocolo e protocolo de partilha de informação
- CPIMS+ Fase 1: Avaliação e preparação - Avaliação do impacto da protecção de dados

C. Monitorização

A monitorização é uma função contínua que utiliza a recolha sistemática de dados sobre indicadores específicos para fornecer à gestão e aos principais interessados de uma intervenção humanitária em curso indicações sobre a extensão do progresso, a realização dos objectivos e os progressos na utilização dos fundos atribuídos.²⁹⁵

O acompanhamento regular das intervenções do programa é sempre importante para o efeito:

- Saber se a intervenção atinge os resultados pretendidos para rapazes e raparigas
- Identificar as consequências involuntárias das intervenções relativas às crianças
- Recolher feedback sobre os métodos de entrega das intervenções
- Verificar se a intervenção está a atingir o grupo de crianças inicialmente visado ou se certos grupos estão sub-representados ou sobre-representados.

Esta informação permitirá ao seu pessoal do programa ajustar os modelos de entrega do programa ao longo do projecto, se necessário.

Desagregação de dados

Todos os dados recolhidos durante a fase de monitorização devem ser desagregados por sexo e por idade.

Pode usar a seguinte idade e sexo grupos:

- Meninas 0-5
- Meninos 0-5
- Meninas 6-11
- Rapazes 6-11
- Meninas 12-17
- Rapazes 12-17
- Mulheres (acima de 18)
- Homens (acima de 18)

294 Adaptado do Padrão Mínimo de Protecção da Criança em Acção Humanitária Padrão 18 Gestão de Casos

295 OECD/DAC (2012)

296 Adaptado de Plan International 2018 Mecanismos de feedback favoráveis às crianças Guia e kit de ferramentas

Monitorização do programa

O controlo regular das actividades é necessário para garantir a qualidade das actividades. A monitorização pode ser conduzida pela sua equipa MEAL, supervisores ou pessoal do programa. Uma monitorização eficaz do programa, embora gerida pelo ponto focal MEAL, requer o envolvimento de todo o seu pessoal envolvido na implementação. As actividades do seu programa devem ser monitorizadas regularmente para fornecer feedback aos implementadores e encorajá-los a fazer melhorias na execução do projecto, se necessário.

Aqui estão exemplos de actividades que podem ser monitorizadas:

- Sessões de competências para a vida dos jovens através de observações das sessões e feedback fornecido aos facilitadores pelos seus supervisores.
- Apoio à criação de pequenas empresas através de visitas regulares a crianças para controlar a forma como estas gerem a sua actividade geradora de rendimentos e como mantêm registos financeiros.
- Registo das crianças na escola através da monitorização da folha de frequência escolar e das notas, discussão com o professor e o director da escola para verificar a integração social das crianças.
- Gestão de casos através de visitas regulares à sua família ou nos seus cuidados alternativos.

A monitorização regular é particularmente importante para o CAAFAG e durante um longo período de tempo (pelo menos um ano), para os encorajar ao longo de todo o processo de reintegração, que é frequentemente dificultado pelo estigma e rejeição da família e da comunidade. Esta abordagem também atenuará os riscos de recrutar novamente os membros da família.

Deve medir os indicadores ao longo da implementação do projecto, em vez de apenas no final do projecto, a fim de corrigir a implementação do programa para alcançar os objectivos e resultados do seu projecto. Deverá medir os indicadores em pontos específicos, tais como a linha de base, a médio prazo se o projecto for suficientemente longo, e a linha final. O projecto deve ser acompanhado ao longo do tempo para se certificar de que as actividades estão no bom caminho e para garantir que não há consequências negativas involuntárias.

Feedback amigo das crianças mecanismos²⁹⁶

Mecanismos de feedback amigos das crianças são uma componente chave da programação de qualidade. Um mecanismo de feedback permite captar e comunicar o ponto de vista de crianças, jovens, membros da comunidade e outros parceiros sobre o trabalho da organização, a fim de o melhorar, incluindo a comunicação de queixas.

Feedback é o termo geral utilizado para qualquer ponto de vista ou reacção a um produto, serviço ou desempenho. Isto pode ser tanto positivo como negativo. O feedback pode também incluir uma sugestão de mudança ou melhoramento. Uma queixa é um tipo de feedback que fornece uma reacção ou ponto de vista negativo.

A informação recolhida irá ajudá-lo a si e ao seu pessoal a ajustar as actividades dos seus programas às necessidades das crianças. Por exemplo, acomodar vários horários e duração de actividades para permitir a participação de rapazes e raparigas, melhorar o espaço para garantir que todas as crianças se sintam seguras para participar nas actividades, adaptar o conteúdo à cultura e normas locais, etc.

Os mecanismos de feedback dão às crianças uma oportunidade de partilhar a sua perspectiva sobre os serviços que recebem e como melhorá-los para responder às suas necessidades. Oferecem também a oportunidade de comunicar queixas e preocupações, incluindo exploração e abuso sexual que possam ser perpetrados pelo pessoal ou por outras crianças ou membros da comunidade.

Os mecanismos de feedback devem ser amigos das crianças. A experiência mostra que quando não são intencionalmente concebidos com e para crianças e jovens, muitas vezes não são utilizados por eles.

Aqui está um exemplo de um ciclo de feedback:

1. *Ouvir as crianças, os jovens e as comunidades* para recolher o seu feedback.
2. *Categorizando o feedback* como expressão de gratidão, sugestão de melhoria, pedido de informação, pedido de assistência, insatisfação com o serviço prestado, questões urgentes. As questões urgentes incluem uma violação da política de protecção da criança, uma violação do código de conduta, incluindo a exploração e abuso sexual e uma questão de segurança.

3. *Responder a feedback e queixas.* O feedback categorizado como questões urgentes deve ser imediatamente partilhado com o ponto focal e a gestão de protecção da criança. As outras categorias são partilhadas com a equipa relevante para rever e abordar todas as reacções e preocupações.
4. *Fechar o ciclo de feedback* inclui informar as crianças, jovens e comunidades sobre o que a organização fez e perguntar-lhes se estão satisfeitos com as acções tomadas.



Os canais de denúncia amigos das crianças podem incluir:

- **Reuniões presenciais:** as crianças podem fornecer feedback durante as discussões de grupo, reuniões de grupo ou de comunidade mais ampla.
- **Pares:** as crianças mais velhas preferem frequentemente recolher feedback entre si e reportar colectivamente ou através de um representante do grupo.
- **Ponto focal de feedback/guarda de ONG:** A salvaguarda e outras preocupações sensíveis são mais frequentemente comunicadas a um membro de confiança do pessoal de uma ONG que actua como ponto focal de salvaguarda.
- **Escrita:** Individualmente ou em grupo, as crianças e os jovens escrevem o seu feedback ou sugestões sob a forma de uma nota, carta ou proposta escrita. As caixas de sugestões só são geralmente eficazes em contextos com elevados níveis de alfabetização, em que o fornecimento de feedback escrito directo é uma prática comum.
- **Linha telefónica de ajuda, SMS, Email e Internet:** As linhas telefónicas directas, SMS, correio electrónico e plataformas em linha são cada vez mais utilizadas por adolescentes mais velhos e jovens com conectividade móvel para receber informação, comunicar incidentes, e fornecer feedback ou apresentar queixas.

Leitura complementar:

- [Plan International 2018 Mecanismos de feedback favoráveis às crianças Guia e kit de ferramentas](#)

D. Recursos humanos

Na Protecção da Criança, os Recursos Humanos são a pedra angular dos programas de qualidade. O recrutamento de pessoal qualificado, o reforço das suas capacidades, a supervisão e a garantia da sua segurança e cuidados são fundamentais para alcançar resultados positivos para a CAAFAG.

Recrutamento²⁹⁷

Em contextos de conflitos em curso, é muitas vezes difícil recrutar pessoal qualificado com a formação exigida e a experiência relevante. Com base no seu contexto, poderá ter de se comprometer com alguns critérios. Contudo, para alcançar os resultados que procuramos para as crianças, é essencial que todo o pessoal seja alfabetizado e demonstre capacidade para trabalhar com crianças.

O pessoal e os voluntários em contacto com o CAAFAG devem falar a língua das crianças e estar conscientes das sensibilidades e normas culturais, religiosas e baseadas na identidade. Os gestores e os funcionários devem falar a língua de trabalho da agência. Ter consciência das diferenças étnicas e intergrupais, e procurar um equilíbrio adequado entre as pessoas da comunidade de refugiados ou deslocados internos (PDI) e da comunidade de acolhimento, quando as equipas de trabalho forem relevantes.

O pessoal do programa CAAFAG deve visar um número igual de homens e mulheres. Pode ser mais difícil recrutar pessoal feminino em alguns contextos. Avaliar como se pode ser mais flexível nos critérios de recrutamento para assegurar o equilíbrio de género e dar às mulheres oportunidades de acesso a formação formal e em exercício para aprender e construir as suas carreiras.

Para além das exigências das autoridades locais e do processo habitual de recrutamento da sua organização, considere o seguinte ao recrutar pessoal:

- Desenvolver uma descrição de funções utilizando o Quadro de Competências: elaboração de uma descrição de funções

²⁹⁷ Adaptado do Comité Internacional de Salvamento (2016) Guia do gestor do SHLS

²⁹⁸ Esta secção é adaptada da Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2018) Pacote de formação em supervisão de gestão de casos e coaching

- Anunciar as posições em várias redes online, jornais e quadros informativos em locais estratégicos. Considere Universidades, meios de comunicação social, incluindo grupos profissionais específicos do sector relevantes para as posições que procura, bem como redes de base comunitária.
 - Seleccionar os candidatos com base no seu CV e convidá-los a fazer uma prova escrita anónima. Esta abordagem ajudá-lo-á a fazer uma pré-selecção dos melhores candidatos para a entrevista mais rapidamente, especialmente quando tiver muitos cargos para recrutar. Realizar um teste escrito para avaliar as capacidades de escrita e os conhecimentos básicos para posições de liderança, tais como a posição de gestor, bem como as posições de oficial. O teste escrito pode incluir, com base no cargo, perguntas sobre os seus conhecimentos em matéria de protecção infantil, as necessidades específicas do CAAFAG e alguns estudos de caso sobre a forma como responderiam a uma situação particular.
 - Considerar a realização de um exercício prático com crianças para posições que estejam em contacto com crianças, tais como facilitadores recreativos.
 - Elaborar uma lista de candidatos com base nos resultados de testes escritos e realizar uma verificação de referência através de antigos empregadores e partes interessadas da comunidade para determinar a fiabilidade de um candidato, e recolher mais informações sobre os seus antecedentes e carácter dentro da comunidade. É fundamental que haja um acordo comunitário relativamente ao pessoal contratado, particularmente para os mobilizadores comunitários. O feedback e as informações provenientes desta verificação de referência devem ser considerados no processo de selecção final, mas não devem ser o factor determinante final.
 - Conduzir a entrevista com candidatos seleccionados, utilizando um questionário de entrevista centrado na perícia técnica. Pode encontrar exemplos do questionário de entrevista no Quadro de Competências da CHPA e no Planeamento de Entrevistas. (2.Exemplo de perguntas e avaliações de entrevistas combinadas)
- e outros serviços de apoio social que possam já existir na comunidade. Sempre que possível, evite contratar candidatos que já estejam a apoiar outros serviços sociais.
- De preferência, os candidatos devem estar familiarizados com questões básicas de protecção infantil, ser capazes de identificar riscos para as crianças e compreender como comunicar com as crianças. Devem também ser capazes de utilizar práticas de facilitação centradas na criança para posições em contacto com crianças e jovens. Se não tiverem esta experiência prévia relevante, assegurar que os candidatos demonstrem um forte interesse e capacidade para adquirir estes conhecimentos e capacidades.
 - Assegurar que os candidatos compreendem e apoiam o conceito de participação infantil e de protecção da criança.
 - Dar prioridade ao recrutamento local de pessoal, ter em consideração a dinâmica dos grupos étnicos na implementação do projecto em cada comunidade, e explorar oportunidades de recrutamento de jovens mais velhos, incluindo o antigo CAAFAG.

Leitura complementar:

- Grupo de Trabalho Aprendizagem e Desenvolvimento - 2021 CPHA Competency Framework
 - Planeamento de Entrevistas
 - Redacção da descrição das funções

Supervisão²⁹⁸

A supervisão é a relação entre um supervisor e um empregado ou voluntário. É entendida como colaborativa e complementar, e não hierárquica. A boa supervisão é caracterizada pelos métodos e atitudes de coaching. Serve o pessoal do projecto e relaciona-se com as crianças que servimos, particularmente para o pessoal em contacto directo com crianças, tais como funcionários de casos, facilitadores de centros de cuidados interinos, aqueles que realizam actividades de construção de paz/educação/vivência com crianças e jovens.

A supervisão é fundamental para uma programação de qualidade. O pessoal que se sente apoiado, encorajado e a quem são dadas oportunidades de aprender e desenvolver terá mais probabilidades de ter um melhor desempenho, promoverá a retenção de pessoal e conduzirá a uma melhor protecção das crianças.

Factores chave a considerar na tomada de decisões finais sobre o recrutamento de pessoal

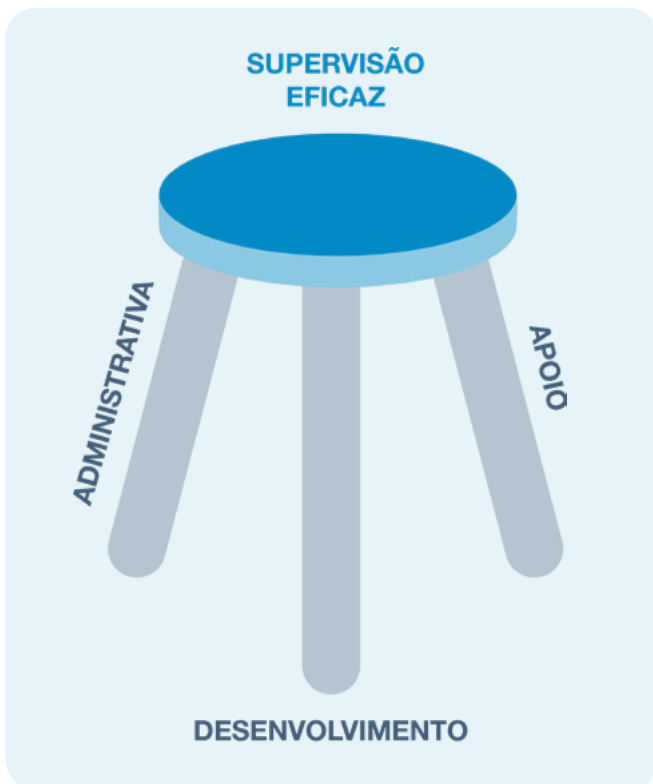
- Considerar a experiência anterior dos candidatos no trabalho com crianças. É importante equilibrar o processo de recrutamento e a necessidade de encontrar indivíduos qualificados com o risco de retirar esse pessoal altamente qualificado das escolas

Existem 3 funções de supervisão, administrativa e de responsabilização, educacional e de desenvolvimento, e de apoio.

A função administrativa e de responsabilização visa apoiar a prática competente e responsável. Centra-se no recrutamento e orientação, processo de gestão de desempenho, planeamento, atribuição e supervisão da qualidade do trabalho, coordenação com outros actores e reforço das normas de segurança e ética, particularmente para o pessoal que trabalha com crianças.

A função educacional e de desenvolvimento profissional visa assegurar que o pessoal está continuamente a actualizar os seus conhecimentos e competências. Está relacionada com a avaliação e reforço de competências e valores fundamentais, desenvolvendo planos pessoais de aprendizagem, promovendo práticas reflexivas, pensamento crítico e tomada de decisões. Inclui também o reforço dos princípios orientadores.

Cada pessoal que trabalha na protecção de crianças, incluindo o pessoal que implementa programas para a CAAFAG, deve empregar e ser um modelo de valores fundamentais, conhecidos como Valores Fundamentais. Incluem Empatia, Integridade, Diversidade e Inclusão e Responsabilização com um conjunto de indicadores. Os supervisores na sua função de educação e desenvolvimento profissional devem avaliar e promover estes valores fundamentais.²⁹⁹

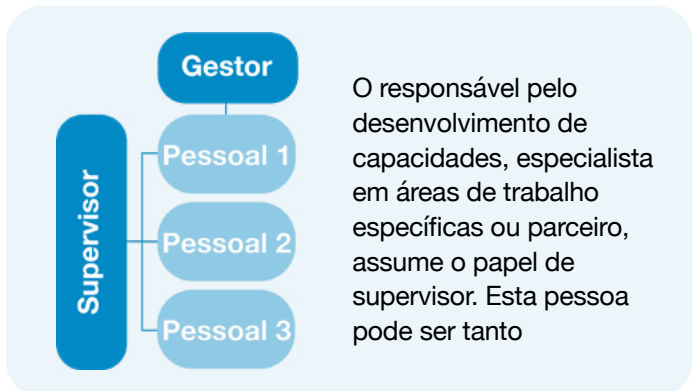
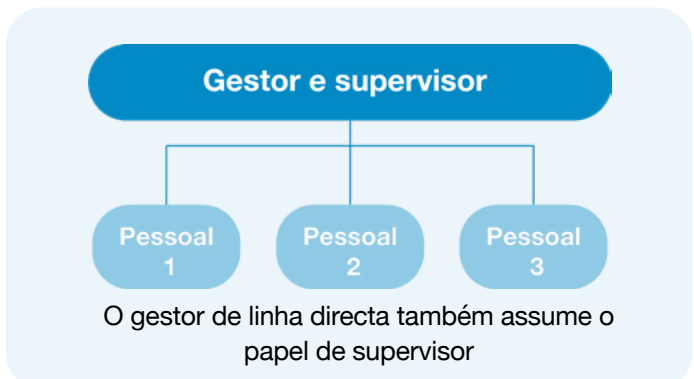


299 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária 2020 - Quadro de Competências

A função de apoio tem como objectivo promover o bem-estar emocional e psicológico do pessoal. Inclui a criação de um espaço seguro de reflexão sobre a sua prática, a promoção do autocuidado, a normalização dos sentimentos, o estabelecimento de fronteiras profissionais e o reconhecimento do seu trabalho.

Não é necessariamente a mesma pessoa que desempenha todas as funções de supervisão. Um supervisor pode ser diferente do gestor de linha, tal como um supervisor técnico ou um consultor externo. Por exemplo, o seu pessoal pode ser gerido directamente pelo gestor de campo para a função administrativa e ser supervisionado por um perito técnico, incluindo o desenvolvimento educacional e profissional e funções de apoio. Por exemplo, se implementar actividades MHPSS, as melhores práticas recomendam que os facilitadores MHPSS sejam supervisionados por um psicólogo profissional que pode ser um consultor externo ou um membro da equipa. Da mesma forma, se implementar a gestão de casos, os assistentes de casos devem receber supervisão de especialistas em gestão de casos, quer internamente, quer de organizações parceiras.

Aqui estão ilustrações de duas estruturas de supervisão.



Leitura complementar

- [Alliance for Child Protection in Humanitarian Action - 2018 Supervisão de gerenciamento de casos e pacote de treinamento de coaching](#)

300 Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2021)

VALOR CORE	INDICADORES
Empatia	Identifica os sentimentos de si e dos outros
	Mostra preocupação pelos outros, respondendo-lhes de acordo com os seus estados e necessidades emocionais e físicos
	Coloca-se no lugar de outra pessoa
	Ouve activamente e com uma mente aberta ao que outro comunica em palavras, tom, linguagem corporal e omissão
	Reconhecer e valorizar as perspectivas e diferenças de outras pessoas
Integridade	Mantém elevados padrões éticos
	Assume posições éticas claras
	Endereçar comportamentos não fidedignos ou desonestos de forma atempada e com respeito
	Toma decisões com base em padrões éticos
	Exerce o poder e a autoridade com humildade e respeito
	Conduz e promove a comunicação transparente da equipa e a programação CAAFAG
	Incorpora princípios, valores e ética na política e na programação CAAFAG
Diversidade e inclusão	Trata todas as pessoas com dignidade e respeito
	Mostra respeito e sensibilidade para com as diferenças de género, culturais e religiosas
	Desafia os preconceitos próprios/outros, preconceitos, preferências, estilos e intolerância
	Encoraja a diversidade e a inclusão
Prestação de contas	Promove a criação de mecanismos de feedback amigáveis para as crianças
	Acolhe, aceita e gere todas as queixas recebidas em tempo útil
	Utiliza fundos e recursos em conformidade com as regras dos doadores e comunica os desvios em tempo útil

Aprendizagem e desenvolvimento

Aprendizagem e desenvolvimento refere-se aos meios pelos quais as aptidões, competências e capacidades são criadas e desenvolvidas. A aprendizagem e desenvolvimento é uma componente central da estratégia de recursos humanos para reter pessoal qualificado e assegurar a máxima motivação e desempenho das equipas de Protecção da Criança.

Em contextos de conflito, a pressão dos doadores, dos quadros superiores e dos beneficiários para iniciar rapidamente as actividades é muitas vezes muito elevada. No entanto, o pessoal e os voluntários que não são devidamente formados antes de interagirem com as crianças podem causar danos não intencionais.

A aprendizagem e desenvolvimento é um processo contínuo no qual os supervisores podem apoiar, estabelecendo objectivos, revendo o desempenho, fornecendo feedback, e aconselhamento contínuo, recursos ou oportunidades para facilitar a aprendizagem. Também apoiam a identificação de lacunas e promovem o desenvolvimento de competências técnicas específicas através do desenvolvimento de planos de acção de aprendizagem. A ferramenta de [avaliação do desempenho](#) do [Practitioner e do gestor](#) do Grupo de Trabalho Aprendizagem e Desenvolvimento pode ser útil para rever o desempenho.

A aprendizagem e o desenvolvimento incluem várias estratégias, tais como a integração da equipa, treino no local de trabalho, formação e outras oportunidades de aprendizagem, tal como detalhado abaixo.

Onboarding

No primeiro dia de trabalho, o gestor de linha e o supervisor (se relevante) partilham toda a informação relevante sobre as expectativas da posição, os objectivos do projecto, as linhas de comunicação e de comunicação. Inclui também a ética e os valores da organização.

Mentoria no local de trabalho

A mentoria é uma relação em que uma pessoa mais experiente (mentor) ajuda a orientar e apoiar uma pessoa menos experiente (mentee). É uma parceria de aprendizagem e desenvolvimento entre alguém com experiência significativa e alguém que quer aprender com eles. A relação de mentoreamento proporciona um espaço de reflexão ao protegé para reflectir sobre uma questão que enfrenta actualmente.³⁰¹ Os gestores/supervisores de linha podem orientar os membros da sua equipa, bem como outro pessoal que tenha mais experiência.

De acordo com um inquérito realizado com profissionais de campo que trabalham em projectos CAAFAG, a maioria da aprendizagem profissional é alcançada através de tutoria no local de trabalho. Este processo permite ao pessoal adquirir e praticar competências para desempenhar o seu trabalho de acordo com as expectativas da organização para esta posição.

Está disponível em Kaya uma [introdução ao](#) curso online de [coaching e mentoring](#) para desenvolver a compreensão dos participantes sobre os benefícios do coaching e do mentoring quando se trabalha num contexto de emergência.

Formação

A formação é uma abordagem específica da aprendizagem e desenvolvimento em que os facilitadores ‘ensinam’ os participantes para que possam alcançar os objectivos de aprendizagem acordados. Este ‘ensino’ é feito utilizando materiais e metodologias preparadas e deve ser sempre baseado em princípios de andragogia e de aprendizagem de adultos (por conseguinte, será diferente dos métodos utilizados para ensinar crianças). Isto é geralmente realizado presencialmente, mas podem ser facilitados remotamente.³⁰² Os membros internos ou externos da sua organização podem conduzir a formação.

Alguma formação deve ser obrigatória para o seu pessoal, particularmente para o pessoal que trabalha directamente com crianças. É altamente recomendável treinar todo o pessoal na seguinte formação antes de interagir com crianças:

- **Protecção da criança:** esta formação apoiará a indução e proporcionará uma introdução à protecção da criança ao novo pessoal ou facilitará um evento de reciclagem com o objectivo de
 - Criar uma compreensão da protecção da criança,
 - Aumentar o conhecimento e a consciência de como reconhecer e responder às preocupações de salvaguarda,
 - Utilizar políticas e procedimentos de protecção da criança, e
 - Clarificar os papéis e responsabilidades individuais e organizacionais.

300 Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2021)

301 Plataforma de Mentoreamento entre Organizações

302 Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2021)

Pode utilizar a formação da sua própria agência se tiver uma ou utilizar [Manter as Crianças em Segurança](#) [Compreender a Protecção da Criança: um guia para facilitadores](#)

- **Primeiros socorros psicológicos para crianças:** esta formação visa desenvolver aptidões e competências que ajudarão o seu pessoal a reduzir o sofrimento inicial das crianças que foram recentemente expostas a um acontecimento traumático. A formação inclui:
 - Ferramentas de comunicação, tranquilização e conforto do pessoal que trabalha directamente com crianças em dificuldades
 - Aconselhamento e orientação para o pessoal que trabalha com os pais e os prestadores de cuidados primários
 - Sugestões de formas de apoio a uma criança em dificuldades

Pode utilizar a formação da sua agência ou a [formação em Primeiros Socorros Psicológicos da Save the Children para Profissionais da Infância](#).

Pode acrescentar outras formações baseadas em competências de acordo com os requisitos do cargo. Por exemplo, os facilitadores de competências de vida devem ser formados no currículo de competências de vida que irão utilizar ou os trabalhadores dos casos devem ser formados em gestão de casos para protecção de crianças.

O quadro seguinte fornece uma lista de pacotes de formação a considerar, para além da formação curricular específica do programa, com base em vários campos de trabalho:

Pode dar formação adicional ao seu pessoal para desenvolver as suas capacidades ao longo do tempo, por exemplo, formação relacionada com as necessidades específicas do CAAFAG.

Métodos de aprendizagem adicionais

O seu pessoal pode desenvolver os seus conhecimentos e competências através de outras oportunidades de aprendizagem, tais como leituras, webinars, seminários, ou aprendizagem entre pares através de grupos de discussão sobre desafios e lições aprendidas.

Pode partilhar documentos-chave com o seu pessoal, tais como os Princípios de Paris, para que se familiarizem com as normas internacionais, bem como documentos de avaliação, avaliação ou investigação.

Pode também encorajar o seu pessoal a assistir a webinars relacionados com a CAAFAG. Os webinars são eventos de aprendizagem ao vivo, em linha, nos quais os participantes podem obter novos conhecimentos e perspectivas. São concisos e convidam os alunos a fazer perguntas.³⁰³ As gravações estão frequentemente disponíveis se perderem a sessão ao vivo.

Campos de trabalho	Formação Sugerida - Webinars
CAAFAG	<ul style="list-style-type: none"> • 2018 CPIE Módulo de E-Learning CAAFAG • Pacote de recursos ARC - Módulo 7 2009 Crianças associadas a forças armadas e grupos armados • Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária - Série de vídeos CPMS 2016 Standard 11: Crianças associadas a forças armadas e grupos armados
Gestão de projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Trabalho Aprendizagem e Desenvolvimento 2017 Concepção e Implementação do seminário web CPIE Estratégias de Aprendizagem e Desenvolvimento • Gestão de projectos de certificação internacional
Gestão de casos	<ul style="list-style-type: none"> • Alliance for Child Protection in Humanitarian Action - 2018 Case management supervision and coaching training package • Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária - 2014 Formação em gestão de casos de protecção da criança para trabalhadores de casos, supervisores e gestores • IRC - Guia de Formação de Cuidados para Crianças Sobreviventes da UNICEF 2015: Guia do utilizador

Campos de trabalho	Formação Sugerida - Webinars
Rastreio	<ul style="list-style-type: none"> • Save the Children - 2017 Um manual de prática: Para o rastreio e reunificação familiar em situações de emergência
Cuidados alternativos	<ul style="list-style-type: none"> • CICV - 2014 Ligações quebradas: Apoio psicossocial a pessoas separadas dos membros da família Guia de campo e formação • Save the Children - 2011 Crianças sem Cuidados Adequados: Manual de formação para a Ásia e o Pacífico • IRC - 2010 Formação de assistentes de cuidados e de acolhimento
MHPSS	<ul style="list-style-type: none"> • IASC - 2009 Global toolkit of Orientation and Training Materials: Utilizado para divulgar as Directrizes MHPSS da IASC • Save the Children - 2018 Desenvolvimento e Bem-estar das Crianças E-learning • ACT Alliance - Manual de Formação de Apoio Psicossocial de Base Comunitária de 2018 • CRS - 2018 Introdução à consciência do trauma e à resiliência: incluindo um workshop suplementar para líderes e uma sessão de apoio ao pessoal
Envolvimento da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • ARC 2009 - Módulo 6 da Fundação: Mobilização da Comunidade • Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária - 2020 Série de aprendizagem em linha de protecção da criança a nível comunitário • Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária - 2020 Reforçar a protecção da criança a nível comunitário na Acção Humanitária: Guia do facilitador do pacote de reforço das capacidades
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • UNICEF - 2009 The Psychosocial Care and Protection of Children in Emergencies: Manual de Formação de Professores

Os webinars relacionados com a Protecção da Criança podem ser encontrados no site da [Aliança para a Protecção da Criança em Acção Humanitária](#) ou especificamente sobre a CAAFAG nos canais da [CAAFAG](#) no YouTube.

Os Workshops são outra abordagem à aprendizagem e desenvolvimento em que um grupo de pessoas se reúne para trabalhar sobre um tema ou questão específica. Normalmente facilitados, os workshops caracterizam-se pelo envolvimento directo do grupo com o tema que é directa e actualmente aplicável ao seu trabalho. Sempre que possível, facilitar o acesso do seu pessoal a workshops para construir os seus conhecimentos e competências.

Lectura complementar:

- [Grupo de Trabalho Aprendizagem e Desenvolvimento - 2021 CPHA Competency Framework Avaliação do desempenho dos praticantes e gestores](#)

Cuidados e segurança do pessoal

Cuidados com o pessoal

Pessoal feliz, seguro e saudável terá um impacto positivo na qualidade do seu programa.

O stress tem várias fontes - pressão para atingir objectivos elevados num curto período de tempo, conflito com a comunidade anfitriã, stress gerado pelo deslocamento, etc. Em muitos casos, o seu pessoal é também directamente afectado pelo conflito ou catástrofe, o que pode aumentar ainda mais o seu stress.

Interagir com CAAFAG que tenham experimentado violência e possam apresentar comportamentos agressivos pode ser muito stressante também para o pessoal.

O stress pode afectar a motivação do seu pessoal e a sua capacidade de gerir as emoções, de ser paciente com as crianças, ou de resolver conflitos. Como resultado, o stress pode ter um impacto negativo na qualidade dos serviços que presta e pode afectar a retenção do seu pessoal.³⁰⁵

303 Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2021)

304 Ibid

305 Adaptado do Comité Internacional de Salvamento (2016) Guia do gestor do SHLS

306 Comité Internacional de Salvamento (2019)

Distinguimos três formas de stress. 1) O stress positivo, que pode encontrar ao fazer um exame, por exemplo. 2) O stress tolerável, que pode enfrentar ao sentir dificuldades, mas que tem os pontos fortes e o apoio para recuperar. 3) O stress tóxico é quando há exposição prolongada ao stress e quando o stress não diminui. O stress pode então ser cumulativo e levar à exaustão. O esgotamento é um esgotamento dos mecanismos normais de gestão do stress.

As estratégias de cuidados e autocuidados do pessoal contribuirão para prevenir o stress tóxico.

O diagrama abaixo ilustra as várias formas de stress³⁰⁶:



Aqui estão algumas dicas que pode implementar com o seu pessoal para reduzir o stress:

- Reconhecer os sinais de stress - Sofrir de stress em circunstâncias altamente stressantes não é pouco profissional. A gestão do stress começa por estar consciente de que o stress pode causar problemas e por ser capaz de reconhecer como estes se manifestam.
- Identificar a fonte do stress - Uma vez identificados os factores causadores de stress, diferenciar os que são inevitáveis dos que podem ser tratados através de acções individuais ou de grupo.
- Implementar estratégias de gestão do stress, tais como:
 - Organizar uma reunião regular 1:1 com o supervisor para discutir como se sente o pessoal na equipa e o seu trabalho. Isto está a dar um espaço seguro a cada funcionário para expressar os seus sentimentos e identificar estratégias para mitigar o stress.
 - Reuniões semanais do pessoal com equipas para lhes dar oportunidades de expressarem as suas preocupações. A escuta activa é fundamental, mesmo que não se tenha uma resposta para cada problema levantado; ouvir activamente as preocupações do pessoal ajuda.
- Elogie a sua equipa quando atinge um alvo ou resolve um problema difícil.
- Incentivar a reflexão pessoal sobre os sinais de stress e promover estratégias de autocuidado, tais como técnicas de relaxamento durante as sessões de interrogatório.
- Promover o “apoio de amigos” que envolve emparelhar membros do pessoal ou a criação de grupos de apoio de pares para se apoiarem uns aos outros, debrief após dias longos e difíceis, e encorajar uns aos outros.
- Organize eventos sociais com a sua equipa para encorajar a criação de laços, diversão e tempo de relaxamento em conjunto.
- Oferecer acesso externo e neutro ao apoio psicológico através de sessões individuais com profissionais

Os cuidados ao pessoal incluem também outras componentes tais como benefícios sociais, cuidados médicos, medidas de mitigação do risco de surto de doenças que terão um impacto no bem-estar do seu pessoal no trabalho. As condições de trabalho também são importantes a considerar. Por exemplo, as mulheres têm em alguns locais, necessidades específicas em termos de espaço de escritório, tais como casas de banho separadas ou salas separadas por género para o pessoal. Podem também ter necessidades específicas em termos de transporte para os locais de campo.

O cuidado do pessoal também engloba a promoção do autocuidado. Pode oferecer oportunidades de formação aos seus empregados para identificar os seus sinais pessoais de stress e estratégias positivas de autocuidado. Isto irá contribuir para a auto-consciencialização e capacitá-los com estratégias positivas para lidar com o seu stress. ([Ver módulo F de formação em gestão de casos - Autocuidado](#))

Segurança

A implementação de projectos para o CAAFAG, particularmente em zonas de conflito activo, pode expor o seu pessoal e voluntários a ameaças à segurança. As ameaças podem vir de membros da comunidade que não apoiam a programação do CAAFAG, das autoridades governamentais ou das forças armadas e grupos armados. A análise de avaliação de risco realizada durante a análise de contexto ajudará a sua organização e equipa a identificar riscos potenciais, determinar o nível de risco e identificar medidas de mitigação.

Deverá ter a sua própria política de segurança e aconselhamento para garantir a segurança do seu pessoal, bem como dos voluntários. O seu pessoal deve ser formado em segurança pessoal pela sua organização. A formação on-line, tal como a [formação UNDSS BSAFE](#), pode ser útil para reforçar a sensibilização do seu pessoal e dos voluntários para a segurança.

Além disso, pode considerar o seguinte estratégias:

- Sem política de branding para manter uma imagem de marca discreta
- Dar prioridade ao recrutamento local de pessoal, ter em consideração a dinâmica dos grupos étnicos na comunidade de implementação do projecto
- Identificar aliados da comunidade que possam defender uma melhor aceitação do seu projecto
- Colaborar com as autoridades locais de apoio que podem ajudar no caso de um incidente de segurança
- Formar o pessoal sobre medidas de segurança e sobre como se proteger
- Fornecer meios de comunicação de emergência tais como um telefone ou rádio por satélite

No caso de um incidente de segurança:

- Debriefe imediatamente após o incidente com a sua equipa sobre o que aconteceu
- Perguntar-lhes como se sentem, reconhecer os seus sentimentos e oferecer apoio psicológico individual e em grupo
- Identificar estratégias com a sua equipa e pontos focais de segurança sobre como mitigar os riscos de incidentes semelhantes no futuro
- Repensar a estratégia de implementação do projecto com pontos focais de segurança em caso de aumento significativo da insegurança nos locais do projecto

Leitura complementar:

- [Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária. 2013 Formação em gestão de casos Módulo F - Cuidados com o pessoal](#)
- [Bem-estar e resiliência para os trabalhadores e gestores da linha de frente da formação em linha - Kaya](#)

E. Coordenação

A coordenação é essencial na implementação de programas com CAAFAG, quer se trate de programas de prevenção, libertação, ou reintegração. Recomenda-se uma resposta coordenada entre os actores de protecção da criança, com o governo e as agências da ONU, bem como entre sectores.

Coordenação entre os actores da Protecção da Criança

A programação do CAAFAG requer um forte mecanismo de coordenação entre os actores da Protecção da Criança devido à sua complexidade, sensibilidade, e ao risco de causar danos.

É frequentemente o papel da Área de Responsabilidade de Protecção da Criança (por vezes referida como subcluster, subsector, ou grupo de trabalho) para coordenar a recolha e análise de dados de recrutamento e utilização activa, tais como a realização de uma análise do contexto. É também o seu papel coordenar o envolvimento dos actores da Protecção da Criança no desenvolvimento e na implementação dos Procedimentos Operacionais Normalizados (PON). O SOP inclui uma via de encaminhamento com actores-chave e os seus papéis e responsabilidades em cada local para intervenções de prevenção, libertação e reintegração. Todos os actores de protecção da criança devem conhecer as responsabilidades de cada actor a fim de, por exemplo, evitar a duplicação do esforço de prevenção nos mesmos locais; assegurar procedimentos de libertação harmonizados e claros; e promover estratégias complementares de reintegração. Por exemplo, as organizações que têm diferentes áreas de especialização podem fornecer serviços complementares à CAAFAG reintegrada no mesmo local.

Coordenação com a ONU, governo e outras organizações

O governo está frequentemente envolvido em programas CAAFAG, particularmente durante o processo de libertação e reintegração. Coordenação com o Ministério do Interior (através das forças armadas), o Ministério da Justiça (se as crianças forem consideradas como perpetradores de actos criminosos), o Ministério dos Assuntos Sociais e Educação, por exemplo, pode ser exigido na identificação, libertação e reintegração de crianças. O seu envolvimento assegura a propriedade nacional que pode faltar quando o governo é excluído da programação do CAAFAG.

A ONU através de missões de manutenção da paz, agências da ONU como a UNICEF e o ACNUR, estão frequentemente envolvidas em intervenções do CAAFAG. A coordenação entre estes actores e com os actores de Protecção da Criança da sociedade civil é essencial para conhecer os papéis e responsabilidades de cada actor e ser capaz de potenciar os recursos disponíveis para apoiar o CAAFAG. Por exemplo, a coordenação dos actores é necessária para contribuir para a documentação das 6 graves violações (Mecanismo de Monitorização e Denúncia), particularmente para o recrutamento e utilização de crianças pelas forças armadas e grupos armados.

A coordenação com organizações como o Comité Internacional da Cruz Vermelha pode ser útil para o rastreio dos membros da família CAAFAG e a reunificação transfronteiriça, bem como para a protecção dos direitos das crianças em detenção.

Coordenação com outros sectores

A coordenação com outros sectores é especificamente relevante para as intervenções de prevenção e reintegração. Os actores da Protecção da Criança raramente têm experiência em todos os sectores que possam ser necessários na programação do CAAFAG.

Os seguintes sectores podem ser envolvidos com base nas necessidades, para prestar serviços à antiga CAAFAG durante o seu processo de reintegração e/ou para melhorar o acesso a serviços em áreas remotas como parte de uma estratégia de prevenção:

- Saúde, incluindo nutrição, saúde reprodutiva e sexual
- Saúde mental e apoio psicossocial, incluindo apoio especializado e não-especializado
- Educação, incluindo a educação formal e informal
- Protecção
- Meios de Vida e Dinheiro
- Justiça
- Construção da paz
- Violência com base no género
- Água e saneamento
- Segurança alimentar
- Abrigo



A coordenação com outros sectores pode ser feita a nível da agência para identificar os serviços disponíveis e os pontos focais a incluir numa via de referência para a gestão de casos de reintegração, por exemplo. Pode também ser conduzida pelo agrupamento para identificar serviços em falta em áreas de recrutamento activo e defender os sectores relevantes. Nesta situação, a área de responsabilidade da Protecção da Criança coordenaria e advogaria a outros agrupamentos relevantes.

Lectura complementaria:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris
Capítulo 4 - Coordenação

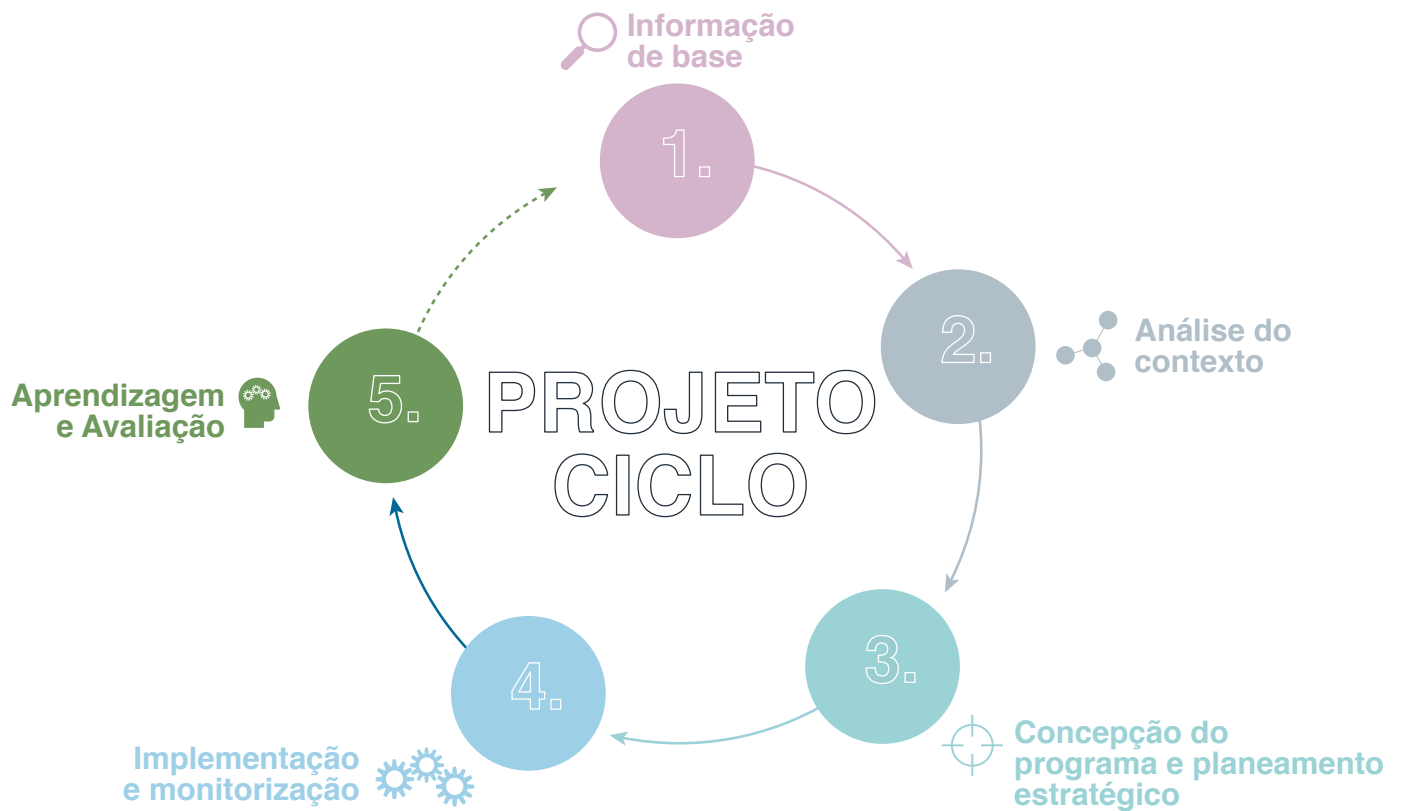


5. APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO



CAAFAG

Kit de ferramentas de desenvolvimento de programas Diretrizes



1.

- A. Quadro legal
- B. Crianças afectadas pelo recrutamento

2.

- A. Questões de investigação e âmbito
- B. Selecção da metodologia
- C. Linha do tempo
- D. Recursos humanos
- E. Orçamento

3.

- A. Concepção do programa
- B. Monitorização
- C. Recursos Humanos
- D. Orçamento

4.

- A. Child Safeguarding
- B. Data Protection
- C. Monitoring
- D. Human Resources
- E. Coordination



Aprendizagem e Avaliação

- A. Gerar e Documentar a Aprendizagem

- B. Avaliação

Aprender e avaliar os nossos programas é um passo fundamental para compreender melhor quais as intervenções que funcionam, quais não funcionam, e quais permanecem por provar. Abrange uma série de actividades, incluindo a geração e documentação da aprendizagem sobre a implementação e avaliação dos programas.

A. Gerar e Documentar a Aprendizagem

Documentar os desafios e as lições aprendidas é fundamental para manter a memória institucional, bem como melhorar os conhecimentos sobre a implementação do programa CAAFAG a nível sectorial. As lições aprendidas podem ser recolhidas ao longo da implementação do projecto através de mecanismos de feedback e relatórios, bem como dos seus processos internos de monitorização, incluindo consultas com o CAAFAG, discussões de grupos focais, etc. As lições aprendidas não são apenas êxitos, mas também desafios e tentativas de os abordar, mesmo que nem sempre bem sucedidos. Pode também incluir a monitorização e documentação de consequências não intencionais, que podem ser tanto positivas como negativas. Encoraja uma abordagem mais adaptativa que valoriza a aprendizagem como um processo contínuo, reflexivo, e accionável para melhorar a implementação do projecto em tempo real.

Estas lições aprendidas podem ser partilhadas durante a reunião da Área de Responsabilidade de Protecção da Criança ou a reunião da task force CAAFAG para reforçar os conhecimentos dos actores da Protecção da Criança e encorajar a aprendizagem entre pares. Isto também pode ser feito através do desenvolvimento de estudos de casos e webinars partilhados com a Aliança para a Protecção da Criança em Acção Humanitária e a Task Force global CAAFAG.

Exemplos de geração e documentação da aprendizagem

CAAFAG e COVID

A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária e o grupo de trabalho CAAFAG documentaram as lições aprendidas dos actores no terreno na implementação dos programas CAAFAG durante o surto da COVID-19. Foi desenvolvido um documento de [mensagens e considerações chave](#) que destaca questões relacionadas com a prevenção e a programação da resposta ao CAAFAG no contexto da

pandemia COVID-19. Além disso, a Task Force CAAFAG organizou uma série de webinars em [inglês](#) e [francês](#) para partilhar as lições aprendidas pelos actores de campo.

Lacunas e necessidades para o sucesso da reintegração do CAAFAG

A Global Coalition for Reintegration of Child Soldiers (Coligação Global para a Reintegração de Crianças-Soldados) realizou pesquisas para documentar as limitações e os desafios à reintegração da CAAFAG. Um [documento de informação](#) publicado em 2020 destaca os obstáculos que impedem uma reintegração bem sucedida. Identificaram que os constrangimentos programáticos resultam da complexidade da reintegração, da sua natureza multi-sectorial, em constante mudança e a longo prazo, e dos desafios políticos e estruturais que impedem a implementação eficaz dos programas. Além disso, a programação da reintegração enfrenta uma crise de financiamento, com o financiamento da reintegração a diminuir entre 2006 e 2016, apesar da proliferação de conflitos armados.³⁰⁷

Protecção da Criança baseada na comunidade - Uma estratégia para proteger raparigas e rapazes afectados pelo conflito: Um estudo de caso da República Centro-Africana

Na República Centro-Africana (RCA), o Plan International utiliza uma estratégia comunitária de protecção infantil para prevenir e responder à violência, abuso, negligência e exploração de raparigas e rapazes. Desenvolveram um [estudo de caso](#) que demonstra o papel dos grupos comunitários de protecção da criança na protecção das crianças afectadas por conflitos na RCA. Documenta as principais lições aprendidas sobre a importância de um acompanhamento e apoio intensivo às estruturas baseadas na comunidade, especialmente na primeira fase do programa. Salienta também a necessidade de prestar apoio técnico e operacional às estruturas governamentais locais e nacionais para apoiar grupos baseados na comunidade e responder a casos identificados.³⁰⁸

Leitura complementar:

- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris
Capítulo 9 - Monitorização, Avaliação, Responsabilização e Aprendizagem do Programa

307 Global Coalition for Reintegration of Child Soldiers (2020)

308 Plano Internacional (2017)

B. Avaliação

São necessárias avaliações bem documentadas e fiáveis para desenvolver uma melhor compreensão das abordagens e práticas mais eficazes para prevenir o recrutamento, facilitar a libertação e promover a reintegração, e em que situações. Devem não só procurar determinar se um programa atingiu os seus objectivos, mas também iluminar a natureza e extensão das mudanças no bem-estar das crianças como resultado das intervenções do programa, e como o programa alcançou essas mudanças.³⁰⁹

Vários tipos de avaliação

Há vários tipos de avaliações relevantes para a programação CAAFAG. Inclui:

- **Avaliação do projecto**, centrando-se na avaliação de uma única intervenção com objectivos específicos.
- **Avaliação do programa**, centrando-se num conjunto de intervenções com objectivos mais amplos.
- **Avaliação sectorial**, centrada em múltiplos programas e intervenções que contribuem para a realização de um objectivo comum.
- **Avaliação de impacto**, centrada nos efeitos mais vastos do programa, incluindo o impacto pretendido e involuntário.

Fou os objectivos deste kit de ferramentas, estamos a considerar uma avaliação do projecto. Informação adicional sobre as outras formas de avaliação pode ser encontrada em [ANALP \(2016\) Evaluation of Humanitarian Action Guide](#).

Avaliação do projecto

Os resultados da avaliação do projecto fornecerão informação valiosa para o desenvolvimento de projectos baseados em provas, em vez de se basearem apenas em crenças pessoais ou em provas anedóticas. A avaliação fornece os meios para melhorar o desempenho do programa e para construir um consenso entre agências sobre práticas eficazes.

As avaliações de qualidade incluem as seguintes acções:

1. Desenvolver perguntas de avaliação claras

As questões devem estar ligadas aos objectivos e resultados do quadro lógico, bem como aos pressupostos relacionados com a prevenção, libertação e resultados da reintegração. As perguntas moldarão a avaliação, a metodologia utilizada e definirão a informação recolhida e os resultados.³¹⁰

Las preguntas pueden ser:

- **Descritivo** centrado nas características do projecto, por exemplo, *como o CAAFAG sai em segurança das forças armadas e dos grupos armados?*
 - **Normativa** centrada nas normas, por exemplo, *em que medida é que os centros de cuidados interinos cumpriram as normas internacionais de cuidados residenciais?*
 - Focalização **causal** nos factores que *impulsionam um melhor apoio, por exemplo, em que medida é que a prestação de serviços educativos impediu o recrutamento e a utilização?*
 - **Orientados para a acção**, por exemplo, *como poderíamos apoiar melhor a aceitação da família CAAFAG?*³¹¹
- As perguntas podem também abordar vários critérios:
- **Relevância** centrada na medida em que as actividades do programa são adaptadas às necessidades do CAAFAG e da sua comunidade, por exemplo, *em que medida é que os programas MHPSS satisfizeram as necessidades do CAAFAG?*
 - **Eficácia** centrada na medida em que uma actividade atinge o seu objectivo, por exemplo, *em que medida é que as iniciativas de construção da paz lideradas pelos jovens contribuíram para impedir o recrutamento e a utilização de raparigos e rapazes?*
 - **Eficiência** centrada nos resultados qualitativos e quantitativos alcançados como resultado dos factores de produção, por exemplo, *qual foi a relação custo-eficácia da intervenção de subsistência na promoção da auto-suficiência financeira?*
 - **Impacto** centrado nos efeitos mais vastos do projecto relacionados com efeitos sociais, económicos, individuais, etc. Por exemplo, *qual tem sido o impacto das iniciativas lideradas pela comunidade na aceitação social do CAAFAG?*³¹²
 - Por exemplo, *os benefícios líquidos das intervenções de recuperação económica permanecem um ano após o fim do programa?*

- **Coerência** centrada na coerência das políticas humanitárias e considerações de direitos humanos. por exemplo, *até que ponto estão alinhadas as políticas da agência sobre a protecção dos direitos da criança com as Normas Mínimas de Protecção da Criança na Acção Humanitária?*

2. Identificar a concepção da avaliação

A metodologia deve ser desenvolvida com o objectivo de gerar dados para analisar a forma como a intervenção contribuiu para alcançar o objectivo e os resultados do projecto e para responder às questões de avaliação. Inclui evitar ou controlar a parcialidade e a perturbação dos acontecimentos.³¹³

O desenho da avaliação inclui:

- Desenho **não experimental** que não inclui comparação nem grupos de controlo. É o tipo de desenho mais comum na protecção de crianças em acções humanitárias. É o desenho mais flexível e a um custo relativamente baixo.
- Desenho **experimental** que inclui grupos assistidos e de controlo aleatórios. Este desenho nem sempre é o mais adequado para avaliação em campos das ciências sociais, uma vez que muitos inputs influenciam o sucesso de uma intervenção, incluindo grupos culturais e de controlo adequação, a adequação da intervenção às condições comunitárias, e a disponibilidade de recursos adequados, incluindo recursos humanos.³¹⁴
- Desenho **quase-experimental** onde são feitas comparações entre os grupo assistido ao longo do tempo, ou entre o assistido e uma comparação grupo seleccionado após o início da assistência.³¹⁵

3. Identificar indicadores

Os indicadores de produção e de resultados permitirão a medição de mudanças quantificáveis. Os indicadores de resultados ajudarão os profissionais a gerar dados suficientes para construir um argumento para a prática baseada em provas e para medir estes indicadores em vários pontos, quando possível, ao longo de toda a vida do programa. Poderá também consultar as comunidades no desenvolvimento de indicadores, em vez de confiar nos seus próprios pressupostos para definir a contribuição para a mudança.

4. Estabelecer um tamanho de amostra e critérios

Uma amostra é um subconjunto da população que contém as características de uma população maior. A dimensão da amostra deve assegurar que sejam recolhidos e triangulados dados suficientes para se poder tirar conclusões. (Ver capítulo 12 [ANALP \(2016\) Evaluation of Humanitarian Action Guide](#))

5. Aderir às normas éticas

Todos os processos de avaliação devem assegurar os princípios de dignidade, segurança e confidencialidade dos participantes e dos responsáveis pela recolha de dados. Isto inclui pedir o consentimento informado ou consentimento de crianças e adultos, assegurar a confidencialidade, ser inclusivo, respeitar a cultura e os valores locais, assegurar o bem-estar e a segurança de todas as crianças participantes, considerando as consequências involuntárias; e esforçar-se por criar capacidade e incorporar a acção participativa na maior medida possível.

As avaliações que envolvem crianças devem aderir aos princípios do melhor interesse e não causar danos e estabelecer uma via de encaminhamento em caso de revelação.³¹⁶

6. Realizar um levantamento de dados de base

Os dados de base são necessários para medir de forma fiável as mudanças ao longo do tempo. Uma linha de base é essencial para se poder comparar dados desde o início de uma intervenção até ao fim para determinar a mudança no bem-estar das crianças.³¹⁷

7. Escolher uma abordagem metodológica apropriada

A escolha do método dependerá das perguntas que forem feitas. Triangular os dados, caso tenham sido utilizadas diferentes fontes ou métodos. A utilização de métodos diferentes pode também revelar mais informação sobre a verdadeira medida e as potenciais fraquezas de qualquer método dado.

309 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2021)

310 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2021)

311 ALNAP (2016)

312 Ibid

313 Duncan, J., & Arnston, L. (2004),

314 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2021)

315 ALNAP (2016)

316 Boothby et al. (2006)

317 Guia para a Avaliação da Programação Psicossocial em Emergências

8. Recolher dados ao longo do tempo

Para além de uma linha de base, deve ser estabelecido um sistema de monitorização para recolher dados ao longo do tempo. A recolha de dados ao longo do tempo para utilização na análise de avaliação levará a estar numa posição mais forte para concluir que quaisquer alterações estão ligadas às intervenções do programa.

9. Estabelecer uma análise contrafactual quando possível

Uma análise contrafactual permite uma comparação entre o que aconteceu e o que, hipoteticamente, pode ter acontecido na ausência de uma intervenção. Descreve uma situação sob a forma de: “Se a intervenção não tivesse ocorrido, os resultados para as crianças não teriam ocorrido”. O impacto da intervenção é então estimado através da comparação dos resultados contrafactuais com os observados no âmbito da intervenção. Uma análise contrafactual permitirá um estudo dos resultados em relação a uma linha de base. Isto requer que uma teoria de mudança que utilize uma análise contrafactual seja incluída na concepção da intervenção. A análise contrafactual permite a atribuição de causa e efeito entre uma intervenção e os seus resultados.

10. Analisar e interpretar os dados

A análise de dados é o processo de determinar se existem tendências ou padrões nos dados e determinar que conclusões podem ser feitas a partir dos dados disponíveis. A interpretação dos dados atribui um significado à informação analisada e determina o seu significado e implicações no que diz respeito aos resultados do programa.

11. Ligar os resultados do programa aos efeitos sobre raparigas e rapazes

Uma avaliação deve ligar os resultados de um programa e o processo que foi empreendido a quaisquer melhorias no bem-estar das crianças. É importante que este processo determine resultados positivos, bem como quaisquer consequências não intencionais. As intervenções do programa terão resultados variáveis de acordo com as diferentes necessidades da sua população beneficiária. Uma vez que diferentes grupos de crianças podem experimentar intervenções de forma diferente, e uma vez que o bem-estar é influenciado por uma grande variedade de factores internos e externos, a avaliação deve ser cautelosa ao determinar a causa das melhorias no bem-estar das crianças antes de as atribuir unicamente às intervenções do programa.³¹⁸

Leitura complementar:

- [The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action \(2021\) Defining Evidence-Based practice for Application in Child Protection in Humanitarian Action: a position paper](#)

Participação das crianças

Os profissionais de campo são fortemente encorajados a envolver as crianças na avaliação dos programas em que fizeram parte, quando tal é possível e seguro. As crianças, particularmente as antigas CAAFAG, que participam em intervenções de prevenção, libertação e reintegração, têm a sua própria opinião sobre os resultados destas intervenções. Podem ter percepções muito diferentes das dos adultos sobre o sucesso de uma actividade, por exemplo.

Recomenda-se que as seguintes etapas envolvam as crianças nas avaliações:

Protecção da criança e orientações éticas

Antes de consultar as crianças, é fundamental estabelecer orientações éticas e assegurar a protecção da criança ao longo de todo o processo de avaliação. ([Ver 4.A Protecção da criança na p 140](#)).

As orientações éticas devem concentrar-se:

- **Protecção da criança:** desenvolver ou utilizar um código de conduta e uma política de protecção da criança durante o período da avaliação
- **Segurança das crianças:** realizar uma avaliação de risco e identificar medidas de mitigação de risco utilizando as ferramentas de análise de avaliação de risco. ([Ver Contexto da análise fase 1. B Avaliação dos riscos na p x](#))
- **Encaminhamento:** criar uma via de encaminhamento para assegurar que as preocupações e a divulgação da protecção da criança sejam tratadas de forma adequada e sensata ([Ver 4.A Protecção da criança - Via de encaminhamento na p 140](#))
- **Diversidade:** assegurar que a diversidade das experiências das crianças seja capturada
- **Não discriminação:** assegurar que a discriminação é explorada e que a não discriminação é praticada

318 A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2021)

Formação de colectores de dados

Todos os colectores de dados que estarão em contacto com crianças devem receber formação em comunicação amigável e eficaz, política de protecção da criança, identificação e encaminhamento seguros e sobre como utilizar as ferramentas de recolha de dados.

Desenvolvimento de indicadores

Durante uma avaliação, deve envolver as crianças no desenvolvimento de indicadores, bem como critérios de indicadores, particularmente para os indicadores de resultados. Pode utilizar a mesma metodologia para o desenvolvimento de critérios de indicadores que para o quadro lógico. ([ver 2.B Monitorização Desenvolvimento de indicadores culturalmente sensíveis na p 41](#)) Isto é fundamental para assegurar que os indicadores e critérios sejam contextualizados à compreensão local e cultural. Um seminário participativo permitirá às crianças expressar os resultados do programa que são importantes para elas, a fim de poderem desenvolver indicadores e critérios para estes indicadores. Por exemplo, as crianças podem expressar que a segurança no acesso ao serviço é importante. O indicador acordado poderá ser: *Como é que as raparigas anteriormente associadas à AFAG acedem com segurança aos serviços de saúde reprodutiva?* Deve-se envolver as raparigas na definição do que “acesso seguro” significa para elas. Esta definição pode variar em função do contexto. Outro exemplo poderia ser: *Em que medida é que os mecanismos de libertação liderados pela comunidade contribuíram para a libertação do CAAFAG?* Seria necessário envolver as crianças na definição de libertação.

Identificação de metodologias e ferramentas apropriadas

Os dados recolhidos através de um mecanismo de feedback favorável às crianças ([ver Mecanismo de feedback favorável às crianças na p 143](#)) durante a implementação do programa são uma fonte de informação muito boa. É possível identificar tendências de feedback que sejam positivas ou negativas, bem como variações baseadas em acções tomadas para abordar o feedback. Os inquéritos realizados com crianças e suas famílias após o acesso aos serviços são também uma valiosa fonte de informação.

Além disso, pode considerar a selecção de ferramentas apropriadas à idade e participativas para captar a percepção que as crianças têm do programa, bem como o progresso em relação aos indicadores estabelecidos por e para elas.

Aqui estão alguns exemplos de ferramentas:

- **As discussões** em grupo permitem a rapazes e raparigas explorar experiências diversas de acordo com vários factores tais como o seu sexo, idade, etnia, etc.
- **A avaliação H** é um instrumento de monitorização e avaliação para explorar os pontos fortes e fracos de uma intervenção e para sugerir acções para melhorar.
- **A linha temporal** é uma ferramenta participativa para explorar e partilhar processos significativos, sucessos e desafios alcançados ao longo do tempo através de um programa.
- **O mapa floral** é uma ferramenta visual para explorar quais as pessoas que prestam apoio a crianças e jovens.

Informação adicional sobre estas ferramentas pode ser encontrada em [A Kit of Tools para investigação e avaliação participativa com crianças, jovens e adultos](#).

Restituição a crianças

Após o final da avaliação, é importante partilhar os resultados da avaliação com as crianças e a comunidade. Promove a responsabilização perante as crianças e suas famílias, a apropriação local das intervenções do programa e contribui para a construção de uma relação de confiança com as comunidades.

Leitura complementar:

- [Save the Children \(2010\) Um Kit de Ferramentas para pesquisa e avaliação participativa com crianças, jovens e adultos](#)

Desafios devidos à segurança

As questões de segurança podem tornar difícil ou impossível em ambientes de conflito chegar às crianças e às suas famílias. Antes de iniciar a sua avaliação, considere as seguintes questões:

- Quais são as principais riscos que a avaliação enfrenta neste contexto?
Estes podem incluir:
 - Riscos operacionais tais como a segurança pessoal dos avaliadores e potencial perturbação do programa se os recursos forem desviados para a avaliação
 - Riscos financeiros se houver custos adicionais associados ao trabalho num ambiente inseguro, e
 - Riscos de protecção aos quais a população afectada pode ser exposta se participar na avaliação

- Quais são as implicações destes riscos para o acesso dos avaliadores às populações afectadas?
- Que dados secundários e outros dados estão disponíveis se os avaliadores não conseguirem ter acesso à população afectada?
- Que outras opções estão à disposição dos avaliadores para obter acesso à população afectada?
- Como é que isto irá afectar a credibilidade da avaliação?
- Quais são as alternativas possíveis a uma avaliação, por exemplo um workshop de aprendizagem reflexiva com pessoal, aprendizagem

Sempre que possível, explorar formas criativas de levar a cabo a avaliação à distância. As seguintes técnicas podem ajudar a ultrapassar as limitações de acesso:

- Utilizar avaliadores locais para realizar entrevistas com os membros da comunidade, crianças e suas famílias
- Efectuar inquéritos online, por telefone e/ou SMS
- Entrevistar membros da população afectada em zonas acessíveis
- Recolher dados sobre as redes sociais

Seja claro sobre quaisquer restrições que possa ter enfrentado na apresentação das suas conclusões e na redacção do seu relatório. Assegure-se de não generalizar as suas conclusões para locais e populações que não tenha sido capaz de alcançar.³¹⁹

Exemplo de formas criativas para ultrapassar as restrições de acesso

Trazar membros da população afectada para áreas mais acessíveis

Ao avaliar um programa de PDI na República Democrática do Congo, foi importante para o Groupe URD, a equipa de avaliação, falar directamente com a população afectada. A obtenção de acesso aos colonatos teria, no entanto, implicado a passagem pelo território dos rebeldes. Embora os estrangeiros estivessem em risco de serem raptados, os deslocados internos masculinos poderiam transitar com relativa segurança pela área. Os parceiros locais tinham anteriormente aproveitado para distribuir artigos de assistência. Assim, o Groupe URD desenvolveu critérios precisos para ajudar a população deslocada a seleccionar uma gama de representantes (por exemplo, agricultores, chefes religiosos ou tradicionais). Foram assim seleccionados quatro ou cinco representantes por povoação e foi-lhes pedido que se deslocassem a uma aldeia segura para serem entrevistados. Os deslocados tiveram também a opção de identificar alguém que já se encontrava na aldeia e que, na sua opinião, podia falar com precisão em seu nome. Para que a viagem valesse a pena, os parceiros locais ofereceram aos representantes fornecimentos que puderam levar de volta às suas comunidades. O lado negativo deste tipo de abordagem é que os avaliadores não podem controlar quem a comunidade irá escolher. Apenas aqueles que podem passar pela zona insegura podem vir (por exemplo, as representantes femininas não podem viajar em determinadas condições).³²⁰

Leitura complementar:

- [ANALP \(2016\) Avaliação do Guia de Acção Humanitária](#)
- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris - Capítulo 9 - Monitorização, Avaliação, Responsabilização e Aprendizagem do Programa

319 ALNAP (2016)

320 ALNAP (2016)

Bibliografia

Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança (2014). Relatório de missão da ACERWC para avaliar a Situação das Crianças afectadas pelo conflito na República Centro-Africana

Ager A, Stark L, Olsen J, Wessels M, Boothby N (2011) Sealing the Past, Facing the Future. Uma avaliação de um programa de apoio à reintegração de raparigas e mulheres jovens anteriormente associadas a grupos armados e forças armadas na Serra Leoa. Programa sobre migração forçada e saúde, Mailman School of Public Health, Columbia University

All Survivors Project Foundation (2018) “I don’t know who can help” Homens e rapazes que enfrentam violência sexual na República Centro-Africana

All Survivors Project Foundation (2020) Submission to the United Nations Human Rights Committee 128th session, 2-27 March 2020

ANALP (2016) Guia de Avaliação da Acção Humanitária

ARC Resource pack (2009) Uma ferramenta de reforço de capacidades para a protecção da criança em e após emergências. Módulo de questões críticas 7 Crianças associadas a forças armadas ou grupos armados

Banholzer L (2014) Quando é que os programas de desarmamento, desmobilização e reintegração são bem sucedidos? Instituto Alemão de Desenvolvimento Documento de discussão 8/2014

Baro D (2005) La justice et le recrutement et l’utilisation d’enfants dans les forces et groupes armés en République du Congo MONUC - Secção Protecção da Criança

Barth E (2002) Peace as Disappointment: The Reintegration of Female Soldiers in Post-Conflict Societies, a Comparative Study from Africa, relatório do International Peace Research Institute (PRIO), Oslo

Baulieu A-L (2020) Les enfants associés aux groupes terroristes : étude comparée des situations en Afghanistan, au Nigéria et en Syrie au regard du droit international. Mémoire Master 2.

Benard B (2004) Resiliência: O que aprendemos. WestEd

Bernd B, Blattman C (2013) The Logic of Child Soldiering and Coercion, Organização Internacional, 2013, 67(1), 65-104

Betancourt T (2008). Adaptação psicossocial e reintegração social das crianças associadas às forças armadas e grupos armados: o estado do campo e as futuras direcções. Psicologia para além das fronteiras.

Betancourt T, Borisova I, Williams PT, Williamson J, De la Soudière M, Brennan R, Whitfield TH, Gilman SE (2010) Ex-soldados da Serra Leoa: Um Estudo de Seguimento de Ajustamento Psicossocial e Reintegração Comunitária. Desenvolvimento Infantil, Julho/Agosto de 2010, Vol 81, Número 4, páginas 1077-1095

Binadi D I & Binadi P D (2011) Reintegração de crianças-soldados no Nepal: reflexões de base. Crianças-soldados desde o recrutamento até à reintegração Palgrave Macmillan

Bodineau S (2011) Rapport d’évaluation du programme 2007-2011 pour les Enfants associés aux forces et groupes armés en RDC. UNICEF RDC

Bolanos v. Equador, Comunicação n° 238/1987; Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Domukovsky v. Geórgia, n° 623, 624, 626 e 627/1995.

Boothby N, et al (2006) Assessment and Evaluation of Psychosocial Programming for Crisis-Affected Children: Uma Iniciativa de Boas Práticas. Nova Iorque, NY: UNICEF

Branham L (2013) Sai e vive entre nós: How Zande Communities Can Influence the Combatants to Surrender from the LRA, (Discover the Journey, 2013),

Catley et al (2008) Participatory Impact Assessment: Um guia para profissionais. Boston: Centro Internacional Feinstein

Chaffin, Josh e Natalie Rhoads, ‘Children and Economic Strengthening Programmes’: Maximizing Benefits & Minimizing Harm’, CPC Learning Network, Livelihoods and Economic Strengthening Task Force, 2013,

Child Soldiers International (2011). Melhor que Curar: Prevenir o recrutamento e utilização de crianças no Exército Nacional Chadiano

Child Soldiers International (2015) A Law Unto Themselves? Confrontando o recrutamento de crianças por grupos armados

Child Soldiers International (2016) “Se eu pudesse ir à escola...” A educação como instrumento para prevenir o recrutamento de raparigas e ajudar na sua recuperação e reintegração na República Democrática do Congo

Child Soldiers International (2019) Relatório Anual 2017-2018

Clara Pretus et al ‘Correlatos Neuronais e Comportamentais de Valores Sagrados e Vulnerabilidade ao Extremismo Violento’ em Fronteiras em Psicologia Vol.9 (2018)

Comité dos Direitos da Criança, Comentário Geral n.º 24 (2019) sobre os direitos da criança no sistema de justiça infantil, 18 de Setembro de 2019, CRC/ C/GC/24, § 22-25

De la Soudière M (2017) O que dizem as raparigas. Melhorar as práticas de desmobilização e reintegração das raparigas associadas às forças armadas e grupos armados na República Democrática do Congo. *Child Soldiers International*

De Lay B (2002) ‘Mobility mapping and flow Diagrams: Ferramentas para o rastreio familiar e trabalho de reintegração social com crianças separadas’, p 5-6

Delap E (2005) “Fighting Back”: Child and Community-Led Strategies to Avoid Children’s Recruitment into Armed Forces and Groups in West-Africa”, *Save the Children*,

Dickson-Gomez J (2002) The Sound of Barking Dogs: Violence and Terror among Salvadoran Families in the Postwar <https://doi.org/10.1525/maq.2002.16.4.415>

Doosje B, Loseman A, Van den Bos K, (2013) Determinants of Radicalization of Islamic Youth in the Netherlands: Personal Uncertainty, Perceived Injustice, and Perceived Group Threat, *Journal of Social Issues*, Vol. 69, Número 3

Douglas S, Farr V, Hill F, Kasuma W (2004) Getting it Right, Doing it Right: Género e Desarmamento, Desmobilização e Reintegração. UNIFEM

Projecto de Estatuto do Tribunal Penal Internacional, Relatório do Comité Preparatório para a Criação de um Tribunal Penal Internacional, Adenda, Parte I, Documento da ONU. A/CONF.183/2/Add.1, 14 de Abril de 1998, p. 21 (citado no Vol. II, Ch. 39, § 513)

Duncan J, Arnston L (2004) Crianças em crise: Boas práticas na avaliação da programação psicossocial. Washington, DC: Comité Internacional de Avaliação Psicossocial e a Federação Save the Children

Quinto Fórum Ministerial de Acompanhamento dos Compromissos de Paris e dos Princípios de Paris sobre Crianças Associadas às Forças Armadas ou Grupos Armados. Segunda-feira, 3 de Dezembro de 2012, Sede da ONU, Nova Iorque, p.1

Glass N et al (2019) Effectiveness of the Communities Care programme on change in social norms associated with gender-based violence with residents in intervention compared with control districts in Mogadíscio, Somália. UNICEF

Global Coalition for Reintegration of Child Soldiers (2020) Lacunas e Necessidades para o sucesso da reintegração da CAAFAG

Global partnership for Children and Youth Peacebuilding (2015) Evaluation of Child and Youth Participation in Peacebuilding Colombia.

Goodlife A (2013) “Armed Non-State Actors and Child Protection” em Mohamed A. Babiker, Maxence Daublain e Alexis Vahlas (eds), *Enfants-soldats et droits des enfants en situation de conflit et post-conflit*, L’Harmattan

Green A, Denov M (2019) Mask making and drawing as method: art-based approaches to data collection with war affected children *International Journal of Qualitative Methods* Volume 18: 1-13

Gustavsson M, Oruut J, Rubenson B (2017) Meninas soldados do Exército de Resistência do Senhor no Uganda a lutar pela sobrevivência: experiências de jovens mulheres raptadas pelo LRA. *Geografias infantis*, 2017 Vol 15, no. 6, 690-702

Halton P (2011) Reintegração de crianças soldados no Sudão. Uma experiência profissional. *Crianças-soldados desde o recrutamento até à reintegração* Palgrave Macmillan

Happold (2005) The Age of Criminal Responsibility for International Crimes under International Law, ch5 in *Arts and Popovski International Criminal Accountability and the Rights of Children*

Harper E (2018) Reconceptualizar os condutores do extremismo violento: uma agenda para a resiliência infantil e juvenil *Terre des hommes*

Harrelson W, Macaulay F, Campion A (2008) ‘Youth Enterprise and Livelihood Development in Conflict Settings’, in ‘International Development Matters’: Youth, Conflict and Enterprise’, CHF International, Occasional Papers, Fevereiro de 2008, Volume 2

CICV (2015) Qual é a diferença entre o DIH e a lei dos direitos humanos? Janeiro de 2025.

Norma de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Integrada (IDDRS) (2019) Módulo 5.20 Centro de Recursos DDR da ONU

Tribunal Penal Internacional (2019) Aderir ao Tribunal Penal Internacional. Porque é que isso é importante?

Tribunal Penal Internacional. Compreender o Tribunal Penal Internacional.

Organização Internacional do Trabalho (2003) *Wounded Childhood: the use of children in armed conflict in Central Africa*.

Organização Internacional do Trabalho (2008) *Prevenção do recrutamento e reintegração de crianças associadas a forças e grupos armados: quadro estratégico para abordar o fosso económico*

Organização Internacional do Trabalho - Programa Internacional sobre a Eliminação do Trabalho Infantil OIT-IPEC (2010). *Crianças anteriormente associadas às Forças Armadas e Grupos*. Guia de como proceder na reintegração económica

- Comité Internacional de Salvamento (2019) Intervenção dos Pais por Competências Parentais. Curriculum para cuidadores de crianças 0-5
- Comité Internacional de Salvamento (2016) Guia do gestor do SHLS
- Johnson D et al (2018) Prevent to Protect: Early Warning, Child Soldiers, and the Case of Syria, *Global Responsibility to Protect*, 2018, Vol. 10, Issue 1-2, p239-259
- Levy Paluck E, Shepherd H, e Aronow P.M PNAS 19 de Janeiro de 2016 113 (3) 566-571; primeira publicação 4 de Janeiro de 2016; <https://doi.org/10.1073/pnas.1514483113>
- Maclay, Özerdem (2010) 'Use' Them or 'Lose' Them: Engaging Liberia's Disconnected Youth through Socio-political Integration. *Manutenção da Paz Internacional*, 17:3, 343-360, DOI: 10.1080/13533312.2010.500144
- Manero CM (2019) Avaliação final do programa de coesão social no nordeste da Nigéria. *Alerta Internacional*
- Divac Oberg M (2006) The legal effects of resolutions of the UN security Council and General Assembly in the Jurisprudence of the ICJ. *The European Journal of International Law* Vol.16 no.5 EJIL 2006
- Markus Schultze-Kraft (2017) Quest da Colômbia para a memória histórica e construção da paz. Grupo de investigação de Oxford. *Quebrando o ciclo de violência*
- Mazurana D, Carlson K (2006) The Girl Child and Armed Conflict: recognising and addressing grave violation of girls' human rights. Divisão da ONU para o Avanço da Mulher
- Mazurana D, Eckerbom Cole L (2012) Mulheres e Meninas e Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
- McKay S, Veale A, Worthen M, Wessells M (2011) Construir uma participação significativa na reintegração entre jovens mães afectadas pela guerra na Libéria, Serra Leoa e Norte do Uganda. Fundação Trauma de Guerra.
- Medeiros E, Shrestha PN, Gaire H, Orr DMR (2020) Life after armed group involvement in Nepal: a clinical ethnography of psychological wellbeing of former "child soldiers" over time. *Psiquiatria Transcultural* 2020, Vol. 57(1) 183-196
- Monguno A, Imam Y, Bukar Y, Gana B.L (2016) Bad Blood: percepção de crianças nascidas de violência sexual relacionada com o conflito e mulheres e raparigas associadas a Boko Haram no nordeste da Nigéria. UNICEF, OIM, *Alerta Internacional*
- Moreno FM, Carmona Parra JA, Tobon Hoyos F (2010). Porque é que as raparigas se juntam a grupos guerrilheiros e paramilitares na Colômbia? *Revista Latinoamericana de Psicología* Vol 42 N°3, p 453-467 2010
- O'Neil S, Van Broeckhoven K (2018) Berço do Conflito: Envolvimento de crianças com Grupos Armados em Conflitos Contemporâneos. Universidade das Nações Unidas
- OCDE/DAC (2012) Avaliação das actividades de construção da paz em cenários de conflito e fragilidade: Melhorar a aprendizagem para resultados. Paris: OCDE/CAD
- Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral da Criança e dos Conflitos Armados. Documento de trabalho n°3 Crianças e Justiça Durante e após o Conflito Armado. Setembro de 2011
- Ozerdem A & Podder S (2011) Mapeamento dos resultados da reintegração de crianças soldados. Crianças-soldados desde o recrutamento à reintegração Palgrave Macmillan
- Palmer J (2004) "The Power of Radio Helps to End Uganda's Long War", *The Christian Science Monitor*, 21 de Setembro de 2004.
- Grupo Director dos Princípios de Paris (2022) Manual Operacional dos Princípios de Paris
- Plan International (2018) Mecanismos de feedback favoráveis às crianças Guia e kit de ferramentas
- Plan International (2017) Community-based child protection - A strategy for protecting conflict-affected girls and boys: Um estudo de caso da República Centro-Africana
- Rogers E. A. (2018) Crianças e violência extrema. Ver grupos armados não estatais através de uma lente de marketing de marca : um estudo de caso do Estado islâmico. Universidade das Nações Unidas
- Rohwerder B (2019) Reintegração de crianças nascidas de violação em tempo de guerra. Conhecimento, Evidência e Aprendizagem para o Desenvolvimento, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
- Sarrouh LTE (2013) Où sont-ils? La situation des enfants dans le conflit armé au Mali. Lista de observação
- Save the Children (2005) Fighting Back - Estratégias lideradas por crianças e comunidades para evitar o recrutamento de crianças para as forças armadas e grupos na África Ocidental
- Save the Children (2010) Um Kit de Ferramentas para pesquisa e avaliação participativa com crianças, jovens e adultos
- Save the Children (2019) Safeguarding in Emergencies Toolkit
- Save the Children (2021) Arma de guerra. Violência sexual contra crianças em conflito.

Schauer E, Elbert T (2010) The Psychological Impact of Child Soldiering. In: Martz E. (eds) Trauma Rehabilitation After War and Conflict. Springer, Nova Iorque, NY. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-5722-1_14

Cantor P (2004) Talk Is Cheap: Getting Serious about Preventing Child Soldiers, *Cornell International Law Journal*, Vol. 32, Número 3, Artigo 20

Departamento de Competências e Empregabilidade OIT (2010) Estudo sobre a Reintegração de Crianças Anteriormente Associadas às Forças Armadas e Grupos Armados através da Aprendizagem Informal. Estudo de casos de Korhogo (Costa do Marfim) e Bunia (RDC)

Spellings CR (2008) Scratching the Surface: a Comparison of Girl Soldiers from Three Geographic Regions of the world. *Educação Internacional*, Volume 38 Edição 1

Stark L et al (2009) Desenvolvimento de indicadores culturalmente relevantes de reintegração de raparigas, anteriormente associadas a grupos armados, na Serra Leoa utilizando uma metodologia de classificação participativa. *Intervenção* 2009, Volume 7, Número 1, Página 4-16

Estatuto do Tribunal Penal Internacional, Relatório do Comité Preparatório para a Criação de um Tribunal Penal Internacional, Adenda, Parte I, Doc. das Nações Unidas. A/CONF.183/2/Add.1, 14 de Abril de 1998, p. 21 (citado no Vol. II, Ch. 39, § 513)

A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2018) Pacote de supervisão de gestão de casos e formação de coaching

A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2019). Normas Mínimas para a Protecção da Criança na Acção Humanitária

A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020) Guia de Campo Reflexivo sobre Abordagens a Nível Comunitário para a Protecção da Criança na Acção Humanitária

A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020) Nota Técnica sobre as Raparigas Associadas às Forças Armadas e Grupos Armados

The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action (2021) Um breve guia para a selecção de indicadores de padrões mínimos de protecção da criança para aplicação em programas, projectos ou planos de resposta humanitária.

A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2021) Learning and Development Toolkit

The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action (2021) Defining Evidence-Based practice for Application in Child Protection in Humanitarian Action: a position paper

A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020) Quadro de Competências

A Aliança para a Protecção da Criança na Acção Humanitária (2020) Nota Técnica sobre as Raparigas Associadas às Forças Armadas e Grupos Armados

The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action (2019) Minimum Standards for Child Protection in Humanitarian Action.

Os Princípios de Paris (2007). Princípios e directrizes sobre Crianças Associadas a Forças Armadas ou Grupos Armados

Thompson et al (2014) “o papel das Comunidades na Protecção da Educação contra os Ataques”: Lições aprendidas’, ‘Global Coalition to Protect Education from Attack,

Tonheim M (2017) Uma transição problemática. Reintegração social das raparigas soldados que regressam “a casa”. Tese. Universidade de Bergen

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017). Viagem ao Extremismo em África: Condutores, Incentivos e o Ponto de Dica para o Recrutamento

UN DPKO (2017) Material de Formação Especializada Militar sobre Protecção de Crianças

UNAIDS (2008) Monitoring and Evaluation Reference Group Glossary Monitoring and Evaluation Terms

UNHCR (2008) Guidelines on Determining the Best Interests of the Child

UNICEF (2009) Guia de Avaliação em Programação Psicossocial em Situações de Emergência

UNHCR (2013) Resumo da questão da protecção da criança. Recrutamento de crianças

ACNUR (2017) Um guia para a protecção internacional dos refugiados e a construção de sistemas de asilo estatais. Manual para os parlamentares N° 27, 2017

UNICEF - Nigeria Stability and Reconciliation programme (2017) Perceptions and Experiences of Children Associated with Armed Groups in Northeast Nigeria” (percepções e experiências de crianças associadas a grupos armados no Nordeste da Nigéria)

UNICEF (2008) Programa para a Reintegração de Crianças Associadas às Forças Armadas e Grupos Armados no Nepal. Relatório de avaliação. UNICEF Nepal

UNICEF (2017) Crianças em Conflito Armado: Filipinas. Processos e Lições Aprendidas. Plano de acção sobre o Recrutamento e Utilização de Crianças em Conflito Armado. As Nações Unidas e a Frente Moro de Libertação Islâmica

UNICEF (2019) Guia para satisfazer as necessidades de reintegração e os direitos das raparigas anteriormente associadas no Sul do Sudão

UNICEF (2017) O cérebro adolescente : Uma segunda janela de oportunidade. Um compêndio.

As Nações Unidas e a Frente Moro de Libertação Islâmica. (2017) Crianças em conflito armado: Processos das Filipinas e lições aprendidas. Plano de acção sobre o recrutamento em conflito armado

Grupo de Trabalho Inter-Agências das Nações Unidas sobre Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (2005) IDDRS 05.30. Crianças e DDR

United Nations Office on Drugs and Crime (2019) Justice for Children in the Context of Counter-Terrorism: Um manual de formação

Universidade das Nações Unidas (2018) Berço por conflito. Envolvimento de crianças com grupos armados em conflitos contemporâneos

US Bureau of International Labor Affairs (2016) Relatório sobre o Sul do Sudão

Van Engeland A (2019) A criança-soldado sem voz do Afeganistão. Manual de investigação sobre criança-soldado

Vargas-Baron E (2007) National policies to prevent the recruitment of child soldiers. O Instituto Ford para a Segurança Humana Internacional

Vermeij L (2011) Os desafios da socialização e da reintegração : um estudo de caso do exército de resistência do senhor. As crianças soldados desde o recrutamento até à reintegração Palgrave Macmillan

War Child (2018) Tug-of-War: Children in Armed Groups in DRC - Um estudo sobre os factores de empurrar e puxar que influenciam as crianças a juntarem-se a grupos armados “voluntariamente” no Kivu Norte e Sul, República Democrática do Congo

Watchlist (2020) Combater o terrorismo e o extremismo violento : A Erosão dos Direitos das Crianças em Conflitos Armados. Nota política de Janeiro de 2020

Wessells (2016) O papel da identidade social no recrutamento e reintegração de crianças-soldados. Universidade de Columbia

Wessells M (2005). Child Soldiers, Peace Education, and Postconflict Reconstruction for Peace. Theory Into Practice, Vol. 44, N° 4 p363-369

Wessells M (2006). Soldados Infantis: Da Violência à Protecção. Cambridge, MA: Imprensa da Universidade de Harvard

Wood RM (2014) Fêmeas Lutadoras: Porquê Grupos Rebeldes Recrutam Mulheres para a Guerra. Imprensa da Universidade de Columbia

Worthen M, McKay S, Veala A, Wessells M (2011) Forum du désarmement : Les enfants dans les conflits. Soutenir la réintégration des jeunes mères touchées par la guerre. UNIDIR